



**unesp**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM  
GEOGRAFIA**

**MESSIAS DE LIRA**

**ENTORNO TERRITORIAL ESTRATÉGICO: ANÁLISE COMPARATIVA DAS  
TRANSAÇÕES COMERCIAIS DE ARMAS DE BRASIL E ÍNDIA (1990-2019)**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS  
RIO CLARO - SP

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

MESSIAS DE LIRA

ENTORNO TERRITORIAL ESTRATÉGICO: ANÁLISE  
COMPARATIVA DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DE ARMAS  
DE BRASIL E ÍNDIA (1990-2019)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do *Câmpus* de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de  
Souza

Rio Claro - SP

2021

L768e Lira, Messias de  
Entorno territorial estratégico : análise comparativa das  
transações comerciais de armas de Brasil e Índia (1990-2019) /  
Messias de Lira. -- Rio Claro, 2021  
183 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro  
Orientador: Jose Gilberto de Souza

1. Estado. 2. mundialização. 3. Política Nacional de Defesa.  
4. Brasil - Índia. 5. entorno estratégico. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MESSIAS DE LIRA

ENTORNO TERRITORIAL ESTRATÉGICO: ANÁLISE  
COMPARATIVA DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DE ARMAS  
DE BRASIL E ÍNDIA (1990-2019)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do *Câmpus* de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Jose Gilberto de Souza – IGCE/UNESP *Câmpus* Rio Claro

---

Prof. Dr. Samuel Alves Soares – FCHS/UNESP *Câmpus* Franca

---

Prof. Dr. Vinicius Modolo Teixeira – FAEL/UNEMAT *Câmpus* Sinop

Conceito: APROVADO

Rio Claro, SP 13 de maio de 2021

Dedico especialmente este trabalho aos meus pais, Maria Helena e José Francisco,  
à minha amada Marcela, bem como ao povo brasileiro que  
tanto sofre.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho foi em parte realizado dentro possivelmente da maior pandemia do último século. A defesa desta dissertação ocorreu quando 430 mil brasileiros morreram devido à Covid-19, enquanto na data de sua publicação após dois meses, mais outros 100 mil brasileiros foram mortos em decorrência da caquistocracia que (des)governa esse país, visto que se não fosse pela negligência desses poderíamos ter tido menos mortes e dor para milhares de famílias em todo o Brasil.

Dou início aos agradecimentos com a informação acima, pois ela deve ser documentada e sempre lembrada, ao passo que atitudes covardes da classe dominantes jamais se repitam. E que os trabalhadores possam de fato construir uma sociedade em que não se privilegie o capital, mas a vida.

Emergem nesse momento, denúncias, indícios e estudos de que houve uma estratégia guiada pelo Estado brasileiro ao longo de suas (in)ações durante a pandemia que provocou o genocídio de povos indígenas e da população mais pobre, principalmente negra e feminina. Tanto sofrimento ao povo brasileiro à custa de interesses guiados pela reprodução capitalista.

Agradeço aos meus pais por serem imperfeitos como são, pois, foi dessa maneira que em boa parte me construí. Como tantos brasileiros, sofreram na pele as injustiças sociais desse país, concretas em suas diferentes violências, principalmente na escassez de alimentos materializados na fome e na falta d'água no agreste nordestino, bem como na xenofobia por serem migrantes nordestinos no sudeste do Brasil.

Eu me constituo diante dessas raízes, tentando sempre lembrar de onde vim.

Outra face que me faz parte, são as relações sociais com quem me estabeleci, onde tantas boas pessoas passaram pela minha vida e acrescentaram de inúmeras formas. Por isso agradeço às pessoas que passaram por minha vida, desde meus amigos de infância na bucólica Analândia (SP), até os professores e colegas nas minhas passagens por Pirassununga (SP), Rio Claro (SP), Araraquara (SP) e agora Ribeirão Preto (SP).

Dentre algumas dessas pessoas, destaco um agente importante dentro desse processo de construção e reflexão da complexa realidade brasileira e da qual a temática exige, o meu professor orientador José Gilberto de Souza. Este que por meio de sua postura atenciosa e exigente, permite que seja possível a transformação da realidade brasileira através do trabalho levado com seriedade, tendo sempre em

mente nossas raízes, a posição que temos na sociedade e a responsabilidade que assumimos ao nos construirmos enquanto sujeitos históricos, partindo da busca e indo ao encontro do comprometimento com a justiça social.

Ressalto aqui a importância da valorização da educação enquanto instrumento de emancipação, autonomia, bem como de transformação social. É necessário o reconhecimento da luta contínua dos profissionais da educação que ano após ano sofrem ataques por defender a educação pública e de qualidade.

Estendo meus cumprimentos aos professores que me auxiliaram com tamanha seriedade nas bancas de qualificação e defesa: Prof. Dr. André Roberto Martin (USP), Prof. Dr. Marcos José Barbieri Ferreira (UNICAMP); Prof. Dr. Vinicius Modolo Teixeira (UNEMAT), Prof. Dr. Samuel Alves Soares (UNESP).

Além das relações sociais, observo o quão instituições através de minhas relações profissionais também acrescentaram na minha formação enquanto geógrafo e professor. Por isso fico contente em ter compartilhado experiências no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Colégio Liceu Vivere, Museu da Pessoa e atualmente com a Conexia Educação.

Cabe ainda meus agradecimentos à minha amada Marcela. Esta que por anos tem me apoiado e me incentivado a ser uma pessoa cada vez melhor e principalmente mais feliz. Por ser uma mulher forte, acaba por me fortalecer também. Espero que um dia eu esteja à altura de ser tão importante na vida dela, assim como ela foi e é na minha. Que continuemos a desvendar muitos olhares com amor e cumplicidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Todos os enamorados da morte coincidem também em sua obsessão por reduzir a termos militares as contradições sociais, culturais e nacionais. Em nome do bem contra o mal, em nome da única verdade, todos resolvem tudo matando primeiro e perguntando depois. E, por tal caminho, acabam alimentando o inimigo que combatem. (GALEANO, 2003, p. 9)

## RESUMO

Com a desregulamentação do mercado financeiro amplia-se o padrão de mundialização da economia e os Estados nacionais se veem diante de uma lógica de produção pautada em um maior grau de reprodução financeira do capital. Visto que os espaços de acumulação foram reorganizados, houve a formação de novas tessituras geopolíticas e nesse processo potências regionais se valeram de sua inserção econômica para alavancar suas projeções política e militar na conjuntura internacional. Diante desse contexto, este trabalho analisa as determinações territoriais que as formas do Estado imprimem ao exercer suas políticas nacionais de defesa ao visar a autonomia estratégica. Esta análise se dá por meio do comparativo dos gastos públicos, transações comerciais que remetam à exportação e importação de armas e serviços relacionados à defesa nacional de Brasil e Índia, bem como o grau de intensidade desses fluxos comerciais considerando o entorno territorial estratégico desses países no período de 1990 a 2019. Apesar de incipiente, o aumento nas trocas comerciais de produtos de defesa e os valores dos gastos públicos militares em ambos os países foram maiores que a média de todos os outros países em seus respectivos entornos territoriais estratégicos, entretanto os gastos se mostram maiores para a Índia do que ao Brasil. Observa-se também como as formas do Estado são constituídas e incitam a valorização capitalista do espaço sob o formato de soberania nacional, para posteriormente capturar os fundos públicos.

Palavras-chave: Estado; mundialização; Política Nacional de Defesa; Brasil – Índia; entorno estratégico.

## **ABSTRACT**

With the deregulation of the financial market, the pattern of mundialisation of the economy expands and national states are faced with a logic of production based on a greater degree of financial reproduction of capital. Since the accumulation spaces were reorganized, new geopolitical fabrications were formed and in this process, regional powers took advantage of their economic insertion to leverage their political and military projections in the international conjuncture. In this context, this work analyzes the territorial determinations that the forms of the State imprint when exercising its national defense policies when aiming at strategic autonomy. This analysis takes place through the comparison of public expenditures, commercial transactions that refer to the export and import of arms and services related to the national defense of Brazil and India, as well as the degree of intensity of these trade flows considering the strategic territorial environment of these countries in the period from 1990 to 2019. Although incipient, the increase in trade in defense products and the values of public military expenditures in both countries were greater than the average of all other countries in their respective strategic territorial encirclements, however the expenditures are show greater for India than for Brazil. It is also observed how the forms of the State are constituted and incite the capitalist valorization of space under the format of national sovereignty, to later capture public funds.

Keywords: State; mundialisation; National Defense Policy; Brazil - India; strategic encirclement.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Valor comercializado pelas 100 maiores empresas de serviços militares e fabricantes bélicas (2002-2018) .....	73
Gráfico 2 – Participação por país(es) entre as 100 maiores empresas de serviços militares e fabricantes bélicas (2002-2018).....	74
Gráfico 3 – Exportações bélicas de Brasil e Índia (1994-2016).....	118
Gráfico 4 – Gastos militares por região (1990-2019).....	119
Gráfico 5 – Gastos militares na América do Sul (1990-2019).....	120
Gráfico 6 – Gastos militares no Sul da Ásia (1990-2019).....	121
Gráfico 7 – Gastos militares BRIC (1990-2019) .....	122
Gráfico 8 – Percentual de gasto público e valor per capita relacionados aos gastos militares – América do Sul (1990-2019) .....	123
Gráfico 9 – Percentual de gasto público e valor per capita relacionado aos gastos militares – Sul da Ásia (1990-2019) .....	124
Quadro 1 – Entorno estratégico brasileiro (2012-2020) .....	117
Mapa 1 – Os 50 maiores países exportadores de armas (1990-2019) .....	125
Mapa 2 – Os 50 maiores países importadores de armas (1990-2019) .....	127
Mapa 3 – Brasil: exportações de armas (1990-2019).....	128
Mapa 4 – Brasil: importações de armas (1990-2019).....	130
Mapa 5 – Índia: exportações de armas (1990-2019).....	131
Mapa 6 – Índia: importações de armas (1990-2019).....	132
Mapa 7 – Fluxos comerciais relacionados a equipamentos e serviços de defesa entre Brasil e demais países da América do Sul (1990-2019).....	135
Mapa 8 – Fluxos comerciais relacionados a equipamentos e serviços de defesa entre Índia e demais países do Sul da Ásia (1990-2019).....	137

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB – Agência Espacial Brasileira

BID – Base Industrial de Defesa

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRIC – Brasil-Rússia-Índia-China

BRICS – Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul

CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano

END – Estratégia Nacional de Defesa

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAS – Fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED – Investimento Externo Direto

IISS – *The International Institute for Strategic Studies*

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

MD – Ministério da Defesa

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

SIPRI – *Stockholm International Peace Research Institute*

UE – União Europeia

VIT – Valor Indicador de Tendência

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO COMO FERRAMENTA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA</b> .....	<b>23</b>
1.1 As formas do Estado.....	24
1.2 O sistema interestatal na mundialização .....	40
1.3 A formação territorial e a valorização capitalista do espaço pela Economia de Defesa .....	61
<b>2 O PAPEL DOS ESTUDOS DE DEFESA E DA GEOGRAFIA POLÍTICA PARA SE PENSAR AS POLÍTICAS TERRITORIAIS DE DEFESA</b> .....	<b>69</b>
2.1 Defesa ou segurança? .....	76
2.2 Os discursos geopolíticos e o papel da Geografia Política na reorganização dos espaços mundiais .....	79
2.3 O papel do poder e das guerras na expansão dos Estados.....	89
2.3.1 <i>A teoria clássica do desenvolvimento e os seus rebatimentos na política econômica mundial</i> .....	101
<b>3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA DE BRASIL E ÍNDIA ENTRE 1990 E 2019</b> .....	<b>105</b>
3.1 Breve panorama sobre o desenvolvimento indiano .....	107
3.2 Os indicadores de Brasil e Índia diante de seus entornos territoriais estratégicos.....	113
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>145</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	<b>150</b>
<b>ANEXO A – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019. (EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS)</b> .....	<b>151</b>
<b>ANEXO B – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019. (EXPORTAÇÕES ÍNDIANAS)</b> .....	<b>154</b>
<b>ANEXO C – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019. (IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS)</b> .....	<b>157</b>
<b>ANEXO D – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019. (IMPORTAÇÕES INDIANAS)</b> .....	<b>166</b>

# INTRODUÇÃO

Os temas do Estado e do poder passaram a ter maiores reflexões nos dois últimos quartos do século XVIII, uma vez que estas categorias passam a se constituírem em fundamentos concretos das formas de organização espacial e social a partir da expansão geográfica do modo de produção capitalista. Em relação a esses assuntos no final do século XX passou por uma outra tendência de argumentação que as transformações ocorridas nos padrões de acumulação fordista para acumulação flexível (toyotismo) e a mundialização da economia, ocasionaram o desvigorar e, em posições mais fortes, chegaram a apontar uma desintegração e a morte do Estado-nação, sob a afirmação de uma gradual perda de soberania, sobretudo com a emergência de novos agentes (organizações supranacionais, os blocos econômicos, as grandes corporações capitalistas e as novas formas de organização da sociedade civil, como os movimentos sociais, ONG's etc.). Dessa forma, o Estado aparenta ser obrigado a ter uma função secundária na nova organização geopolítica, econômica e institucional no mundo.

Entretanto, no presente trabalho argumenta-se que o capitalismo, ao contrário do que foi colocado acima, necessita de um sistema interestatal para manter sua reprodução. A presente mundialização precisa do Estado-nação para operar, seja na periferia ou no centro do sistema mundial capitalista, seja nas suas dimensões intrafronteiriças, seja na mediação de seus conflitos de entorno e ou sua inserção na ordem mundial, de maneira a conceber o Estado como um intérprete primordial das mutações políticas e econômicas.

Osorio (2014) define o Estado como a entidade que na sua essência condensa as relações de poder da sociedade. Entretanto, apesar do Estado mostrar-se como a síntese de uma comunidade, na verdade, verbaliza por meio da própria instituição e de sua constituição espacial a materialização da dominação de classes, ao passo de coagir as classes dominadas com o uso da violência.

A sociedade capitalista tem como uma de suas características a sua estrutura consolidada sob uma aparente ruptura entre a política e a economia. O fato de que historicamente os trabalhadores terem sido separados de seus meios de produção, fez com que se criasse a ideia de que esta expropriação, feita de maneira violenta, fosse parte de uma reprodução “natural” do capitalismo, de modo que aparenta não estar ligada a uma interferência de ordem política.

Dessa maneira, as relações de trabalho no sistema capitalista, parecem estar controladas por condutas próprias, como se não estivessem relacionadas a processos

políticos. O Estado traz consigo esse mesmo propósito falacioso, na medida em que se coloca como alheio à exploração e a reprodução capitalista, diluindo e atomizando as relações sob a égide de uma democracia procedimental<sup>1</sup>.

O Estado capitalista emerge como um aparente fruto de pacto entre indivíduos, estes entendidos entre si abdicam de parte de sua soberania com o propósito de buscar soluções para o convívio em sociedade. Dessa maneira, o contratualismo sob suas diversas vertentes se opõe às teses materialistas, visto que o contrato social entre Estado e sociedade não se materializa na realidade, visto que o Estado por si só, em sua essência é a representação da classe econômica, política e ideológica dominante.

Diante dessa situação, do falso contratualismo entre Estado e sociedade, aflora-se a figura do cidadão, esta que assentada sob uma perspectiva individual, negligencia as relações de classes existentes na reprodução social capitalista e na forma constitutiva classista do Estado.

Ao olharmos sob o aspecto político, a premissa da cidadania (cada cabeça um voto) nos leva a entender na existência da aparente igualdade política entre os sujeitos, ignorando as estruturas sociais e econômicas que se relacionam e se reproduzem de maneira desigual. O caráter cidadão encobre a história dos sujeitos, uma vez que distorce a relação do indivíduo com a sua classe social, persistindo a condição de desigualdade.

É mediante a fragmentação da existência social em cidadãos que se povoa o imaginário, sustentando a ruptura entre política e economia e, conseqüentemente, desligando-as do tecido social. Com isso, o Estado pode se colocar como uma instituição que procura o bem comum, no entanto, surge como a expressão de interesses dominantes, perpetuando condições desiguais impostas pelas relações de produção capitalistas.

O Estado moderno capitalista é construído sob a ideia de ente que tem o objetivo de proporcionar a racionalidade no convívio da população, ou seja, isento de interesses particulares sob o pretexto de que todos são iguais, enquanto cidadãos, bem como entre Estados-nação. Entretanto o que se manifesta na concretude é a

---

<sup>1</sup> Segundo Osorio (2014, p. 65) a “(...) estrutura da [democracia procedimental] deixa intatos os eixos de sustentação do Estado capitalista, como a separação da esfera política da econômica e a percepção do indivíduo como unidade a partir do qual se pensa a construção social.”

disputa acirrada entre os Estados no mundo na procura de acumular cada vez mais poder a fim de promover e exercer uma capacidade de coerção amparado na assimetria de forças, sejam elas político, militar e/ou econômica.

Um exemplo dessas disputas são as determinações decorridas da liberalização e da desregulamentação financeira a partir da década de 1990 consolidaram o processo de mundialização do capital, ainda que o fenômeno de financeirização das economias nacionais tenha se apresentado desde o fim do século XIX (LENIN, 2012). Assim, além de minimizar o controle do fluxo de capitais, esse novo arranjo de realização do valor impulsionou a abertura dos sistemas financeiros nacionais aos internacionais proporcionando um espaço financeiro mundial ancorado nos Estados.

Como é sabido a mundialização dos capitais proporcionou a reorganização econômica e geopolítica no mundo. Dessa maneira, os chamados países emergentes, principalmente Brasil, Rússia, Índia e China guardam determinadas semelhanças entre si, umas em maior ou menor medida, tais como avanços tecnológicos extremamente consideráveis em setores como o de defesa, nano e biotecnologia, grandes contingentes populacionais e recursos naturais imersos em imensos fundos territoriais. Tais características potencializaram a reprodução ampliada de capitais, que desde o século passado, sobretudo no início do século XXI, têm demonstrado um elevado padrão de internacionalização.

Esta lógica de internacionalização, além de inserir novos espaços de acumulação na economia-mundo por meio de ajustes espaciais (HARVEY, 2004; 2005), esse reordenamento espacial e político do mundo, incita o desenvolvimento geográfico desigual, bem como demonstra a projeção do poder das finanças na dinâmica de apropriação do espaço na constituição de território (RAFFESTIN, 1993). A centralização do capital na esfera financeira (CHESNAIS, 2005) altera o papel das instituições no mundo e traz consigo imposições que orientam a apropriação e controle do espaço sob a falaciosa égide da segurança internacional.

Essa lógica se expressa de forma muito latente nos dinamismos de *land grabbing*, *water grabbing*, *green grabbing* (SAUER; BORRAS JR, 2016; SOUZA, 2017; BOECHAT, PITTA, TOLEDO, 2017; NASCIMENTO, 2020), ou seja, em dinâmicas concretas de apropriação e espoliação de bens comuns, como a terra, a água e as florestas/recursos naturais, seguidos e ou articulados com os processos de privatização de empresas nos países periféricos, também estes mecanismos de controle de lógicas econômicas e produtivas se realiza sob uma das atividades que

sempre se configurou como atividade central do Estado, a produção e o mercado de equipamentos bélicos.

As finanças junto à nova reorganização dos Estados acarretaram, portanto, um reordenamento entre as empresas de defesa, constituindo a formação de um sistema militar-industrial ancorado no capital financeiro (MAMPAEY; SERFATI, 2005). Dessa maneira, os ajustes fiscais dos Estados nacionais atingiram os gastos públicos, entre eles o setor de defesa, ao passo que desde a queda do Muro de Berlim em 1989, não havia justificativas políticas para os governos dispenderem de vultuosas somas em relação à defesa nacional.

Essa nova configuração espacial e política levou da privatização à financeirização das empresas do setor bélico, visto que a maior parte delas dependia de financiamento estatal.

Um caso exemplar foi a privatização da Embraer em 1994, empresa esta que reflete uma política de Estado que há mais de meio século tinha como intuito a consolidação de uma inteligência brasileira no desenvolvimento de equipamentos aeroespaciais compreendidos no ramo aeronáutico, de defesa e espacial.

Fundada como uma empresa estatal com o uso e desenvolvimento de tecnologia nacional de ponta, a empresa ao longo das décadas galgou espaços de atuação em setores desprezados pelas empresas líderes de mercado. Dessa maneira, a Embraer focou no nicho dos jatos regionais, que garantiu a ela alta demanda e rentabilidade, com acelerada reprodução de valor e um ritmo ativo de apropriação do mercado, consolidando-se na liderança da fabricação de aeronaves de porte médio.

Gozando de boa reputação, um bom nível de vendas e investimentos em novas tecnologias, a Embraer estende essas qualidades aos seus produtos do setor aeroespacial de defesa. Setor esse altamente sensível visto a relevância estratégica, tecnológica e econômica da Embraer para o Brasil.

É nítido que a Embraer conseguiu catalisar seu processo de internacionalização a partir do seu fortalecimento por meio de condições que determinaram vantagens nacionais. Onde, em um primeiro momento havia fatores de produção que favorecem o ambiente, como por exemplo, a ligação com trabalhadores especializados oriundos principalmente do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), bem pesquisas correlatas com pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (INPE) e Agência Espacial Brasileira (AEB), sinergias presentes na empresa na qual desde sua criação enquanto estatal até os dias atuais.

Outro aspecto que reforça a sua competitividade no mercado mundial, são as condições de demanda da Embraer, ao passo que desde 1969, a empresa tem como cliente as forças armadas brasileiras, garantindo uma demanda de produtos e serviços.

A Embraer possui um caráter estratégico de soberania nacional, tanto pela sua condição na venda de produtos de defesa – como é o caso de fornecer equipamentos como o KC-390 (aeronave de transporte militar com alto potencial de mercado), o Super Tucano (avião utilizado pela Força Aérea Brasileira para proteção de fronteiras e da Floresta Amazônica), além do recente lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) utilizado pelas forças armadas brasileiras, corrobora também o fato da empresa ser o maior expoente no setor de alta tecnologia, compreendendo 80% das receitas do setor aeroespacial e de defesa brasileira (FERREIRA, 2009, 2018).

Esse exemplo explicitado da Embraer é apenas um dos casos que ocorreu dentro do processo de fusões e aquisições entre as organizações que tinham braços relacionados à produção ou desenvolvimento de serviços relacionados à defesa. Outros exemplos notáveis desse processo são as fusões das principais empresas aeroespaciais europeias, que ocorreram a partir da década de 1990 (IISS, 2018, p. 21).

A mundialização colocou o conhecimento tecnológico relacionado a defesa nacional não apenas como elemento de poder econômico, mas atuando espacial, uma vez que o capital especulativo manifestado pelas empresas armamentistas ganha expressividade de articulação em vários países de forma simultânea, consolidando ainda que de forma não contígua, várias dinâmicas e domínios territoriais. Esse processo reconfigura o poder, na medida em o Estado paulatinamente o “repassa” ao mercado de capitais (produtivo e financeiro), ainda que sejam os fundos públicos, em última instância, quem subsidia as principais empresas do setor bélico, desviando o caráter de bem comum que a defesa teria na constituição e na ação dos Estados nacionais.

Assim, a análise em relação ao sistema de desenvolvimento e comércio de armas oferece diferentes perspectivas, ao apresentar um caráter às armas de valor de uso e valor de troca. Quanto ao valor de uso destaca-se a interpretação que há

vinculação direta entre o processo de desenvolvimento, produção e operação de armamentos a um corpo de conhecimento técnico, dessa maneira, revela um determinado ponto de desenvolvimento tecnológico de um país, seu nível de defesa e, simultaneamente, de violência direta e em alguns casos de poder e letalidade.

Sob a perspectiva do valor de troca, os armamentos são caracterizados como mercadorias. Reconfigurando ou dando vazão ao que Luxemburgo (2010) demarcava sob o papel do militarismo na defesa do “nacional”, na articulação entre o capital industrial e financeiro e por último na dominação da classe trabalhadora. Logo, por serem instrumentos de extrema complexidade política e tecnológica e de grande valor agregado (econômica) acabam por ser limitados a um certo número de Estados, demonstrando que a faceta do comércio desse tipo de mercadoria, baseada na transferência tecnológica, é também uma das maneiras de cercear a distribuição do poder no mundo, justamente por estabelecer uma relação direta entre desenvolvimento econômico e modernização militar.

Tal aspecto é explícito em alguns seguimentos de armamentos, como o de aviões de combate. Poucos países produzem caças de 4ª ou 5ª geração, alguns outros poucos são autorizados pelos países fabricantes a possuírem este tipo de tecnologia.

Esse contexto cria um arranjo simbólico aos armamentos mais complexos e modernos. Ao passo que o desenvolvimento ou a compra de armas se torna uma prática de garantia de segurança, defesa do território e *status* (poder) na ordem militar global.

A detenção de conhecimento no desenvolvimento tecnológico de armas, bem como a sua posse pela compra, traz uma representação subjetiva acerca da hegemonia no mundo. Tal conduta induz o pensamento de que dessa maneira o país alcançará a autonomia estratégica em relação a dissuasão de ameaças e agressões (VAZ, 2018).

Diante das considerações iniciais, este trabalho analisou as determinações territoriais que o Estado-nação imprime ao exercer suas políticas nacionais de defesa visando a autonomia estratégica. A partir da análise comparativa dos gastos públicos, transações comerciais que remetam à exportação e importação de armas e serviços relacionados a defesa nacional de Brasil e Índia, bem como o grau de intensidade desses fluxos comerciais considerando a América do Sul e o Sul da Ásia, passou a compreender que as determinações territoriais são estado e movimento das práticas

e estratégias das formas estatais no processo de apropriação do espaço em direção à hegemonia (SOUZA, 2018). Essas práticas/estratégias apresentam rebatimentos nas relações sociais de produção no âmbito interno, mas simultaneamente nas relações de poder do seu entorno geográfico, do entorno territorial estratégico (SOUZA, 2018).

A escolha da análise por meio dos fluxos de armas se deve ao fato de que o domínio tecnológico, bem como o estoque de armamentos reflete o exercício de poder de um determinado Estado dentro da disputa por poder no sistema interestatal. Ao passo que o armamento em si se manifesta como instrumento da força, da violência e conseqüentemente, determinante da política.

Dessa maneira, inverte-se a ordem de que a “guerra” inicia-se onde a política não atinge, na verdade o conflito é resultado da força materializada na política, sendo uma intrínseca à outra, uma vez que o poder bélico nunca esteve ausente da diplomacia. Mesmo que a violência por si não necessite de armamento para se externalizar, o armamento se caracteriza por otimizar e potencializar a violência por meio de instrumentos tecnológicos, que garantem maior efetividade da ação violenta (ASSIS; SILVA; ZAGUE, 2018).

O desenvolvimento das formas de emprego da violência se modificou ao longo do tempo de acordo com as necessidades. Com a formação dos Estados nacionais os armamentos serviram para estabelecer um dos principais elementos de sustentação do Estado moderno, ao demarcar termos da política pelo monopólio da violência e, conseqüentemente, da coerção do/sobre Estado-nação.

Tendo em vista esse contexto apresentado anteriormente, em que revela como o poderio bélico influi no exercício e projeção de poder de um país, propomos analisar esse processo entre Estados que são vizinhos e compará-los com outros países e regiões do mundo. Para tal, é apontado o conceito de entorno estratégico.

O entorno estratégico é tido como a região compreendida dentro das projeções de interesse de determinado país (AQUINO, 2018). Entretanto, para o Brasil o consideramos de igual valor para sua vizinhança, isto em decorrência da variação do entorno estratégico brasileiro delimitado pelos documentos da Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa entre suas atualizações, devido a rupturas na política externa brasileira de um governo para outro nesta última década, ao passo de não integrar de maneira plena, ações diplomáticas, políticas de defesa e desenvolvimento econômico.

Logo, na análise feita nessa dissertação, esse conceito levantado pelos documentos oficiais será tratado de forma diferente, pois além de uma relação de vizinhança, o que se observa é o exercício de poder e estratégias para aumentar a projeção desse poder entre os Estados, por isso será adotado a conceituação de entorno territorial estratégico, no sentido de evidenciar a relação entre território e poder.

A escolha por comparar Brasil e Índia, se deve ao fato de que ambos os países possuem semelhanças no protagonismo global no início do século XXI. Contam com extensos territórios e recursos naturais, litorais articulados com o resto do mundo, guardam um contingente populacional elevado se comparado com os outros países e despontam potencial de lideranças políticas e econômicas em suas respectivas regiões, na tentativa de tornarem-se potências mundiais.

Entretanto, mantem-se como principal diferença entre Brasil e Índia a pacificidade em seus entornos territoriais estratégicos.

O Brasil historicamente possui uma relação pacífica com os países vizinhos, ao passo que a última guerra de grandes proporções entre os territórios sul-americanos ocorreu há mais de um século e meio. Este último evento foi a Guerra do Paraguai (1865-1870), que minou a economia em maior medida autossuficiente da época no subcontinente, dessa maneira houve a integração e inserção por completo da bacia do Prata ao sistema interestatal, em um primeiro momento sob o domínio inglês, sobretudo no século XIX e posteriormente estadunidense após a Segunda Guerra Mundial.

Logo, a Guerra do Paraguai tornou-se um marco histórico na América do Sul, não apenas por ser o último e maior conflito, mas devido às suas consequências. A principal desse impacto é de o Brasil se afirmar como uma hegemonia na região, tendo em vista suas dimensões territoriais, demográficas e econômicas, e, principalmente, em relação a sua política externa alinhada aos interesses da política externa estadunidense.

Por outro lado, o subcontinente indiano historicamente enfrenta rugas em relação em relação ao controle territorial na região. O caráter geográfico diversificado no nordeste dessa região ao mesmo tempo protegeu e impediu o subcontinente indiano ao longo da história de invasões seja do Império Mongol de Gengis Khan, da civilização chinesa e da União Soviética, ao passo que propiciou a ocupação dos vales através de uma densa rede fluvial vital para o abastecimento e a agricultura local.

Se por um lado a fronteira nordeste é de difícil acesso por causa do relevo e o clima hostil do Himalaia, ainda é fruto de conflitos como foi o caso da Guerra Sino-Indiana em 1962, que recentemente teve mais um resquício de rugas entre os dois países. Ainda há pendências acerca das fronteiras ao norte da península indiana que envolvem também a China e o Paquistão, bem como ao noroeste, esta exclusivamente com o Paquistão.

Observa-se dessa maneira a iminência de conflitos nas fronteiras indianas, principalmente com Paquistão e China, ambos de posse de armas nucleares, bem como litígios internos relacionados aos movimentos separatistas nas regiões da Caxemira e do Punjab.

Logo, a Índia se localiza em um espaço historicamente fruto de disputas entre diversos povos e civilizações. Entretanto, a ambição de Grande Potência assumida pela sua política externa desde sua independência, em 1947, se dá em um esforço nacionalista que revisita o passado como uma das maneiras de assegurar sua posição enquanto unidade territorial que praticamente se mantém a mesma ao longo da história da civilização indiana.

Para o alcance de potência global a Índia tem se afirmado como potência regional no Sul da Ásia. De modo que durante a Guerra Fria, estabelece boas relações com a União Soviética, Inglaterra e França, principalmente para a compra de armas, ocasionando uma corrida armamentista na região, e posteriormente um alinhamento junto aos Estados Unidos. Tal postura se apoia na ideia de que a Índia não poderia ter dependência de um único fornecedor de armamentos, o que por sua vez causava um caos logístico no emprego e manutenção desses diferentes equipamentos bélicos.

Tendo em vista que é preciso compreender a consistência da relação estabelecida entre os países e suas respectivas regiões, tal processo analítico será realizado por meio das trocas comerciais de produtos e serviços relacionados à defesa entre Brasil e Índias com seus respectivos entornos.

Em relação ao período, foram priorizados dados para a análise que compreendem os anos de 1990 até 2020. Esta opção metodológica, vai ao encontro do avanço das políticas neoliberais orientadas a partir do Consenso de Washington, bem como uma nova organização do sistema interestatal voltada com maior intensidade para o multilateralismo. Dessa maneira, propõe-se investigar os efeitos causados por essas políticas e posturas de política externa no que concerne o

comércio de produtos bélicos pelo Brasil e pela Índia e seus respectivos entornos territoriais estratégicos.

No primeiro capítulo é tratado como a própria construção do Estado por meio de suas formas políticas, sociais e jurídicas está alinhada com a reprodução do capital. Tal processo e reflexão acerca da constituição do Estado no sistema capitalista nos leva a compreender sua função dentro da reprodução do modo de produção capitalista, bem como analisar sua inserção em diferentes períodos de acumulação e expansão do capital.

A partir da atuação do Estado no capitalismo é essencial explorar como se dá a sua reprodução no período do capital mundializado. O entrelaçamento entre capital financeiro e Estado é primordial para se investigar como se dá a junção em um primeiro momento entre o ente estatal, indústria de defesa e capital financeiro. Dessa maneira, é possível examinar como a economia de defesa possibilita por meio das políticas territoriais do Estado a valorização capitalista do espaço.

O segundo capítulo tem como objetivo explorar áreas como os Estudos de Defesa e a Geografia Política contribuem para se pensar políticas territoriais de defesa. Para tal, discute-se as diferenças entre defesa e segurança, como os discursos geopolíticos e a Geografia Política reorganizam os espaços mundiais, além da função que as guerras e a busca pelo poder exercem nas disputas e expansão dos Estados nacionais.

Por fim, no terceiro capítulo é feita a análise acerca das relações comerciais das indústrias de defesa de Brasil e Índia entre 1990 e 2019, tendo em vista os valores comercializados e os principais países parceiros e compradores de armamentos dentro do entorno estratégico de Brasil e Índia.

# **1 A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO COMO FERRAMENTA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

## 1.1 As formas do Estado

Para compreendermos a aglutinação entre política e Estado, é preciso analisar a postura histórica, estrutural, contraditória e dinâmica da instituição estatal dentro da totalidade da reprodução social. O estudo do Estado deve fundamentar-se na crítica da economia política capitalista amparada na totalidade social.

Nesse sentido, o seguinte capítulo apresenta como o Estado se constituiu como elemento institucional indissociável à reprodução capitalista. A sua atuação confere a ação das formas política, social e jurídica como aspectos e manifestações intrínsecas para o desenvolvimento da lógica do modo de produção capitalista, em que a política e o direito servem de maneira ideológica na sociedade, ao mascarar a essência desigual da apropriação do capital por meio de conceitos como a liberdade.

A maneira como o Estado se demonstra hoje não foi permanente e imutável durante toda a organização política no desenvolvimento das sociedades. O Estado tal qual o vemos atualmente é uma materialização estritamente moderna e capitalista. Nos modos de produção prévios ao capitalismo, a divisão entre dominadores e dominados não era parte estrutural do processo, uma vez que as mesmas classes e indivíduos<sup>2</sup> controlavam tanto os aspectos econômicos, como os políticos.

Mascaro (2013) assinala que para entendermos a maneira como se manifesta o domínio político do Estado é preciso compreender o fenômeno capitalista. Ou seja, por mais que o ente estatal seja blindado como um aparelho impessoal (contratualista), dentro de sua natureza esconde-se como aparelho privado da classe dominante.

As relações de produção capitalistas organizam-se historicamente em um formato social que separa os meios de produção dos trabalhadores, ao passo que a relação que é estabelecida por meio desse movimento se mantém por intermédio da venda da força de trabalho mediante aos salários. A troca das mercadorias é o elemento essencial para engrenar esse sistema de expropriação, pois ao transformar a força de trabalho em um bem “comercializável” não se faz à olho nu a violência física da apreensão da força de trabalho, ou seja, a mercadoria faz a mediação universal da usurpação do trabalho, chantagem esta que é garantida pela alegoria estatal.

---

<sup>2</sup> Podemos tomar como exemplo os senhores de escravos ou os senhores feudais, ambos tinham sob o seu domínio o poder econômico e político por mais que houvesse instituições, como a religião, que lhes garantisse suas respectivas posições dentro da sociedade.

Dessa forma, o Estado desperta como o engenho intrínseco para a reprodução capitalista, pois ele emerge com a função específica junto às atividades capitalistas no intuito de garantir sua reprodução, além de ratificar a exploração da força de trabalho assalariada e a troca desta como mercadoria.

Para legitimar a posição estatal frente as ações capitalistas, o Estado traz consigo regimentos jurídicos que se consolidam pelo aparelho estatal para a benesse dos capitalistas. Dessa forma, o sujeito de direito e a liberdade estendem-se como instrumentos que esvanecem dominadores e dominados, dissimulando uma contradição materializada pela luta de classes.

A renovação sistemática da exploração do trabalho assalariado corrobora para a atomização da política nos indivíduos. Depreende-se dessa maneira o amálgama entre Estado e capitalismo, ao passo que a atividade estatal desempenha o estímulo para o funcionamento da engrenagem dentro da relação de exploração. A separação do Estado frente as classes e os indivíduos é elemento central da reprodução do capital, onde o agente estatal e suas normas jurídicas garantem a forma da propriedade privada e da mercadoria na relação entre capital e trabalho.

Vemos que a instituição estatal não serve apenas como uma ferramenta que legitima a violência no processo de reprodução do capital, mas é por ela que se constitui a sociedade nos moldes capitalistas. Ao passo que o nível político ao ser apartado dos agentes econômicos, proporciona a constituição de subjetividades que possam atribuir-lhes regalias jurídicas e políticas que ratificam a reprodução da exploração, na lógica de uma produção e circulação de mercadorias, e os trabalhadores.

Ao colaborar para transformar dominador e dominado em sujeitos de direito, as liberdades individuais passam a estar sob a égide de um único estatuto político circunscrito na concretude do território-capital. Dessa maneira, o Estado constitui o espaço de comunidade, da fusão entre trabalhadores e donos de meios de produção que se esconde no símbolo da nação<sup>3</sup>, quando em verdade demarca as relações concretas de apropriação deste espaço configurando territórios de extração do valor.

---

<sup>3</sup> Segundo Moraes (2005), o espaço geográfico é consciente e pode ser analisado de três formas. A primeira diz respeito ao horizonte geográfico, correspondente ao espaço que é vivido, o espaço cotidiano. A segunda condiz ao pensamento geográfico, caracterizado por discursos apresentados nos diferentes códigos de linguagens que, sobretudo, fazem uso do geográfico em parte da sua construção e, por fim, as ideologias geográficas que dizem

O Estado constituído como instituição da sociedade demonstra a condensação das relações de poder que emergem no advento do capitalismo. A criação de instituições dentro da estrutura estatal representa justamente um tempo e um espaço específico dessa condensação de poderes que apenas atuam dentro da relação indispensável de valorização do capital.

A origem da relação direta entre capitalismo e Estado tem como princípio o desenvolvimento do próprio capitalismo. Esta relação tem como materialidade atravessada na luta de classes, que revela o cenário da economia e da política dentro das relações mercantis, demonstrando que as formas políticas e sociais do capitalismo são lastreadas de acordo com a forma valor, confidenciando a natureza da forma política estatal, consolidar mecanismos de representação de igualdade de direitos, a política, um mecanismo de dar aparência de neutralidade à célula central do capitalismo, o próprio Estado, e simultaneamente a realização e as formas desiguais de apropriação do valor.

Logo, a forma política diante de sua complexidade se revela como um aspecto central na análise do militarismo uma vez que esta se coloca como unidade de poder que promove a separação entre o político e o econômico. Entretanto, o que se verifica é que o caráter militar apontado atualmente nas sociedades e nos Estados nacionais tem em si interrelação com a forma econômica.

A forma política desenvolvida a partir do avanço capitalista somado junto ao nascimento do Estado moderno nacional, insere a ideia de nação e pátria para criar uma representação de unidade coletiva entre os indivíduos de uma mesma sociedade, à medida que a nação se apresenta como elemento de diferenciação no plano externo. Dessa maneira, se alavanca a concepção de defesa do território e do bem comum nacional, ao passo que a forma política estatal cria e passa a se apropriar de um ideal defesa, transformando-a em uma forma-valor.

---

respeito a direcionamentos políticos na produção e reprodução do espaço, ao passo que tem a capacidade de influenciar as relações sociais existentes. Dessa maneira, o estudo da história do pensamento geográfico transborda a ciência geográfica. É possível encontrar temáticas da própria geografia em outras disciplinas, bem como analisá-las em outros moldes de representações que se somada ao esforço de tomar a interpretação das ideologias geográficas, torna-se passível da perspectiva política em questão. Por meio da assunção de valor simbólico que é produzido e reproduzido, incentiva-se a prática social na construção de representações de espaços e suas políticas, a fim de legitimar e convencer que as contradições da realidade são algo natural. A ideologia geográfica do nacional foi usada como mote para a constituição e manutenção do território dos Estados Nacionais, tal como é observada na formação territorial brasileira.

Segundo Luxemburgo (1970) o militarismo tem uma tripla função, todas essenciais ao desenvolvimento capitalista. A primeira diz respeito ao seu papel nas conquistas de novos espaços de acumulação no planeta, submetendo esses novos espaços em fronteiras de espoliação e acumulação, consistindo em uma arma na concorrência dos países no sistema interestatal na defesa de seus interesses econômicos; sob outro aspecto o militarismo também se manifesta como um campo de acumulação por excelência, à medida que a partir dele há a captura da mais-valia e se mostra uma área de investimentos para o capital financeiro e industrial; por fim através dele pode ser feito o uso da violência à ações que se manifestem contrárias ao interesses capitalistas.

As formas sociais são construídas pelas relações estabelecidas entre os seres humanos mas, ao mesmo, tempo também balizam as interações institucionais, assumindo concomitantemente uma postura dialética de construído e construção. Ao olharmos para as sociedades capitalistas, observamos que a acumulação de capital, mesmo com a contradição entre trabalho e capital, é guiada por formas sociais como a mercadoria, valor e a subjetividade jurídica, estas amparadas pelo processo mercantil, o que materializa as trocas, principalmente, a da força de trabalho.

O processo de trocas, segundo Pachukanis (1988), se estabelece como um contrato, não necessariamente fazendo uso da força ou de comando unilateral, mas por meio de formas próprias nos domínios jurídico e político que o constituem. A partir da esfera política, mesmo que controversa aos próprios sujeitos, há o concreto reconhecimento do atributo jurídico dos indivíduos, o que passa a garantir a exceção de vínculos, sejam eles do capital ou dos direitos subjetivos. Ou seja, no desenvolvimento da reprodução social capitalista, a partir das trocas emergem formas jurídicas e políticas estatais que se correspondem historicamente de maneira relacional.

As formas são inerentes as relações sociais e consigo trazem uma variedade de vivências sociais que foram se transformando no espaço e no tempo. No modo de produção capitalista, a generalização das trocas instala uma forma econômica: a forma-mercadoria. Esta forma à posteriori caracteriza a totalidade das relações sociais, entre elas o dinheiro, a propriedade privada, a mais-valia, o sujeito de direito e o trabalho assalariado. Isto é, se a forma-mercadoria é parte constitutiva da concretude capitalista, ao mesmo tempo ela é também base dessa mesma materialidade.

Dessa maneira, a forma social não é um instrumento capitalista que integra o mundo a partir de uma abstração com aspectos exteriores ao social. Ao contrário, é componente da concretude nas quais as relações sociais estão assentadas. A chave do capitalismo foi estruturar as formas sociais mediante o engajamento das relações sociais de troca, principalmente, ao assalariar o trabalho. Este movimento permitiu que o valor de uso, por exemplo, fosse estruturado como mercadoria.

Atribui-se às mercadorias a forma de valor de troca universal, tendo a equivalência no dinheiro. Neste processo do trabalho abstrato ao dinheiro, a mercadoria se molda no valor de troca. Entretanto, para que o dinheiro se admita como o equivalente geral das trocas, ele necessita da constituição de um campo de garantia para o equivalente em questão que seja externo aos agentes econômicos. É então que se funda a base do Estado moderno capitalista, justamente para a segurança da reprodução social do capital, de um ator externo que lhe garanta a circulação da forma-valor-mercadoria.

A sociabilidade do capital apenas é possível quando o poder político não está sob a autoridade da classe dominante. A organização da apropriação do capital e da mercadoria, bem como a garantia dos nexos nas trocas mercantis apenas se efetivam diante da juridicidade das subjetividades, ao passo que as formas capital, valor e mercadoria se estendem na forma jurídica e na política estatal.

O Estado permeado por conflitos sociais e pressões pode se manifestar também um antagonista de certas relações econômicas do capital. A fragmentação entre o político e o econômico possibilita a valorização do valor, manipulando suas formas. Dá-se, assim, o contorno típico que é a contradição, exatamente como parte da respectiva separação e do apresamento do dividido.

As formas sociais alicerçam, fixam e definem práticas, decisões e projeções, que se expressam como ou em relações sociais. Elas não são elaborações que passam pela aceitação dos sujeitos, mas atuam no ponto da formação das individualidades e das subjetividades, mesmo que fixadas em um movimento que traz dentro de si e em si o signo da contradição. É justamente por esse fato que as formas sociais capitalistas facilitam a composição da reprodução social.

O aparato da forma política engajada no perfil do Estado faz desta instituição alheia ao trabalho e submissa ao mando econômico do capital, de modo a assegurar a política fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista. A partir do momento em que as trocas se difundem, também o trabalho passa a ter o propósito

de troca, logo, os indivíduos dentro desse novo mercado de negócios passam a ser apagados, seja em seus aspectos enquanto classe ou cultura, abreviando-se como objetos iguais que podem vender e trocar sua força de trabalho livremente.

O instrumento político além de garantir por meio da instituição jurídica, as trocas, também protege a apropriação formal do valor pelo sujeito, enquanto propriedade privada. Mesmo que o aperfeiçoamento institucional não seja igual, as formas política estatal e jurídica são oriundas da realidade materializada na forma-mercadoria, como fruto das relações sociais.

Dentro da totalidade social, a primazia do econômico não é feita às custas do político, mas em sincronia com ele, estabelecendo a unidade na multiplicidade. O político e o jurídico por sua vez determinam no interior do todo as relações de produção, em um processo dialético com o econômico constituindo a sociabilidade capitalista.

Em sociedades do passado houve, em alguma medida, o afastamento do poder político do poder econômico. Entretanto, apenas as relações sociais de produção capitalistas puderam conceber as formas sociais, tais como, a forma-valor, a forma-sujeito de direito e a forma-mercadoria. É no entrelaçamento estrutural desse complexo que a forma-política se apresenta.

A separação entre o político e o econômico na formação do capitalismo é fundamentalmente contraditória, fortalecendo a luta de classes e, conseqüentemente, a exploração entre grupos sociais. A luta de classes concretiza e aflige as formas sociais, logo, a oportunidade de entender os movimentos da materialização da forma política atravessa o dinamismo da luta de classes.

O fator da formação do político por meio do econômico é material e relacional. Refere-se à confluência de relações sociais de produção, dominação entre classes, demandas, instituições, poderes e ideologias que são amparadas pelos Estados principalmente por meio da dimensão bélica, à medida que se desenvolvem a reprodução ampliada do capital.

A forma política se materializa por intermédio das instituições políticas. Por exemplo, o dinheiro ao se evidenciar como o equivalente geral de trocas no capitalismo, obedece a certas institucionalizações do Estado para sua garantia. Dessa maneira, a forma-dinheiro mostra-se vinculada indispensavelmente a forma política estatal. Logo, criam-se instituições e parâmetros para suportar a demanda, visto que a exclusividade na emissão da moeda, o controle da inflação e a conversibilidade

apenas é possível quando materializadas por instituições governamentais e administrativas como, respectivamente, os ministérios da fazenda e os bancos centrais.

A política organiza-se no capitalismo a partir de uma forma específica, a estatal. Evidencia-se como o ingrediente essencial para a totalidade da reprodução do capital, uma vez que, simultaneamente, se concretiza e imprime as instituições políticas.

As trocas capitalistas constituem uma forma política que intrinsecamente separa os portadores de mercadorias, revelando-se, dessa maneira, em uma forma que seja alheia, “pública”, para certificar as exigências da reprodução do valor. É a forma política que concebe, goza, ausenta, reforma ou talha as instituições sociais, tanto as que já existem bem como as novas, mesclando-as à forma de reprodução da vida social que vai se estabelecendo.

As instituições políticas e sociais do capitalismo são originadas ou alteradas em um processo de convergência à forma, segundo Pachukanis (1988). Entretanto, a forma moderna das instituições compõe-se por meio dos traços característicos da reprodução social, estes constituídos de costumes da prática social vigente. Não é porque na Roma Antiga havia o Senado que a instituição moderna seja estruturalmente e funcionalmente igual à do passado, pois as instituições são redesenhadas conforme as formas sociais de sua época.

Embora haja instituições que atravessam milênios na forma política estatal, elas só podem ser dimensionadas e compreendidas no decorrer das relações da dinâmica de reprodução capitalista. Mesmo que aspectos próprios e sua história interna leve a crer particularidades, não são bases materiais. Um exemplo é o caso da soberania, ao passo que é um fundamento de identidade entre Estados. Este pode ser meramente uma formalidade jurídica do reconhecimento da autonomia política por outros Estados, que pode ignorar outras bases como os aspectos econômicos e militares que possam lhe sustentar a integridade autoridade e poder. Não é por meio de singularidades isoladas que a forma política estatal se fixa socialmente e é reconhecida.

A relação estabelecida entre instituições políticas e a forma política são factuais, uma vez que é permeada pela luta de classes. Dessa maneira, explica-se as diferentes instituições políticas nos Estados capitalistas que mostram seu dinamismo próprio na interação social, como aponta Mascaro (2013, p. 34):

Não há um conjunto institucional “padrão” para a forma política estatal. É um engano, por exemplo, associar estruturalmente capitalismo a Estado democrático de direito. Se a forma-mercadoria demanda uma forma política estatal, esta pode se consolidar em instituições estatais democráticas, conforme um tipo específico de arranjo das classes no capitalismo. Mas também pode haver graves crises na reprodução do capital, exigindo, contra a democracia, arranjos políticos ditatoriais ou mesmo fascistas.

Variadas relações podem estar entre o Estado e os corpos ideológicos. Há ideologias complementares à política, com vias de variar a proximidade e a relevância diante das transformações históricas e sociais. Se o Estado se mostra como o ente principal de condensação das relações de poderes na sociedade, a partir dele se materializam as instituições ideológicas próximas, como a educação pública, concretizando as relações, de maneira variável, da forma política por todo o social.

Logo, na materialidade da forma política na entidade estatal existe uma multiplicidade de órgãos imediatos e de instituições sociais que variam de acordo com as relações sociais do modo de produção capitalista. As instituições políticas orbitam em torno do eixo político da sociedade, podendo algumas serem identificadas como correlatas e outras são internas ao Estado.

Nas sociedades capitalistas, o âmago da política solidifica-se no aparato do Estado. Tal aparato decompõe-se em específicos e diversos aparelhos que o integra. De modo geral, pode-se denominar o Estado como um aparato social que ampara aparelhos específicos, como o de defesa nacional e o judiciário.

O aparelho específico da defesa nacional é mantido sob a égide da soberania nacional. É por meio dela que se origina um dos atributos institucionais com maior identidade do Estado, pois é por intermédio da ideia de soberania que se edifica o ente estatal. É acerca da ideologia do nacional que se cria a ilusão de um inimigo externo, e que para contê-lo ou dissuadir sua possibilidade de ataque configura-se a necessidade da defesa nacional.

Entretanto, o que se observa na nova organização dos Estados no sistema interestatal, no fim do século XX e início do século XXI, por meio dos estudos de defesa e do desenvolvimento de sistemas industriais-militares é de que a produção, destino, e o comércio de armas ocupa um papel central nas macroeconomias. Ao passo de que a defesa nacional é pautada pelo amálgama entre Estado e indústria de defesa, descortinando a inicial premissa de soberania entre os Estados, uma vez que

as empresas se apropriam da função de Estado na proteção do território nacional para realizar valor, ou seja, transformando a defesa nacional em uma mercadoria.

De igual modo, está disposto o Estado e o direito. Mascaro (2013) explica que há uma interpretação juspositivista que entende o Estado e o direito como pontos distintos de um mesmo fato, ao passo que o jurídico é concebido pelo político. Ou seja, o Estado por meio da soberania funda o direito, instituindo normas jurídicas resguardadas pelo ente estatal.

Pela ótica juspositivista, o Estado como instituição do poder, diferencia-se dos outros poderes da sociedade, pois é ele quem sanciona as atribuições das normas. Logo, a ação estatal é um ato do direito administrativo e público.

O afloramento do sujeito de direito é característico das relações de produção do capital. A produção e as trocas fundamentadas na espoliação da força de trabalho constituem socialmente o sujeito de direitos subjetivos. Historicamente, o entrelaçamento entre o jurídico e o estatal foi proporcionado pelas revoluções liberais nas quais a burguesia construiu o Estado e o direito como formas vinculadas uma à outra.

Cabe ressaltar que em eventos extremos como as ditaduras militares na América Latina, governos autoritários de alguns países árabes, asiáticos ou africanos, estendendo até o nazifascismo, a subjetividade jurídica é reduzida, reprimida, mas se mantém a garantia de um mínimo que permita o dinamismo da reprodução capitalista. O sujeito de direito pode perder diversas garantias civis como o direito ao voto, o reconhecimento da identidade cultural, a tolerância de gênero, étnica e religiosa, mas não perde direitos no que tange à liberdade de venda da sua força de trabalho em troca de salário.

Dessa maneira, o Estado é apresentado como o Estado de direito, ao organizar a plena reprodução das vontades políticas a partir de atos estatais mediante formas jurídicas e, concomitantemente, o direito institui diretrizes, garantido e sustentado pelo Estado.

A autonomia estatal mostra a materialidade e os desenhos de seu torso organizacional em torno da própria força estatal. Com a valorização do valor é possível a procura da origem da forma política onde, em sua separação com o econômico, dá-se a autonomia do Estado. A força econômica, política e militar é complementar à autonomia que provém das relações sociais capitalistas.

Daí que instituições como o Estado são instigadas ou mesmo apropriadas pelas pressões de frações de classes, ao passo que a política estatal dê voz às vontades. Ao pensar os governos dentro dos Estados, acabam por ser, contraditoriamente, prisioneiros, em maior ou menor proporção, de capitais agrícolas, industriais, e/ou do capital financeiro, espoliando os territórios com a forma-valor e a expropriação do trabalho.

O Estado autônomo em relação aos indivíduos e classes só é possibilitado a partir da própria relação social que o capitalismo implanta na sociedade. Tal autonomia é transversa de contradições nas quais o Estado se assenta e consolida-se como o ente político do capital, lúcido, estratégico e eficaz.

Quando se estuda as sociedades pré-capitalistas, percebe-se que a união entre poder econômico e político não é tão bem delineada como atualmente. No modo de produção escravista, por exemplo, os senhores ocasionam uma ação política de contornos instáveis que varia em situações de alcance e perspectiva dentro de cada sociedade. Algumas sociedades antigas apresentam o poder centralizado na figura de um senhor, tal como o caso egípcio, e outras que demonstram uma maior distribuição do poder e melhor interação política, como bem exemplifica o caso romano. Entretanto, nesses povos não é possível identificar o poder e muito menos uma administração compartilhada ou comum aos senhores como um elemento alheio a eles e terceiro à relação de exploração entre senhores e escravizados. O que ocorre nessas sociedades são condições singulares de mando senhorial partilhado de uma ação política comum, esta que não é materializada em nenhuma instituição separada dos senhores. Apenas o sistema capitalista que estabelece essa separação por meio de instituições.

O modo de produção capitalista, por sua vez, não cria a mercadoria, mas a modifica. A qualificação do circuito de troca das mercadorias e da forma geral de reprodução do capital são aspectos que não se desenvolveram nas antigas sociedades, ao passo que havia mercadoria, mas o trabalho não poderia ser considerado como tal, justamente pela postura da escravização ou do caráter vassalo. Mesmo que tenha tido o avanço dos aparelhos de controle da circulação de mercadorias, elas continuaram dependentes da forma de reprodução econômica escravagista e servil.

Segundo Mascaró (2013), a partir do momento em que a força de trabalho se torna mercadoria acontece a transição qualitativa da mercadoria como uma das

formas de reprodução social capitalista. Por meio dessa mutação que os aparatos políticos das antigas sociedades deixam de ser o que eram para se organizarem sob a égide institucional como Estado.

No processo de aparelhagem da forma política estatal, observa-se o estabelecimento da forma-mercadoria e da reprodução capitalista enquanto um novo modo de produção. O Estado emerge historicamente antes, enquanto a forma política estatal aflora posteriormente. A unificação de territórios sobre instituições organizadas como Estados dá-se sobre as relações típicas da fragmentação feudal, logo, a manifestação da forma política em meio a esse processo dá identidade ao Estado como a entidade que separa os indivíduos e as classes, consolidados pelas revoluções burguesas.

Podemos tomar a transição da Idade Moderna e a Idade Contemporânea como o período de solidificação da forma política estatal, que aparta categoricamente a burguesia e os senhores de terras, processo este compartilhado por Estados que partilham do mesmo ciclo econômico de capitais. É diante desse contorno que se acentua a dinâmica desigual do capital, que agora sujeita a acordos econômicos e políticos determinados externamente, desenhando territórios à margem de um núcleo que dita a vivência política e a subserviência econômica.

Dentro desse processo contraditório entre os Estados não são todas as instituições que são incorporadas, embora conforme o tempo estas se renovam para atender aos novos encargos no que tange as relações de comunicação entre Estados, desde que toque à circulação geral do capital. Consequentemente, o Estado é uma figura que se mostra a todos, ao passo que para a exploração, os novos encargos são construídos e transformados iguais para as trocas e, por conseguinte, para o ingresso de seus desejos dentro do projeto formal do Estado. Ou seja, o Estado dos senhores passou a ser o Estado sobre todos.

Logo, o Estado ao assumir o papel de terceiro em relação aos sujeitos não representa que seja uma instituição estranha à vida social. O fato de se colocar como um terceiro poder faz do ente estatal uma função crucial na reprodução da dinâmica capitalista. Portanto, o movimento das lutas de classes, indivíduos e grupos se mostra na esfera política, atravessada pela forma estatal. Ao passo que a luta de classes é talhada pelo Estado, este também está fixado nas contradições e conflitos das sociedades capitalistas. Dessa maneira, a forma política estatal não é um resultado

tão somente das lutas de classes ao longo da história, mas da organização das trocas mercantis sob os valores capitalistas.

A luta de classes por mais que tenha origem no ponto econômico, também se demonstra no grau político, uma vez que o político deriva das formas sociais que concebem a luta de classes. Sendo assim, a luta de classes é reestruturada e aperfeiçoada conforme a ação política. Ela está na gênese da forma econômica enquanto forma política que lhe é característica.

As contradições oriundas das lutas de classes nas relações sociais capitalistas, são regularmente reconfiguradas pela ação política estatal. Os diversos arranjos e encargos que o Estado acolhe no capitalismo se desvendam a partir do movimento da luta de classes. Com exceção de crises acentuadas que coloquem em ameaça a própria reprodução do valor e a manejo da forma política estatal, o Estado se lança para a manutenção da luta de classes em seu interior, justamente para esculpir o movimento da luta de classes por meio de aspectos políticos. A forma estatal comprime em si um estresse contínuo por instalar a luta de classes conforme orientações políticas.

O Estado por mais que pareça domínio dos capitalistas, apresenta-se exatamente como a forma política do capitalismo em sua essência. Por meio das contradições intrínsecas como terceiro da relação entre trabalho e capital, o Estado também está atravessado em outras teias de poder na sociedade, como raça, crença, patriarcado entre outros, pois o capitalismo quando expandido ao novo mundo aparta o capital branco do trabalho indígena e negro, concretizando e conservando aparatos políticos típicos do preconceito.

Mesmo que o Estado admita formalmente entidades maiores que a figura do indivíduo, como é o caso dos sindicatos, perdura a relação individual entre o trabalhador e o capitalista, concedendo demandas na esfera jurídica que estão presas às lutas de procura por maiores direitos já que os vínculos legais estão atomizados em cada sujeito.

Outra função da forma política é dada pela noção de estrangeiro e nacional, uma vez que estas determinações são marcadas pelo próprio Estado. Aspectos políticos para a nacionalidade são colocados pela identificação de povos a uma territorialidade que, na maioria das vezes, são objetos de violência estatal, visto os massacres que ocorrem contra indígenas em suas reservas.

O território, visto como construção histórica, admite-se como um espaço compreendido pela influência política<sup>4</sup>. Logo, a fronteira assume igualmente enquanto construção política e ideológica, ao passo que orienta não apenas a conquista da terra, mas também a “legitimação” dos objetivos que são assimilados pela forma social e política implicadas nesse processo (MORAES, 1988).

Dessa maneira, a instituição estatal fixa-se no tecido social, auferindo a história diante de sua complexidade e contradições, mas não toma para si o legado de maneira passiva. Por meio do rearranjo das identidades, dos conhecimentos, da obediência das classes e suas frações e dos sujeitos que o Estado esculpe o tecido social.

A ação política dentro do capitalismo converge para o Estado, entretanto, não pode levar-se em conta que a instituição estatal desenha apenas para determinar a atividade jurídica. O estado mescla no caráter estrutural, funcional e formal outras instituições sociais que lhe são caras. O acoplar entre Estado e tais instituições sociais possibilita interpretar a política no tecido social capitalista, como Estado ampliado.

Quando se trata a respeito do Estado ampliado, sobressai a noção de aparelho ideológico do Estado, pensada por Althusser (1970). Tal conceito demonstra o Estado amplificado para além de seu aspecto normativo ou de centralidade administrativa e governamental ao demonstrar que a influência ideológica não é um imperativo direto de uma classe por cima de outra.

Apesar do capitalismo se fixar por meio de relações sociais contraditórias, seja de sujeitos ou de concorrência, a luta de classes guarda para o Estado a função fundamental de presentear a ele margens amplas de segurança para a reprodução das relações de produção, desde o âmbito da infraestrutura, bem como do aspecto ideológico.

O sistema educacional, por exemplo, tem esse papel de preparar, segmentar, orientar e instrumentalizar os indivíduos para ofícios na divisão social e territorial do trabalho, fomentando a cisão de classes. Além da educação, podemos tomar como

---

<sup>4</sup> A busca de um projeto de unidade nacional ao longo da formação territorial brasileira, sempre teve como elemento principal a conquista do território, ao passo que este garantiria à consolidação de um povo brasileiro, atribuindo a diversidade e as qualidades do espaço também a nação brasileira. Este discurso foi utilizado sempre em momentos de fragilidade e tensão política para legitimar posições e a violência contra quem fosse contrário aos processos, exemplos são vários, como: a Independência do Brasil (1822), a Proclamação da República (1889), a “Revolução” de 30 (1930), o Golpe Militar (1964) e o Golpe Parlamentar (2016).

outras referências as religiões, sindicatos, a mídia e os sistemas culturais que conduzem a totalidade para a reprodução e produção social.

Os aparelhos ideológicos são constituídos de núcleos de sociabilidade materializados por práticas e relações dos sujeitos históricos, frações de classe e classes, ao passo que ao atingir sua concretude, passa a ter um peso intelectual e valorativo social. São variados aparelhos que trabalham no plano ideológico, no intuito de constituir novas relações sociais e subjetividades que atuam também na esfera repressiva, mas sua maior função é o de implantar confiança na reprodução social.

Os aparatos repressores nas sociedades capitalistas são centralizados nos Estados, face a separação do poder político frente as classes econômicas. Logo, os aparelhos ideológicos atravessam tanto pelas mãos estatais e seu formato jurídico, como se espalham por superfícies não estatais do plano político. Embora, por serem entrelaçamentos sociais que ratificam a reprodução capitalista geral e, principalmente, a do Estado, eles são parcialmente controlados e tomados como aparelhos ideológicos de Estado.

Como as práticas sociais se organizam por meio do dinamismo das relações de produção, os aparelhos repressivos se baseiam em forças materiais, mas também na materialidade dos aparelhos ideológicos, estes que individualizam, apartam, constroem, moldam valores, repressões e vontades.

O aparato ideológico, no interior e no exterior do Estado, governo e administração, incentiva conflitos dentro do próprio modo de produção capitalista. A instituição estatal, no que confere em relação aos seus cargos e atribuições juridicamente estabilizadas, é incessantemente usurpado por frações de classes, enquanto os aparelhos ideológicos, por serem maiores que o cerne do poder estatal, junto com a sua materialidade nas relações sociais são capazes de facilitar ações contra ideológicas daquelas que atuam no plano central estatal.

As estruturas do Estado ampliado não demonstram diferenças essenciais em relação a totalidade que é crivado pela forma-política e a forma-mercadoria. Exatamente por ser cruzado por diversas formas sociais na sua reprodução, o Estado se mostra como produtivas veias de aberturas, contradições, manipulação da luta de classes com a concretude, como Althusser (1970, p. 49) coloca: “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado”.

As instituições do Estado ampliado viabilizam uma abertura maior para a contra-hegemonia. Ou seja, a partir do momento que a dinâmica dos costumes, da educação e da mídia não são totalmente moderadas pelo Estado burguês, elas consentem dentro de algumas condições, transformações nos valores, nas práticas pedagógicas, na atividade da classe trabalhadora e na práxis de intelectuais críticos, que podem facilitar no enfraquecimento da reprodução do modo de produção capitalista.

Historicamente, as sociedades capitalistas se utilizam do Estado para fabricar o conceito de nação. Com base no espaço de reprodução social, consolidado e institucionalizado, é produzida uma ideologia do nacional sobre o território a fim de legitimar o Estado.

A ascensão do capitalismo dita a nova disposição da modernidade, organizada a partir do revés de velhas formas de reprodução social. A partir do momento que os indivíduos são tidos como portadores de mercadorias que podem circular e serem trocadas, as suas particularidades culturais, religiosas, econômicas e geográficas desaparecem em torno de uma homogeneização que recai sobre o sujeito de direito, este é o mote para a sociabilidade do capital.

Os preceitos jurídicos além de afirmarem as relações desiguais, padroniza os costumes por meio impessoal. Os valores culturais oriundos da religião majoritária, por exemplo, competem para identificar a nação. Dentro desse processo de reconstrução do espaço, os padrões da reprodução capitalista se deparam constituídos, ou seja, as classes dominantes do Estado (nobreza à burguesia) dão a direção da narrativa de suas próprias pompas a serem marcadas na “nova” história.

A concepção simbólica da nação é oriunda da consolidação das classes dominantes. O surgimento dos Estado modernos seguem o raciocínio de tais classes, ao passo que a instituição estatal atua no sentido de afirmar essa simbologia do nacional.

É nos meandros das relações sociais capitalistas em que navega o conceito de nação. Ali se estabelece todo um alicerce ideológico indispensável ao capitalismo, para mascarar o ponto articulador da reprodução capitalista, cuja é a política estatal.

A ideologia implantada sobre o ideário da nação se passa por um espaço simbólico de mescla das classes. Portanto, antes de o indivíduo se identificar enquanto proletário ou burguês, ele reivindica pertencer a uma mesma nação, assim,

a forma política procurar se dobrar como nação e meio de construção de uma coesão social além das classes.

Essa unidade social constitui uma pluralidade de Estado, de modo a promover um espaço de disputas. A nacionalidade faz emergir um sentimento de pertencimento dos habitantes contra outros de origem estrangeira, dando a impressão de que as normas, a ordem, as glórias e as perdas são compartilhadas por toda a população.

Esse processo de duplicação do Estado em nação pode ser feito sobre variados aspectos de forma interna ou externa. Há povos que se identificam pela raça, outros irão declarar-se a partir da “grandeza” de um grupo dominante, como os brancos protestantes estadunidenses, ao passo que fabrica uma identidade pelo que une os sujeitos ou contra inimigos comuns. As guerras foram importantes eventos travados pelo desencontro linguístico ou religioso que foram usados para consolidar unificações nacionais em objeção ao forasteiro (FIORI, 2014).

Capitalismo e democracia não são fenômenos relacionados, ao resgatar os historicamente é possível observar que um não é intrínseco ao outro. Em tempos de crises econômicas, o capitalismo transgredir o arbítrio popular à vontade do interesse político-econômico, sobrepujando o meio democrático ajustado que na situação de democracia procedimental<sup>5</sup>, faz com que as frações burguesas se apropriem ainda mais dos meios estatais da parcela dominada da população.

A democracia coloca um bloqueio da luta dos trabalhadores quando se trata de meios que não estejam precisos nos termos jurídicos. Com isso, a luta esbarra nas dificuldades de transpor o controle das instituições estatais e de suas armadilhas jurídicas.

Tanto a forma política estatal e a jurídica oferece estrutura para a democracia contemporânea para amparar a sociabilidade da separação dos trabalhadores dos meios de produção e seu conseqüente acúmulo pela burguesia. Dessa forma, o direito e o Estado em sua essência contribuem para a perpetuação de uma estrutura desigual, embora por vezes atendam em parte a luta dos trabalhadores. Por mais que a luta dos explorados tenha aberto margem para um maior acesso à democracia, há

---

<sup>5</sup> “Sua estrutura deixa intatos os eixos de sustentação do Estado capitalista, como a separação da esfera política da econômica e a percepção do indivíduo como unidade a partir da qual se pensa a construção social. (...) Separado da economia, onde reina a desigualdade, o campo político se apresenta como reino da igualdade; os cidadãos são concebidos de forma igualitária: cada cabeça é um voto.” (OSORIO, 2014, p. 65)

o movimento de reforço das formas sociais que dão suporte para a expropriação do trabalho.

## 1.2 O sistema interestatal na mundialização

(...) entre direitos iguais, quem decide é a força. (MARX, 2013, p. 309)

A instituição estatal exige como premissa ser reconhecido pelas outras instituições estatais como parte do sistema interestatal. A Paz de Vestfália, como foi chamado esse período, trouxe a consolidação do Estado como forma política por excelência, ao instituí-lo como forma política e forma jurídica na formação do Estado moderno, perfilhando elementos como a igualdade jurídica, a não intervenção e a soberania territorial.

Esse fato dá impulso ao capitalismo no espaço internacional, oferecendo maior dinamismo do capital em um arranjo com outros territórios. O modo de produção capitalista é necessariamente de extensão mundial e, justamente por isso, os Estados se difundem dentro dessa multiplicidade forçando um sistema-mundo.

Devido a índole imperialista do capital a forma política consolida-se na planta nacional que se integra a outros Estados nacionais, o que resulta em relações interestatais mútuas a partir das mesmas formas sociais, logo, um Estado emerge junto com outros. No decorrer da história das sociedades, os Estados foram se construindo a partir da diversidade de instituições e estruturas já dadas, como feudos, territórios unificados pela língua ou religião, regiões com predomínio de algum grupo, entre outros.

É por meio desses espaços que socialmente se constituem as formas políticas e jurídicas análogas às dos outros territórios. Ratzel (1983) contribui nesse ponto ao demonstrar como o território é intrínseco para a concepção do Estado-nação; a Geografia Política traz elementos para se pensar a constituição estatal dentro das teorias sociais a partir da materialidade dada pelo território, sendo este primordial na construção das sociedades, se apropria como espaço geográfico e se manifesta como *locus* da política, sinalizando a interrelação entre Estado, sociedade e território.

A construção da sociabilidade nesses espaços é possível por intermédio das relações econômicas estabelecidas, na qual interfere de modo direto. Ainda que haja

a condensação da relação de exploração entre explorados e exploradores pelo Estado, há antagonismo e harmonia com o capital, as classes e os povos estrangeiros.

Para atender aos interesses do capital externo é necessário que conte com uma rede de Estados. A forma política do capital é em sua essência estatal e diversa para atender aos seus procedimentos de reprodução, entre elas a concorrência entre os próprios Estados, elemento que une a estrutura e a ideologia para auxiliar na exploração dos trabalhadores e do interesse do capital nacional, o reforço do caráter dominador e ideológico do nacional é essencial para a consolidação da forma política estatal (LUXEMBURGO, 2010).

A pluralidade dos Estados nacionais tem como função mostrar a oportunidade que a disputa seja estabelecida como a união das classes dentro do território de cada Estado para aumentar o nível de expropriação interna face fatores externos. É dessa maneira que se confirma tal pacto social como resposta de manutenção para boas circunstâncias de reprodução do capital local em concorrência com o externo.

Ao compreender as conexões entre os Estados, observa-se que elas visam atender a reprodução interna e externa do capital. A guerra, nesse contexto, torna-se ambivalente. Por um lado, justifica a tonificação dos meios de segurança e paz para dar continuidade à ordem de reprodução social e, por outro viés, a guerra em si se apresenta como uma das reinvenções da acumulação de capital, sob o que Harvey (2004) conceitua como destruição criativa do espaço.

Desenvolvem-se também as relações internacionais que facilitam tais meios pela via da política externa. O circuito de pessoas e capitais entre diferentes Estados necessita de aparelhos diplomáticos comuns, por meio dessa conveniência constituem-se acordos bilaterais, blocos econômicos, mercados comuns e instituições multilaterais para que viabilize melhores condições para a disputa entre unidades políticas e os seus capitais em busca de valorização.

Para Wood (2014), de forma geral, os tratados tendem a liberalizar o comércio e investimentos que desejam fluir sob a formato especulativo por meio de uma desarticulação de poder de cada Estado. Desenvolve-se cada vez com maior intensidade a dependência dos Estados em relação ao capital exterior, tendência provocada por processos exógenos à unidade nacional.

Esse sistema concorrencial e assimétrico entre Estados e capitais, resulta na imposição de ajustes da política que são subservientes aos interesses do capital. O

mesmo processo de circulação e reprodução do capital por meio da pulverização de operadores individuais se origina com a pulverização dos espaços políticos.

A multiplicidade de Estados faz um contrapeso entre duas formas de contradição social. A primeira delas é a luta de classes na esfera nacional, enquanto a segunda consiste no conjunto das classes existentes em determinado Estado na tentativa de explorar suas semelhantes de outros Estados nacionais que se tornam antagônicas no nível mundial.

Em ambas, a forma política do Estado nacional conduz internamente o predomínio de uma classe ou frações dela no interior do país; e/ou a concorrência vista pela multiplicidade de Estados, opera a valorização do valor em escala global; ou seja, na dimensão interna e/ou externa há uma simultânea garantia da reprodução do valor, demonstrando o caráter que os pactos sociais internos possuem ao estabelecer um arcabouço de condições favoráveis à reprodução da dinâmica capitalista.

A subjetividade jurídica operante na circulação de mercadorias e na expropriação da força de trabalho por meio do salário no capitalismo, também se apresenta entre os Estados, inclusive tendo como base as mesmas formas sociais, políticas e jurídicas para regular essa exploração. A circulação geral do capital organiza-se dentro do mesmo processo estrutural de espoliação da vida endógena das sociedades capitalistas.

A dita igualdade formal entre os Estados tem como objetivo fundamentar a desigualdade concreta existente entre eles próprios. A soberania serve para tratar com outras unidades políticas e organismos internacionais uma relação de vulnerabilidade e dependência, atravessada por disputas e interesses de frações de classes no âmbito nacional e internacional. Seja mediante dispositivos de controle, seja por guerra, violência, alianças ou ameaças, os Estados se organizam dentro de uma pluralidade absolutamente desigual.

Tal igualdade formal entre unidades políticas nacionais está posta numa intensa desigualdade material que se estende por dois campos: demonstra a distinção das condições de poder entre os Estados, bem como a diversidade das forças e do dinamismo capitalista dentro e fora dos países; a diversidade concreta na pluralidade dos Estados deve ser analisada como elemento de desigualdade política e econômico-social. Poder político e econômico revelam-se agentes duplicados que se emaranham para fundamentar as contradições, por mais que se apresentem de

maneira distintas nas formas sociais no capitalismo, logo, a ação política e a econômica estão acopladas no espaço concorrencial mundial se complementando.

O poder dos Estados para a benesse dos seus capitais atua por procedimentos jurídicos e, sobretudo, sob a ação de ferramentas políticas, econômicas ou militares (OSÓRIO, 2018).

Existe uma grande variedade no campo político de níveis de coesão interna em relação a proeminência de estratégias políticas exteriores. Encontra-se Estados rigorosamente dominados por frações de classe e capital interno ou externo, além de diferentes graus de luta de classes. Ademais, dentro da sociabilidade política, seja sob o aspecto ideológico ou cultural, existe o auto dimensionamento das projeções externas do país ou valores que devem ser mantidos.

No campo econômico, este compreende uma malha de subserviência sob poderes que definem as oportunidades e as perspectivas das políticas econômicas. Tal fato, se deve as variadas dinâmicas do capital que atuam fazendo os Estados como reféns, uma vez que os outros países lhe sejam credores. Sendo assim, uma decisão interna ou externa pode provocar a transferência do centro de decisões ou de capitais nacionais para o exterior.

A análise de que o imperialismo não é apenas um fenômeno externo aos países periféricos, mas parte de sua construção histórica, foi construída pelos autores das teorias marxistas da dependência. A desconstrução sobre a visão do subdesenvolvimento dos países periféricos perpassa pela perspectiva de subserviência nas quais eram submetidos esses Estados, transferindo valor às economias centrais por meio das trocas desiguais.

As perspectivas críticas que são adotadas nas teorias marxistas da dependência, demonstram como se manifesta a feição econômica diante do imperialismo em um determinado contexto histórico e regional. Diante do padrão de acumulação que determina a assimetria entre centro e periferia, Dos Santos (2011) aponta como o desenvolvimento do centro é autossuficiente enquanto as periferias se orientam por meio da dependência estabelecida por uma economia conduzida em monopólios comercial, financeiro e tecnológico, com pressão de políticas externas expansionistas que estruturam e acirram a divisão internacional do trabalho ao passo de formar e incorporar a dependência em suas estruturas internas.

Enquanto no campo militar, o poder dos Estados na busca de valorizar o capital sob mecanismos hierarquizantes da política e da economia, demonstra-se na sua face

mais violenta, nas ações militares ou por meio de grandes somas destinadas ao sistema militar-industrial sob o discurso de inovação tecnológica.

Hobson (1981) argumenta que a função de fatores não econômicos no imperialismo é essencial para a sua expansão, condições como o “espírito militar”, nacionalismo e ambição política. Logo, as finanças serviriam como um indutor para a manipulação em seus aspectos ideológicos, políticos e militares, especificamente os gastos públicos em equipamentos militares formam pretextos para incitar conflitos que consigo trazem a valorização do território a ser defendido ou conquistado, bem como das empresas relacionadas a esse setor.

Dessa forma, as relações estatais envolvendo ferramentas políticas, econômicas e militares demonstra a complexidade da articulação entre o local e o mundial tendo como confluência a forma política e o capital. A dinâmica geral de valorização do capital é tangente às forças políticas locais que contestam a luta de classes no país e no mundo, por mais que dialeticamente sejam consequência delas.

Parte do que se compreende enquanto imperialismo é justamente a construção de uma hierarquia entre os espaços econômicos e políticos no mundo. Definido pela posição distinta do Estado e do capital nos variados territórios, produz a supremacia, a subserviência e a espoliação em um processo de reprodução ao longo da história.

Constrói-se e mantém a hierarquia na concretude, por meio das relações sociais de poder, que é vinculada à economia e à política para a manutenção da ordem social desigual. Visto a multiplicidade das formas sociais nas sociedades, colocam-se relações de dominação e dependência no movimento do capitalismo. Inclusive, estes atuam conforme a expropriação do trabalho dentro de estruturas sociais desde a Antiguidade, compondo a manipulação sob o político, o econômico e o militar<sup>6</sup> apoiando o imperialismo, o novo fôlego do capitalismo.

Lenin (2012) indica como um dos elementos da manifestação do imperialismo a evidente partilha do mundo que se dá em dois níveis. O primeiro deles trata da partilha do mundo entre as associações capitalistas, ou seja, dos conglomerados mundiais dos diversos setores da economia que dividem o mercado interno, que intrinsecamente está vinculado ao mercado externo ao qual também dominam. Dessa

---

<sup>6</sup> As organizações supranacionais e o direito internacional são o semblante das relações de força a partir de incursões militares, econômicas ou sociais e, portanto, de desigualdade.

maneira, é criada esferas de influência<sup>7</sup> ao impulsionar a concentração de capital e produção, resultando em monopólios. Cabe ressaltar que a crise é parte desse processo contraditório de acumulação que favorece a concentração de capitais, inclusive na fusão entre capital industrial e financeiro no mundo. O segundo nível de partilha do mundo é complementar ao primeiro, ou seja, entre as grandes potências. Tal aspecto demonstra o acirramento da concorrência pelos territórios não apenas por suas riquezas, mas também por seus recursos naturais em potencial.

O predomínio do capital estrangeiro em Estados periféricos resulta na subordinação dos últimos por Estados e capitais dos países centrais. Apesar do “respeito” à soberania política e as normas jurídicas, desenha-se uma subserviência “informal” que atua no apresamento das classes políticas e econômicas dominantes do Estado submetido pela política e capital da nação imperialista.

O modo de produção capitalista composto de seu arranjo social e econômico adquiriu e ampliou sua tendência mundial. Ao necessitar de um espaço que corresponde todo o planeta, há que impor o seu funcionamento abrangente e reforçando seu domínio ao materializar novas maneiras de dominação e subordinação dos territórios.

Observando a formação do capitalismo em uma perspectiva de sistema mundial, tem-se um processo de organização produtiva e política caracterizado em variadas etapas, um sistema-mundo, ao passo que a mundialização é um período específico desse processo.

Osorio (2014, p. 166), apoiado em Immanuel Wallerstein<sup>8</sup>, aponta três fases de expansão e de formação de um sistema mundial capitalista. Um primeiro momento de criação (1450-1650), o segundo compreende a expansão entre o período de 1750-1850, enquanto a terceira expansão se deu no período de 1850-1900, é a partir desse último momento que a economia-mundo passou a ser completamente global, abarcando todo o planeta.

---

<sup>7</sup> A expansão da produção e do capital em novos países é parte da estratégia de expansão da partilha do mundo por grandes monopólios, como maneira de reproduzir o valor. Tais conglomerados seguem por esse caminho na busca de lucros que são repartidos segundo o capital e a força de cada um deles (a força remete-se ao seu país de origem, de acordo com o seu desenvolvimento econômico político e militar).

<sup>8</sup> Wallerstein explica de maneira detalhada como se deu o processo de formação do sistema mundial capitalista na obra *O Sistema Mundial Moderno*, divididos em três volumes, são eles: I – A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI, II – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia (1600-1750), III – A segunda era de grande expansão da economia-mundo capitalista (1730-1840).

Chesnais (1996) considera a mundialização como resultado de dois processos mesclados, porém diferentes. Em um primeiro momento, desde 1914 ocorre a fase da extensa acumulação de capital e, posteriormente, soma-se a ela políticas de liberalização, desregulamentação, privatização e demolição de progressos democráticos e sociais, aplicados na década de 1980, sob a força dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente nos Estados Unidos e no Reino Unido.

A análise da mundialização passa pelo estudo dos conglomerados industriais e de suas preferências de localização que acabam por serem impostas, justamente por pertencerem a estruturas oligopolistas no plano mundial. Nesse quesito, é necessário cautela na investigação da empresa por si só, uma vez que pode acabar por ignorar as relações oligopolistas na concorrência.

A empresa multinacional ou transnacional é caracterizada, segundo Michalet (apud CHESNAIS, 1996, p. 73), como "*(...) uma empresa (ou um grupo), em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior várias filiais em vários países, seguindo uma estratégia e uma organização concebidas em escala mundial*".

A disseminação de empresas transnacionais por todo o mundo se deve ao embate contra os altos custos de transação presentes nos países de origem. Esse é um dos fatores que faz emergir as preferências pelos investimentos diretos ao invés de focar em exportações ou em venda de licenças, uma vez que essa lógica possibilita a tutela da ação monopolista das empresas, com vistas a reforçar esse aspecto na escala mundial.

Segundo Chesnais (1996), o conceito de transnacional acima permanece válido em determinados sentidos. Ao passo que evidencia as companhias multinacionais por meio da construção da grande empresa no âmbito nacional, ou seja, decorrência de um processo de acúmulo e centralização de capital que, ao longo do tempo, diversificou-se e alçou o patamar da internacionalização, à medida do avanço escalar da empresa, há ônus e bônus de seu suporte nacional e auxílio do Estado, compondo dessa forma uma estratégia de competitividade para sua atuação no mercado mundial.

Esse novo formato de segmentação da produção e o espraiamento de unidades para outros continentes busca a valorização do espaço por meio do capital (MORAES; COSTA, 1993). Essa valorização, desigual, toma forma com os investimentos de

capitais que podem assumir a forma produtiva de investimentos de capital, constituindo uma estratégia tecnológica e financeira correspondendo a uma internacionalização amparada em ativos intangíveis, como o "capital humano". É por meio da tática do fornecimento de serviços, via *know how* e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), que se obtém a vantagem e, conseqüentemente, se propicia a diversificação das atividades para outros pontos do planeta.

Os momentos de crises facilitam manobras que tendem a concentração de empresas e a formação de conglomerados em um movimento de dinamização das atividades, com base no investimento em outras áreas não tão suscetíveis à crise. Um dos indícios desse processo de oligopólio e monopólios<sup>9</sup> é o aumento rápido do Investimento Externo Direto (IED), ao passo que se desenrola em fusões e aquisições de empresas menores que não conseguiram transpor a crise, refletindo na concentração de capital.

Chesnais (1996) aponta que os Estados Unidos têm um lugar especial no oligopólio e monopólio mundial. Uma vez que as empresas estadunidenses se valem de fatores econômicos, políticos, sociais e militares, de modo a proporcionar uma vantagem a mais para as empresas desse país, como se tratasse de "vantagens de país". É na posição hierárquica dos Estados Unidos no cenário mundial que sua hegemonia reverbera-se e, por conseqüência, estende-se às suas empresas, beneficiadas portanto, por ter o padrão dólar a seu favor, além da capitalização forte de recursos de outros lugares em títulos da sua dívida pública.

É na relação do sistema financeiro com a indústria que se estrutura a competitividade. Ao passo que em um momento de mundialização dos mercados, com privatizações e desregulamentações, os bancos desempenham um papel importante na capacidade de proteção da inovação, onde a longo prazo estas instituições financeiras que respaldam os altos investimentos junto aos Estados.

---

<sup>9</sup> Segundo Chesnais (1996), uma das feições da mundialização é o aumento de estruturas de oferta mais concentradas, principalmente nas indústrias voltadas aos setores de alta tecnologia. Essa característica é vista essencialmente no setor relacionado a grandes investimentos em P&D, como é o caso de empresas vinculadas à indústria de aviação e de defesa, que por serem especializadas, possuem elevado grau de concentração em nível internacional. Logo, por possuírem um forte teor de P&D, ocorre a concentração, pois, as vantagens diferenciais beneficiam os inovadores, de modo a resultar inclusive uma consolidação às barreiras de entrada nesse setor em específico.

A financeirização faz com que os lucros das grandes companhias de capital aberto sejam vigiados de perto por investidores institucionais em busca de ampliar a reprodução do capital rentista, como bem exemplifica o trecho:

O capital define-se como um valor (que, no caso das multinacionais, atingiu determinada massa), cujo objetivo é a autovalorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente. Nessas condições, um dos atributos "ideais" do capital, que é também, mais do que nunca, um dos objetivos concretos colocados pelos grupos, é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico – qualquer que tenha sido sua importância na formação e crescimento do grupo –, bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir. (CHESNAIS, 1996, p. 81)

Portanto, a mundialização traz consigo impactos nos mais diversos setores socioeconômicos, políticos e territoriais. Nesse cenário, somado as revoluções tecnológicas, as guerras e a expansão do mercado mundial, houve consequências sob a classe trabalhadora, com um aumento do grau de exploração ao ponto de redução de salários – devido a um crescente exército de reserva – e do barateamento do trabalho morto resultado da composição orgânica do capital.

O processo de mundialização se deu, principalmente, por meio da financeirização da riqueza capitalista, reproduzindo-se em todos os mercados nacionais, repercutindo os interesses da finança por todo o planeta. Entretanto, essa confluência de interesses não equilibrou o poder dos bancos e dos mercados, muito menos igualou a hierarquização e a competitividade do sistema financeiro internacional. Com isso, os bancos centrais e as grandes instituições financeiras do mundo comandam todo o processo de poder e influência real na coação da política econômica dos Estados nacionais, principalmente por meio do poder de sua moeda.

Dessa forma, Fiori (2014, p. 116-117) aponta algumas constatações: não há poder financeiro sem que este não esteja atrelado à alguma moeda nacional forte de um Estado emissor forte. Na verdade, o que existem são bancos e moedas nacionais com alcance e poderes supranacionais e não moedas, bancos e mercados globais. As moedas de referência, sejam regionais ou internacionais, não foram escolhas do mercado, mas sim de conflitos entre os Estados para fazerem valer suas moedas e consigo a conquista de novos territórios nos quais sua economia pode vir a coagi-los.

Por fim, temos o poder dos bancos, agências e instituições financeiras associadas aos Estados e moedas vencedoras conduzindo as economias inferiores de acordo com o aumento de seu próprio poder, ao transferir os custos dos ajustes do capitalismo neoliberal para as periferias monetárias-financeiras.

Por mais que haja um “capital financeiro geral” que tenta se apresentar enquanto uma relação homogênea entre capital e Estados nacionais, observa-se uma relação hierarquizada e desigual construída historicamente na consolidação da financeirização da economia capitalista. Um bom exemplo é a relação guardada entre tributos, moedas e trocas que no capitalismo aumentou de acordo com a extensão das guerras nas quais os Estados nacionais recorriam ao endividamento junto à banqueiros dentro do sistema de venda de títulos públicos, como bem explica o trecho abaixo:

Essa história deu um passo gigantesco e um salto qualitativo nos séculos XVII e XVIII com a consolidação do poder dos primeiros Estados nacionais europeus e com a revolução financeira provocada pela administração e pela negociação das suas dívidas de guerra, que estão na origem do capital financeiro moderno e do próprio capitalismo europeu. Essa revolução começou na Holanda no século XVII e se completou na Inglaterra, no século XVIII. Os dois países centralizaram seus sistemas de tributação e criaram bancos públicos responsáveis pela administração conjunta da dívida soberana, na forma de bônus do Estado, e da dívida privada, na forma de letras de câmbio, que se transformaram na base de um sistema de crédito cada vez mais elástico, criativo e diversificado, mas sempre referido, em última instância, à moeda de conta nacional. (FIORI, 2014, p. 117)

No período em que as moedas preponderantes no mundo tiveram seu lastro no ouro, havia uma restrição financeira colocada pela necessidade de estabilidade da balança de pagamentos do país emissor da moeda de referência. A partir de 1973, quando finda o sistema Bretton Woods, o dólar como moeda de referência mundial após a Segunda Guerra Mundial lastreado no estoque de ouro dos Estados deixa de ser a referência mundial e tem-se um novo sistema monetário internacional baseado na flexibilidade do dólar. Tal revolução financeira, com efeitos práticos na década de 1980, desencadeou o relacionamento estreito entre poder, moeda e crédito, ao passo que os Estados Unidos tomaram a dianteira com base no poder, agindo de maneira soberana e isolada no que se trata do valor de sua moeda e dos títulos da dívida pública com o intuito de valorizar e conduzir a economia conforme seus interesses. Sendo assim, o sistema financeiro estadunidense se tornou a referência de circulação

e liquidez, o que permitiu que a financeirização do capitalismo fizesse com que a acumulação de poder dos Estados Unidos aumentasse cada vez mais.

Toda conjuntura hegemônica é efêmera, pois além de ser autodestrutiva, ultrapassa as instituições que fundou para seguir com a expansão e acumulação do poder acima dos outros países. Os Estados Unidos seguiram pelo caminho que associou o uso do poder atribuído ao país pela força do dólar, com a ascensão de seu poderio militar e seu espraiamento em bases por todo o planeta.

Nesse sentido, a mundialização opera como um processo catalisador da índole imperialista do capitalismo, ao aprofundar a luta de classes para a manutenção das relações desiguais entre as economias centrais e periféricas. A consolidação do capital financeiro e o crescimento de suas transações, proporcionaram fusões entre grandes empresas, de modo a fundar conglomerados ainda maiores, monopolizando variados setores do comércio, indústria, agroindústria, finanças e serviços.

Soma-se a esse processo o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, ao potencializarem as movimentações de capitais, operações financeiras e mercadorias. A expansão intensiva e extensiva do capital ao atingir dimensões territoriais por todo o planeta, modificou profundamente as condições de vida e de trabalho, debilitando organizações sindicais e políticas.

Os processos decorridos desse novo estágio aberto pela mundialização, permitiu que certos elementos alcançassem outras características e dimensões. Segundo Osorio (2014), houve uma segmentação das fases do ciclo do capital ao se reorganizarem na economia de maneira inédita, seja no formato de capital-dinheiro, capital produtivo ou capital-mercadoria, onde a reprodução do capital tem como lastro a economia mundial.

Chesnais (1996) e Batista Jr. (1998) apontam como certos conceitos são travestidos de vernizes, ou seja, mascara-se o sentido real. Por exemplo, o conceito de “globalização” tido como o momento de emergência de novas estratégias competitivas das empresas em uma escala global. Ao passo que estabeleceria novas relações das indústrias e bancos com os territórios, com vista na redução de custos por exemplo, entre outros formatos de se ajustar e competir no mercado internacional.

Outros autores vão colocar o comportamento do capital desvinculados dos territórios. Entretanto, nessa nova etapa de reprodução do capital foram reafirmados vínculos entre relações imperialistas e dependentes, ao passo que as dinâmicas são

coordenadas por um centro historicamente privilegiado de acumulação, face a outros territórios onde ocorrem a desacumulação.

As trocas mundiais vão expressar a expansão sob os territórios, integrando a circulação de capitais e mercadorias e desagregando o trabalho, de modo a criar um mercado contraditório, onde capital e trabalho se mostram de forma compartimentada no sistema mundial capitalista.

Dowbor (2017) coloca que a internacionalização acaba sendo encarada em maior intensidade pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior propriamente dito. Os investimentos estrangeiros são devidamente acolhidos pelos bancos e outras instituições financeiras, de modo que se reproduz a desregulamentação financeira e o desenvolvimento proporcionado pelos avanços tecnológicos, se materializando em fusões e aquisições.

O investimento externo direto<sup>10</sup> (IED) é um dos importantes aspectos da mundialização. O IED foi e ainda é considerado como essencial para o deslanche do processo de internacionalização, justamente pelo fato de ser um investimento que possibilita alçar tanto o setor de serviços, bem como a indústria.

Entretanto, é comum confundir a novidade da consciência da importância dos IED's com a novidade do próprio fenômeno. Visto que os IED's no passado eram realizados pela metrópole com as colônias e, posteriormente, esse processo passou a ser efetuado pelos países centrais e suas áreas de influências, que periféricas lastreiam o contorno da dependência e da desigualdade econômica.

Chesnais (1996) leva em consideração a contribuição Charles-Albert Michalet ao pensar em uma lógica unificadora das formas de internacionalização. Possibilitando refletir a internacionalização em três dimensões: o intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital financeiro. Por meio da dinâmica do capital produtivo é possível pensar as relações com as três

---

<sup>10</sup> Os investimentos estrangeiros podem ser diretos ou de carteira. Para ele ser direto, o investidor deve ter ao menos 10% de ações da empresa ou de voto na gestão dela, desse modo, o IED é um investimento a longo prazo e tem efeitos na gestão da empresa. Se o investimento for menor que 10%, é contabilizado como exterior de carteira, ou seja, não exercem influência sobre a gestão da firma. Logo, os IED's são a soma de aportes líquidos de capital pelo investidor direto, sob a forma de ações ou quotas, aumento de capital, criação de empresas somados com empréstimos líquidos de curto prazo da matriz para a filial, podem também ser incorporados nessa lógica os lucros não redistribuídos, ao passo que eles sejam reinvestidos em outros territórios. (OCDE, 1994)

dimensões da internacionalização, uma vez que há a criação e a reprodução de riquezas e valores.

Por meio desse processo contínuo de reprodução do valor, o que se observa de parte dessa série são as determinações territoriais que os IED's provocam. Junto das três dimensões da internacionalização do capital (trocas comerciais, investimentos produtivos em áreas de expansão e fluxos de capitais financeiros) é possível analisar como as escolhas e a distribuição dos capitais sobreacumulados; o IED demonstra a relação de poder que os capitais assumem sobre os territórios, espoliando-os diante das materialidades e da correlação de forças que o Estado empreende, o que resulta no esbulho e na hegemonia entre diferentes espaços geográficos mediados pelo capital (SOUZA, 2018).

Ainda se observa outros aspectos qualitativos sobre o IED:

Em primeiro lugar, diferentemente do comércio exterior, o IED "não tem uma natureza de liquidez imediata (pagamento à vista) ou diferida (crédito comercial)". Não se reduz a uma transação pontual. Pelo contrário, sua segunda característica é introduzir uma "dimensão intertemporal" de grande importância, pois "a decisão de implantação dá origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem, necessariamente, por vários longos períodos". A terceira particularidade é "implicar transferências de direitos patrimoniais e, portanto, de poder econômico, sem medida comum à simples exportação". (CHESNAIS, 1996, p. 54)

Além disso, Harvey (2004) afirma que existe um aspecto geopolítico nas decisões dos investimentos, de modo a concretizar ajustes espaciais nos territórios. É nesse horizonte que ocorre um reordenamento territorial, pautado no aspecto estratégico de obter acumulação por espoliação desses espaços contemplados pelo capital.

O IED mapeia o movimento da internacionalização dos serviços, mostrando-se ser mais atuante no processo de internacionalização do que nas exportações.

Mediante o processo de internacionalização do capital, os grupos industriais tenderam a se reestruturar como uma rede. Com as fusões-aquisições e o alto investimento internacional houve como resultado a consolidação de oligopólios mundiais, composto por capitais de grupos financeiros estadunidenses, europeus e japoneses.

Por meio dessa nova forma de organização da economia, houve mudanças na planta industrial afetando diretamente o trabalhador e suas condições de emprego.

Com o estabelecimento de um sistema de produção flexível<sup>11</sup>, oriundo desse momento econômico, verifica-se a importância relativa dos custos salariais, além da proximidade das fábricas com os mercados, de forma a determinar as opções de localização das unidades de produção.

A implantação desse modelo onde a produção acompanha a demanda, coloca em voga uma produção sem excessos de trabalhadores e não exclui a ganância das transnacionais em produzir em outros países que não a sede, com baixos salários.

A tecnologia é um aspecto essencial na/da mundialização. A partir dos investimentos em P&D, na maioria das vezes em subvenções e contratos de origem pública, observa-se transformações oriundas da imbricação entre ciência e atividade industrial, transformando essa relação um elemento de competitividade que se revela como crucial no sistema industrial mundial.

Por meio de acordos e alianças são estabelecidas as parcerias entre diversas empresas para o aprimoramento frenético de tecnologias. Os acordos são colocados sob uma base mundial, entretanto, podem apontar para fortalecer o oligopólio de um país, que em consonância com o Estado tende a assegurar a competitividade frente outras empresas transnacionais em seu território.

A tecnologia é um campo que afeta a soberania do Estado. Ademais, há países que solidificaram uma forte indústria bélica relacionada com o lugar ocupado pelas Forças Armadas no Estado. O lugar tomado pela alta tecnologia manifesta, por parte dos Estados, o esforço de preservar alguma função em face da nova reorganização da fase mundializada. Diante desse período, é preciso compreender melhor o papel da tecnologia nos processos de internacionalização do capital.

Para tal, é preciso ponderar a tecnologia em diferentes dimensões, como aponta Chesnais (1996). A primeira dimensão refere-se a produção privada de tecnologia por meio da combinação de remessas vindas do exterior para o desenvolvimento de P&D da empresa. Essa atividade pode originar inovações que posteriormente podem ser materializadas em produtos ou mesmo patenteadas para utilização em pesquisas e produtos futuros. Entretanto, também se tem como resultado algo fundamental nesse processo, o fato da produção de conhecimento

---

<sup>11</sup> Entre os aspectos do sistema de produção flexível, é importante ressaltar que a decomposição técnica dos processos de produção possibilita, em certas disposições, a ter benefícios de especialização. Além disso, as atividades podem ser distribuídas no espaço como em filiais, caso seja integração completa ou por meio de subfornecimento internacional e suprimento no exterior.

dentro do grupo, conhecimento este que confere o domínio da produção de certa tecnologia que permanece dentro da empresa e de seus produtos.

A relação com a organização é o que caracteriza a segunda dimensão. Na escala mundial, o acompanhamento tecnológico e a aquisição de elementos especializados são uma prática comum que ocorre paralelamente às atividades de produção de tecnologia dos grandes grupos. A compra de tecnologias complementares e conhecimentos científicos abstratos, perante laboratórios de pesquisa junto às universidades, centros públicos de pesquisa e *startups* relacionadas à alta tecnologia, revela-se no intuito de encurtar o prazo de inovação.

A terceira dimensão é determinante da internacionalização, onde são feitas alianças estratégicas relacionadas à tecnologia. Essa situação demonstra uma das formas de driblar às barreiras de entrada em outros mercados, de modo a aumentar a competitividade em grandes mercados consolidados por oligopólios.

A quarta dimensão da internacionalização da tecnologia é de que as grandes empresas conduzem de forma individual, com patentes no exterior, e coletivamente, por sua participação, junto com outros, no estabelecimento de formas de regulação como processos de “normalização antecipada”.

E, por fim, a quinta dimensão remete à valorização internacional das tecnologias desenvolvidas pelo grupo. A empresa multinacional é a única integrante do sistema de inovação que é capaz de escolher entre três formas de valorização das suas atividades em P&D, seja por meio da produção de produtos voltados para exportação, alicerçado em inovações no processo de fabricação ou na incorporação de inovações no próprio produto, pela venda de patentes ou concessão de licenças, concedendo a autorização de utilização das inovações e pela utilização das tecnologias por todo o grupo.

Cabe ressaltar que o estabelecimento de laboratórios no exterior, tanto nas formas de aquisição/fusão ou de investimento direto, reverbera na natureza das obrigações conferidas a esses laboratórios. Visto que a regra, se tratando de localização e organização da P&D, tem sido a centralização no país sede do grupo, ao passo que há cunho estratégico em preservar a tecnologia dentro da empresa ou mesmo pelo forte enraizamento dos grupos com os seus países de origem.

Historicamente, as características do sistema mundializado remetem a três aspectos gerais. O primeiro diz respeito à concentração e centralização do capital nas economias centrais, relacionados aos fluxos de IED e as estratégias competitivas das

grandes empresas e conglomerados que ditam a circulação de mercadorias e serviços em uma base mundial. Enquanto o segundo caráter é resultado das transformações científicas de modo a elevar o grau de produtividade, localização e organização da produção industrial, reverberando em inúmeros sentidos nas relações de trabalho e na busca por insumos para a atividade industrial. Por último, é essencial levar em consideração os elementos políticos, ao passo que estes confiam na fase mais recente na constituição de uma relação entre Estados, que conformam uma relação de desigualdade combinada.

De certa maneira, observa-se que o período atual de trocas possui uma tendência a se concentrar nas áreas de influências das economias centrais, marginalizando ainda mais os países que não possuem o ritmo incessante de acumulação de capital alçado pelos IED's, ao passo de substituir o modelo das vantagens comparativas naturais pela concorrência internacional, alienando quem está além de todo esse processo.

As fusões e as aquisições de empresas representam uma das modalidades preponderantes de investimento. Na década de 1970, os variados formatos de investimentos estimularam as empresas a priorizar aquisições e fusões, haja vista que havia rica disponibilidade de capitais e novos recursos criados no contexto de mundialização financeira.

Segundo Dowbor (2017), o capital concentrado coloca em posição de destaque a esfera especulativa e o seu desmembramento em novos investimentos, principalmente no próprio setor industrial que o alçou, além do setor de serviços. De maneira a excluir empresas e países desse processo de concentração de capitais, tecnologias, investimentos e poder, o domínio da competitividade é restringida aos grupos que emergiram dessa forma.

O surgimento de um capital centralizado conservou sua forma monetária e permitiu sua acumulação. Assim como, a emergência de uma "globalização financeira" realçou o caráter financeiro dos grupos industriais, ao passo que fixou uma dinâmica financeira aos capitais colocados à disposição para os setores dos serviços e das indústrias.

Com isso, são inevitáveis as crises (HARVEY, 2004; ARRIGHI, 1996), que no capitalismo têm como função o reajuste das variáveis que compõem o trabalho e o capital. Quando as crises emergem nos países centrais ou periféricos, elas tendem a se mundializar, devido ao seu excessivo caráter de mobilidade do capital financeiro.

Amin (2006) ao tratar sobre a hegemonia no sistema mundial capitalista, aponta que as economias imperialistas podem enfraquecer no que diz respeito ao aspecto produtivo, contudo, seguem hegemônicas desde que preservem o controle na esfera financeira.

A economia estadunidense consiste em um exemplo para o processo supracitado, no qual a economia possui uma atração de capitais de todo mundo, mesmo que esse fato tenha se constituído entre as guerras mundiais – onde deixou de ser uma economia devedora e passou a ser credora -, esse encadeamento tornou-se uma fragilidade, ao passo que resultou em um maior distanciamento entre os capitais produtivo, financeiro e especulativo.

A aptidão do capital em meandrar um curso de valorização monetária foi construído pela financeirização de base mundial. Manifestando-se dessa nova forma, a partir da combinação de capitais oriundos das atividades produtivas e financeiras, o papel do Estado foi essencial para a criação dessas condições, uma vez que permitiram a concentração nas esferas monetárias e financeiras.

Régnier, citado por Chesnais (1996), qualifica esse mecanismo como uma “indústria da finança”. Ao passo que os fluxos de comercialização de valores e dinheiro são dados como uma atividade transnacional, passível de estratégias competitivas, que no terreno mundial, os agentes e instituições procuram a exploração com as melhores vantagens comparativas.

Entretanto, a “liberdade” do setor financeiro consiste em uma autonomia relativa, a medida que os capitais valorizados no plano financeiro tiveram sua origem no setor produtivo, posto que “(...) A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada (CHESNAIS, 1996, p. 241).”

A acumulação financeira alimenta-se da riqueza formada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Parte desse capital é rapinado em benefício da especulação, causando inclusive uma hipertrofia das finanças, onde Chesnais, apoiado em Marx, explica esse processo da seguinte maneira:

Essa massa permite que esse capital deixe de ser simples elo da valorização do capital na produção industrial, para se constituir em

força independente e ninho de acumulação de lucros financeiros. A referência aos bancos é conjuntural. (CHESNAIS, 1996, p. 246)

Na medida em que bancos e outras instituições financeiras não se contentam com suas funções, de intermediação financeira e de suporte de crédito para investimentos, dirigem-se a esfera financeira, em virtude da valorização distinta que é a financeirização, capaz de possibilitar mais-valia e lucros financeiros, sem ônus.

Para que o capital portador de juros fosse levado ao lugar que hoje domina, valeu-se dos Estados mais poderosos. Estes conduziram o processo de liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros a ponto de facilitar os fluxos de capitais, de modo que recorressem a políticas que levassem a uma centralização dos fundos não reinvestidos pela indústria ou poupança.

As determinações decorridas da liberalização e da desregulamentação deram início ao processo de mundialização do capital como o conhecemos atualmente. Além de minimizar o controle do fluxo de capitais, impulsionou a abertura dos sistemas financeiros internos aos externos, proporcionando um espaço financeiro mundial ancorado nos Estados que colocaram como contrapartida os seus compromissos públicos.

A mundialização financeira tem como princípios básicos a descompartmentalização externa e interna e a desintermediação (CHESNAIS, 1996; 2005). Por meio da primeira, além da liberalização dos mercados de câmbio, houve a abertura do mercado de títulos públicos a investidores estrangeiros e na bolsa a entidades do exterior. Somado a essas ações teceu-se um fio para a apropriação pelos bancos de uma grande fatia dessas “manobras financeiras” como intermediários desse mercado. A desintermediação permitiu às instituições financeiras, com exceção dos bancos, que também pudessem se apropriar do novo nicho como capitalizadores na esfera especulativa.

À luz dessas transformações, emergem instituições especializadas no mercado de títulos, de modo a impor um ritmo mais intenso e dimensão de acumulação no setor financeiro. Esses agentes asseguraram ao capital portador de juros uma hegemonia sobre as condições econômicas e sociais do território, de modo a garantir a centralização da acumulação financeira em instituições especializadas em trabalhar com capitais oriundos da indústria e de rendas não consumidas, tendo como “missão”

valorizá-las sob o formato de aplicações, processo no qual o Estado tem uma importância fundamental.

Existe uma tendência de colocar o capitalismo como um sistema mundial independente da ação dos Estados. Esse raciocínio se mostra equivocado, pois além do capitalismo em suas fases iniciais ter se apoiado no Estado para se reproduzir e expandir, seja por meio de aspectos políticos e econômicos, como: manter a “ordem” ou a “paz social” no interior das fronteiras; somente pelo Estado que há garantia da “segurança nacional” frente às “inseguranças internacionais”, servindo até de base para os encargos de expansão. O Estado aflora como um requerente ou mesmo até criador de mercados para indústrias e setores avançados da tecnologia, sobretudo, da indústria armamentista e eletrônica. Além do Estado servir como recurso de força dos capitais nacionais que atuam no mundo para alcançar seus objetivos de investimentos e/ou de espoliação de recursos naturais e ampliação de mercados no espectro mundial.

De fato, o capitalismo demanda um sistema mundial. Ao pensarmos historicamente o processo de constituição do sistema capitalista e, de maneira concomitante também foram se consolidando os Estados-nação (FIORI, 2014), observa-se impulsos e limitações na consolidação do atual modo de produção. A contradição mostra-se intrínseca ao capitalismo que na mundialização atinge sua maior virilidade.

Factualmente, o capitalismo atua sobre o alicerce de um sistema interestatal determinado por desigualdades e hierarquias. Essas características do capitalismo mundializado vão reverberar no sistema mundial no exercício desigual da soberania.

Os efeitos da mundialização do capital, de forma geral, são reacomodações maturadas essencialmente pelo Estado-nação. De todo modo, segundo Osorio (2014), esses aspectos não provocam o esmaecimento do Estado em si mesmo na qualidade de centro do poder político. Observa-se, pelo contrário, no mundo imperialista quanto nas economias dependentes, quem possui poder se apodera do Estado para viabilizar os interesses próprios que são apresentados como se fossem interesses da “nação” como um todo.

Como vimos, a difusão da ideia de que a mundialização desorganiza a instituição estatal em seus aspectos sociais não se materializa na realidade. Normalmente, três generalidades são consideradas para salientar essas falsas

impressões do processo de mundialização do capital e o seu tratamento com os Estados.

O primeiro aspecto trata da formação de uma vasta e desenvolvida rede de fluxos do capital financeiro e especulativo internacional que superaria a capacidade de poder dos Estados nacionais. O segundo coloca a existência de um número pequeno, mas alastrado de grandes grupos multinacionais, com sucursais difundidas pelo mundo que estariam qualificando decisões essenciais sobre as direções da economia internacional.

Por fim, evidencia-se a influência de órgãos financeiros internacionais, especialmente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com força de impor políticas para os Estados seguirem e, quando não o fazem, amargam sanções de teores que vão desde a política de empréstimos até a qualificação de riscos para recebimento de investimentos externos.

O Estado visto como a condensação das relações de poder político, que permeiam a sociedade pelas classes, impõe interesses por meios consensuais como coercitivos. Com o afloramento do capitalismo na Europa, a formação dos Estados nacionais criou consigo fronteiras para a execução do poder político sobre o território circunscrito por meio do uso do poder de polícia (OSÓRIO, 2018).

O argumento de cumprir funções de poder político sobre determinado território é essencial no Estado-nação. Entretanto, nas variadas formações sociais revela-se a reprodução de também diferentes graus de soberania. O desenvolvimento de soberanias desiguais é tido uma vez que em diferentes arranjos sociais, econômicos e políticos, tendo em vista que não se faz plena, no sentido de se fazer valer no interior quanto no exterior. Quando um Estado mantém a soberania em seu interior, mas não no exterior, ele possui uma soberania limitada. Enquanto um Estado demonstra uma soberania exterior e interior pautada em decisões estrangeiras, a soberania se mostra apenas como aparente.

A mundialização com a criação de circuitos financeiros aparenta uma limitação na competência de comando dos Estados em relação aos fluxos de capital. No entanto, as movimentações de capitais e os propósitos dos grandes conglomerados estão ligadas a condição de dependência, ao passo que as elites periféricas se unem ao capital transnacional e financeiro para ampliar a rede de dominação. Logo, os intensos fluxos não se traduzem como transferências sem moderação ou os lucros acabam se concentrando em setores, regiões ou Estados específicos.

O fato de o capital ser transnacionalizado não cria uma ruptura entre empresas e Estados nacionais, pois permite cada vez mais um maior poder estatal condensado de modo heterogêneo no sistema mundial capitalista, visto que a mundialização revela uma “neo-oligarquização” dos Estados, onde:

Para os grandes capitais do mundo central e para os setores sociais dominantes dos Estado dependentes é de vital importância não enfraquecer a capacidade política estatal, mas, ao contrário, é fundamental fortalecê-la<sup>12</sup> (...). (OSORIO, 2014, p. 196)

Dessa maneira, os Estados são caracterizados como neo-oligarquizados, tornando-se os grandes atores políticos da mundialização, posição que em muitas vezes são confundidas com o capital financeiro “desterritorializado”, os órgãos financeiros internacionais ou mesmo as corporações transnacionais.

Com os estrondosos avanços dos transportes e das comunicações, foi possível que os capitais, corporações e órgãos financeiros estruturassem uma sólida rede de relações e de poder político, econômico e geopolítico. Esses novos rearranjos incidem, por sua vez, na diferenciação da soberania dos Estados, predominando uma dominação que se dá por meio dessa rede em vez de Estado para Estado, como se dava anteriormente.

Essa rede constituída por instituições político-militares, econômicas e ideológicas, por mais que seja construída horizontalmente, influi, sobretudo, no campo político sobre uma formação vertical de ação e mediação das relações de poder, de classe e de Estados.

A mundialização no plano econômico provoca uma nova maneira do capital se expandir e operar em todo o planeta, por intervenção de seus agentes multinacionais. Entretanto, no plano político observa-se que a mundialização consiste na redefinição do exercício desigual da soberania na escala do sistema mundial, tendo como principal elemento o Estado-nação.

É nítida a contradição que percorre o capital no campo político e no campo econômico, contradição esta que é reproduzida pela mundialização. O processo

---

<sup>12</sup> Justamente pelo fato de poder e Estado apresentar-se sob formas atomizadas e diluídas que é possível as frações das classes dominantes buscarem fortalecer o ente estatal por meio de reformas que maximizam o poder, ao passo de reafirmar a instituição burguesa que é o Estado-nação que viabiliza, portanto, conjunturas favoráveis à classe dominante.

“globalizante” que procura apagar fronteiras, vê-se restringido pelo existir do Estado-nação que necessita estabelecer fronteiras.

Ironicamente, a mundialização do capital apenas pôde alçar aos níveis atuais por ter suporte dos Estados nacionais. E somente poderá seguir avançando caso este elemento o permita prosseguir. Cabe salientar que o Estado-nação pode também se redefinir, de modo a ampliar espaços “nacionais” a serem dominados mantendo os atributos elementares definidos como essenciais, estendendo a disputa entre Estado capitalistas.

### **1.3 A formação territorial e a valorização capitalista do espaço pela Economia de Defesa**

A ciência geográfica contribui para o debate supracitado ao demonstrar que há caráter político do ser humano ao estabelecer relações íntimas da construção do Estado com o solo, transformando-o em território repleto de potencialidades.

Faz-se intrínseca a compreensão da categoria território, uma vez que ela é a expressão do processo de apropriação social de certas porções do planeta. Por meio de tal definição, o território revela-se enquanto processo histórico e social, ou seja, composto pelo trabalho do ser humano. Marx (1985, p. 87) aponta que “(...) *O que faz com que uma região da terra seja um território de caça é o fato de as tribos caçarem nela; o que transforma o solo num prolongamento do corpo do indivíduo é a agricultura.*”.

Dessa maneira, para Marx o território possui uma centralidade ontológica, que resulta das práticas sociais dos sujeitos, no exercício de bens comuns à reprodução social, mas é, principalmente, produto do trabalho humano. Como afirma Souza (2009), o território se estabelece à posteriori e não a priori. A dialética entre valor contido (valor do espaço) e valor criado (valor no espaço) na materialidade reflete na melhor compreensão do território, a partir de uma análise historicizada.

Para Moraes e Costa (1993), o valor-território e a sua dialética são necessários para compreender a distinção entre valor no espaço e valor do espaço. Na primeira situação, o valor é criado pelo trabalho, onde o espaço é o receptor da produção material que em sua relação com os lugares, apropria-se de sua extensão e limites. A variação do trabalho historicamente acumulado sobre os espaços define o valor real.

Ao passo que uma produção se fixa no espaço, acaba por valorizá-lo, tratando-se de um valor criado.

O trabalho transfere valor às mercadorias que molda e justamente por se apoderar sobre formas preexistentes, sejam elas frutos do trabalho ou não, pode-se diferir um valor do espaço. Uma vez que este é transferido no processo de trabalho para o produto, por meio de aspectos próprios de cada porção do espaço e suas singularidades, ou seja, não se trata apenas de suas potencialidades naturais no processo produtivo, mas do valor-trabalho que é atribuído ao território.

O valor do espaço se manifesta nas formas da renda diferencial e da renda de monopólio. A renda absoluta seria o valor do espaço em si, o natural capital-terra. É dentro do processo histórico de construção do e sobre o espaço que se relativiza o preço da terra, de modo a caracterizar uma desnaturalização constante do valor. O valor do espaço imprime formas próprias de trabalho, por isso o fato de estar na origem do processo social de divisão espacial da produção. Mesmo que o valor do espaço seja fundamental para o uso da terra, o valor no espaço e consigo o valor criado é quem mais determina seu preço.

Por meio desse raciocínio que Moraes e Costa (1993) infere o princípio da formação dos territórios, como processos pertencentes da relação do ser humano e natureza como maneira própria de criação de valor, como processos metabólicos (MÉSZÁROS, 2015). Uma vez que as formas de criação do valor são definidas historicamente, faz-se necessário uma periodização dos processos de formação territorial, na qual Marx (1985) aponta o instante da fixação a uma certa porção do espaço como o elemento primordial da redefinição da relação da sociedade com o solo, constituindo o território.

É nessa fixação que se delimita o território em uma apropriação concreta e nela que reside a gênese do Estado. Logo, Ratzel (1983) contribui ao afirmar que a origem do Estado está intrinsecamente ligada ao território. Segundo o autor, “Quando uma sociedade se organiza para defender seu território, ela transforma-se em Estado” (apud MORAES; COSTA, 1993, p. 122-123).

Ratzel aponta o Estado como força motriz do desenvolvimento, centralizando a instituição estatal como único cerne de poder (RAFFESTIN, 1993). Dentro dessa perspectiva, cabe a análise do conceito de poder na geografia, dando ao estudo da disciplina o caráter político da ação humana sobre o espaço, ou seja, uma geografia do Estado.

Logo, o território é resultado das ações políticas de todos, inclusive do Estado. A instituição estatal como centro de contradições, revela-se também como o *locus* das relações de poder que, embora sejam dissimétricas, são reais e presentes na materialidade territorial. A geografia política toma para si o estudo das relações de poderes, estas dispostas sobre bases desiguais nas relações entre organizações e territórios.

O poder se coloca como parte inerente de toda relação, sendo multidimensional e imanente nas relações de trocas desproporcionais da sociedade capitalista e, portanto, também no território, de maneira aparente nas suas ligações com as instituições, como é o caso do Estado, ou manifesta-se de maneira “invisível” sob as formas econômicas e culturais.

Raffestin (1993) ao trabalhar sob um aspecto tripartite da geografia política (população, território e recursos) demonstra a funcionalidade do poder, em dominar os indivíduos e as materialidades por eles construídas por meio da expropriação do trabalho e da natureza. O território é o cenário do poder e das relações destrutivas estabelecidas em sua atuação, ao passo que materializa a organização e a estratégia do poder que a população confere a forma política estatal.

O território como o espaço político por primazia é produto das formas sociais que nele atuam. Nele projeta-se o trabalho construído e delimitado por relações de poder. Raffestin (1993, p. 144) faz uma analogia na qual “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.”

O modo de produção capitalista com o seu caráter expropriador e espoliador necessita de relações de produção que sejam lastreadas pelo poder. O capitalismo ao conduzir a produção de espaço, já dele se apropriando, confere principalmente ao Estado a produção capitalista do território, de modo a resultar na construção de uma representação projetada no território que revela a fisionomia das relações estabelecidas no espaço geográfico.

Logo, para Raffestin (1993) o território real produzido pela sociabilidade humana diferencia-se de sua imagem representada. Uma vez que o sistema territorial caracterizado pelo autor aponta para uma repartição das porções do território de acordo com o processo de produção territorial com a implantação de redes, nós e tessituras dispostas de maneira hierárquica para a manutenção do ordenamento desigual. Dessa maneira, o sistema territorial, no que tange às suas ações,

reproduzem os aspectos econômicos, sociais e políticos do espaço que também o reproduz em sua geografia.

A representação territorial mostra-se egocêntrica, no sentido de que o poder está condensado a uma fração de classes que detém sob si o domínio da instituição estatal, da qual o território é subordinado. Portanto, a representação é um espaço construído pelos agentes, na qual verbaliza seus desejos em imagens que se materializam no território, uma vez que o espaço se torna o território de um ator<sup>13</sup> a partir da sua relação social dentro do modo de produção capitalista.

A partir da representação original, Raffestin (1993) aponta que o ator pode definir variadas tessituras a fim de articular todos os pontos em redes. Ao ligar determinados pontos, pode-se assegurar entre eles a comunicação possibilitando uma série de junções ou impedir que certos pontos sejam ligados entre si, fazendo com que haja uma série de disjunções. Há a viabilidade de tantas “imagens territoriais” quantos interesses diferentes puder haver.

Por meio do poder ocorre a construção de malhas nas superfícies do sistema territorial para determinar áreas funcionais aos interesses dos grupos dominantes dos Estados dominantes. Mesmo que as inclinações sejam as mesmas entre dois grupos ou Estados, institui-se uma comunicação entre ambos que se caracteriza em uma relação de poder.

A prática espacial, mesmo que incipiente, é aliciada por um sistema de ações ou comportamentos que estampa uma “produção territorial”, de modo a compor tessituras, nós e redes.

As “imagens territoriais” são conceituadas por Raffestin (1993) como as representações das relações de produção e, conseqüentemente, de poder. Para a análise de tais arranjos é preciso decifrá-las em seu âmago estrutural. Desde o Estado até o indivíduo, encontra-se atores que determinam cotidianamente a produção do território e, em diversos graus, inscreve no território a relação de poderes como um dos conceitos que ajudam a entender a organização do modo de produção capitalista.

Ao aproximar o pensamento de Ratzel com o de Marx, observamos que o valor estratégico diz respeito a dominação pura do espaço, sem provocar diretamente a sua exploração econômica. O que representa uma demonstração do valor territorial que

---

<sup>13</sup> O conceito de “ator” deve ser interpretado sob determinada cautela, pois o seu uso pode ocorrer a ideia de uma função a ser exposta, ao passo que retira do sujeito/agente histórico suas responsabilidades, influências ou a reflexão crítica sobre suas práticas e conseqüências.

pode ser estampada no fato de que, no decorrer da história, têm o registro de muitos conflitos pela posse de territórios na qual a potencialidade é apenas a localização estratégica. Esta forma de valor, que não pode ser calculada em termos monetários, também se desenvolve historicamente, ao passo em último caso é determinada pelas leis gerais dos modos de produção.

Para a reprodução material de uma sociedade é preciso o domínio de uma determinada porção da superfície terrestre, justamente pelo fato de que o solo é condição primeira de trabalho para qualquer sociedade. Dessa maneira mesclam-se o valor natural e o valor estratégico na atividade produtiva dos seres humanos. Logo, a construção do território e a sua exploração provoca, concomitantemente, a apropriação e o domínio, evidenciando que a formação do território revela a acumulação de trabalho no decorrer da história.

O domínio do processo de formação territorial por meio do valor econômico apenas apresenta-se em sua totalidade com o comando do modo de produção capitalista. Por meio do movimento de acumulação de capital se tem a criação de valor e a conseqüente apropriação do território. A terra é qualificada enquanto mercadoria que se submete às leis de mercado, transformando o território em capital e integrando em um mesmo processo o valor do espaço e o valor no espaço.

Diante disso, as redefinições no processo de formação do território são tidas por meio da disposição estrutural da dominação de classe e da apropriação privada do espaço. A renda desdobra-se da propriedade privada do espaço onde a propriedade fundiária no capitalismo cria o monopólio de certas porções da superfície terrestre com domínios privativos de interesses particulares. É este o valor econômico e a valorização do monopólio de um bem comum no modo de produção capitalista.

Entretanto, o espaço geográfico não é apenas a habitação do ser humano. Moraes e Costa (1993) apontam que a compreensão do processo de valorização do território deve ir além e não se limitar apenas ao problema da propriedade privada do território.

A ação do Estado e suas relações com a Economia de Defesa insere mais complexidade a essa discussão, uma vez que o valor estratégico se apresenta em formas específicas de dominação e de organização dos territórios e economias mundo afora.

Uma das principais atuações do Estado moderno refere-se ao gerenciamento do seu território em relação aos outros, ao passo que as dotações diferenciadas de

recursos econômicos nos vários territórios influenciam diretamente na balança de pagamentos dos países. Ou seja, a acumulação histórica de trabalho no espaço produz diferentes formações territoriais que interferem na valorização capitalista do espaço.

O valor criado pela valorização capitalista do território incorpora-se ao solo, agregando valor ao espaço e o condicionando às valorizações seguintes. O valor criado nesse processo agora torna-se capital, portanto, o território é examinado como elemento na esfera de circulação do capital.

Se a escassez leva a forma de monopólio, a dominação do espaço provoca o surgimento de formas econômicas e formas políticas que estendem o domínio para a relação entre Estados. A divisão territorial do trabalho demonstra os processos de colonização, por exemplo, a posição no qual Brasil e América Latina ocupam na divisão internacional do trabalho.

A colonização é o signo da primeira forma de valorização do território enquanto valor estratégico e de valor no espaço. Não há uma passagem do monopólio estratégico para o monopólio produtivo por meio da agricultura, como Moraes e Costa (1993) colocam, mas cada vez que o maior aperfeiçoamento de tais valorizações, cada um a seu modo, mesmo que haja a reprodução ampliada no monopólio produtivo.

Embora a questão agrária seja essencial na política de dominação monopolista do espaço pelo capitalismo, o valor estratégico segue sendo um dos pilares do Estado para a constante construção e reprodução da formação territorial, por meio do processo de valorização do espaço. Ainda que a valorização do espaço aconteça por meio da apropriação de capitais por porções dentro de um território e, posteriormente, da incorporação dos fundos territoriais, eles não existem sem o seu devido valor estratégico inicial e contínuo dentro do próprio território e de sua totalidade na relação do território em si com outros territórios pelo mundo.

O processo de formação territorial que traz consigo o movimento de valorização capitalista do espaço, oferece uma análise sólida justamente por delimitar a história, o Estado, o território e o trabalho contido em todos eles, o que demonstra a construção das formas sociais obedientes às leis de reprodução do capital, logo, apresenta as bases do funcionamento do sistema capitalista em cada formação social.

As tessituras demonstram um panorama do poder ou de um poder. No caso das tessituras com origem na forma política estatal, geralmente, possuem uma

penetração melhor do que outros atores que compõem o território, além de não se desfazerem tão facilmente como as tessituras econômicas.

Visto que a partir de tal fato histórico, é com a queda do bloco soviético que os Estados Unidos lançaram-se à posição de superpotência única, com um poderio bélico sem igual em contraste com os demais países<sup>14</sup>. Tal situação evidencia o movimento de transferência do centro de decisões dos Estados para o capital financeiro mundializado e, simultaneamente, reordena as funções políticas estatais na conjuntura das relações exteriores no mundo.

Dessa maneira, os Estados passaram a agir para uma dinâmica concorrencial para disponibilizar aos capitais especulativos melhores oportunidades para o investimento, disputando a sua penetração. Esse processo direciona à vulnerabilidade das condições sociais internas, o que por sua vez ocasiona novos conflitos, demandas e lutas específicos em cada território.

Dessa forma, para Raffestin (1993) o trunfo do poder atualmente é sua faceta abstrata, na qual alimenta espaços de circulação do capital, mas transforma o território concreto em abstração, criando territórios abstratos. A financeirização ganha corpo na circulação das trocas, organizando uma nova geopolítica em que o dinheiro invade o território.

Logo, a concepção que a forma política coloca de separação entre o político e o econômico é ilusória, visto que o capital financeiro tem ganhado amplitude para se materializar por meio da espoliação do território. Essa apropriação se dá na medida em que as finanças tomam corpo relevante dentro das consolidações dos sistemas militar-industrial mundo afora.

Oliveira (1988) aponta que para a formação e reprodução do sistema capitalista a utilização de recursos públicos é essencial para essa dinâmica. Pelo caráter contraditório do capitalismo ocorre justamente a necessidade do capital se valer de fundos públicos para dinamizar-se, principalmente no caso dos oligopólios presentes no setor bélico.

Ou seja, à medida que os setores de alta tecnologia precisam ser desenvolvidos, entre eles o bélico, é utilizado o argumento de manutenção da soberania e busca da autonomia estratégica para justificar as somas investidas em

---

<sup>14</sup> Mascaró (2013) aponta que: “A ausência de um número maior de guerras frontais entre Estados, dada a supremacia militar dos Estados Unidos, reelabora o poder militar e também a violência interna e internacional. Os Estados assumem um papel militar-policial.”

torno desses propósitos, que por sua vez valorizam o espaço dos países no sistema interestatal. Entretanto por serem setores altamente sensíveis, o capital variável e constante toma menor proporção do que em relação aos fundos públicos destinados à essa finalidade, sendo assim transferidos recursos públicos para dar vazão aos fundos privados e rentistas que são os verdadeiros donos das empresas desse setor. Esse processo é bem descrito a seguir:

A tarefa da esfera pública [dentro desse processo de espoliação] é, pois, a de criar medidas, tendo como pressupostos as diversas necessidades da reprodução social, em todos os sentidos. Não é mais a valorização do valor *per se*: é a necessidade, por exemplo, da reprodução do capital em setores que, por sua própria lógica, talvez não tivessem capacidade de reproduzir-se. Necessidades que podem ser de vários tipos, como já foi citado anteriormente: desenvolvimento científico e tecnológico, defesa nacional, são das mais comuns [...] (OLIVEIRA, 1988, p. 22)

Assim, as formas política e social se colocam como catalisadores da reprodução capitalista ao incitar discussões sobre a soberania nacional e a defesa do território, enquanto o fundo público assume o papel de viabilizador da expansão do capital financeiro no setor bélico através do discurso de que política e economia são assuntos distintos do Estado e conseqüentemente da sociedade.

A partir da análise de tais elementos sob a ótica da Geografia, Economia de Defesa e Ciência Política é possível o discernimento da realidade e suas particularidades no que confere ao papel que os estudos de defesa e a geografia política oferecem para se pensar as determinações territoriais ocasionadas pela defesa no Brasil e na Índia, tendo em vista as políticas territoriais que seus entornos territoriais estratégicos trouxeram, aspirando a análise histórica das posições econômicas e geopolíticas por meio de suas atuações no mercado internacional de armas.

**2 O PAPEL DOS ESTUDOS DE  
DEFESA E DA GEOGRAFIA  
POLÍTICA PARA SE PENSAR AS  
POLÍTICAS TERRITORIAIS DE  
DEFESA**

A Economia de Defesa, segundo Leske (2018), aponta para raciocínios e operacionalizações de métodos da área econômica para o estudo da defesa e suas reverberações econômicas quando relacionadas a questões envolvidas no quesito da defesa. Entretanto, mesmo com tamanha importância na análise de aspectos caros à microeconomia – por exemplo as estratégias competitivas das empresas ou o transbordamento de tecnologia – e a macroeconomia em relação ao grau de relevância desse setor nos capitais e seus fluxos em ordem mundial, a disciplina não tem sido estudada com afinco, principalmente se avaliarmos no contexto da ciência geográfica.

Alguns estudos pontuam debates à margem dos aspectos estritamente econômicos, desde o final da Segunda Guerra Mundial e no decorrer da Guerra Fria. Temáticas relacionadas aos estudos sobre os gastos militares dos países, alianças e parcerias militares, renovação da base industrial de defesa, políticas industriais voltadas à inovação nesse setor são amostras dos recortes analíticos que têm sido pesquisados na área.

De acordo com Hartley e Sandler (1995), mesmo considerando a economia de defesa como uma subdivisão da economia, ela se destaca por ter agentes diferenciados da economia “convencional” (como é o caso das Forças Armadas), além de possuir outras estruturas institucionais (no caso de parcerias militares e contratos de compra).

Mesa (2012) assinala o fato da economia de defesa ter relevância na análise da complexidade de certos quadros. Justamente por causa de sua amplitude em relação a outras disciplinas, é possível correlacionar outros aspectos e instituições, sendo campo de ferramentas analíticas da própria economia, da ciência geográfica, das relações internacionais e da ciência política.

Por isso é necessário ir além, ou seja, mediante a análise crítica de dados estabelecer relações a partir das instituições, das políticas de investimento e desenvolvimento militar, materializados em contratos, programas, aquisição de armas, para uma investigação que se proponha a mapear as dinâmicas e os meandros específicos dessas ações na configuração geopolítica e nas transformações do Estado e suas relações com território e o seu entorno territorial estratégico.

Cabe um destaque de Sandler e Hartley (2007) apontam que as dinâmicas alusivas à defesa são influenciadas pela conjuntura socioeconômica e política dos países, dessa forma, ao longo do tempo tende-se a variar as análises. Um exemplo

que os autores citam é de que no decorrer da Guerra Fria os estudos de defesa tratavam do estudo econômico da defesa, da paz e do desarmamento nuclear, enquanto no pós-Guerra Fria a economia de guerra e da paz passou ter maior atenção, inclusive recentemente, temas relacionados as guerras não convencionais, como exemplo o terrorismo, tem sido alvo analítico da pesquisa na área.

Embora Adam Smith seja um dos precursores da sistematização da economia enquanto um ramo científico, na sua obra mais reconhecida ele faz apontamentos da relação do Estado com a defesa<sup>15</sup>. Smith (1996), ao discutir os gastos do Estado, realça os gastos militares, visto a necessidade do Estado se apresentar enquanto o provedor de defesa nacional, considerando-o como um bem público, uma vez que o financiamento desse custo é arcado pela população.

Ao considerar a defesa como um bem público, Smith (1996) estabelece que a alocação de recursos públicos com intuito de treinamento visa aproximar a estrutura econômica com sucessos militares. Contudo, outros temas pertinentes à economia de defesa, são explorados nos volumes de *Handbook of Defences Economics* – organizados por Hartley e Sandler (1995) e Sandler e Hartley (2007) –, destacando os gastos militares, efeitos econômicos originados de conflitos, terrorismo, sanções, *peacekeeping*, além da importância da base industrial, dos fluxos comerciais de armas, entre outras infindáveis de temas de relevo para a área.

O montante de capital reservado ao aporte das atividades é em alguns casos colocado como parâmetro para notar a importância da área nos países. Com isso, os gastos militares, em certa medida são indicadores de comparativos relacionado ao poderio militar entre países. Entretanto, Leske (2018) faz ressalvas de que o grau e a organização dos gastos militares são tidos como segredos de Estado, como a própria economista ressalta. Os próprios bancos de dados (por exemplo, o Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI) sistematizam índices de transparência, que não são tão acessíveis mesmo sendo Estados com sistemas políticos abertos.

Os volumes destinados a área da defesa podem variar por causa de diversas razões. Albalade *et al.* (2012) procurou identificar indícios institucionais que apontariam os modelos de gastos militares. Dessa forma, leva-se em conta a forma de governo,

---

<sup>15</sup> O fragmento “Os Gastos com a Defesa” consiste na primeira parte do capítulo um, do volume dois de *A Riqueza das Nações*.

o tipo de regime, as regras eleitorais e a concentração dos partidos. Obtiveram como resultado que regimes presidencialistas tendem a gastar mais com defesa do que em sistemas parlamentares, entretanto, a norma eleitoral acaba por reduzir esses tipos de gastos. Logo, os pesquisadores apontam que as instituições por si só não têm o mesmo impacto sobre o fornecimento de todos os bens públicos, particularmente a defesa.

De todo modo, diversos pesquisadores se debruçam sobre quais seriam os motivos impulsionadores dos gastos na área de defesa. Entre eles estariam o aumento da renda do país, devido a maior disponibilidade de recursos, mas sob um olhar estratégico, como por exemplo no aumento dos gastos de um país vizinho, o que levaria a tensionar uma corrida armamentista causando incertezas na segurança regional.

O nível dos gastos militares pode depender também de os gastos nessa área ter um desejo de demanda associado a uma viabilidade financeira para se investir em defesa. Ao passo que se associam diferentes elementos e instituições, uma vez que há a avaliação estratégica dessa demanda, associada a disponibilidade de recursos junto ao interesse político, onde mesmo que haja fundos para tal, o empenho do aspecto político que vai ditar a decisão.

Pode-se olhar a questão dos gastos militares sob o prisma de que a pressão política sobre o orçamento de defesa é contínua. Ou seja, tais alocações repercutem na composição de todo o sistema-mundo, estruturado pelos Estados.

De maneira geral, no período pós-Guerra Fria, têm-se observado políticas econômicas baseadas no neoliberalismo que tem colocado pressão para a redução de gastos relacionados a área militar. São variados os motivos para que ocorresse essa diminuição de recursos alocados para a área, tais como: a pressão política em ordem mundial, revisão de prioridades no orçamento e em relação à defesa, crises econômicas e/ou fiscais, restrições orçamentárias e o impacto em políticas de bem-estar social<sup>16</sup>.

Em contrapartida, o gráfico 1 demonstra como o mercado armamentista movimentou valores colossais entre 2002 e 2018, sendo que o valor médio das

---

<sup>16</sup> Para Santos (2017, p. 6-7) o orçamento da defesa gera conflitos uma vez que: “(...) *Para muitos, esse montante é compreendido como uma transferência da alocação dos recursos da área social para a área de defesa, sendo interpretado como um “trade-off” mais conhecido como guns vs. butter [armas versus manteiga].*”

operações comerciais das cem maiores empresas do setor foi de US\$ 468,8 bilhões, maior que o Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina US\$ 445 bilhões<sup>17</sup> em 2019, a segunda economia da América do Sul.

Gráfico 1 – Valor comercializado pelas 100 maiores empresas de serviços militares e fabricantes bélicas (2002-2018)



Fonte: SIPRI Arms Industry Database (2019)

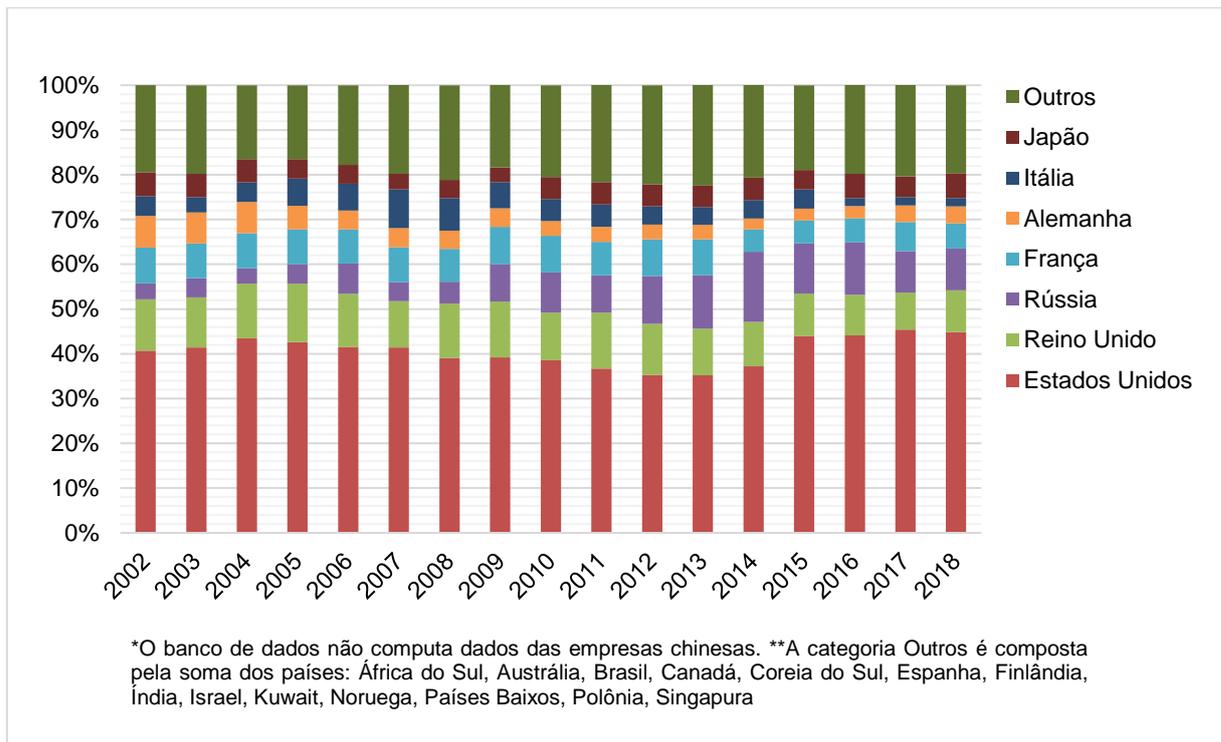
Mampaey e Serfati (2005) indicam uma reorganização do complexo industrial-militar estadunidense. A partir da década de 1990, houve a concentração de empresas ligadas a esse setor, por meio de estratégias competitivas como a fusão ou a aquisição de empresas concorrentes, adaptando-se a um novo contexto, naquele momento, de menores orçamentos dos Estados para essa área específica da economia e da indústria.

O estudo conduzido por Mampaey e Serfati (2005) analisam o lugar ocupado pelas finanças nas transformações do sistema militar-industrial estadunidense. Os autores buscam analisar o entrelaçamento entre conglomerados industriais e instituições estatais ao longo do início dos anos 1990 e início do século XXI. As instituições financeiras foram de extrema importância na reestruturação das estratégias dos grupos armamentistas, que com vultuosas somas voltadas para a

<sup>17</sup> BANCO MUNDIAL. GDP (current US\$) – 2019. World Bank, 2020. Disponível em: <[https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&locations=AR&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=1960&view=chart](https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&locations=AR&most_recent_value_desc=true&start=1960&view=chart)>. Acesso em 05/01/2021.

pesquisa e desenvolvimento proporcionou como segunda característica um maior envolvimento das tecnologias militares e comercialização no mercado civil, possibilitando que as instituições políticas reforçassem o elo com os conglomerados industriais de materiais bélicos.

Gráfico 2 – Participação por país(es) entre as 100 maiores empresas de serviços militares e fabricantes bélicas (2002-2018)



Fonte: Adaptado de SIPRI Arms Industry Database (2019)

A liberalização e desregulamentação da economia, fez com que os Estados Unidos se tornassem o principal ponto de fluxos de capital transformando-se no paraíso dos investidores institucionais. Dessa forma, os fundos de investimentos tornaram-se decisivos acionistas das empresas armamentistas, principalmente após as políticas de investimentos militares retomadas a partir do governo Clinton (1993-2001)<sup>18</sup>. Como é possível observar no gráfico 2, os Estados Unidos lideram a concentração das maiores empresas de serviços militares e fabricantes bélicas.

<sup>18</sup> No governo de Bill Clinton, os Estados Unidos por meio de seu Departamento de Defesa, estimulou o processo de concentração da indústria armamentista, mas ao mesmo tempo conduziu uma dependência cada vez maior de contratos com o Estado, principalmente após os ataques de 11 de setembro, com a Doutrina Bush.

Nesse contexto, há também as alianças entre países como uma alternativa de se compartilhar os custos de defesa e, dessa forma, minimizá-los individualmente, como é o caso da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Países membros desta última organização podem obter uma série de benefícios no caso da aquisição de equipamentos bélicos estadunidense, sendo assim, as alianças mostram-se como um importante instrumento na geração de demanda às empresas estadunidenses.

Cabe ressaltar a importância de se considerar como os gastos militares impactam diferentes setores, como o poder econômico e político. Daí levantaram-se questões da relação entre defesa e seus possíveis efeitos econômicos, como a proposição levantada por Angell (2002) e Keynes (1919) de que por meio da guerra poder-se-ia aumentar a riqueza de um país.

Entretanto, o próprio Angell (2002), ao analisar a situação inglesa do começo do século XX no contexto do expansionismo alemão da época faz colocações no sentido de que para se estrangular a economia de um país, o fortalecimento bélico por si só não seria suficiente. No entanto, aponta que o comércio seria afetado desde que sua população fosse impedida de trabalhar e consumir, no intuito de demonstrar como a guerra é um elemento com extrema capacidade de fragilizar a situação econômica de um Estado.

Keynes (1919) adota um pensamento análogo, onde a determinação de condições punitivas poderia reverberar de forma limitadora na reorganização e reconstrução da Europa. Logo, não seria interessante, por exemplo, deixar a Alemanha tão exposta, visto que o efeito multiplicador keynesiano não foi aplicado, devido às sanções ao país, o que fez diminuir a demanda agregada alemã, acarretando um elevado nível de desemprego e a queda da produção, fatos estes que incentivaram o discurso e ascensão do nazifascismo.

Contudo, outros pesquisadores não deixam de apontar a face negativa dos possíveis impactos econômicos. Arrighi (2008) analisa a hegemonia mundial por meio de como as guerras têm tido a capacidade de delimitar a luta pelo poder, ao passo que os investimentos em defesa são considerados como uma das maneiras de manter a posição na geopolítica mundial dos países centrais da economia mundializada. Dessa forma, a hegemonia tem sido organizada pela junção dos poderes econômico, militar e político.

Os efeitos econômicos dos gastos militares também versam sobre missões de paz e ações ligadas ao terrorismo. Diversos são os impactos quando analisadas

algumas categorias como políticas de capacitação de militares, aquisições de equipamentos bélicos, investimento em P&D, entre outros.

O *peacekeeping* ultimamente têm sido alvo de pesquisadores que tentam analisar até que ponto as missões de paz podem contribuir no desenvolvimento econômico. Seja no âmbito local da missão ou dos países que participam da ação, uma vez que as operações de paz podem gerar e potencializar mão de obra, atração de novos investimentos no país, de modo a incentivar, por exemplo, certos setores como o da construção civil e o de serviços.

Quanto ao terrorismo, o fator econômico faz alusão à aumentos orçamentários para enfrentar novas ou possíveis ameaças, ou mesmo de como ataques terroristas perturbam a economia. Dessa maneira, o terrorismo é visto como uma barreira para o mercado internacional, uma vez que gera insegurança pelos atos de violência, prejudicando diretamente cadeia como a do turismo e a dos investimentos, além de hábitos, como passeios a lugares públicos, uso do transporte público, entre outros efeitos danosos ao capital, mas, em contrapartida alimenta investimentos no setor bélico mundial.

## **2.1 Defesa ou segurança?**

Além de analisar o conceito de economia de defesa e traçar quadros analíticos com outras áreas da ciência, é preciso definir e diferenciar os conceitos de defesa e segurança. Saint-Pierre (2013) faz uma reflexão no intuito de discutir a carga ideológica impregnada nos conceitos de defesa e segurança no campo científico brasileiro.

Ao pensarmos a ciência brasileira e latino-americana como um todo, é possível se deparar com conceitos, categorias, noções e teorias que foram incorporadas de forma acrítica pelos acadêmicos da periferia. Não foi diferente em relação às reflexões em torno dos conceitos de segurança e defesa. A influência de uma epistemologia orientada por valores que historicamente se consolidam enquanto cultura, interesses e ciência voltados às preocupações e discussões formadas por processos sociais e realidades estrangeiras, ainda orientam debates e mascaram ideologias em torno de objetivos outros, em um aparente valor neutro.

Saint-Pierre (2013) destaca que esse processo tem consequências práticas visíveis, inclusive de ameaças à autonomia intelectual e à soberania política. O

pesquisador pontua que essas incorporações acríticas de conceitos fazem com que, por exemplo, as migrações sejam entendidas como uma ameaça à soberania de um território ou que a pobreza coloca em risco a segurança ou a democracia de um Estado, enquanto essas questões deveriam considerar a falta do Estado em prover condições sociais, políticas e econômicas para romper as desigualdades.

São justamente os conceitos que permitem traçar um quadro analítico crítico sobre determinado fenômeno, como parte essencial da construção do conhecimento científico. Um primeiro ponto a ser considerado é como o conceito de multidimensionalidade é aplicado ao conceito de segurança, distorcendo-o. A “multidimensionalidade” ressurgiu sobre o continente na junção do Conselho de Washington, com suas características liberalizantes a favor do Estado mínimo, somado aos interesses estadunidenses de retomada da influência sobre o resto do continente americano como sua área de segurança internacional.

Foi fundamentada, dessa forma, uma filosofia que baseava uma proposta de segurança multidimensionada nos trabalhos acadêmicos. Estes acabaram sendo incorporados de maneira acrítica também nos estudos e pesquisas latino-americanos relacionados à segurança e defesa, de modo a produzir uma distorção sobre o conceito de segurança amparada nas necessidades e do que era considerado “perigoso” sob o olhar dos estadunidenses.

Dentro dos princípios que deturpavam e criavam multidimensões para a segurança, têm-se, por exemplo, a existência de ameaças comuns para o hemisfério definidas nas prioridades de todos os países. O que leva a muitas outras distensões do conceito, como a falta de nitidez na relação do que é considerado ameaça externa e interna, ao passo que a realidade em sua complexidade torna mais difícil, uma vez que quando se leva em conta aspectos relacionados ao econômico, social, tráfico de armas, drogas, corrupção, lavagem de dinheiro, torna confusa a distinção pelo próprio conceito do que seria específico do âmbito da defesa e o que seria da segurança pública.

Os Estados passaram a reduzir seu tamanho para sanear as economias, de maneira que as forças armadas nacionais tornaram a não atender tão somente à defesa da soberania nacional, foram deslocadas, para enfrentar questões de segurança pública, sendo-lhes atribuídas novas missões, economizando no âmbito interno com políticas de segurança, e abrindo mão da defesa, visto que questões

relativas à defesa, sobretudo dentro do espectro do continente americano, caberia aos Estados Unidos, com apoio das forças armadas dos países ameaçados.

Saint-Pierre (2013) demonstra o processo que levou a multidimensionalidade das ameaças à multidimensionalidade da segurança. O atributo de multidimensional em certo momento passou da significação das novas ameaças para caracterizar a segurança como um todo. De fato, a origem dessas ameaças já não se enquadrava somente aos territórios nacionais, entretanto, desafios e preocupações ligadas aos problemas ambientais, políticos, econômicos são sinais de soberanias incompletas, não sendo na prática problemas ligados à defesa de um Estado nacional.

Contudo, diante das fragilidades das instituições dos países (principalmente os latino-americanos), a debilidade ou incipiência da democracia aliada a desconfianças nos sistemas judiciário e policial, somam-se a ineficientes políticas públicas, tendendo a fazer com que os governos vejam na resposta militar a esses problemas sociais como uma forma atrativa de resolver os problemas de um Estado infrutífero em seus deveres.

A distinção entre defesa e segurança é essencial para pensarmos que diferentes problemas exigem ações e planos institucionais de acordo com a alçada de cada conceito e área, de modo a evitar uma “policização” das forças armadas ou a militarização das polícias.

Outro aspecto levantado por Saint-Pierre (2013), diz respeito à segurança ser intrínseca a percepção de quem é ou se sente ameaçado. Portanto, a multidimensionalidade da segurança transforma a ameaça em um objeto, enquanto o que se observa na realidade é uma relação complexa, derivada de uma conjuntura singular geopolítica, cultural, institucional, histórica e política de cada país.

A instituição estatal ao assumir o pacto de abdicção dos seres humanos em torno da sua capacidade de autoproteção, concentra o monopólio da força e concede a um representante ou grupo de representantes que comandam o Estado. Ao conferir ao soberano a monopolização da força, torna-se “legítima” por ser aprovada “voluntariamente” pelo pacto coletivo. Logo, um primeiro aspecto desse monopólio é da natureza da decisão e da violência que se manifesta normativamente, a fim de garantir a ordem e a lei, isto é, na escala nacional o exercício da soberania anula os conflitos internos, enquanto nos externos o soberano faz uso da política e da diplomacia.

É imprescindível para cada Estado desenvolver sua estratégia para compreender quais Estados vizinhos possam potencializá-lo e quais possam vir a se tornarem uma ameaça, diante disso:

(...) [A] projeção externa das unidades políticas no pluriverso constitui o plexo das relações de força no mútuo reconhecimento e delimitação das respectivas estaturas estratégicas das unidades decisórias, isto é, a *matéria empírica* da “segurança internacional”. A plástica cristalização jurídica dessa relação de forças constitui o “direito internacional”, que define e normatiza sobre a guerra e a paz, o conflito e a cooperação, cerne da Política Internacional. A guerra não é o resultado do ódio – fenômeno psicológico –, mas do direito – fenômeno político. (SAINT-PIERRE, 2013, p. 33-34)

O cuidado com a natureza perceptiva de ameaças é necessário para evitar a confusão entre os conceitos de segurança e defesa. O conflito entre as terminologias faz com que se negue agendas de defesa na procura de identidade estratégica, de modo a dificultar a possibilidade da própria distinção conceitual e institucional entre defesa e segurança.

## **2.2 Os discursos geopolíticos e o papel da Geografia Política na reorganização dos espaços mundiais**

Os geógrafos ao desenvolverem a Geografia Política ofereceram bases práticas e teóricas para a Geopolítica. Por meio dela, há uma perspectiva singular e ampla das relações nos pares categoriais: espaço e política; território e poder. Logo, a Geografia Política apura e insere a dimensão territorial da política dentro da universalidade das relações entre as nações e suas sociedades ao longo do tempo.

Kaplan (2013) aponta o aspecto geográfico locacional como um dos elementos essenciais para a compreensão do espaço geopolítico mundial. Dessa maneira, o mapa se mostra fundamental na contribuição para a interpretação do passado, presente, bem como do futuro das relações geopolíticas no sistema-mundo.

Martin (2019) reforça que nos clássicos da geopolítica as categorias posição e espaço adquirem fundamental relevância nas análises de conjuntura globais. A consideração em relação ao tamanho dos territórios dos Estados, bem como sua posição geográfica em relação aos outros Estados nacionais, revela sua força, áreas de interesse e níveis de influência no cenário de disputa internacional.

A apropriação do território, segundo Martin (2019), é um modo de combinar as relações de políticas com as políticas externas e internas das sociedades. A apropriação política dos espaços se colocou com alta complexidade nas sociedades atuais e, justamente, a transformação do território em espaço político concebeu um processo singular dentro da Geografia e das demais ciências sociais.

Em torno de discursos geopolíticos subjugou-se a Geografia Política por meio do reducionismo técnico e pragmático, ao passo que os teóricos geopolíticos também se apropriam de parte dos conceitos para empregar em diagnósticos de situações concretas complexas que interessam ao balanço de forças dos Estados que se projetam no espaço geográfico.

Tal proposta baseia-se principalmente nas condições proporcionadas pela articulação das variadas formas de mobilidade, incrementando, dessa forma, o poder político e militar, desde que estes sejam amparados por uma sólida base científica e tecnológica, o que tornar-se relativamente menos dependente de sua posição geográfica.

Costa (2019) propõe analisar como o território em sua dimensão política revela, sobretudo, sua importância como suporte material do Estado, da nação e dos grupos sociais nas suas variadas formas de organização social, política e territorial. É a partir da cultura dessas sociedades que a experiência humana também se coloca como elemento essencial político no território valorizando-o, com a(s) identidade(s) nacionais, bem como sob o aspecto político-estratégico, da luta política e o poder nas diferentes escalas em que o poder se projeta, do local ao internacional.

Um dos teóricos que colocou em prática essa forma de pensar e agir dos Estados em prol de seus interesses foi Alfred Mahan que dispôs as atenções ao poder marítimo e inseri-lo como instrumento político no pensamento estratégico estadunidense, sendo este um dos elementos para a sua consolidação enquanto potência mundial. Ao engendrar os mares e oceanos como um espaço político e social, reconhece-se atributos próprios marítimos que os diferem dos circuitos terrestres, entretanto, não deixam de estarem vinculados<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Com o desenvolvimento das estradas terrestres e das vias navegáveis, promovia-se não apenas a circulação geral, bem como a multiplicação de pontos de apoio das nações marítimas, estreitando as relações políticas, econômicas e militares com as colônias, consolidando dessa maneira uma consonância entre comércio marítimo, poder naval e domínio colonial resultando em um verdadeiro poder marítimo.

Entretanto, quando se coloca em voga o discurso da Geografia Política de Mackinder (1904), se propõe a teoria de conquista do poder no mundo em decorrência do domínio territorial da *heartland*. Esta área *core* a qual o autor se refere consiste em uma extensão de terras localizadas no centro e no norte da Eurásia, onde por meio dela seria possível potencializar a mobilidade da população e do Estado que a controlasse em todas as direções.

Mackinder (1904) demonstra que o *heartland* tem sua importância relacionada mais ao fato de que está mais para um registro histórico e geográfico do poder na Ilha Mundial do que efetivamente como uma razão de condicionar politicamente o poder mundial. Apesar de as terras baixas no interior da Eurásia possuírem sua relevância atrelada principalmente aos minerais estratégicos e ao petróleo, no entanto, o *heartland* surge como um elemento que potencializa outras análises de maior amplitude sobre a disputa pelo poder mundial.

Dessa maneira, quando uma sociedade circunscreve o espaço do viver e da produção, baliza consigo um espaço político e uma determinada territorialização das relações culturais, políticas, econômicas, sociais e jurídicas. Com isso, é possível observar que a relação entre território e poder é uma relação social primaz, se manifesta na concretude sobre diversas formas e tipos e que detém uma relevância e um significado incontestável para a sociedade, fato esse que deve ser explorado pela Geografia e pelos estudos em defesa.

A geografia é o mais fundamental dos fatores da política externa dos Estados, por ser o mais permanente. Ministros vêm e vão e até ditadores morrem, mas as cordilheiras seguem inalteráveis. George Washington, tendo defendido 13 estados com um exército em andrajos, foi sucedido por Franklin D. Roosevelt com os recursos de um continente inteiro ao seu dispor, mas o Atlântico continua a separar a Europa dos Estados Unidos, e os portos do Rio São Lourenço ainda são bloqueados pelo gelo no inverno. Alexandre I, Czar de Todas as Rússias, legou a Josef Stalin, um simples membro do Partido Comunista, não só seu poder, mas também sua eterna luta por acesso ao mar; e Maginot e Clemenceau herdaram de César e Luís XIV as preocupações com relação à fronteira germânica aberta. (SPYKMAN apud KAPLAN, 2013, p. 31)

Inclusive, Kaplan (2013) relembra que Mackinder aponta a evolução do território europeu como a reação dos povos europeus contra invasões asiáticas. Tal constatação demonstra o poder da Geografia e os estudos em defesa para a

construção de civilizações diante do desenvolvimento histórico e geográfico dos territórios.

Entretanto, para Mahan (*apud* KAPLAN, 2013) o poder marítimo se coloca como um recurso essencial na disputa por dominação, mais perigoso que o terrestre, visto que para ele o domínio marítimo provoca mais instabilidade internacional.

Inclusive é Mahan quem cunha pela primeira vez a expressão “Oriente Médio”, em 1902, para delimitar a região compreendida entre a Índia e Arábia Saudita como elementar para a estratégia naval. Kaplan (2013), aponta que ao tomar a Índia como exemplo, é possível observar de forma nítida como a Geografia condiciona uma posição de alerta, visto que a localização indiana meandra o centro do litoral do Oceano Índico suscetibilizando o território indiano de todos os lados, com exceção da Cordilheira do Himalaia, seja pelas águas em uma ameaça chinesa, bem como uma penetração naval e terrestre vinda do Oriente Médio.

O poder marítimo mahaniano nessa região é essencial para os Estados Unidos manterem uma certa influência na região diante do mackinderismo da Eurásia. Mahan inclusive, apontava que o *hearthland* da Eurásia não era em si o pivô geográfico, mas sim o domínio em torno dos oceanos Pacífico e Índico, pois ali se consolidaria como um dos locais essenciais ao controle geopolítico do mundo.

É justamente esse prenúncio de dominação dos oceanos Índico e Pacífico, junto a ideia de Mackinder de pivô geográfico, que a Rússia, por exemplo, enxerga estar em uma conjuntura desfavorável em relação à acumulação de poder e riqueza ao estar longe de um mar quente aberto, inclusive recorrendo a ações agressivas.

Mahan (*apud* KAPLAN, 2013, p. 107) aponta que “(...) o devido uso e controle do mar é apenas um dos elos da cadeia de trocas por meio da qual se dá a acumulação de riqueza.” Sob essa perspectiva, o mar como uma enorme “via expressa”, devido ao poder naval e sua capacidade de proteção de rotas e mercadorias, coloca-se como um motivo decisivo na concorrência global, tendo em vista o melhor custo que o tráfego marítimo impõe em comparação com os meios terrestres.

Dentre as condições que realçam o poder marítimo está o papel da posição geográfica que para Mahan é tida como elemento favorável ao desenvolvimento comercial e bélico de qualquer Estado. A relação estabelecida por Mahan entre a extensão do território e sua influência no poder marítimo, tem-se como base a extensão do litoral e sua quantidade de portos, que por sua vez tornam-se

elementares desde que haja população em número proporcional e bem distribuída pelo país.

Esse modelo de hegemonia proposto por Mahan foi aplicado aos Estados Unidos no intuito desse país se colocar enquanto um “equilíbrio” de poder nas Américas e no mundo, por meio de sua preparação militar oriunda da transformação do potencial promovido pelo seu extenso território e população, transformando a capacidade econômica e marítima em poder estratégico.

Todavia, Spykman insere na discussão o conceito de *rimland* localizado às margens do *hearthland* de Mackinder, ou seja, ao sul da cordilheira do Himalaia, compreendendo território e população de regiões de Japão, China, sudeste e sul asiático, Europa e Oriente Médio. Essa borda da Eurásia seria para Spykman a chave para o poder mundial, visto que o domínio dos litorais dessas regiões possibilitaria o comando sobre a Eurásia.

O conceito de *rimland* de Spykman chama a atenção pois é visto nessa região convulsões políticas e sociais que afligem, principalmente, o sul da Ásia e o Oriente Médio, mas também entre as Coreias, o que demonstra o caráter geopolítico ser de extrema complexidade nessa região.

Justamente por ser uma área de tensões em que seu poder representa alto poder de dissuasão e controle das relações econômicas e militares no planeta, ela é ambicionada pelas potências mundiais e regionais.

Segundo Spykman, o controle do *rimland* revela o poder naval por excelência, que aliado a um poder aéreo consistente demonstra uma mobilidade ágil em exercício de guerra, estando lugar algum no planeta remoto em relação a essa região, tornando-a de extrema importância estratégica nos cálculos para o poder. Dentro da perspectiva de que partes do planeta estão sob a égide de potências políticas e econômicas, de modo a caracterizar a chamada multipolaridade, o aspecto militar ganha força diante da disputa global por recursos naturais, rotas mercantis e influência política.

A proposta do *rimland* se mostra, na verdade, como complementar à do *hearthland*, uma vez que para ter o controle do poder mundial é preciso ter sob domínio da Eurásia e, a partir dela, expandir-se. A outra perspectiva toma o movimento contrário: de dominar às margens para posteriormente dominar o pivô geográfico eurasiático. Ao passo que expressa a relevância do controle da faixa litorânea que compreende também a maior parte da população mundial e das reservas de petróleo, equilibrando o poder territorial russo, mesmo que esse venha a ter alguns

acessos a águas quentes, visto que o Índico é o elemento-chave para uma via marítima que possibilitará um intenso fluxo comercial e principalmente militar da Ilha Mundial, pois conecta as frentes de desenvolvimento desde a África, passando pelo Oriente Médio até leste asiático.

Sendo assim, Kaplan reforça a importância da análise geográfica a partir dos oceanos, principalmente o Índico:

(...). Em um mundo de múltiplas hegemonias regionais, o perigo que afligia tanto Mackinder quanto Spykman, o de que a Eurásia viesse a ser dominada por uma única potência terrestre, ou de que o *Rimland* eurasiático caísse em mãos de uma única potência marítima, mais uma vez aponta no horizonte. Nem mesmo os chineses, com seu poder marítimo em ascensão, parecem capazes dessa proeza, na medida em que serão confrontados pelas marinhas americana, indiana, japonesa e australiana, entre outras. Não obstante, como veremos, mesmo em um mundo de arranjos sutis de poder, onde o comércio e a economia vão erodir o puro poderio militar, a geopolítica ainda será redigida pela geografia, especialmente nos oceanos, que estarão mais apinhados do que nunca. (KAPLAN, 2013, p. 104)

Para Kaplan (2013), sob a ótica de Spykman, uma China moderna e militarizada se mostra como uma ameaça para os países hegemônicos, em especial as potências regionais. Tal preocupação se deve a potencialidade chinesa em razão de suas dimensões continentais, um enorme contingente populacional e um vasto litoral de localização privilegiada, voltada para o Pacífico e Índico. Tais características catalisam o processo de desenvolvimento econômico, ao potencializar consigo uma influência econômica intensa sobre a região somado a um respaldo militar robusto.

Vallaux (1914) contribui para essa discussão na medida em que seu pensamento aponta o meio natural como unidade que agrega permanentemente em si os aspectos econômicos e sociais das sociedades, que são diversos e se distribuem de forma desigual sobre a superfície terrestre. Torna-se fruto desse processo social os espaços políticos que se desenvolvem, portanto, em Estados desiguais.

Tal diferenciação revela uma variação no tempo, uma vez que cada Estado é resultado histórico de cada sociedade. Também exprime uma variação em relação ao espaço, ao passo que Estado algum se repete de forma igual de qualquer outro, ainda que possua características naturais semelhantes. Assim, a formação dos Estados é um espaço de domínio político que inclusive não demanda necessariamente do desenvolvimento econômico, pois os valores políticos do espaço são em si uma

relação de poder para constituir-se em território a partir de contradições internas e externas. Logo, para Vallaux (1914) a sociedade política e o Estado constituem para a geografia política de cada território uma particularidade, diante de mobilizações oriundas de diferenciações societária-geográfica dentro de um ecúmeno político, econômico e cultural com competência de originar movimentos da ação política nas sociedades e, conseqüentemente, em seus territórios.

Quando aliamos essa proposta de análise da concepção de Estado e o relacionamos com o período atual do capitalismo, observamos que o imperialismo promove o fomento inicial para o processo de mundialização, ao desviar a mais-valia obtida pela produção industrial para concentrá-la na esfera financeira dos países vanguardistas e tardios do continente europeu, além dos Estados Unidos. Essa nova fase histórica específica do capitalismo, junto a expansão territorial dos Estados por todo o mundo, se materializa em uma relação dialética como um único elemento causado justamente pelo capital e pelos processos supracitados de expansão política, portanto, territorial.

Nesse contexto, os Estados Unidos souberam aproveitar a conjunção de elementos apontadas anteriormente, onde a ideia da “América para os americanos” contida na Doutrina Monroe nada mais era do que a afirmação da sua tomada de posição para a sua projeção sobre as Américas. A assertiva estadunidense a partir dessa política garantiu não apenas a expansão com o domínio de territórios contíguos, como também promovia a fundamentação para a projeção de seu poder externo.

Desde a virada do século XIX, os Estados Unidos despontam a sua condição de potência mundial. O *Big Stick* assumiu então como a nova política externa, reforçando a narrativa anterior, e solidificando cada vez mais o poderio econômico-militar, tornando os Estados Unidos um novo e decisivo coeficiente dentro do equilíbrio do poder no mundo.

A posição central assumida e reivindicada pelos Estados Unidos tem como base a influência da Geografia na disputa pelo poder mundial. Visto que principalmente desde a Guerra Fria, a política externa estadunidense está voltada para manter sob seu controle o *rimland* e conter a expansão do *hearthland*, exercitando a geoestratégia de Spykman, sobretudo, com imenso poder naval na região. O mesmo processo acontece historicamente com variações em relação à sua hegemonia no continente americano.

Ao explorar esse processo, observamos como as sociedades (em específico, no modo de produção capitalista vigente) tomam por meio do espaço e do tempo, formas específicas nas relações com o seu espaço de vida e de produção, valorizando-o sua forma. Com a compreensão dessa relação como um processo de valorização, cabe a análise de como que essa dinâmica se relaciona com o poder, fazendo do espaço um dos principais núcleos, tanto universal quanto histórico, que permite a realização do processo político e econômico.

A teoria marxista da dependência trata alguns dos elementos que tangem a construção do Estado e o sistema interestatal diante da emergência do capitalismo, além do imperialismo enquanto prática de espoliação em si diante da acumulação no mundo. Sob a perspectiva dos países periféricos, o imperialismo se coloca não apenas como uma externalidade, mas como parte de sua construção historicizada e cotidiana.

Parte das reflexões que possibilitam novas linhas teóricas de pensamento dos estágios de desenvolvimento capitalistas, como a teoria marxista da dependência, afloram das ilusões que se baseavam na ideia do subdesenvolvimento como etapas que proporcionariam uma evolução das relações sociais de produção dos países periféricos. Esse avanço teórico permite desconstruir a visão do desenvolvimentismo, ao demonstrar que a condição de desenvolvimento e subdesenvolvimento são vertentes que constituem um mesmo processo, que coloca a expansão dos fluxos de capitais e se revela na concretude, mas penetra nas estruturas sociais internas de uma sociedade.

Diante do padrão de acumulação capitalista, pode-se observar dois diferentes modos de formação do desenvolvimento capitalista, reparados pela assimetria entre periferia e centro. A interação entre esses dois conceitos demonstra que o desenvolvimento na área central do capitalismo se dá de forma autônoma, enquanto a periferia é orientada primordialmente pela dependência (DOS SANTOS, 2011). Um país dependente apenas desenvolve-se em razão do desenvolvimento de outro, dessa forma, consolidando uma relação desigual norteadas pelo monopólio tecnológico, comercial e financeiro nas relações internacionais imperialistas que estruturam a divisão territorial do trabalho no mundo e a constituição e integração das relações de dependência nos alicerces internos de cada país.

A absorção da lógica dependente nos arranjos internos dos países se dá diante da instituição de bases intrínsecas, pautadas na acumulação externa, aos altos graus

de acúmulo interno de capitais, somados a superexploração da força de trabalho, consolidando dessa maneira a estrutura socioeconômica do atual modo de produção capitalista.

O desempenho da hegemonia é realizado pela operacionalização dos mandos econômicos, que se amparam junto ao discurso e ação política diante de uma postura que assimila a lógica do capitalismo. Diferente da dominação colonial dado pelo avanço violento do modo de produção do capitalismo pelas novas áreas de expansão, o capital global passa a se fazer valer por meio da ordem política, social e normativa dada para que possa se alastrar.

Logo, essa desigualdade combinada entre os Estados-nações em suas múltiplas facetas é essencial para a disposição e conservação das relações capitalistas atuais. O Estado exerce uma função primordial, ao passo que o capitalismo global se apoia, relaciona e reproduz dentro do sistema-mundo interestatal.

Entretanto, Wood (2014) aponta que a nova fase do capitalismo e, portanto, do imperialismo, com base na ampliação de sua reprodução para todo o planeta, incorpora novos Estados a sua lógica. Ao inseri-los no sistema-mundo, estabelece maiores fluxos econômicos e força, permitindo que se germine um ambiente favorável para os Estados Unidos valer-se como potência militar inquestionável, e consolidar seu poderio econômico, formando um ciclo do poder entre os Estados.

O apoio extra econômico torna-se nodal para a manutenção da coerção econômica em si. Por isso, entender o novo imperialismo é apreender as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre a força econômica e extra econômica do capitalismo. Wood (*apud* OSÓRIO, 2018, p. 150)

A partir da perspectiva apontada acima é possível observar a relação que se estabelece por meio de uma maior capacidade de coerção de outros países e economias convertem-se em maior poderio de administração dos interesses capitalistas, criando uma rede de dominação, elemento central nessa prática.

Dentro dessa ótica podemos analisar que o imperialismo e o avanço do capital pelo mundo segue adaptado às novas condicionantes. Segundo Harvey (2004), há uma interconexão dos capitais financeiros aliando as lógicas econômicas e seus rebatimentos no território, este tido como elemento essencial para a ampliação e reprodução do modo de produção capitalista.

A combinação das dinâmicas do território e do capital permite a materialização das contradições históricas e geográficas construídas ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, Harvey (2004) aponta a análise de que o novo imperialismo atravessa as veredas do século XX conduzido pela procura de petróleo.

Os litígios não se demarcam apenas na economia pela concorrência, pois abrangem tópicos da Geografia Política que são essenciais aos territórios, seja em sua localização em si ou em seus recursos naturais. É intrínseca a relação entre o poder territorial e poder político que sustentam o avanço da hegemonia capitalista em três bases: a capacidade produtiva, o capital financeiro e a potência militar.

Em outros termos, o que se pode analisar é a busca incessante em direção à acumulação de poder que resulta em potências regionais e potências contra-hegemônicas baseadas na ascensão econômica e extensão territorial pelo mundo. Justamente, a reordenação espacial e a expansão geográfica possibilitaram a contradição da dinâmica capitalista. Logo, a lógica que se dá pelo imperialismo manifesta-se nas ordenações espaço-temporais dos capitais sobreacumulados, fundamento aprofundado pelos Estados que viabilizam o elo do capital com o território, mostrando-se como importante agente de reprodução, ampliação e expansão do processo de acumulação do capital.

Por meio desse olhar, é possível entender o imperialismo como um modo externo de expansão que se baseia no Estado e na sua força jurídica e bélica para suplantar sua lógica. A sobreacumulação permanente faz com que os capitais se propaguem pelo mundo com o suporte estatal no esforço criar possibilidades lucrativas ao processo de acumulação. Dessa forma, Harvey (2004) indica o amálgama entre elementos geopolíticos (hostilidades entre os Estados por influência e segurança para projetar seu território e sua política externa) e econômicos que guiam a busca por poder.

Cabe a Geografia Política o complexo dever de análise da política territorial dos Estados, de modo que por meio dela possamos interpretar e aprofundar as ações do poder estatal diante da coordenação e o controle não apenas dos negócios, bem como da dimensão e da projeção do seu território. Ao passo de examinar de forma crítica como as teorias foram, estão ou serão capazes de assimilar as relações entre espaço e poder como elementos resultados de processos sociais.

### 2.3 O papel do poder e das guerras na expansão dos Estados

Fiori (2014) traça um panorama reflexivo sobre como decorreu a maturidade política e econômica dentro dos Estados territoriais e a formação das economias nacionais. Para investigar esses aspectos, o autor constrói suas análises por meio da teoria do poder, da acumulação de poder e de como o poder estabelece suas relações com o capital e acumulação do capital para reestruturar as relações originárias do poder com a guerra e, conseqüentemente, com o território. Esse processo ocorre desde a formação das economias nacionais e se aprofunda até o presente momento sob o formato da centralização do capital e do poder, reorganizando a geografia política no mundo.

Tendo em mente a sedentarização do poder e das relações de poder, vemos que a soma da forma social, política e jurídica deu forma para a criação de territórios e, por consequência, fronteiras, principalmente após a fundação do Estado nacional moderno capitalista. Por meio dessa sedentarização, a tensão ligada a procura pelo poder fez-se mais intensa e orgânica, uma vez que aumentaram os conflitos em torno de guerras de defesa das fronteiras e de ataque para a conquista de novos territórios. O que demandou a necessidade de recursos e organização para que fosse possível manter esses novos agrupamentos humanos, principalmente a carência de um fluxo incessante dos recursos oriundos da pilhagem de outros lugares ou dos tributos de habitantes do próprio local, para que se mantivesse a sedentarização do poder no intuito de não apenas se sustentar, mas também para a capacidade de se reproduzir e expandir.

Para a interpretação de Fiori (2014), o poder se constitui como uma relação pautada na batalha constante pelo próprio poder. Dessa maneira, seja em quaisquer espaço e tempo, independentemente da natureza concreta que cabe a cada situação de poder singular, o poder se manifestará de maneira: assimétrica, limitada<sup>20</sup>,

---

<sup>20</sup> Se o poder fosse absoluto, não haveria sentido de ele ser disputado, portanto o poder não existiria tão quão pura e simplesmente ele o é ao longo de seu desenvolvimento.

relativa<sup>21</sup>, “heterostática”<sup>22</sup>, triangular<sup>23</sup>, sistêmica com fluxos<sup>24</sup>, expansiva<sup>25</sup>, indissolúvel<sup>26</sup>, dialética<sup>27</sup> e ética<sup>28</sup>.

Sob esse formato, as guerras transformaram-se no impulso inicial para a consolidação dos territórios, bem como em um mecanismo de poder incontestável para a ampliação das terras. Logo, a guerra e a tributação quando acionadas de maneira consonante, promoveu não apenas o aumento da produção, como a expansão das trocas, conferindo as formas das moedas e dos créditos. Quando as carências criadas pelas guerras ultrapassavam o volume de tributação dos territórios, as guerras de conquistas emergiam como a solução até que houvesse uma barreira física, social ou financeira para frear a ação conquistadora ou mesmo o declínio perante a derrota por outros povos. Esse movimento reproduziu-se em muitos

---

<sup>21</sup> O poder concretiza-se enquanto relativo pois manifesta-se de maneira hierárquica e em disputa ininterrupta entre os pontos, um deles mais forte e outro dele mais fraco, onde se um ganhar grau de liberdade o outro necessariamente irá apresentar a perda igual a expansão do outro ponto.

<sup>22</sup> Fiori (2014, p. 19) conceitua a função “heteroestática” como “(...) qualquer uma dessas variações de poder provoca sempre uma reação mais ou menos imediata das partes desfavorecidas, visando a recompor e a manter a mesma correlação de forças anterior à situação prévia a mudança inicial.”

<sup>23</sup> “(...) toda relação de poder envolve pelo menos dois vértices internos e um limite externo que pode ser representado na forma de um ponto ou de um vértice externo, onde se dá a intersecção entre  $P_1$  e  $P_2$ , por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que o limite de toda e qualquer unidade de poder  $P_n$ , sempre estabelecido por outra unidade de poder  $P_{n-1}$ , terá as mesmas características de  $P_n$ , e, portanto, também terá seu limite traçado por mais uma unidade de poder  $P_{n-2}$ , e assim infinitamente, com relação a  $P_{n-3}$ ,  $P_{n-4}$  etc.” (FIORI, 2014, p. 20)

<sup>24</sup> Ao considerarmos poder como ação vemos que ele também se manifesta como movimento, e que existe justamente por quê o fluxo é contínuo. Não é possível haver poder estático muito menos neutro.

<sup>25</sup> As relações de poder não são um jogo de soma zero, pois se o fossem desapareceriam de forma autofágica. Isso não acontece devido ao formato triangular e sistêmico, na qual toda unidade de poder sempre pode expandir para fora de si mesma na busca de fragmentos de poder de outros pontos e unidades. Isto é, se o sistema é triangular, cada ponto ou unidade de poder realiza uma tensão em si mesma e nas outras unidades em busca da expansão contínua.

<sup>26</sup> A relação de poder apenas deixa de existir quando há a conquista integral de um sistema de forças por uma unidade de poder que toma para si integralmente aquele que lhe era subserviente. Por mais que olhemos para outras temporalidades, sempre haverá unidades de poderes que foram conquistadas em algum momento. Dessa forma o poder é origem de si mesmo, ao passo que a dominação é o formato sob o qual o poder se constrói, reproduz e expande.

<sup>27</sup> Se o poder se define pelo seu movimento de expansão e regressão, logo, o poder é equivalente à sua forma de acumulação.

<sup>28</sup> Ética diante da própria energia e força que se expandem continuamente fomentadas pela valorização do próprio poder.

territórios ao longo do desenvolvimento da humanidade promovendo o surgimento de poderes territoriais, capazes de fixar e estabelecer suas relações de dominação sob o processo de conquista e a conseqüente expansão das fronteiras, até tornarem-se impérios.

A luta entre esses poderes territoriais na Europa reverberou em impactos nunca vistos. O avanço qualitativo se deu em uma escala que não percorreu nenhuma trilha universal da qual se tinha notícias, onde afloraram aspectos específicos desses poderes territoriais e o resultado de seus conflitos sobre a face econômica dos territórios.

Entre as principais características, tem-se a recentralização do poder político para reativação da atividade econômica. Com o decorrer dessa dinâmica, foram provocadas pequenas guerras que, a princípio, se especializavam localmente e, posteriormente, se somaram às grandes guerras de conquista ou reconquista de territórios ocupados por outros povos não europeus. Na Europa, o sistema de poder fortaleceu seus poderes territoriais por meio dessas guerras internas e externas, mesmo que o processo de centralização do poder não tenha feito surgir um único Estado imperial no continente, os diversos conflitos foram essenciais para se desenvolver a necessidade crescente de se obter recursos naturais e populacionais que aprofundaram os elos desses poderes em conflito com a tributação e a produção em excedente, proporcionando um salto qualitativo para o nascimento dos primeiros Estados nacionais europeus e, por consequência, a base do imperialismo e da mundialização dos capitais. Foi a partir desse mercado de títulos e moedas que se lançou o arcabouço para as possibilidades da formação e da acumulação privada de formas primitivas de riqueza financeira, onde se viu terreno fértil justamente à sombra dos poderes dos Estados nacionais.

No decorrer de incessantes guerras e expansões, fortaleceu-se o mecanismo que fazia o ritmo dos grandes poderes territoriais, transformando-se em uma ferramenta pujante de produção e acumulação de poder e de riqueza. Os Estados nacionais, com os seus territórios, tributos, exércitos, população, moeda, sistema financeiro e seu grau de identidade nacional conceberam o regime de acumulação capitalista, que possibilitou ao continente europeu uma “vantagem” em relação ao restante do mundo.

A regularidade de guerras foi o amálgama definitivo para o circuito acumulativo do capital, ao passo que combinava os processos de acumulação de poder e de

capital. O espaço geográfico se tornou o *locus* da acumulação “inicial” de capital vinculado a criação de sistemas nacionais de crédito, bancos e títulos vinculados a dívida pública dos Estados nacionais. Com isso, a dinâmica de internacionalização desses Estados com os seus mercados e capitais perfilaram pela expansão e consolidação dos impérios marítimos e coloniais europeus.

O impulso imperialista nada mais representa do que a mundialização dos capitais, mas da criação e do alargamento dos Estados e seus mercados para a conquista e colonização do mundo, em busca da monopolização do poder e da acumulação de riquezas. O aumento gradativo do capital fez com que o capitalismo desenvolvesse uma autonomia e um grau de complexidade crescentes, embora ainda conserve a sua relação de dependência com o poder. Portanto, a ingerência estatal por meio do poder barra as crises econômicas e seus efeitos para o grande capital. O Estado assume o papel dentro do capitalismo de anular as crises que são intrínsecas desse modo de produção, na procura de fomentar a todo momento a acumulação capitalista diante de toda dificuldade enfrentada por ela, como bem explicita o fragmento a seguir:

Quando se estabelece essa relação vitoriosa, o poder e o capital adquirem uma capacidade inusitada de captar, dissolver e transformar todas as coisas – simultaneamente – em mercadorias e instrumento de poder, começando pela ciência moderna que nasce junto com o sistema interestatal europeu e que, desde o início, opera simultaneamente como produtora de armas e de mercadorias. (FIORI, 2014, p. 26)

Cabe destacar que diante da internacionalização do capitalismo europeu houve a paulatina expansão imperialista e bélica de territórios econômicos do além-mar. Conforme o movimento da internacionalização de cada um desses países, houve consigo o crescimento do poder econômico e político dos Estados que começaram seu processo de espoliação de outros territórios.

Apesar de haver nesse processo a emergência de múltiplos centros econômicos e de periferias dependentes desses núcleos, não se pode afirmar que a rota feita por cada um dos Estados e, conseqüentemente, de suas economias nacionais são a área core de todo o sistema interestatal capitalista. Por mais que os países vanguardistas no capitalismo tenham por excelência o imperialismo em seu modo de atuar nessa complexidade, deixando as marcas de cada economia nacional, dentro do sistema mundializado há diversos tipos possíveis de lideranças econômicas

regionais que podem produzir o mesmo intento dentro de suas áreas de influência, criando ali outros centros e periferias com dinâmicas e percursos diferentes.

Desse modo, nenhuma economia nacional ou Estado poderá alcançar uma posição hegemônica dentro desses subsistemas econômicos sem desfrutar de uma economia com alto dinamismo e um consolidado projeto econômico e político viável na articulação dos interesses do Estado com os dos capitais privados de sua economia, tendo em vista que nenhum capital privado individual irá se internacionalizar sem o apoio de seu Estado de origem. Nos variados espaços e escalas do sistema, têm-se os mesmos princípios e inclinações do núcleo originário europeu, mesmo que de forma moderada pela geografia política de cada Estado. De qualquer maneira, não há como uma economia nacional se difundir apenas recorrendo a trocas, a economia nacional dentro do modelo de produção capitalista mundializado, unicamente se faz possível de reprodução ampliada e acelerada a partir da combinação com o projeto de acumulação de poder do Estado em torno da transformação da ordem nacional instituída.

O sistema-mundo até o fim do século XVIII basicamente circunscrevia-se ao continente europeu e suas colônias. Sua expansão se deu a partir da transformação da composição das independências do Estados americanos no século XIX e retornou a expandir-se depois da Segunda Guerra Mundial, com a admissão dos novos Estados independentes na Ásia e África e “mundializando-se novamente” no começo do século XXI com a apropriação dos países oriundos do bloco soviético e da explosão da economia chinesa.

Dentro dessa perspectiva, tanto os europeus quanto os estadunidenses operaram um verdadeiro poder estrutural sobre o sistema-mundo, não apenas por terem criado, mas também por perpetuarem o controle do sistema capitalista. A esse fato soma-se que estes países exercem há pelo menos trezentos anos não só a hegemonia monetário-financeira como a supremacia militar sobre a maior parte do sistema político e econômico mundial, mesmo que não represente o impedimento do afloramento de outras centralidades menores, demonstrando o poderio que esse grupo de países têm no mundo. Visto que em momentos da história algum país tenha assumido a frente para a liderança dentro do grupo das grandes potências, a hegemonia de um não resultou em um equilíbrio dentro da competição dos outros Estados nacionais, tampouco paralisou o expansionismo da potência hegemônica.

Essa contradição foi construída historicamente pela competição e a hierarquização inicial dos Estados nacionais, de modo que desde o início os Estados mais influentes instituíram-se como a vanguarda desse sistema dominado pela competição e pela violência. Ao passo que a relação estabelecida entre tais potências se manifesta dialeticamente de maneira complementar e concorrente. Dentro desse núcleo vanguardista houve a gestação das grandes guerras no mundo, uma vez que foram as mesmas potências que conduziram o movimento de expansão do sistema capitalista, constituindo conjunturas monopolistas para perdurar seu poderio à frente dos demais.

Apesar desse cenário, as grandes potências se defendem de maneira coletiva, ao barrar o surgimento de novos Estados que possam florescer como novas economias líderes. Tal coerção se dá sob a junção de aspectos como a monopolização das armas, da moeda, das finanças e das inovações tecnológicas. A ascensão de uma potência intermediária se coloca como um elemento de perturbação e transformações no sistema mundial, pois insere nesse contexto mais um componente de ameaça ao monopólio das potências já estabelecidas.

Ainda que economias emergentes afrontem a hegemonia das economias de “vanguarda”, quem provoca a maior desestabilização do sistema são os próprios Estados hegemônicos, em virtude de sua fome de expansão para manterem o seu *status*. E, contraditoriamente, para se manterem à frente dos demais, é preciso provocar as instituições e as regras estabelecidas por eles mesmos, que talvez estejam atravancando a capacidade de inovação e expansão do Estado. Dessa forma, podemos observar que as potências hegemônicas acabam por coordenar o sistema internacional, mas desobedecem-no a todo instante, o que nos faz perceber que não há como determinar e alimentar um equilíbrio hegemônico perene que mantenha a paz perpétua, não conforme o sistema interestatal capitalista colocado pelos europeus.

Segundo Fiori (2014), no “longo século XIX”, ao consideramos que o sistema interestatal concentra energia de maneira contínua e a medida que aumenta a sua pressão interna competitiva, podemos traçar alguns pontos pelo qual o aumento da pressão foi provocado: a tensão constante entre Inglaterra e França, tanto dentro como fora do continente europeu; o surgimento e a incorporação dos novos Estados americanos no sistema interestatal; a ameaça de Estados Unidos, Japão e Alemanha

como novas potências, fizeram com que a economia mundial crescesse em níveis avassaladores revolucionando o “núcleo central” das grandes potências.

Dessa maneira, o tamanho finito do planeta, como coloca Kaplan (2013), torna-se um dos principais elementos da instabilidade entre os Estados em busca da hegemonia, à proporção que o avanço das tecnologias, principalmente militares, comprimem o mapa da geografia política do mundo.

Arrighi (2008) aponta o crescimento expansivo do sistema mundial desde os anos 1970. O aumento da pressão dentro do sistema suscitado pela estratégia expansionista estadunidense, bem como do aumento do alcance das fronteiras econômicas e pelo surgimento de novos Estados independentes, fora o impulso produtivo promovido pela reconstrução depois da Segunda Guerra Mundial e o crescimento frenético da riqueza e do poder da China.

Nota-se nestes dois exemplos a capacidade do sistema-mundo meandrar por novos territórios na busca por espoliá-los com mesma força, junto a vontade de criar fronteiras não apenas para a acumulação, mas também de conquista. Isso faz da guerra uma ferramenta essencial de superacumulação e de pilhagem de uma posição estratégica valorizada ou pela exploração de recursos naturais de determinado espaço geográfico.

Cada vez que o sistema-mundo se moveu na direção da expansão, houve a multiplicação de Estados e o fortalecimento dos poderes nacionais, devido o próprio sistema interestatal capitalista estar em contínuo processo de internacionalização e em permanente processo de valorização capitalista dos territórios, fortalecendo as economias nacionais e o poder dos Estados imperialistas, logo, a continuidade desse processo como um todo é movido pela luta do poder global.

Com essa análise de conjuntura, podemos observar que o sistema-mundo nessa primeira e segunda década do século XXI passou por transformações estruturais principalmente no âmbito financeiro, ao passo que há um desgaste do poder estadunidense, que por sua vez promove novas reorganizações na economia e na geografia política mundial, ao conferir pelas próximas décadas os Estados Unidos como base do sistema interestatal, mas com o conflito pelo poder travada com outros países que estão se fortalecendo na luta por poder.

O que segundo Kaplan (2013, p. 117) tem sido negligenciado pelos países ocidentais ou nas palavras do autor “*incapaz de reconhecer (...) que a tecnologia de guerra e da geração de riqueza sempre mantiveram laços estreitos: foi da ascensão*

*econômica da Ásia que nasceu sua ascensão militar*". Bracken complementa (1999, p. 27): “À medida que o ‘poderio industrial asiático se alinha com seu poderio militar’ (...) o continente vai ficando literalmente sem espaço para falhas e erros de cálculo” ao passo que este espaço geográfico, se encontra em um momento de “encolhimento” do tabuleiro de xadrez eurasiático, ao passo que “a incerteza resultante abala a ordem estabelecida e altera os parâmetros pelos quais a liderança é mensurada.”

Atualmente o que se vê é o objetivo de exercício do poder para estimular divisões ou equilíbrio de potências médias em suas regiões, tal como fazia a Grã-Bretanha na fragmentação do mundo ao longo do século XIX. Entretanto, esse poder imperial dos Estados Unidos, não é suficiente para controlar a presença e o desdobramento de guerras, uma vez que as potências regionais em sua luta pelo poder seguem na construção de coalizões e blocos capazes de equilibrar, defender-se ou mesmo em algum dia ultrapassar o poder local dos Estados Unidos.

É o que se observa, em especial, no crescimento chinês. Visto que a China tem feito movimentações explícitas para o aperfeiçoamento de sua militarização e sua consequente afirmação de poder e de barganha para o domínio do sul do Pacífico e no Leste Asiático, além do avanço na luta para o controle imperialista por toda a África. A Rússia segue o mesmo caminho na busca do domínio sobre o Leste Europeu e parte da Eurásia; com relação à Alemanha, na Europa Central e Europa Ocidental; com relação ao Irã, no Oriente Médio; com relação à Índia, no sul da Ásia; com relação ao Brasil, na América do Sul; e, em menor proporção, África do Sul e Indonésia, em áreas de influência imediatas de seus territórios.

Bracken (1999), por sua vez, faz a análise sobre a luta por hegemonia das potências regionais. O fato dos Estados Unidos terem equipamentos militares em lugares estratégicos por todo o planeta é de certa maneira o que tem mantido sua posição de poderio militar no mundo, entretanto, tem-se tornado cada vez mais controverso essa posição de poderio militar estadunidense na Ásia, ao ponto de potências regionais e outras mais subalternas na região desenvolverem “soluções” militares disruptivas.

Se durante o século XX, União Soviética e Estados Unidos apoiavam-se em armas nucleares para dissuadir posições contrárias ou sinalizar manobras políticas, outros países têm tido a pretensão de fazer o mesmo inaugurando, segundo Bracken (1999), uma segunda era nuclear. Entretanto, o autor estabelece que há uma diferença substancial entre os períodos apontados, pois se de um lado na Guerra Fria

havia um certo receio de um conflito nuclear e as potências mantinham uma determinada racionalidade e distanciamento, talvez não ocorra no emaranhado de países pobres na Eurásia, tendo em vista que alguns deles são potências nucleares.

As armas nucleares dão um caráter equalizador ao circunscrever o tamanho e a força dos Estados, ao promover um certo “equilíbrio de poder” global pautado no possível uso de armas e tecnologias disruptivas. A multiplicação de armas nucleares na Ásia faz com que o eixo das relações comerciais e militares se desloque para o continente, incitando ainda mais as tensões no continente, visto que se têm Estados influentes na política confinados em uma área geográfica reduzida, meandrada por incursões e guerras à procura de um equilíbrio no poder regional.

Diante dessa nova configuração da geografia política mundial, a União Europeia (UE) assume uma função secundária na aliança com os Estados Unidos. Enquanto os países da porção ocidental e central dependerem da OTAN como instrumento de defesa, há a inabilidade de qualquer iniciativa de estratégia autônoma genuinamente europeia.

Essa conjuntura de vulnerabilidade ocasionado pelo fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha demonstrou a fragilidade estrutural da iniciativa europeia, ao passo que o crescimento desorientado da UE e da OTAN permitiu que as ações antes tidas como cláusulas de projetos defensivos, se tornassem ferramentas de conquista e controle territorial, além da expansão de influência econômica e militar para o norte do continente africano, Leste Europeu e Ásia Central. Segundo Fiori (2014), na perspectiva econômica e geopolítica, a UE esbarra nos impactos e limitações de um projeto utópico e coletivo que se metamorfoseou em um dispositivo de consolidação da hegemonia alemã no continente europeu.

Com os sucessivos choques do petróleo na década de 1970, reestruturou-se o panorama econômico no mundo, o que permitiu que novas regras e instituições fossem criadas. Tal reorganização possibilitou que os Estados Unidos determinassem de maneira exclusiva o valor do dólar, que passou definitivamente a ser a moeda para as trocas internacionais, devido ao fim do lastro das economias no padrão ouro. O fato dos Estados Unidos lastrearem o equivalente de trocas mundial, conferiu-lhes um enorme poder, uma vez que o dólar como moeda internacional de troca lastreia-se com seus títulos de dívida pública, além de ditar a economia mundial por meio da emissão de sua moeda.

Justamente pelos Estados Unidos possuírem esse sistema financeiro nacional desregulado, tornam-se no principal “responsável” das “políticas econômicas mundiais”, coordenando o engenho do crescimento global em consonância com a economia chinesa em expansão, como pode-se analisar no trecho abaixo:

Do ponto de vista estrutural, a internacionalização da economia estadunidense, associada ao crescimento acelerado da China, produziu uma mudança estrutural no funcionamento da economia mundial com o surgimento de um novo centro nacional de acumulação de capital – a China e seu entorno asiático –, com um poder de gravitação igual ao dos Estados Unidos. Uma espécie de bipolaridade diferente da bipolaridade geopolítica do século XX, pois naquele tempo não havia nenhuma complementaridade econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética, embora fossem as duas maiores economias do mundo. (FIORI, 2014, p. 34-35)

Em relação às potências emergentes, cabe ressaltar particularidades primordiais que as diferenciam como aspirantes à posição de potências internacionais nesse começo de século. China<sup>29</sup>, Rússia<sup>30</sup> e Índia<sup>31</sup> são potências nucleares, sendo Rússia e China membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O Brasil se apresenta como um dos países de potência regional com melhores chances de ampliar sua influência e projetar de maneira pacífica seu controle e poder dentro da região do globo no qual está inserido. Na primeira década deste século, o Brasil expandiu sua projeção ao se colocar de forma ativa e altiva na afirmação da liderança na porção sul-americana, bem como em seu entorno territorial estratégico, ratificando o seu poderio no Atlântico Sul e na África Meridional. Cabe o Brasil assumir de fato que faz parte do grupo das principais economias do mundo, pois para manter sua atuação internacional o crescimento econômico deve compreender que dentro da economia-mundo todos competem contra todos e todas as alianças são plausíveis, de acordo com a competência de cada país estipular e defender seus objetivos estratégicos na corrida imperialista internacional.

---

<sup>29</sup> A China por mais que faça parte desse grupo é o país dentre esses no qual tem a maior tendência de distanciamento para as próximas décadas, visto que em breve irá ser a maior economia mundial, e tem atualmente o segundo maior orçamento militar do mundo, segundo o SIPRI (2019).

<sup>30</sup> A Rússia foi a segunda maior autoridade em relação à economia e ao arsenal bélico do mundo durante a maior parte do século XX, e que através de movimentações recentes demonstra posições de voltar a disputar essa posição no século XXI.

<sup>31</sup> A Índia é uma potência militar nuclear com nítidas ambições hegemônicas para o seu entorno territorial estratégico, o sul da Ásia.

Ao longo dos processos de evolução do capitalismo e seus avanços em relação à Geografia Política no mundo, Fiori (2014) traça generalizações sobre as condições que nos levaram a situação atual de desenvolvimento econômico das potências capitalistas e de outros países ricos que não foram potências militares e, entretanto, tomam funções estratégicas na luta entre as grandes potências do mundo.

A primeira delas é que nenhum exemplo de desenvolvimento econômico nacional próspero pode ser compreendido e explicitado somente por meio de fatores endógenos. Uma vez que todos esses países-potência se estruturaram e se fortaleceram inseridos dentro de um complexo jogo de forças demasiadamente competitivo, o que fez resultar em uma sensação constante de ameaça externa ou esfacelamento de seus territórios por outros Estados que foram ou se transformaram em potências.

Quando analisamos o caso dos pequenos países desenvolvidos<sup>32</sup> que acumularam riqueza sem se transformarem em grandes potências, é nítida a participação indireta e direta sobre sua posição geográfica para o seu desenvolvimento econômico. Entretanto, países que se converteram em grandes potências<sup>33</sup> esbararam no início de ascensão econômica em guerras civis ou rebeliões sociais que tinham relação ou foram causadas pela ameaça de invasão externa.

Outro ponto a ser levantado é a expansão imperialista das grandes potências desde que seus centros de poder interno fizeram uso e consolidaram suas economias nacionais como ferramenta de poder a serviço da postura imperialista. Em outras palavras, a política econômica avançou conforme o poder conferiu espaço e volume para a expansão. Com as economias consolidadas, as potências estabeleceram as próprias moedas como referência para os espaços e colônias subjugadas, como forma de determinar nesses territórios uma área de influência econômica supranacional. O que por sua vez proporcionou às grandes potências o poder de emitir uma dívida pública estratosférica em relação aos outros Estados do sistema-mundo.

Mediante essas generalizações históricas, Fiori (2014) propõe uma estruturação dos Estados, tendo em vista a sua posição geográfica e hierárquica

---

<sup>32</sup> Como foram os casos de Holanda, Portugal e Inglaterra.

<sup>33</sup> Como são os casos de França e Alemanha.

dentro do sistema interestatal, bem como sua estratégia de acúmulo de poder. Cabe lembrar que dentro dessa estrutura, em diferentes momentos históricos, os países podem se dispor a alterar o seu posicionamento dentro desse arranjo de Estados, mesmo que não ambicionem ser economias altamente industrializadas, potências regionais ou globais.

Com isso, Fiori (2014) classifica quatro grupos de países: no primeiro estão presentes os Estados que lideram a expansão imperialista em diversos níveis e instantes da história. São países que possuem uma perspectiva estratégica e instrumental por meio da sua economia nacional na busca constante de ampliação da sua área de influência monetária. Os participantes desse grupo dispõem de uma relação competitiva pelo poder amparada pela inovação tecnológica e militar, fatores estruturais para desfrutar de maior vantagem no endividamento público e maior autonomia nas suas políticas econômicas, tendo como privilégio a possibilidade de alterá-las em relação a alguma situação caótica e repassar para outros países parte dos custos dos novos ajustes graças ao seu controle da moeda e, conseqüentemente, do crédito internacional.

No segundo grupo encontra-se os países que são subordinados ou aderem por espontânea vontade as estratégias de integração em relação às políticas econômicas dos Estados potência, ou seja, tidos como protetorados econômicos e/ou militares dos países ou blocos sob o qual estão subservientes, tal como é bem explicado no trecho abaixo:

Esse foi o caso, por exemplo, dos domínios ingleses, mas também dos países derrotados na Segunda Guerra Mundial que depois foram transformados em protetorados militares dos Estados Unidos, contando com as mesmas facilidades – ao menos por um tempo – de acesso ao crédito e aos mercados de capitais dos antigos domínios britânicos que também viraram protetorados estratégicos dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. (FIORI, p. 43-44)

No terceiro grupo localizam-se Estados que questionam esta organização internacional de poder. Para tal, adotam estratégias de poder e de protecionismo ao mercado interno para orientar a alteração desse *status quo*, buscando vencer o lapso financeiro, industrial, tecnológico e militar que os afasta das potências do sistema interestatal, com o intuito de catalisar o seu crescimento econômico. Se ocorrer com

sucesso pode resultar na origem a uma nova potência regional ou global<sup>34</sup>, caso contrário<sup>35</sup>, os países retornam para a disputa com os mesmos propósitos, entretanto, alterando suas táticas com o objetivo de contornar a barreira à entrada no seleto clube central do sistema-mundo.

No quarto grupo figuram os outros países posicionados na periferia do sistema interestatal. Estes são os países que não tem condições ou não se colocam no páreo para contrapor a hierarquia estabelecida, ao passo de sua posição política se colocar de forma passível dentro do sistema internacional do poder, preservando-se como fornecedores de bens primários ou de bens de consumo básicos. Apresentam baixa capacidade de endividamento e submissão às políticas econômicas das potências, no entanto, sem usufruir dos poucos privilégios que são oferecidos à classe dos países protetorados.

Se a passagem está aberta a todos os países, como coloca o modo de produção capitalista, poucos são os Estados que triunfam, ao passo que o fomento desse sistema é oriundo do conflito contínuo entre os países, suas economias nacionais e como os seus capitais se pulverizam para conquistar posições monopólicas que são desiguais por natureza.

### ***2.3.1 A teoria clássica do desenvolvimento e os seus rebatimentos na política econômica mundial***

Petty (1983) apura uma teoria econômica baseada no valor das guerras e dos Estados para o funcionamento do modo de produção da sociedade capitalista. A teoria coloca em um primeiro momento a definição das funções essenciais do Estado e da posterior estratégia econômica para multiplicar os recursos fundamentais para o desempenho de suas funções. Para Petty, a primeira responsabilidade do Estado é a defesa de seu território terrestre e marítimo, além da paz externa e interna, enquanto a forma de conseguir recursos seria por meio da progressão dos impostos conforme o aumento da produtividade econômica nacional.

Entretanto, por mais que a teoria de Petty tinha como objetivo a “defesa” do território, a Inglaterra transformou-se em uma potência ofensiva o que a permitiu não

---

<sup>34</sup> Como aconteceu com os Estados Unidos no início do século XX, e como tende a ser a China neste começo de século XXI.

<sup>35</sup> É o caso de Alemanha e Rússia, na primeira década do século XXI.

apenas expandir seu poder, mas também sua riqueza e território, ao passo do Império Britânico se consolidar como a primeira grande unidade de poder e bélica no incipiente modo de produção capitalista.

Entre 1650 e 1950, a Inglaterra participou de 110 guerras aproximadamente, dentro e fora da Europa, ou seja, em média, uma a cada três anos. E entre 1783 e 1991, os Estados Unidos participaram de cerca de 80 guerras, dentro e fora da América, ou seja, em média, também, uma a cada três anos. (FIORI, 2014, p. 53)

Como é possível observar na citação acima, os Estados Unidos, posteriormente, assumiram a mesma postura agressiva de sua antiga metrópole até transformar-se na maior potência do sistema-mundo, após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos souberam aproveitar a lição colocada em prática pelo Império Britânico em busca de acumulação acelerada de poder e de riqueza por intermédio do ataque, justamente por ser mais lucrativa do que o aumento da produtividade proposta por Petty (1983).

Dessa maneira, a Inglaterra revolucionou o mecanismo de acumulação de riqueza. Assim sendo, a guerra permitiu incrementar exponencialmente a riqueza no Império Britânico e nos Estados Unidos, uma vez que as conquistas, expandiam as condições de espoliação fora dos circuitos produtivos e mercantis, ao ampliar os lastros da sua dívida pública, tornando-as concomitantemente em ferramenta de poder e de acumulação. Os aspectos mencionados anteriormente junto ao esbulho de novos territórios como recursos essenciais foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo britânico e estadunidense, fazendo da guerra a mola propulsora dessa dinâmica viciada.

Junto ao desenvolvimento econômico dos Estados, geralmente, também se encontra o nacionalismo. Desde a Revolução Francesa, o termo “nacionalismo” sofreu variações em seu uso e interpretação, conforme o lugar do qual se pronuncia, bem como o seu momento histórico, ora emerge como sentimento ou ideologia, em outros momentos aflora como estratégia política ou movimento social. Podemos observar essas transformações desde sua origem, na França, enquanto movimento revolucionário, e em outros momentos no qual passa a ter o sentido relacionado à aspectos culturais de um determinado espaço, especialmente na Europa ocidental afim de caracterizar o projeto político de consolidação dos incipientes Estados nacionais, recém unificados.

A partir da metade do século XIX, o nacionalismo assumiu estrutura e posturas econômicas, estabelecendo-se como um instrumento de luta dos países “atrasados” e das antigas colônias frente os países imperialistas. Um exemplo desse caso é a Alemanha que mesmo após a sua unificação em 1871, saturada com o retardo político e econômico, adotava uma estratégia geopolítica de ressentimento em relação às potências europeias do sistema-mundo. Diante dessa conjuntura de industrialização tardia, ressentimento nacional e cerco, a Alemanha se colocou permanentemente em posição defensiva e expansiva, orientada por uma ideia de espaço vital a ser capturado e conservado, conforme foram feitas as interpretações em certa medida equivocadas de Ratzel (1983).

Observamos neste século outras potências econômicas e militares seguirem por estratégias nacionalistas guiadas por objetivos estratégicos nacionais permanentes, na luta e defesa regional por suas hegemonias. Japão, Rússia e Alemanha que sempre tiveram esse intenso sentimento de cerco, atraso e vulnerabilidade em relação às grandes potências econômicas e bélicas ocidentais, fazem do aspecto nacionalista e da militarização parte de seu desenvolvimento econômico. O imperialismo feito pelos Estados nacionais nem sempre se valerá da imposição de suas moedas e de suas ideias, mas também pela sua expressão militarista. Na expansão capitalista para alçar uma posição central monetária e financeira que possa oferecer o poder de mando sobre os fluxos da economia, é necessário a conjugação de elementos como a força da moeda e, conseqüentemente, da economia, do *soft power* e, se possível, do *hard power*.

Apesar da incipiente industrialização na primeira metade do século XX, é somente na segunda metade que emerge no Brasil uma matriz teórica e estratégica que tenta propor a construção de uma sociedade moderna e uma economia autônoma por meio da industrialização, tendo o Estado como executor estratégico dessa transformação. Sendo assim, a teoria da segurança nacional pensada pelos militares brasileiros teve conduta central na construção do poder do Estado brasileiro, de maneira embrionária desde 1937, mas, sobretudo, depois da criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Segundo Fiori (2014), foi pela ESG que o desenvolvimentismo militar se converteu em uma ideologia e uma estratégia específica e excêntrica dentro das propostas desenvolvimentistas, à medida que conectava a urgência de industrialização para o desenvolvimento junto com o objetivo prioritário e estratégico de “defesa nacional”.

Com isso, os governos da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) tiveram como argumento a expansão do poder nacional por meio de um projeto de visão competitiva dentro do sistema-mundo, onde a estratégia de defesa baseava-se em um “inimigo externo” completamente ideológico que nunca foi de fato uma ameaça ao nosso país. Justamente pelo aspecto ideológico desse inimigo, foi possível vertê-lo para dentro do país, disfarçando todas as demandas e movimentações sociais e caracterizando-as como ameaças comunistas, antinacionais. Desse ponto, decorre o feitio autoritário, conservador e antipopular do projeto desenvolvimentista brasileiro.

Junto a desmobilização da sociedade, expõe-se o arranjo heterogêneo, oligárquico e em maior parte liberal, de modo a formar um consórcio de interesses que amparou a política do sucesso econômico do desenvolvimentismo militar brasileiro. Tal coligação se manteve próxima enquanto duraram as vigorosas taxas de crescimento e se desenlaçaram no momento da crise econômica internacional no começo da década de 1980. O projeto desenvolvimentista dos militares brasileiros se valeu de uma política macroeconômica ajustável que não foi nem heterodoxa, muito menos ortodoxa, ou seja, foi uma resultante possível dentro de um paradoxo da necessidade de crescer e o panorama de manter unido o consórcio de forças hegemônicas que atuavam dentro do país.

# **3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA DE BRASIL E ÍNDIA ENTRE 1990 E 2019**

Após o contexto internacional de crise, iniciado pela bolha especulativa em 2008, a crescente indústria bélica anunciou mundialmente, mais uma vez o surgimento de circunstâncias externas propícias para a confluência de políticas de autoproteção nacional, principalmente nos países que se situam fora da alta corte econômica mundial. Dentro dessa conjuntura, ocorreu a constituição de consensos e alianças de poder qualificadas para o questionamento das assimetrias de poder e da distribuição das riquezas, amparadas em políticas nacionais de crescimento aceleradas.

Nesse cenário do sistema interestatal mundial, novas e velhas potências se lançam sobre os territórios asiáticos, africanos e latino-americanos na busca de seu “lugar ao sol”. A disputa estratégica pelo controle do monopólio dos mercados de matérias-primas e de fontes de energia possui relevância devido ao fato de que as grandes potências criarem barreiras à entrada em mercados de tecnologias de ponta<sup>36</sup> e, muito menos, a venda de empresas estratégicas, além da proteção da indústria nacional e os subsídios aos seus mercados agrícolas.

Apesar da burguesia industrial dos países periféricos, tópico debatido pelos pensadores da teoria da dependência, se expressarem como as elites industriais locais, historicamente não traçam um interesse estratégico em comum para um pleno projeto de desenvolvimento das forças produtivas. Este debate volta a reverberar em torno de qual é o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico. Tal questão acaba por revelar seu lado mais ideológico do que teórico, uma vez que o conceito se manifesta geralmente de maneira vaga e a-histórica, sempre limitada a tornar-se argumento para liberais que generalizam a economia complexa das moedas, armas e petróleo, com mercado de queijos e vinhos, criticando a regulação estatal.

O chamado neodesenvolvimentismo latino-americano, segundo Fiori (2014, p. 224), acaba pecando justamente por não propor nada de novo em relação aos teóricos da dependência. Onde as políticas macroeconômicas se mostram sortidas com diversos elementos que se propõem a fortalecer paradoxalmente opostos concomitantemente, Estado e mercado, centralização e descentralização, a concorrência e o favorecimento as “campeãs nacionais”, o conflito entre o público e o

---

<sup>36</sup> China e Estados Unidos: uma guerra mais geopolítica do que comercial. *Le Monde Diplomatique Brasil*, out/2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/china-e-estados-unidos-uma-guerra-mais-geopolitica-do-que-comercial/>>. Acesso em: 06/03/2020.

privado, além de uma política fiscal restritiva. Ao passo que o Estado não assume um papel claro do que ele é e a quem está o seu serviço, de modo a ignorar a busca pelo poder dos Estados e os interesses controversos das classes e dos países.

Na primeira década deste século, além da transformação bruta e vasta da geopolítica e da economia internacional, observou-se a aceleração da competição e disputas entre as potências militares do planeta. Nesses momentos, abrem-se possibilidades aos Estados e economias que desfrutem de recursos, população, tamanho e consistência econômica de posicionar-se estrategicamente. As características supracitadas podem ser encontradas nos casos de Brasil e Índia. Caso haja acordos de poder, em que lideranças e/ou projetos possam ter a habilidade de antecipar lacunas e adiantar a condução de políticas econômicas compatíveis a cada momento, é possível que se sustente o alçar da conquista de um lugar no vértice da pirâmide internacional da riqueza e do poder.

Para que esse avanço aconteça é preciso tenacidade, habilidade e ânimo, junto a objetivos pragmáticos, além de uma coordenação afiada entre política externa, política de defesa, diplomacia, política econômica, afora a dispersão de seus valores culturais. Cabe ressaltar que para alicerçar essa vontade estratégica de autonomia duradoura, é preciso consolidar uma capacidade do Estado e da sociedade em construir resoluções comuns em torno de metas internacionais à longo prazo, somado a competência de efetivar condutas de médio e curto prazo, de modo a sensibilizar a sociedade, a política e a economia diante de cada conjuntura.

### **3.1 Breve panorama sobre o desenvolvimento indiano**

Na Índia, 73,41% da população vive em área rural<sup>37</sup>, ou seja, em torno de mais de 900 milhões de indianos tem como principal fonte de renda a agricultura, em sua maioria sob o formato familiar de baixa produtividade. Essa população vive em “kutcha<sup>38</sup>” frágeis, em condições de pobreza e são, em imensa maioria, analfabetos. Mesmo sob estas características, atualmente a Índia é um dos principais países

---

<sup>37</sup> Segundo os dados do *Socio Economic and Caste Census*, 2011. Disponível em: <<https://secc.gov.in/statewiseSeccDataSummaryReport?reportType=SECC%20Data%20Summary>> Acesso em: mai. 2020.

<sup>38</sup> *Kutchas* são pequenas casas feitas de barro e materiais orgânicos, presentes em áreas rurais, sendo comuns no sul da Ásia. As casas de alvenaria ou madeira, na Índia, são conhecidas por *pucca*.

exportadores de alimentos e é reconhecida como um polo de indústrias ligadas a Tecnologia da Informação (TI), possui um dos melhores programas espaciais e uma economia vigorosa.

A desigualdade social é presente na sociedade indiana e demonstra o retrato desse país em suas contradições e diversidades. A Índia também é colocada como uma civilização milenar, uma vez que seu passado foi ocupado por impérios e etnias singulares. Além de ter sido território de disputas econômicas e políticas relevantes no mundo moderno, principalmente pelos países hegemônicos europeus devido as suas riquezas e de sua localização privilegiada no Oceano Índico.

Após séculos de espoliação do Império Britânico, a Índia se tornou independente em 1947 e, logo em seguida, houve uma guerra civil que culminou na separação entre o que atualmente é o Paquistão e o subcontinente indiano.

A Índia faz parte de uma complexa região no mundo se tratando do seu entorno geopolítico, devido ao valor estratégico do território indiano diante de sua localização em relação ao Índico, proximidade com regiões ricas em recursos naturais, bem como da vizinhança de forte concorrência em termos econômicos<sup>39</sup> e bélicos na procura de uma maior influência visando um maior entorno territorial estratégico. Um dos desafios da Índia consiste justamente nesse processo de transformar o desmedido crescimento econômico em qualidade de vida para os seus bilhões de cidadãos<sup>40</sup>.

Como tratado anteriormente, o Estado emerge em sua origem para dar base as relações capitalistas, daí seguem teorias econômicas que envolvem ou discriminam a presença estatal nas políticas de crescimento e desenvolvimento econômico. Furtado (1992) indica que para a superação do subdesenvolvimento é essencial que o Estado conduza a industrialização com vistas a homogeneização social.

Entretanto, somente a homogeneização social não basta segundo o autor para permitir avanços significativos. Para tanto, é preciso que haja:

(...) a criação de um sistema produtivo eficaz, dotado de relativa autonomia tecnológica, o que requer: a) descentralização de decisões

---

<sup>39</sup> A Índia deverá ser a segunda maior economia do planeta em 2050 segundo relatório The World in 2050 da consultoria PwC. Disponível em: <<https://www.pwc.com/gx/en/world-2050/assets/pwc-the-world-in-2050-full-report-feb-2017.pdf>>. Acesso em: 13/06/2020.

<sup>40</sup> A projeção é que até 2050 a Índia tenha em torno de 1,8 bilhão de habitantes (ONU, 2019). Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/POP/TOT/356>>. Acesso em 28/12/2020.

que somente os mercados asseguram, b) ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia adrede concebida, e c) exposição à concorrência internacional. (FURTADO, 1992, p. 52)

Essas condições são essenciais segundo o autor, pois é por meio delas que seria possível a reversão da atual divisão territorial do trabalho estabelecida pelas condições econômicas estruturais dos países periféricos, já que institui uma contínua deterioração nos termos de troca entre as economias centrais e periféricas, mantendo uma especialização minguada e de pequena diversidade produtiva. Tendo em vista essa relação desproporcional na qual a burguesia nacional não consegue consolidar e conduzir o processo de industrialização, por ser fraca e estar desarticulada frente as imposições e barreiras colocadas pelos capitais internacionais, cabe ao Estado a função elementar de coordenar a indústria e o seu processo de desenvolvimento.

Após o seu processo de independência em 1947, a Índia determinou como ordem do dia a responsabilidade da construção nacional. Como aponta Cruz (2007a, p. 3) “A modernização econômica era um aspecto proeminente de seu projeto, mas subordinava-se aos imperativos da consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social.”

Dessa maneira, a Índia parte do protagonismo estatal para consolidar um projeto de desenvolvimento econômico mais acentuado que outros países periféricos, que inclusive dá preferência aos investimentos relacionados à indústria pesada desde os planos quinquenais em 1951. Fazia parte desses planos a aposta em investimentos relacionados aos bancos acadêmicos, visto que o Estado indiano deu prioridade a formação de agentes públicos e a construção de instituições importantes que viriam mais tarde dar impulso para o desenvolvimento de novos quadros e perspectivas de desenvolvimento como o Instituto Indiano de Estatística.

A Índia se projeta no sistema interestatal capitalista desde sua independência até o seu atual posto de potência regional do mundo no século XXI, com uma inserção internacional cautelosa. A política externa indiana, ao longo das décadas, delineia bem a sua posição de “não-alinhamento”, praticada em virtude do cenário de Guerra Fria estabelecido pela bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos. Nessa conjuntura, a Índia procurou permanecer não alinhada diretamente a nenhuma das áreas de influência, mesmo que em certa medida tenha se colocado em cooperação militar e econômica com os governos soviéticos e desenvolvido um programa de desenvolvimento planejado.

Ao olharmos o modelo de desenvolvimento da América Latina pautado pela substituição de importações, apontava para etapas que de certa maneira se encerrariam diante da consolidação dos bens de capitais e da indústria pesada. Entretanto, segundo Barcellos (2018a), observa-se no modelo indiano diferenças quanto ao processo que se deu na América Latina, pois a partir da indústria pesada e da produção de bens de capital houve a intencionalidade estatal de possibilitar que o país tivesse condições de crescimento e desenvolvimento como uma das ferramentas dentro da estratégia de independência econômica indiana a longo prazo.

Tal posição do Estado indiano dentro do processo de industrialização por substituição de importações não se pautava pela busca do equilíbrio da balança de pagamentos, como aconteceu na industrialização latino-americana. Devido a influência da economia planificada do modelo soviético na industrialização indiana houve a reprodução de uma economia parcialmente mais fechada.

Com o avanço do neoliberalismo solapando as ideias keynesianas, o esmaecimento dos Estados nacionais acentuara-se, exaurindo o desenvolvimentismo. A liberalização da economia brasileira e a consequente redução do Estado fez com que o Brasil não crescesse o esperado para a métrica planejada, tendo de controlar com mão de ferro a inflação, de modo a frear o setor industrial.

Entretanto, na conjuntura indiana as reformas na economia não foram tão agudas e cruéis. Segundo Cruz (2007b), o modelo de crescimento indiano resultava em taxas médias de cerca de 3,5%, não padecendo com as crises econômicas como a América Latina, graças ao seu isolamento nos fluxos financeiros pelo mundo. Dessa forma, o Estado indiano passou a crescer na década de 1980 pautado em políticas de fomento à demanda agregada e políticas fiscais expansivas, enquanto na década de 1990 a Índia crescia a baixas taxas de inflação e sem impasses relacionados a dívida externa e crescimento negativo, tal como ocorreu nos países latino-americanos.

O processo de abertura econômica tendo em vista a liberalização de investimentos externos na Índia também se deu de forma distinta dos outros países subdesenvolvidos, ao passo que esse movimento se deu com uma abertura lenta e conduzida pelo Estado indiano.

As reformas econômicas foram efetuadas em um conjunto de setores entre 1991 e 1993. Foi com elas que houve a permissão estatal da venda e participação de investimentos externos e privados nacionais em algumas áreas do setor industrial indiano desde que fosse preservado o controle financeiro das empresas. Apesar das

transformações neoliberais no mundo na década de 1990, tais mudanças não alteraram significativamente a organização indiana de perseverante esforço para se tornar uma grande potência, mesmo que, segundo Barcellos (2018b, p. 224), o governo de Narasihma Rao (1991-1996) tenha traçado uma estratégia para o país nomeada de *Look East*, tendo como foco a composição de uma postura mais ampla, orientada para o continente asiático.

Mohan (2013) aponta que a Índia é dirigida desde a independência para ser uma “Grande Estratégia” que fará sê-la uma potência mundial. Tal posição almeja ter influência geopolítica sobre o Índico, além de estender seu poderio político sobre o ocidente. A possibilidade de alinhamento com outras potências que futuramente possam limitar a autonomia indiana é vista com maléfica para a política externa. O mesmo raciocínio é tido em relação as políticas de desenvolvimento econômico e tal postura dá amplitude para o uso de todas as ferramentas econômicas acessíveis à Índia. Contudo, recentemente foi apontada uma transição no que tange à posição autonomista assumida pela Índia, ao passo de uma inserção mais atada nas responsabilidades internacionais em assuntos pertinentes da agenda mundial.

O protecionismo econômico indiano é uma das formas que o país se optou em sua política exterior com o intuito de resguardar sua estratégia de desenvolvimento econômico voltada ao setor industrial e a autonomia tecnológica. Essa postura da Índia revela o formato que seus governos, desde a independência, preferem inserir na economia internacional com cautela, mantendo um comportamento que mantêm o *status quo*.

Mesmo com o vertiginoso avanço técnico-industrial da Índia, boa parte da população economicamente ativa atua no setor primário da economia. Nassif (2006) aponta que apesar do progresso não houve uma transformação estrutural das condições de vida da maior parte dos habitantes desse país. O acelerado crescimento econômico alçado pelo setor terciário não tem sido suficiente para conceber frutos e impactar os demais setores econômicos do país.

As taxas de crescimento do PIB indiano demonstraram alterações relevantes entre as décadas de 1980 e 2000, dentro de um aumento sensível da média. A partir de 2003, as taxas de crescimento do PIB foram maiores que 5% ao ano, com exceção

do ano de 2008, mantendo uma média de 7,1% entre 2003 e 2018<sup>41</sup>. A Índia movimenta-se para ser a segunda maior economia do mundo em 2050. Além disso, as projeções apontam que terá a maior população do mundo com 1,8 bilhão de habitantes, com uma boa parte da população em idade economicamente ativa e intensa inserção das mulheres na economia em relação aos outros países, principalmente com seus concorrentes como China, Rússia e Brasil, o que aumentaria sua competitividade internacional<sup>42</sup>, ao contar com fatores como:

(...) uma alta taxa de poupança interna – algo em torno de 35% do PIB em 2011 – que libera recursos para a formação bruta de capital e investimentos públicos. Além disso, a taxa de juros praticada no país é baixa. Em 2011, a taxa de investimento com relação ao PIB chegou acima dos 35%, apresentando suave queda em anos posteriores, mantendo-se no patamar acima dos 31% até 2017. É interessante notar que a participação industrial no PIB praticamente não se alterou, em 1965 a taxa era de 14% e em 2005 foi para 16%. Já a participação da agricultura se alterou sensivelmente no mesmo período indo de 45% em 1965 para 19% em 2005, mesmo assim, considerando sua enorme população rural, a Índia ainda emprega a maior parte de sua força de trabalho no campo. Por fim, o setor de serviços sofreu, igualmente, grande alteração saindo de 35% para 54% no mesmo período. (BARCELLOS, 2018a, p. 68)

No primeiro governo de Narendra Modi (2014-2018) manteve as altas taxas de crescimento do começo da década de 2000. Dessa maneira, este governo criou um ávido plano para fomentar a produção industrial indiana, o *Make in India*. Devido ao seu caráter incipiente, por ora se mostra como um ensaio dos governos recentes em amplificar um ambiente sinérgico para trazer mais investimentos externos diretos.

Entre os dilemas que estão presentes na realidade indiana, além dos altos índices de pobreza, estão as suas fronteiras em tensão principalmente com a China, Paquistão e Bangladesh que demandam uma agenda estratégica cautelosa. Outro elemento é o fator democrático na Índia, uma vez que é considerada a maior democracia do planeta em relação ao seu enorme contingente populacional. Contudo, apesar de ter assegurado o secularismo em sua Constituição, mantém uma sociedade pautada em estamentos sociais, além de possuir conflitos religiosos entre hindus e

---

<sup>41</sup> Média feita pelo autor. Para mais informações acerca das taxas de crescimento do país ver: <http://statisticstimes.com/economy/gdp-growth-of-india.php>. Acesso em: 19/07/2020.

<sup>42</sup> Ver Relatório do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/agenda/2017/10/eight-key-facts-about-indias-economy-in-2017/>. Acesso em 19/07/2020.

muçulmanos dentro das fronteiras do país, com recorrentes atentados terroristas pelo lado dos separatistas Sikh e a vertentes maoísta Naxalita. No entanto, o fortalecimento do nacionalismo hindu com o crescimento do Bharatiya Janata (Partido do Povo Indiano) é nítido nos discursos e na eleição de Modi, a marca de elementos religiosos anti-islâmicos.

Mesmo com tais dificuldades, a Índia cresce em uma cadência veloz e contínua, incrementando sua economia ao ampliar os setores secundário e terciário no PIB em detrimento da redução do setor primário na economia, fato que gradualmente está minimizando os intensos problemas sociais apesar de persistir um abismo social na sociedade indiana.

### **3.2 Os indicadores de Brasil e Índia diante de seus entornos territoriais estratégicos**

Brasil e Índia, como apresentado, têm sido considerados potências regionais em suas respectivas regiões. Parte da composição desse *status* no mundo se deve à um conjunto de fatores, entre eles: a) a extensão de seus territórios, que por conseguinte detém recursos naturais estratégicos para a população do país, bem como para a economia na escala microeconômica e macroeconômica; b) um grande contingente populacional se comparado aos outros países; c) imensos litorais; d) economias relevantes no cenário internacional. Entretanto, para garantir e solidificar essa união de elementos intrínsecos, principalmente a autonomia estratégica, é necessário pensar sobre como é e pode ser a defesa de um país em relação à sua capacidade de dissuasão.

Na primeira década do século XXI, o setor de defesa brasileiro conquistou avanços consideráveis no que tange em suas pautas permeadas pelas políticas públicas dos governos brasileiros. Como consta no Mapeamento da Base Industrial de Defesa (IPEA, 2016), houve um reposicionamento de estratégias para o setor devido ao dinamismo da competitividade, na tentativa de aumentar a robustez das capacidades tecnológicas, produtivas e inovativas das empresas da Base Industrial de Defesa brasileira.

O documento que orienta o planejamento em defesa no Brasil é a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto 6.703, em 18 de dezembro de 2008. Tal publicação trouxe uma nova ideia de defesa e consigo mudanças na

condução das políticas estatais ligadas ao setor de defesa. Uma das bases na END consiste na revitalização da indústria de matéria de defesa, incremento do equipamento de tecnologia de domínio nacional de acordo com a demanda e a reorganização das Forças Armadas, além da tentativa de repensar a política de composição dos efetivos militares.

Os avanços permeados por essa nova legislação orientam iniciativas que foram pensadas no setor de defesa nacional com o intuito de qualificar o país para defender-se de imediato de ameaças externas atuais e futuras. Entre as medidas planejadas no documento que cabem ao Estado, a mais importante delas consiste na reestruturação e consolidação da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira. Nessa perspectiva, o debate acerca da defesa brasileira é de imensa relevância, uma vez que os estudos em defesa têm sido redescobertos nas discussões de variados segmentos, entre eles: o político, militar, acadêmico e empresarial.

A demarcação em torno do conceito de base industrial de defesa é controversa. O Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012) define a BID como “um conjunto de indústrias e empresas organizadas em conformidade com a legislação brasileira, que participam de uma ou mais das etapas da pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa”. Entretanto, outra definição que permite um melhor entendimento sobre a conceituação de BID em termos mais amplos e de maior relação com a política externa dos países pode ser observada no trecho abaixo:

Bens militares são equipamentos desenvolvidos especificamente para fins militares e as tecnologias relacionadas, e não incluem bens de uso geral, como gasolina, eletricidade, computadores de escritório e uniformes. Serviços militares são também de uso militar específico, incluindo serviços técnicos; serviços relacionados à operação das forças armadas; e segurança armada em zonas de conflito. Tal categoria não inclui a provisão, em tempos de paz, de serviços puramente civis, como assistência médica, limpeza e transporte. (IPEA, 2016, p. 12)

A estrutura atual da BID brasileira apresenta diversidade comedida, tendo atuação da indústria bélica nacional nos segmentos de: armas leves; munições e explosivos; armas não letais; armas e munições pesadas; sistemas eletrônicos e

sistemas de comando e controle; plataforma terrestre militar; plataforma aeroespacial militar; plataforma naval militar e propulsão nuclear (BRASIL, 2012).

Os estudos sobre defesa guardam, geralmente, a presença da tríade Estado – território – defesa/guerra. Nota-se o caráter essencialmente político nessas discussões sobre as conjunturas que se materializam no mundo. Entretanto, outros elementos se somam a estes ao considerar uma análise crítica sobre os estudos de defesa. Este trabalho visa, em especial, a discussão sobre a economia de defesa.

Costa (2016) oferece uma pista valiosa quando indica que a análise da política territorial dos Estados é um aspecto fundamental para apurar a política externa dos países. Visto que é a partir da localização e dos recursos estratégicos que o Estado calcula suas demandas e capacidades, passando assim a configurar o seu entorno territorial estratégico.

Apesar de ser nítido nos debates a relação que o Estado guarda com o território, independentemente de seu regime político ou tamanho, a fim de incrementar ou manter seu poder, verifica-se a intimidade intrínseca entre território e Estado. Dentro dos estudos em defesa, o entorno estratégico é uma categoria essencial para se pensar essa relação nos documentos oficiais das políticas nacionais de defesa.

O entorno estratégico, segundo Aquino (2018), tem sido utilizado em documentos oficiais de alguns países no início do século XXI para delimitar a área em que estão inseridos e demonstrar onde projetam seu poder e interesses.

Nos últimos documentos oficiais brasileiros<sup>43</sup>, que orientam e definem estratégias para a defesa nacional, esse conceito tem sido utilizado em substituição ao termo “vizinhança” para a América do Sul. Para Fiori (2013), o uso e a reflexão sobre o conceito de entorno estratégico é um avanço para a política externa brasileira, de modo a difundir sua liderança diplomática e influência política, econômica e militar para além de seus vizinhos, ao passo que a projeção de uma sociedade para além de sua fronteira, pauta o objetivo de alçar uma nova posição dentro da hierarquia do sistema interestatal, com maior poder e produção de valor.

---

<sup>43</sup> Os documentos que delimitam a função de defesa nacional no país são: a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Tais documento são uma inovação legislativa de 2010, ao qual devem quadrienalmente ser submetidos ao Congresso Nacional, ao passo que as duas casas legislativas se pronunciam acerca das estratégias. Tal processo tem em vista a consolidação da corresponsabilidade entre Executivo e Legislativo no que tange às temáticas relacionadas a soberania e fortalecimento das instituições públicas.

Ao considerarmos os últimos documentos oficiais para a defesa nacional brasileira, observa-se o propósito de manutenção da estabilidade no entorno estratégico brasileiro como fator de soberania. O interesse do Brasil projetar e atuar de forma imediata em determinadas regiões com o intuito de resguardar suas inclinações, mantendo a estabilidade na região é primordial para o desenvolvimento interno e regional do país.

Desde o início do século XXI, o Brasil tem sido considerado uma potência regional, com capacidade de influência e autonomia de ação em seu entorno imediato (FIORI, 2013). Tal reconhecimento se devia às ações políticas, geográficas e econômicas que o Brasil fortaleceu na primeira década desse século. A posição conquistada pelo Estado brasileiro foi reflexo de sua postura de política externa ativa e altiva que, por extensão, também se viu em determinados investimentos e reflexões em defesa.

Cabe lembrar que as políticas externas de um país influenciam e são influenciadas em relação a localização, aos recursos estratégicos e a como o Estado raciocina esses axiomas. Quando se leva em conta a localização geográfica do Brasil e a política externa na primeira década do século XXI, observa-se o uso do *soft power* como meio de inserção internacional, principalmente quando relacionado às questões ambientais. Porém, sem uma conexão global forte e tecnologias que garantissem a sua influência por meio do *hard power*, a atuação brasileira segue em um processo de ator regional.

É a partir da superação dessa posição mediana no cenário global que urge os documentos de defesa nacional, em uma sinergia entre política externa e política de defesa na busca da projeção. Os documentos da política nacional de defesa demonstram a importância da atuação brasileira, onde a estratégia que se tinha da política externa e da defesa nacional brasileira a época visava consolidar o seu poder nas áreas estratégicas como maneira de incrementar sua inserção no sistema interestatal.

Os documentos de defesa nacional colocam que o entorno estratégico consiste em um meio regional que proporciona uma ordem multipolar cooperativa, atraia desenvolvimento econômico, paz e estabilidade política e que, somadas as políticas sociais, possa fazer com que o Brasil seja uma potência regional de fato (BRASIL, 2012).

Apesar dessa convergência em prol de um objetivo comum, verifica-se nos documentos de defesa nacional, em suas três últimas versões, um descompasso entre a política externa e a política de defesa nacional brasileira, no que tange a delimitação do entorno territorial estratégico brasileiro, como nos mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Entorno estratégico brasileiro (2012-2020)

	<b>2012</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
Entorno estratégico	América do Sul, Atlântico Sul e Costa Ocidental da África	América do Sul, Atlântico Sul, Costa Ocidental da África e Continente Antártico.	América do Sul, Atlântico Sul, Costa Ocidental da África e Continente Antártico.
Áreas de interesse	Mar do Caribe	América do Norte e Europa	-
Áreas que demandam atenção	-	América Central e Mar do Caribe	-

Fonte: BRASIL (2012, 2016, 2020<sup>44</sup>).

O que se nota a partir das definições dos documentos oficiais é a predominância de três regiões específicas que delimitam o entorno territorial estratégico brasileiro: o subcontinente sul-americano, a costa ocidental africana e a Antártida. As variações entre as categorizações demonstram as rupturas entre a política de defesa e externa brasileira, que variam conforme as transformações políticas dos governos e a situação econômica do país.

Devido a essa instabilidade na definição e planejamento do entorno territorial estratégico pelos documentos que orientam a defesa nacional brasileira, optou-se como escopo o entorno territorial imediato do território brasileiro. Ou seja, para nível de comparação foram selecionados os países sul-americanos com fronteiras com o

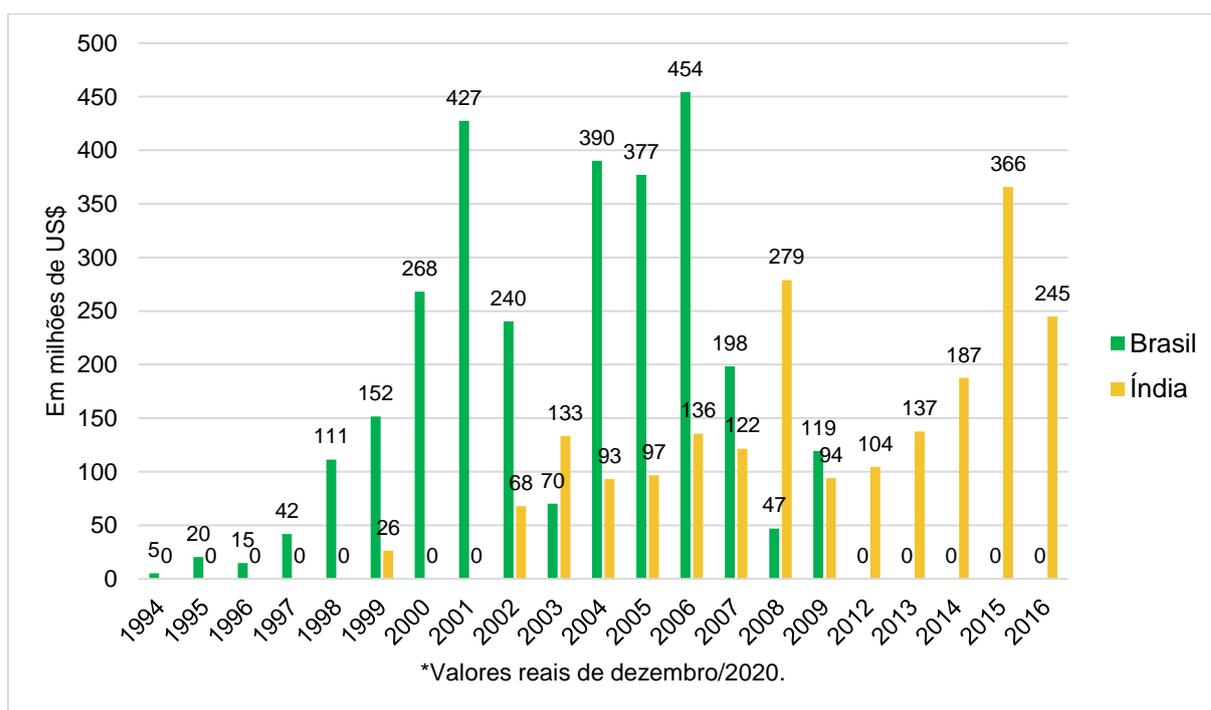
<sup>44</sup> A Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa, embora tenha sido apresentada ao Congresso Nacional brasileiro em agosto de 2020, ainda se encontra em tramitação até a publicação deste trabalho.

Brasil<sup>45</sup>, além de Chile e Equador, que não fazem fronteira, mas historicamente possuem boas relações diplomáticas, bilaterais e multilaterais com o Brasil.

Com a Índia foi realizado o mesmo procedimento de escolha do entorno territorial imediato<sup>46</sup>, limitando a análise aos países: Afeganistão, Bangladesh, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

O gráfico 3 revela os valores de exportações total de Brasil e Índia no período de 1994 a 2016. É possível observar que para o Brasil há um crescimento vertiginoso até 2001, contando com bons valores em relação à própria média nos anos de 2004 a 2006 e, posteriormente, reduz drasticamente. O período em questão apresenta principalmente a reestruturação das empresas brasileiras no contexto neoliberal pós-Guerra Fria, principalmente Avibras, Helibras e a recém-privatizada Embraer, além da recriação do Ministério da Defesa brasileiro em 1999.

Gráfico 3 – Exportações bélicas de Brasil e Índia (1994-2016)



Fonte: SIPRI (2019). [Baseado nas declarações das indústrias e governos dos países]

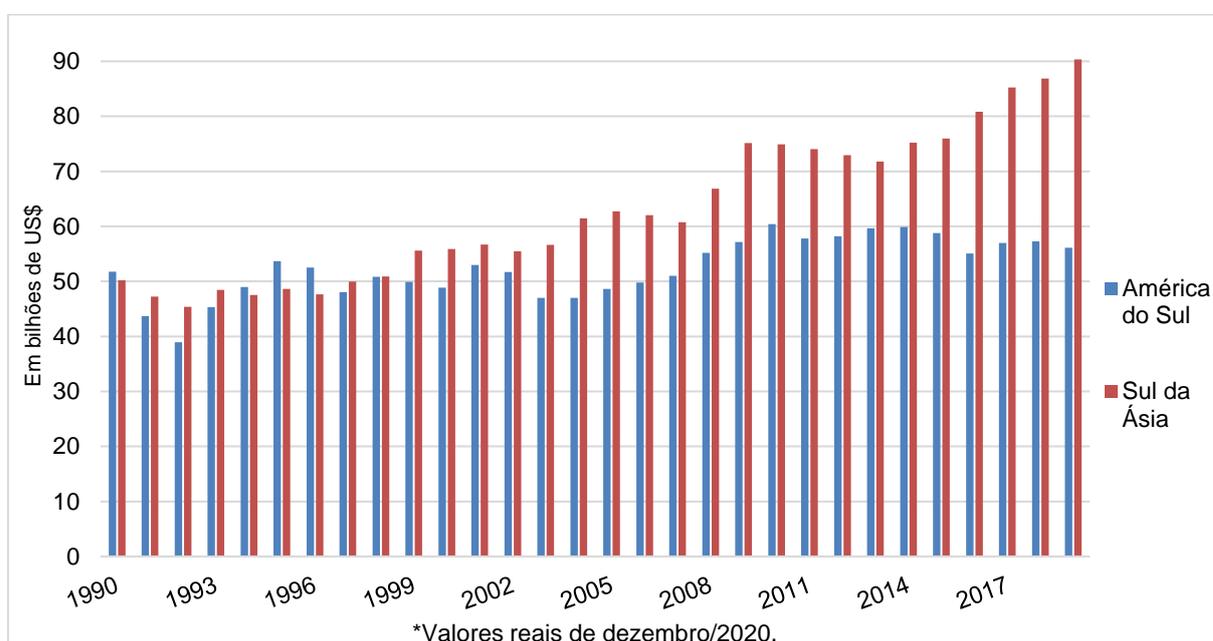
<sup>45</sup> O único território sul-americano que será desconsiderado é a Guiana Francesa, por ser um departamento ultramarino francês.

<sup>46</sup> As Maldivas foram consideradas nesse recorte geográfico, entretanto, em alguns momentos não houve dados consolidados pelo SIPRI e quando houve foram praticamente inexpressivos.

No entanto, a Índia a partir dos anos 1990 se propõe a reorganizar e fortalecer sua base industrial de defesa, tendo em vista o acirramento das disputas na Ásia e da extrema dependência de produtos de defesa soviéticos, dando um passo relevante na aplicação da sua política externa de fazer da Índia uma potência hegemônica.

Cabe ressaltar a falta de transparência de ambos os países, embora em momentos históricos distintos, por anos seguidos não há registros dos governos, nem das empresas.

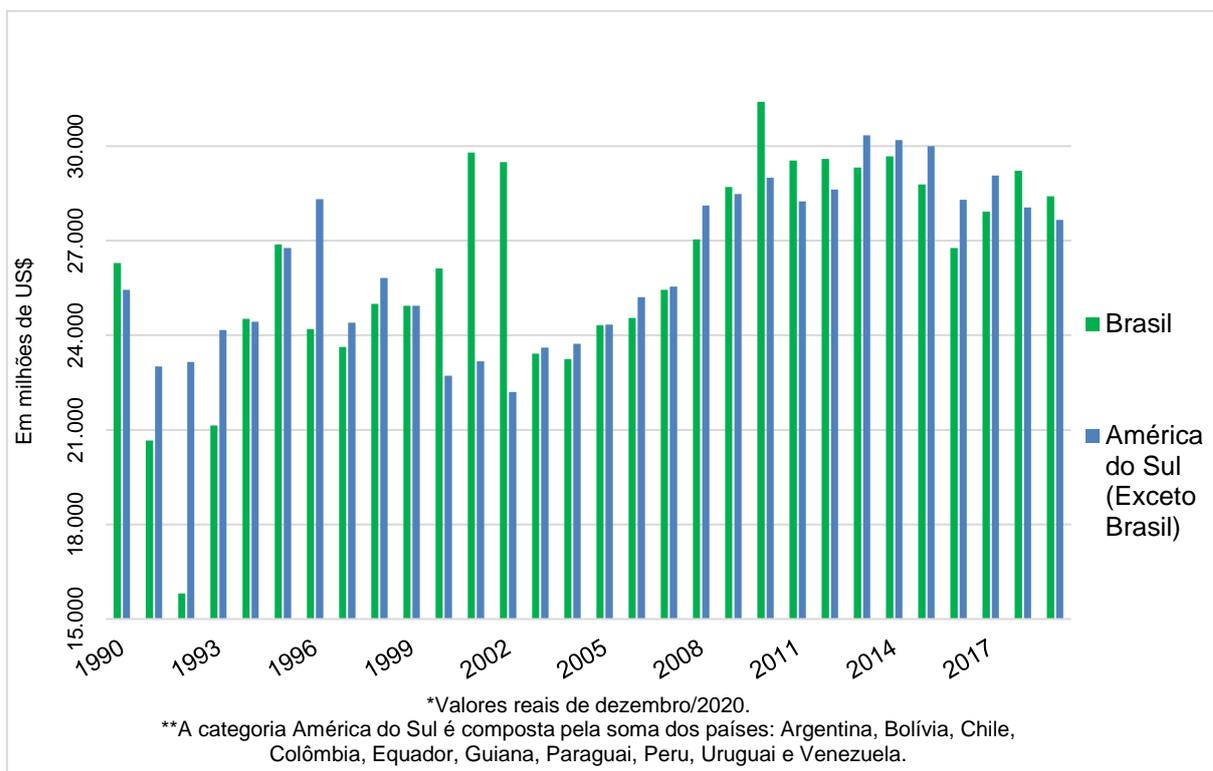
Gráfico 4 – Gastos militares por região (1990-2019)



Fonte: SIPRI Military Expenditure Database (2020).

Ao compararmos os gastos militares entre as regiões que compreendem Brasil e Índia (gráfico 5), observar-se valores consideráveis de gastos públicos. Em relação à América do Sul nota-se valores que oscilam, porém mantém a média, enquanto no início dos anos 1990 o Sul da Ásia parte de valores semelhantes ou até mesmo menores que os países sul-americanos, entretanto, ao longo do período aumentam-se os valores, em razão principalmente dos gastos da Índia que tiveram um aumento de 87%.

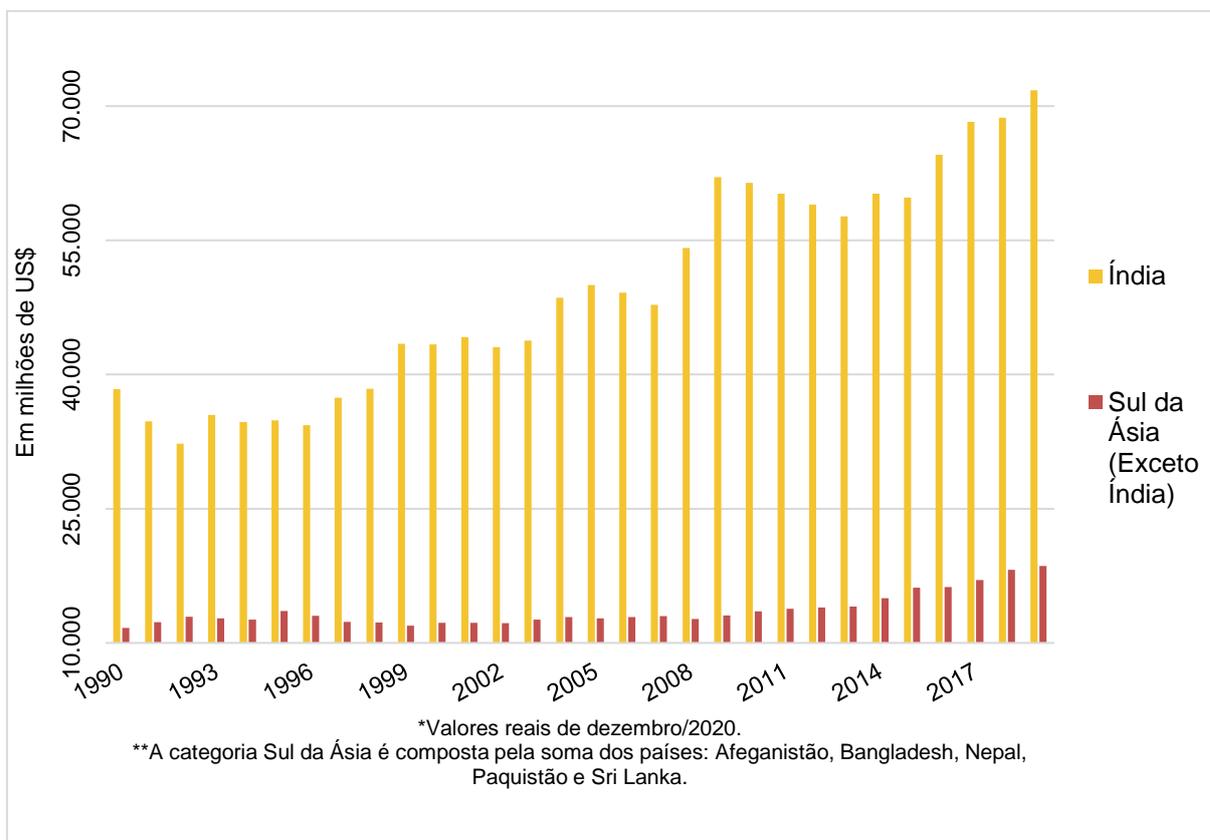
Gráfico 5 – Gastos militares na América do Sul (1990-2019)



Fonte: SIPRI Military Expenditure Database (2020).

O gráfico 5 evidencia a discrepância dos gastos militares no subcontinente. Ao passo que em doze ocorrências ao longo dos trinta anos, o Brasil teve maiores valores investidos que os outros dez países do seu entorno territorial estratégico imediato. Cabe salientar que a maior parte desses gastos estão relacionados ao grande efetivo das forças armadas brasileiras e seus consequentes gastos, tais como salários, pensões, fardamento, alojamentos, alimentação entre outros, ao passo que os investimentos de fato em inovação e compra de novos equipamentos e tecnologia representam a menor parte desse orçamento (SAINT-PIERRE, 2014).

Gráfico 6 – Gastos militares no Sul da Ásia (1990-2019)

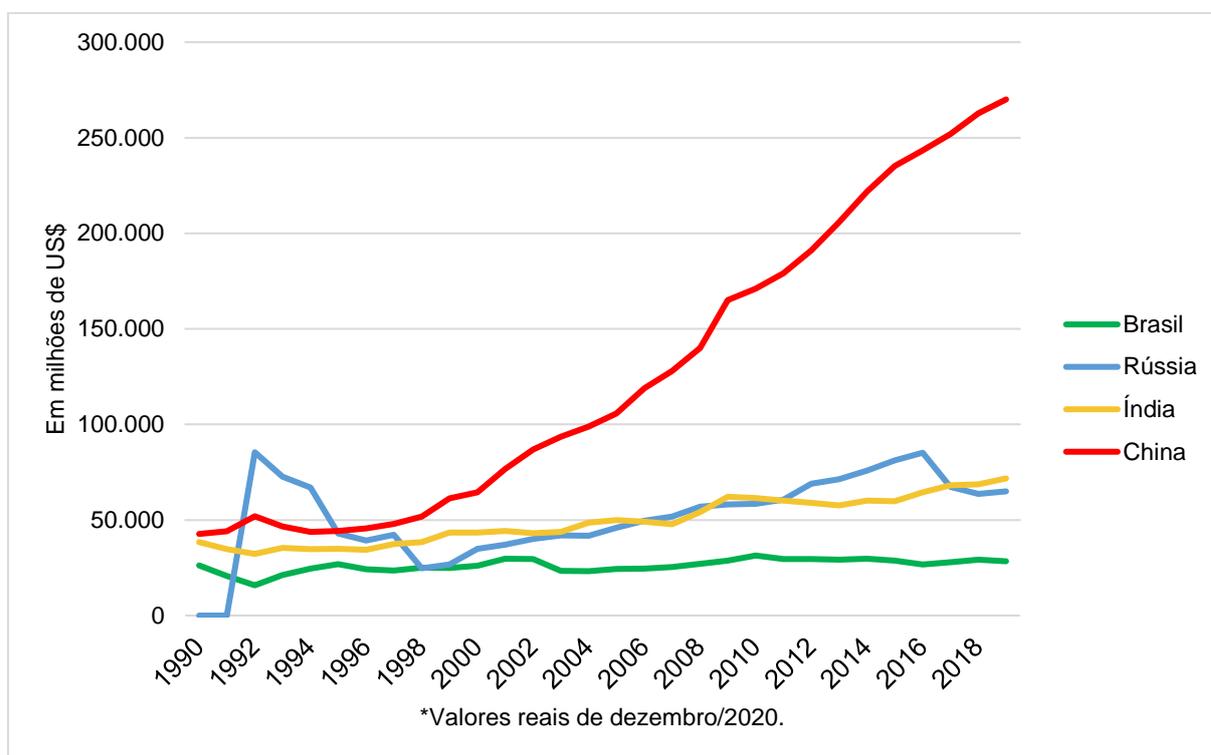


Fonte: SIPRI Military Expenditure Database (2020).

Os valores representados pelo gráfico 6 apontam o contraste entres os gastos no subcontinente indiano. A discrepância se deve ao considerar que parte dos dados do Afeganistão estão ausentes entre os anos de 1990 a 2003 para compor a média junto aos outros países, contudo, os valores oficiais apresentados nos anos posteriores não chegam a alterar a dinâmica dos gastos militares na região em questão, chegando a atingir em 2019 quase quatro vezes menos gastos que a Índia.

Cabe ressaltar que o sul da Ásia é uma região historicamente em disputa entre a civilização indiana, os muçulmanos e etnias que ali manifestam desejos separatistas, de ampliação ou manutenção de seus territórios.

Gráfico 7 – Gastos militares BRIC (1990-2019)

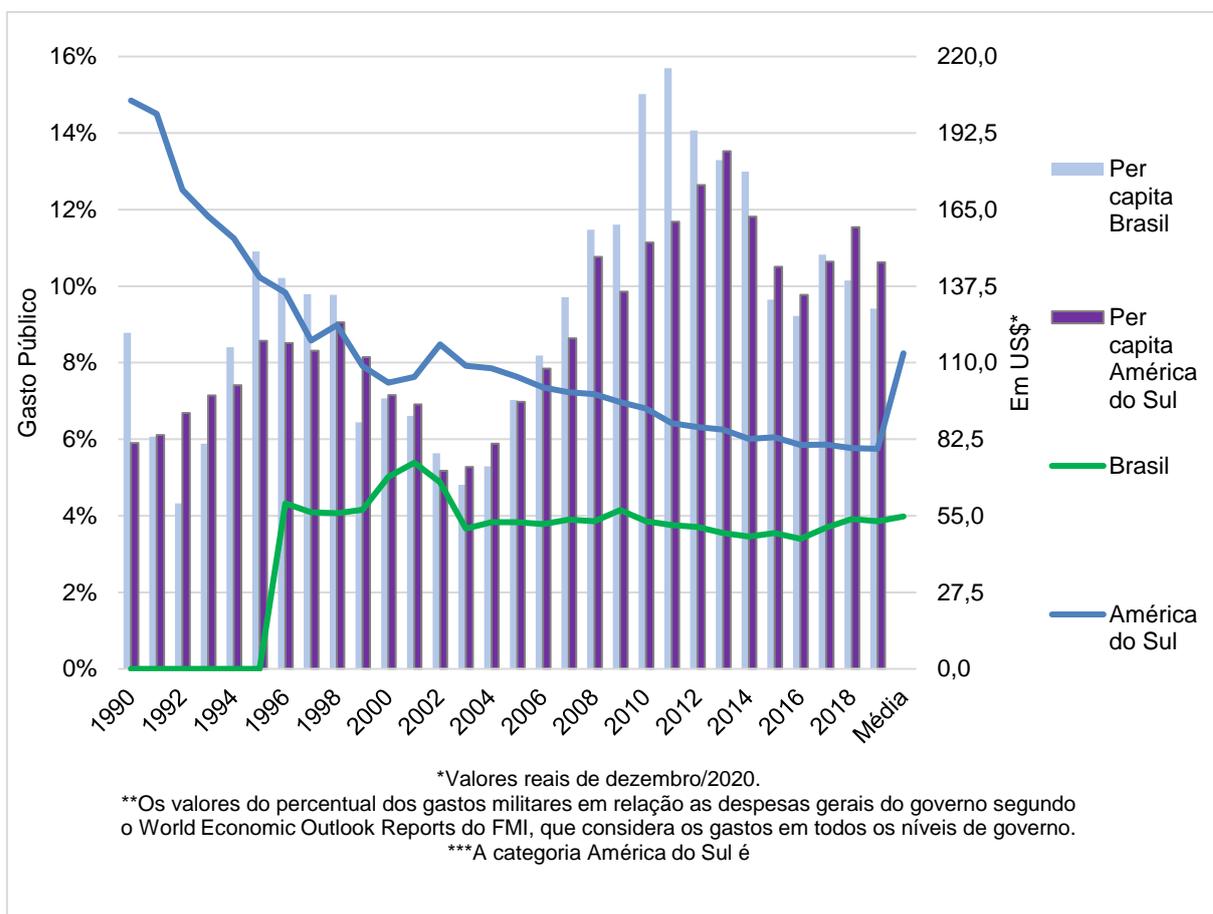


Fonte: SIPRI Military Expenditure Database (2020).

Para efeitos comparativos, o gráfico 7 nos permite a análise dos gastos militares dos países emergentes classificados pelo mercado como as principais economias do mundo em 2050. O agrupamento desses países reúne boa parte da economia mundial, grande contingente de trabalhadores economicamente ativos, extensos territórios e litorais, localizações com elevado valor estratégico e reservas abundantes de minerais e hidrocarbonetos. Anualmente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reúnem em cúpulas<sup>47</sup> a fim de estreitar relações bilaterais e políticas, tendo em vista maior poder geopolítico nas decisões mundiais.

<sup>47</sup> Um dos principais resultados foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2014 para financiar o desenvolvimento de países periféricos e projetos de infraestrutura, junto a ele foi também estabelecido um fundo com objetivo de ajuste financeiro da balança de pagamentos de países signatários.

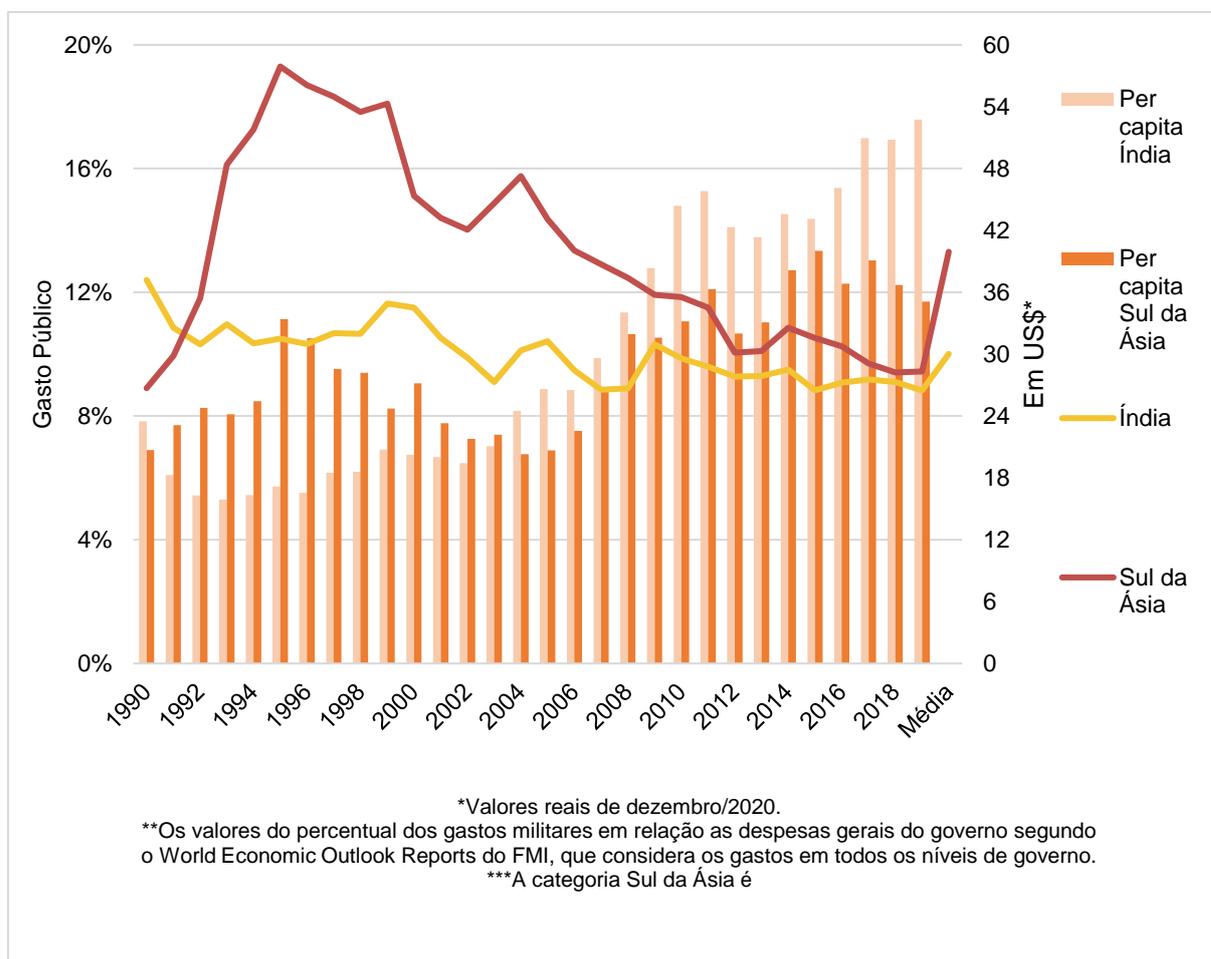
Gráfico 8 – Percentual de gasto público e valor per capita relacionados aos gastos militares – América do Sul (1990-2019)



Fonte: SIPRI Military Expenditure Database (2020).

O gráfico 8 por sua vez apresenta dados relacionados ao percentual do gasto público dedicado aos gastos militares, bem com o valor per capita. Enquanto o percentual relativo à média da América do Sul demonstra queda contínua ao longo do período, a curva brasileira se mantém em uma média constante de 4% no período.

Gráfico 9 – Percentual de gasto público e valor per capita relacionado aos gastos militares – Sul da Ásia (1990-2019)



Fonte: SIPRI Military Expenditure Database (2020).

Por fim, o gráfico 9 revela como o valor per capita dos gastos militares indianos a partir de 2004 é maior que o restante do Sul da Ásia, mesmo contando com uma população de bilhões de habitantes. Tal fato, revela o quanto a Índia tem aplicado investimentos no orçamento relacionado à defesa. Em contrapartida, o percentual dos gastos militares em relação aos gastos públicos mantém uma certa estabilidade com poucas oscilações, ao contrário do que ocorre com os outros países da região.

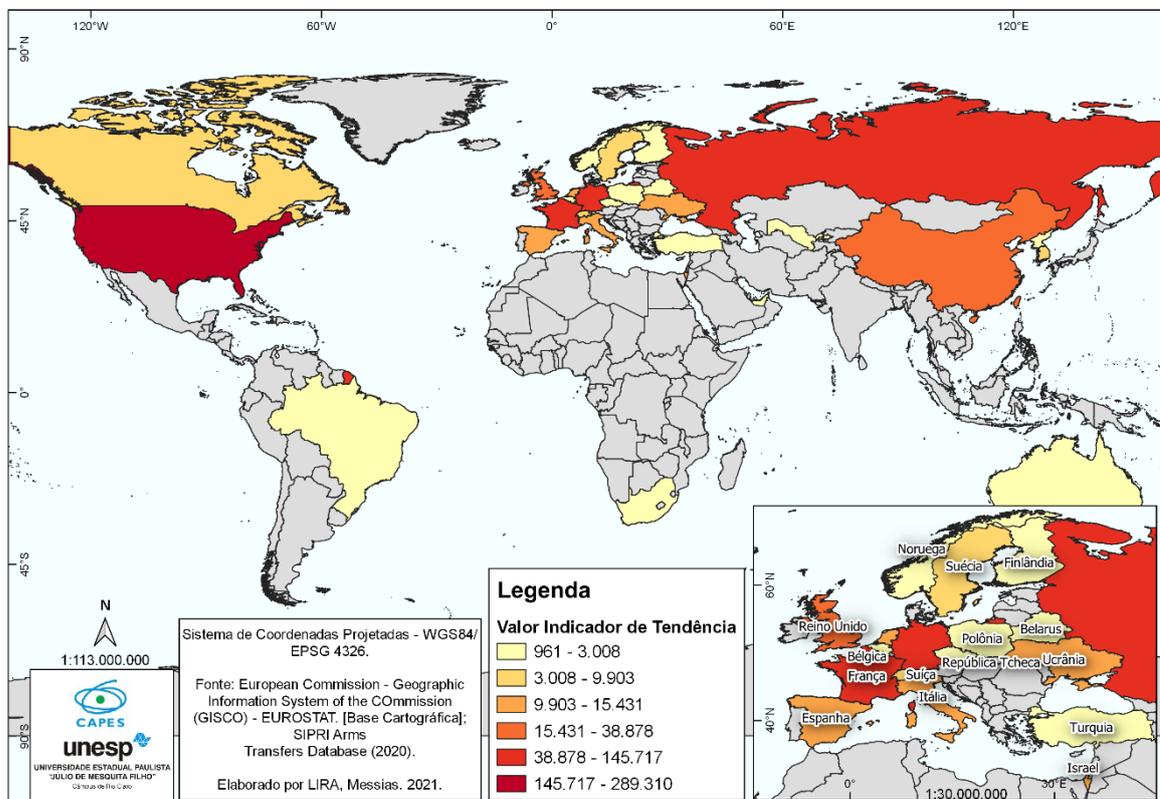
Os dados fornecidos pelo SIPRI sobre o comércio de armas<sup>48</sup> que estão compilados nos mapas a seguir, referem-se às entregas reais das principais armas convencionais de uso restrito às forças armadas ou especiais dos países. Para

<sup>48</sup> Para mais informações sobre fontes de dados e os métodos utilizados pelo banco de dados, acesse: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers/sources-and-methods>>. Acesso em: 06/01/2021.

permitir a comparação entre os dados e estabelecer estimativas, o SIPRI desenvolveu uma metodologia que aponta o volume das trocas internacionais em uma unidade comum, o Valor Indicador de Tendência (VIT).

Os números de VIT não representam preços de venda tampouco podem ser comparados diretamente com o PIB, pois são dados brutos que indicam tendências nas transferências internacionais de armas ao longo do tempo e o volume de países fornecedores e compradores.

Mapa 1 – Os 50 maiores países exportadores de armas (1990-2019)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

O mapa 1 demonstra os países que mais exportam armas no período recente. Na liderança da produção e venda de armas está situado os Estados Unidos. Embora, não haja a corrida armamentista, como ocorreu durante a Guerra Fria, o país continua investindo altas somas para manter a dianteira no que tange o desenvolvimento de novas tecnologias de ponta, por mais que tem visto sua vantagem diminuir para a Rússia ao longo dos anos, principalmente após a crise de 2008.

A Rússia paulatinamente tem retomado investimentos em seu complexo industrial-militar, tendo em vista a modernização de suas forças armadas e o resgate de sua influência política baseada, especialmente no *hard power*.

Entre os seis países que mais exportaram armas entre 1990 e 2019, além dos já citados, estão respectivamente: Alemanha, França, Reino Unido e China. Esta última inclusive possui uma política de defesa ambiciosa, principalmente relacionada a marinha e a sua hegemonia no mar do Sul da China, bem como no Índico e no Pacífico.

Quando focamos na Ásia, mais especialmente para o oceano Índico, devemos lembrar que cerca de 70% do petróleo mundial passa por esse corredor, seja em direção à Ásia oriental, principalmente de países como China e Japão, bem como no destino aos Estados Unidos.

Tendo em mente esse entorno territorial estratégico do Sul da Ásia na presente conjuntura global, a Índia por mais que não se configure como um dos principais países exportadores de armas (BARCELLOS, 2018a), desenvolve desde a década de 1970 a sua capacidade de criar tecnologias com grande tecnológica agregada, inclusive atômica, além de conhecimento no lançamento de satélites e mísseis balísticos, além de contar com o fortalecimento de seu sistema militar-industrial por meio do desenvolvimento de porta-aviões, submarinos nucleares e aviões de combate que são inseridos e utilizados pelas forças armadas indianas.

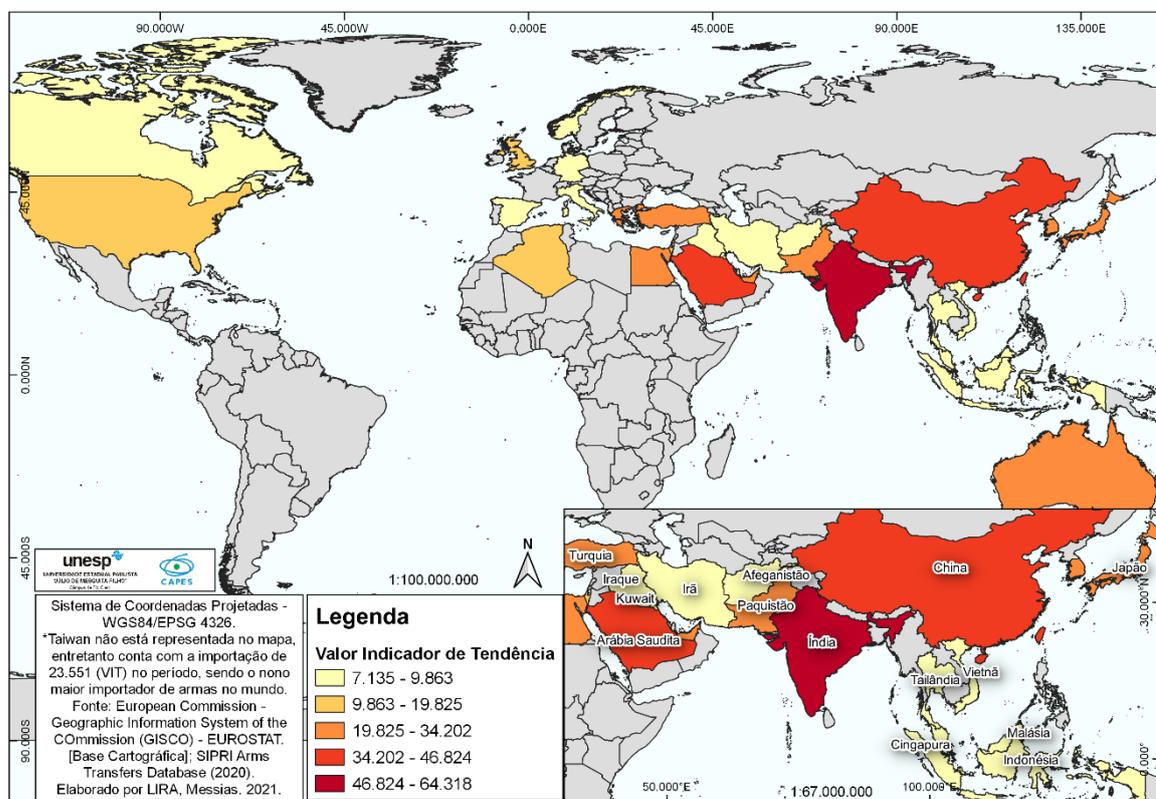
O Brasil ocupa a 25ª posição entre os maiores exportadores, tendo um aumento expressivo entre 2004 e 2018. No entanto a Índia galga a 38ª posição tendo uma retomada nas exportações desde 2013.

A título de curiosidade, mesmo União Soviética e Tchecoslováquia que deixaram de existir no período em questão, respectivamente em 1991 e 1992, considerando o período de análise ainda são a 7ª e a 28ª economias exportadoras de armas quando inseridas no *ranking*.

É certo que a Índia tem um lugar de evidência no mundo, pois além da forte economia que vem crescendo e se desenvolvendo há décadas, é possível considerá-la como um dos pivôs geopolíticos do mundo, devido a questão de sua potência militar (por possuir um arsenal nuclear significativo e contar com recursos que o colocam

com a quarta força militar do planeta<sup>49</sup>) e de sua localização estratégica, como nos mostra o mapa 2, no qual a Índia se coloca como maior importadora de armas no mundo. Dessa maneira, o país demonstra conjunções que permitem um planejamento de desenvolvimento que traz consigo benesses internas tais como mão de obra abundantes e barata, além de um Estado estrategista e dínamo do crescimento. Com isso, a demanda indiana é intensa por alimentos e recursos naturais que possibilitem o seu desenvolvimento humano e econômico.

Mapa 2 – Os 50 maiores países importadores de armas (1990-2019)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

A conjuntura geoeconômica e geopolítica intensamente competitiva no continente asiático apresenta dificuldades para a superação da concorrência, seja ela econômica ou militar. Para tanto, observa-se que é essencial estar munido para se defender de potenciais inimigos. Ao passo que Arábia Saudita, China, Coreia do Sul,

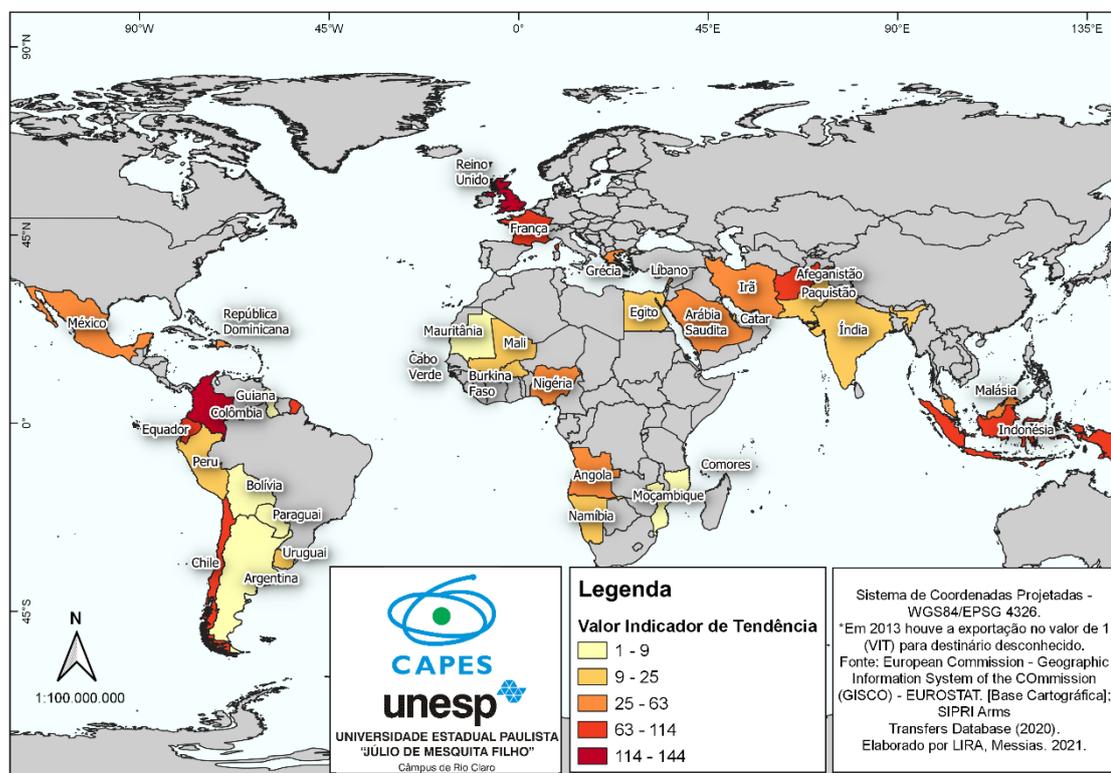
<sup>49</sup> Mais detalhes no link: [https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country\\_id=india](https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=india). Acesso: 19/07/2020

respectivamente, que por possuírem questões estratégicas em aberto, fazem parte dos maiores importadores de armas, e se localizam no continente asiático e assim ocorre o mesmo, porém em menor escala, como Japão, Taiwan e Paquistão.

Entre os dez principais países importadores de armas no mundo, sete deles são asiáticos, enquanto outros três deles estão entre os dez maiores exportadores de armas. Tal cenário demonstra a tensão no continente visto que há questões estratégicas que permeiam a realidade da região.

A política externa indiana tem como princípio garantir sua autonomia estratégica. Diante desse desafio, ela estabelece metas relacionadas ao acesso tecnológico, crescimento econômico pautado na sustentabilidade, segurança interna, externa, energética e marítima o que tem refletido na compra e desenvolvimento de armas que possam oferecer respaldo a essas características.

Mapa 3 – Brasil: exportações de armas (1990-2019)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

Como demonstrado no mapa 3, as exportações de armas brasileiras, estão bem distribuídas ao redor do mundo. Tendo exportado para 34 países em quase todos os continentes habitáveis, sendo a Oceania a única em que não houve relações comerciais.

Cabe salientar a preponderância das exportações para países africanos e sul-americanos, respectivamente, com comércio em dez e nove países. A presença brasileira nessas regiões se intensificou principalmente no início do século XXI, não apenas no setor de defesa, mas também na agropecuária, mineração e construção de grandes obras com a presença das “campeãs nacionais” brasileiras nessas regiões, bem como institutos de pesquisa como a Embrapa.

Entretanto, os maiores compradores de equipamentos militares brasileiros foram, respectivamente: Reino Unido, Colômbia, Afeganistão, Indonésia, Equador, Chile e França.

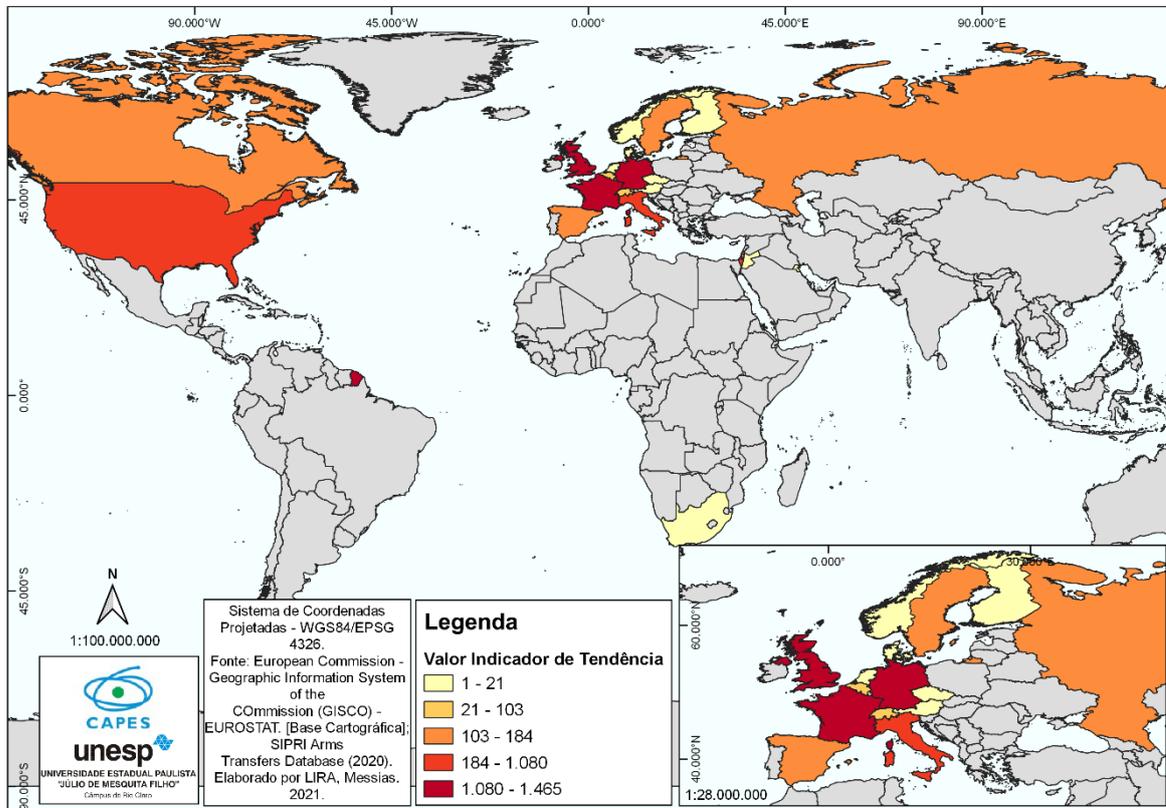
Durante o período em questão, o banco de dados utilizado neste trabalho indicou o rastreamento de uma unidade que foi exportada pelo Brasil para um destinatário desconhecido no ano de 2013.

Ao analisarmos pela perspectiva qualitativa, as exportações brasileiras revelam uma outra faceta a partir dos dados do anexo A. Observa-se que a maior parte dos armamentos são em sua maioria aeronaves, estas que são um principal mercado onde o Brasil é competitivo internacionalmente, em âmbito civil e militar.

Entretanto, as aeronaves comercializadas pelo Brasil nesse período se caracterizam principalmente pelo modelo Tucano e Super Tucano, onde ambos podem ser utilizados como equipamentos para treinamento, bem como para combate. Outros tipos de aeronaves que não são feitas por empresas brasileiras e foram comercializadas foram compradas de segunda mão e vendidas para países sobretudo da América do Sul e da África.

Além das aeronaves, outro armamento brasileiro de destaque comercializado no período foi o sistema lançador de mísseis ASTROS-II. Mesmo seu projeto sendo datado da década de 1980, ele teve ampla aceitação no mercado de países subdesenvolvidos devido ao seu menor custo em relação aos concorrentes, tendo sido utilizado por exemplo na Guerra do Golfo, Guerra Irã-Iraque, Guerra Civil Angolana.

Mapa 4 – Brasil: importações de armas (1990-2019)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

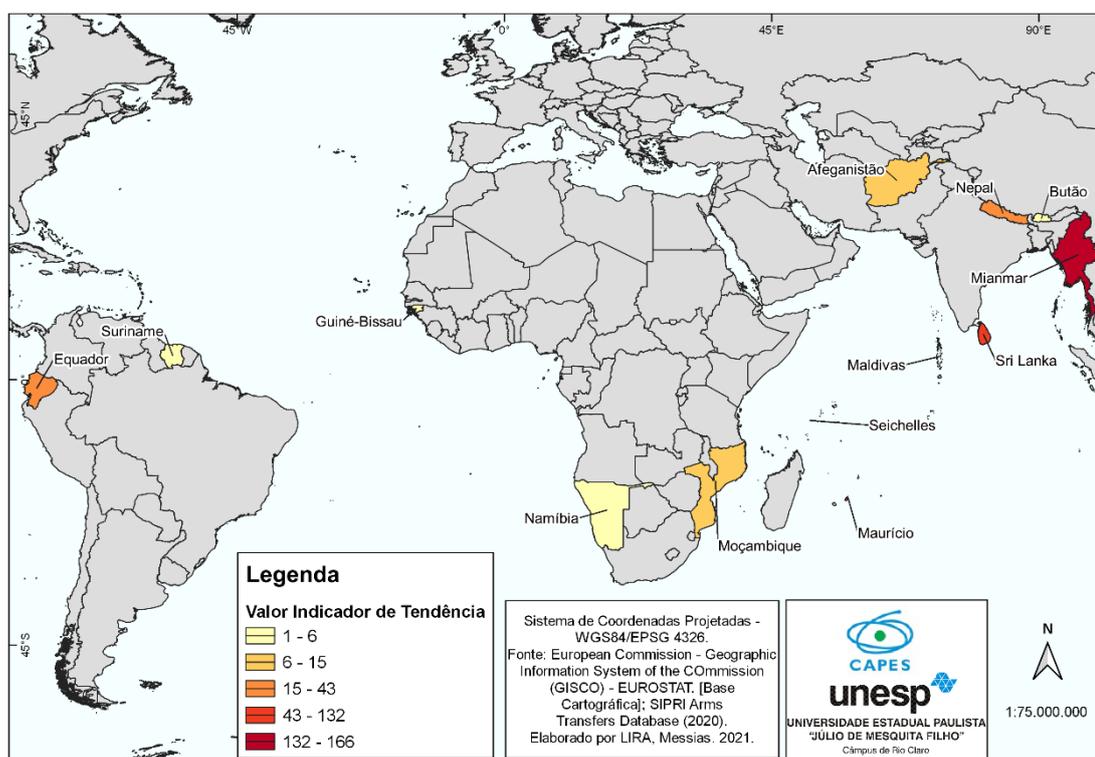
Em relação as importações brasileiras de armas apresentadas no mapa 4, foi possível observar que nas últimas três décadas as transações comerciais foram feitas apenas com países do hemisfério norte, com exceção da África do Sul. Tal fato revela como a relação desigual e combinada entre os países periféricos e centrais se estendem além do âmbito econômico, materializando-se também na esfera política e diplomática no âmbito da dependência tecnológica.

Os países de quem o Brasil mais comprou equipamentos e serviços militares foram, respectivamente: França, Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos. Em sua maioria, os equipamentos comprados desses países consistiam em aeronaves, submarinos e sistemas de radar.

No caso das aeronaves e alguns tanques usados, estas praticamente em sua totalidade era usadas pelas forças armadas desses países, e que ao serem vendidas ao Brasil passaram por modernizações ao passo que em seus países de fabricação eram tidos como tecnologias obsoletas. Parte destes equipamentos como helicópteros

e mísseis russos, além de peças de reposição estadunidenses foram utilizados no Brasil para manter a capacidade operacional das forças armadas brasileiras.

Mapa 5 – Índia: exportações de armas (1990-2019)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

As exportações de armas indianas indicadas no mapa 5 mostram como apesar da Índia ter altos investimentos no setor militar, como pode ser visto anteriormente no gráfico 6, sua base industrial de defesa é recente, além de a Índia se voltar com grande preocupação para questões de conflitos internos. A BID indiana foi repensada a partir da década de 1990 e tem se voltado para a inovação dentro das próprias forças armadas, além de setores estratégicos nos quais a Índia possui domínio, como o aeroespacial.

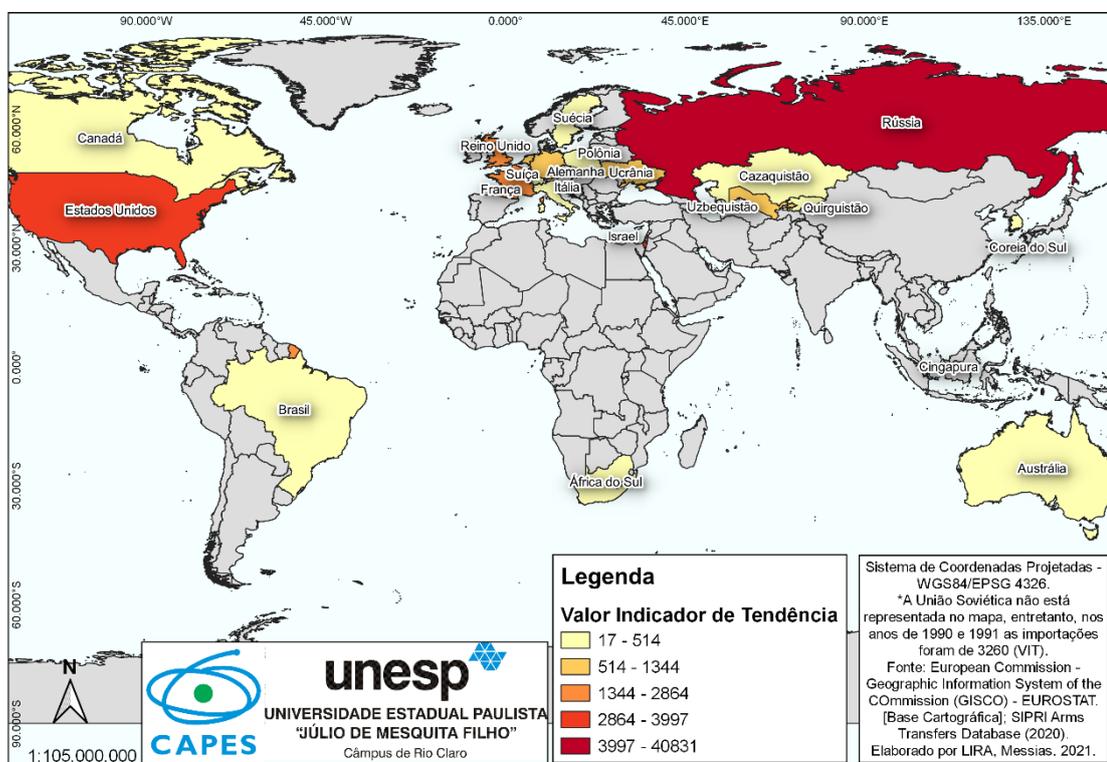
As trocas comerciais se dão em maior nível com Myanmar e Sri Lanka, este último dentro do entorno territorial estratégico da Índia, bem como Nepal e Afeganistão. Outros países próximos também importaram armas indianas, porém em escala reduzida, é o caso de Butão, Nepal, Afeganistão e Maldivas. Enquanto no

continente africano as maiores transações se deram com Moçambique e na América do Sul com o Equador.

De forma geral, as exportações indianas se caracterizam principalmente por possuírem valores praticamente insignificantes diante do registrado por outros países como China e Rússia. Logo, as exportações de armas da Índia estão em sua maioria delimitadas aos países próximos e que estão dentro de sua esfera de influência, como as ilhas no Índico: Maldivas, Sri Lanka, Seicheles e Maurício.

Mesmo que os valores não sejam significativos em comparação com o Brasil e outros países, essas trocas comerciais da Índia com países de seu entorno territorial estratégico ou próximo de sua área de influência como é o caso de países banhados pelo oceano Índico demonstram o caráter diplomático para manter boas relações, o que é verificado a partir das doações para países como a Namíbia, Suriname e Afeganistão de equipamentos usados principalmente de origem russa.

Mapa 6 – Índia: importações de armas (1990-2019)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

Em relação às importações indianas de armas representadas no mapa 6, podemos destacar que a Índia tem como principal fornecedor a Rússia. As trocas comerciais entre ambos os países no período em questão possuem números astronômicos que chegam a ser mais de dez vezes o valor que a Índia importa do segundo país na lista que é Israel.

O mercado indiano é de grande importância para a Rússia. Foi em boa parte o interesse e investimento indiano que proporcionou sustentabilidade para alguns programas russos como a linha de produção das aeronaves MiG-29 e Sukhoi Su-30; além de outros programas como o Sukhoi Su-57 e os mísseis antiaéreos S-400. Enquanto Israel é importante parceiro indiano no que tange ao desenvolvimento de mísseis antiaéreos e sistemas de radar aerotransportados.

A relação do comércio bélico com a Rússia é antiga, datando desde o período de existência da União Soviética. Segundo Barcellos (2018b), historicamente desde a independência indiana, *a priori* a compra de armamentos se dava com o Reino Unido, bem como treinamentos e exercícios militares entre ambos os países. Os Estados Unidos também comercializavam seus produtos bélicos para a Índia e outros países do sul da Ásia. Entretanto, quando os armamentos estadunidenses passaram a ser comprados pelo Paquistão, a Índia passou a comprar os equipamentos militares soviéticos e isso se manteve após a extinção da União soviética, com os russos. As primeiras vendas de produtos de defesa para algum país fora da cortina de ferro foram para a Índia, ao passo que chegaram inclusive a assinar tratados de cooperação na área militar, ampliando a dependência da Índia dos armamentos soviéticos.

Atualmente, Estados Unidos, Reino Unido, França, Países Baixos, Alemanha e Uzbequistão também são fornecedores bélicos de relevo para a Índia, contudo, em uma escala bem menor que a relação mantida com a Rússia.

No pensamento de Mackinder (1904), constata-se que o subcontinente sul-americano é uma unidade chave para se pensar a projeção de poder de qualquer potência hegemônica. Dessa maneira, a região torna-se de extrema importância tanto para a manutenção do poder estadunidense quanto de qualquer outra potência do mundo, devido ao alto valor estratégico locacional que essa porção de territórios possui, além de ativos como recursos energéticos, água em abundância e uma extrema biodiversidade.

Na primeira década deste início século, buscou-se a transformação da América do Sul como instrumento de manobra ou projeção de poder de outras potências,

sobretudo dos Estados Unidos. Foi conduzida uma política externa ativa e altiva à procura de juntamente com outros governos progressistas da região fortalecer a integração regional sul-americana.

Nessa época foram criadas instituições como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que sob a liderança brasileira demonstrava uma nova forma de inserção da América do Sul no mundo. Dessa forma, o Brasil também despontava como um importante Estado dentro do debate internacional<sup>50</sup>, impulsionado pelo seu protagonismo nas discussões ambientais, incrementando seu *soft power*.

A instituição dentro da UNASUL do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) foi um importante marco dentro desse cenário, ao passo que propunha o debate da segurança em caráter regional para assim delimitar um pensamento de defesa regional, bem como a cooperação de defesa entre os países.

Aliado a integração regional o Brasil procurou modernizar suas forças armadas, e fomentar investimentos em sua base industrial de defesa para que esta se fortalecesse. No mapa 7 é representado a relação das trocas comerciais de armamentos com o seu entorno territorial estratégico, que no período retratado revela 27% do total das negociações realizadas.

A partir dos anos 2000 essa relação comercial relacionada a artefatos de defesa aumentou, devido a maior proximidade política e diplomática entre os países sul-americanos. Tanto que as exportações para esses países entre 2004 e 2019 correspondeu a 63% dos registros, ou seja, houve um maior relacionamento nas transações dos equipamentos de defesa entre os países em relação ao que se tinha antes.

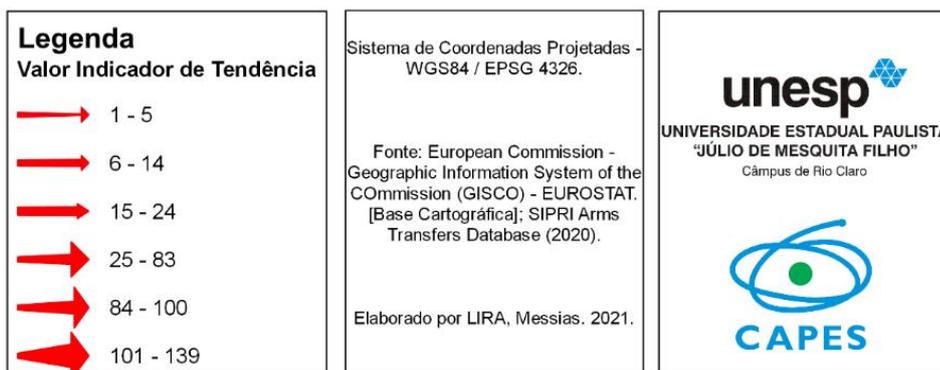
No período total avaliado, os países que mais importaram armamentos brasileiros foram respectivamente a Colômbia, Equador e Chile. Outro ponto a ser ressaltado é de que entre todos os países da América do Sul, o Brasil dentro do período em questão não fechou entregas apenas com o Suriname e a Venezuela. Em relação a esses dois últimos países, houve a doação de equipamento militar brasileiro ao Suriname, entretanto com a Venezuela foram vetadas a comercialização das aeronaves AMX e Super Tucano por conterem componentes sensíveis

---

<sup>50</sup> Entretanto esse cenário atualmente tem sido desfeito, muito em relação a conjuntura brasileira de realinhamento de sua política externa voltada aos Estados Unidos, além de sua instabilidade política e econômica em decorrência do Golpe Parlamentar de 2016 e do agravamento da pandemia de Covid-19 no país.

estadunidenses que vetaram a venda desses equipamentos brasileiros ao governo de Hugo Chávez.

Mapa 7 – Fluxos comerciais relacionados a equipamentos e serviços de defesa entre Brasil e demais países da América do Sul (1990-2019)



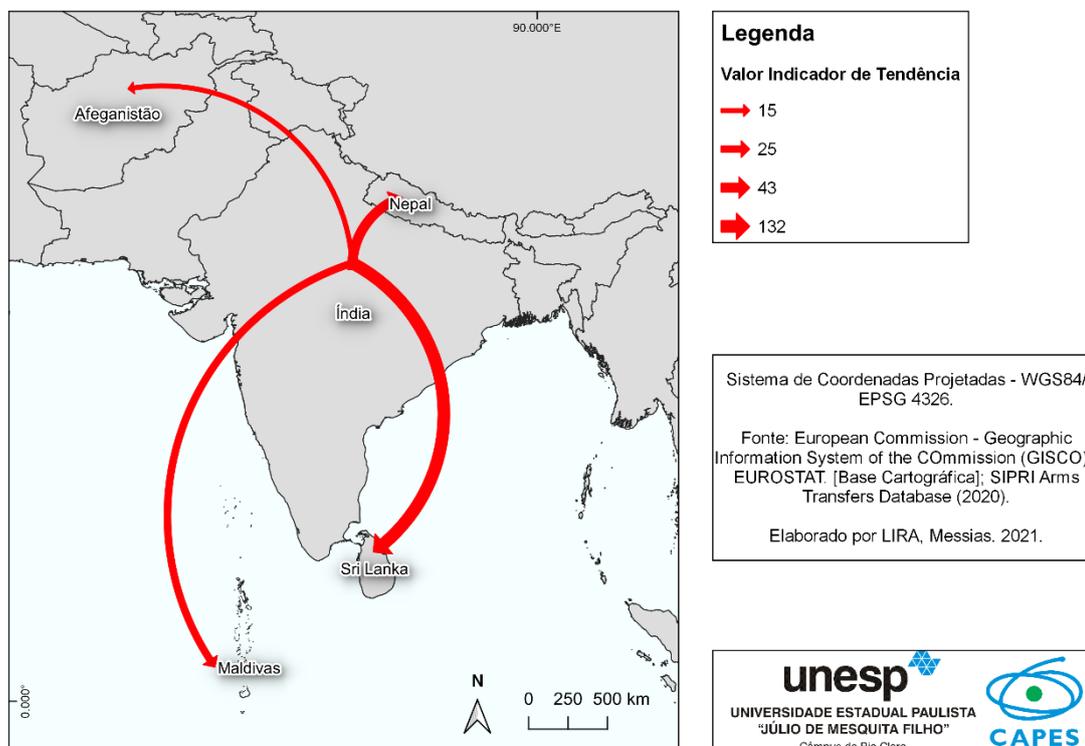
Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

Cabe destacar a análise de Costa (2012) sobre a mudança de paradigma do Brasil em relação ao Atlântico Sul. A região que compreende o Atlântico Sul, inclusive com destaque nas áreas prioritárias das políticas nacionais de defesa brasileira recentes são classificadas como entorno territorial estratégico, o que evidencia uma nova tessitura de interesses, influência e chances visadas pelo Brasil como um instrumento de barganha e poder.

É de extrema importância assumir uma postura estratégica em relação ao oceano, ao passo que o país vem tentando reforçar seus meios de defesa e vigilância marítimas, bem como a amplificação de sua força por meio de sua presença nos fóruns regionais como a Zona e Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Essa postura se faz essencial se o Brasil quiser manter sua influência sobre o Atlântico Sul, atrelando a ela suas políticas de defesa tendo em vista a importância da região para seus interesses.

Entretanto a integração regional e, portanto, também as discussões sobre a defesa no subcontinente minguam e se tornam dissonantes na metade da segunda década do século XXI. Efeito este que decorre das mudanças nas políticas externas da maioria dos países sul-americanos, especificamente no Brasil que liderava essa iniciativa, este ao sofrer uma ruptura política em 2016, condena ao marasmo a UNASUL e a proposta de alçar o seu *status* além de potência regional. Inclusive tais fatos, promoveram a abertura do espaço geopolítico sul-americano para potências extrarregionais, principalmente China e Rússia, bem como o retorno da projeção política estadunidense na vida sul-americana.

Mapa 8 – Fluxos comerciais relacionados a equipamentos e serviços de defesa entre Índia e demais países do Sul da Ásia (1990-2019)



Fonte: SIPRI Arms Transfers Database (2020).

A conjuntura geoeconômica e geopolítica intensamente competitiva no continente asiático apresenta dificuldades para a superação da concorrência, seja ela econômica ou militar, para tanto observa-se que é essencial estar munido para se defender de potenciais inimigos.

Ao consideramos o entorno territorial estratégico indiano, observa-se que a Índia tem tentado estabelecer trocas comerciais com os países que fazem fronteira com seu território, com exceção de Bangladesh e Paquistão, como está representado no mapa 8. Mesmo que as trocas sejam incipientes em relação ao entorno territorial brasileiro, é preciso lembrar que a Ásia é uma porção do planeta extremamente sensível e estratégica, criando disputas de diferentes escalas e facetas entre as principais potências da região, como China, Japão, Rússia, a própria Índia, além de outros países do sudeste asiático.

Kaplan (2013) indica que à proporção que China e Estados Unidos acirram sua disputa hegemônica no planeta, a Índia ganha um papel preponderante nesse conflito em relação aos caminhos que a Eurásia irá tomar à depender do alinhamento indiano. Tal posição indica como a Índia se torna um pivô<sup>51</sup> na disputa pelo poder terrestre do *rimland* de Spykman, e pelo poder marítimo para a travessia e ligação com o Oriente Médio.

É nítido que as adversidades da política externa indiana nesse século XXI estejam relacionadas a sua localização geográfica. Questões como o receio com o poder e a magnitude chinesa, a parceria ressabiada com os Estados Unidos e a relação conflituosa com o Paquistão permanecem a orientar a maior ação e reconhecimento do país no cenário mundial. Entretanto é justamente por causa de sua localização geográfica que o seu território possui um valor territorial estratégico com malefícios e benefícios que permitem a Índia buscar seu *status* de potência hegemônica no século XXI.

A utilização do *soft power* indiano como componente da política externa indiana, segundo Barcellos (2018a) só foi possível graças a construção de uma base industrial de defesa consistente, oferecendo credibilidade para condutas mais assertivas dentro das relações internacionais, tanto que no mundo a Índia é vista com maior aceitabilidade e confiança se compara com a China, tida como mais agressiva. Ultimamente a Índia tem dado destaque aos seus elementos culturais como meios de difusão de sua agenda, ao explorar estes símbolos, à exemplo da yoga, os temperos típicos e a imensa produção cinematográfica de Bollywood.

A “Grande Estratégia” a qual está alicerçada a política externa indiana praticamente desde sua independência é algo específico apenas para grandes países e potenciais aspirantes ao posto de potências mundiais (MOHAN, 2013). A Índia além de contar com uma riquíssima cultura, apresenta um enorme território com recursos naturais, enorme vigor econômico e tecnológico, além do poder militar. Essas características por si, já oferecem um status de grande Estado. Entretanto para que

---

<sup>51</sup> Tendo em vista esse cenário é digno de nota que os Estados Unidos endossaram a entrada da Índia em uma possível revisão do Conselho de Segurança da ONU. Somado a isso, houve a exportação de somas significativas de armas dos Estados Unidos para a Índia, algo que nunca haviam feito antes. Esses fatos demonstram o interesse de os Estados Unidos oferecerem um contraponto para a China na região.

esse grande Estado venha a ter e realizar uma Grande Estratégia é necessário um ímpeto que reúna eximia capacidade de planejamento estatal a longo prazo.

Logo, a “Grande Estratégia” indiana, nada mais é do a forma a qual ela busca se inserir dentro do sistema internacional. Assim a política externa indiana se materializa diante da construção de um campo relacionado ao poder militar que possa conferir sua inserção de forma autônoma, sem se colocar subserviente a qualquer outro Estado nacional.

Para que tal ambição tenha sucesso é preciso criar meios de sustentação econômica à longo prazo. Isto é, não é possível pensar em “Grande Estratégia” sem que se tenha o vetor econômico como uma das principais bases desse planejamento para a maior projeção de poder da Índia, visando ancorar a construção de um grande sistema de inovação tecnológica como todos os outros países centrais do capitalismo assim o têm principalmente pautado no setor de defesa.

Analistas que seguem a linha “nacional tradicional” argumentam que a Índia sofre influência externas e constantes pressões para que os interesses nacionais indianos não se concretizem. China e Estados Unidos seriam os principais agentes de promoção de desestabilização do planejamento da “Grande Estratégia” indiana, bem como de todo o sistema internacional, apesar de que os Estados Unidos em certa medida apoiam apenas como forma de contraponto à hegemonia chinesa na região. Além disso, essa perspectiva analítica de inserção no sistema global para a Índia, avalia muito bem suas alianças, pois é inadmissível qualquer sinal de embaraço ou coerção que possa dificultar os interesses nacionais indianos, por isso a linha do pensamento “nacional tradicional” procura optar por parcerias de cooperação em vez de alianças. Por último, os nacionalistas enxergam com descrença a política de desarmamento nuclear, ao passo que se manifestam a favor da paz, entretanto não dão o exemplo, estabelecendo ações contraditórias e mantem-se poderosas nuclearmente tendo em vista a proteção de seus interesses nacionais apesar de um mundo organizado de forma multipolar.

Em contrapartida, a perspectiva “pragmática” que se originou após a queda do Muro de Berlim, coloca-se sensível ao interesse nacional indiano como elemento fundamental da política externa em vez de uma “ética global”. Os analistas pragmáticos questionam os pontos da visão nacionalista, que são vistos como ideológicos e descolados da nova realidade mundial ao aderir a políticas de não-alinhamento.

Outro ponto de discordância entre as duas perspectivas refere-se a aproximação com os Estados Unidos. Enquanto a vertente nacionalista defende que a Índia deve se manter estrategicamente mais distante, visto que há um conflito de interesses entre ambos à longo prazo; os pragmáticos argumentam que este poderia se tornar um aliado em certas temáticas na agenda internacional.

No que tange as relações multilaterais Sul-Sul, elas são tidas com esmero pela Índia devido ao seu caráter multipolar e realce do protagonismo indiano dentro do cenário internacional. Coalizões como os BRICS e IBAS, para os nacionalistas, são vistos como uma forma de solidariedade não caracterizando-se como um alinhamento; ainda que a Índia se mostra com desconfiança em relação a prevalência chinesa dentro da organização.

As perspectivas nacionalista e pragmática convergem em relação ao cuidado com o Paquistão e a China, ao passo que há uma relação mais bem acertada e orientada nas percepções de segurança que a Índia assume de forma mais consistente e coerente no intuito de atingir sua “Grande Estratégia”.

Parte dessa estratégia indiana na defesa nacional é ela estar se voltando ao Índico em busca do poder marítimo mahaniano. Ao passo que o poder terrestre quando não esbarra em fronteiras com altas cordilheiras, se depara com planícies e planaltos ao noroeste do país com fagulhas prestes a explodir com separatistas, paquistaneses e afegãos. Com isso, além dos indianos serem cercados por suas fronteiras e empurrados para o mar, o avanço do poderio chinês tem sido rápido a fim de resguardar seus interesses e rotas para o Oriente Médio e o Pacífico.

A Índia encontra-se encurralada como potência regional por causa de sua localização geográfica, poderá ser uma grande potência conforme o objetivo de sua política externa, se conseguir contornar os dilemas de suas fronteiras.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da construção das formas política, social e jurídica, o Estado é fundado como um meio catalisador da reprodução do modo de produção capitalista. No atual período mundializado, continua cumprindo sua função de financiar a apropriação do território.

Uma dentre as determinações territoriais é o avanço da especulação sobre todos os setores da sociedade, o mesmo acontece com a defesa nacional. É a partir da noção de defesa do território e do Estado nacional que ocorre a valorização capitalista do espaço pela Economia de Defesa.

Entre as semelhanças e particularidade de Brasil e Índia foi observado que suas localizações em relação aos outros países e oceanos, demonstra o valor estratégico territorial que esses Estados possuem. É em busca da valorização desse ativo que ambos recorrem a políticas externas e de defesa, em maior ou menor medida para resguardar sua soberania, manter seus *status* de potências regionais e disputar com outros Estados a hegemonia sobre suas áreas de influência a fim de aumentar sua projeção.

Logo, a Geografia Política junto à outras áreas de conhecimento das ciências humanas são intrínsecas para a análise dos efeitos que as políticas de defesa materializam no território e na reorganização do espaço político e econômico mundial. Isso se deve a capacidade que a defesa possui, seja em aplicar sua violência com o objetivo de coagir politicamente outros Estados nacionais, por meio da guerra ou a iminência dela; ou por meio de sua outra faceta, a econômica, que acaba por ser complementar a política, ao atuar na produção de valor por meio das tecnologias desenvolvidas para essa finalidade com vistas a uma autonomia estratégica.

Há de se acentuar também que a discussão sobre a defesa nacional tem o poder de persuadir para se apropriar dos fundos públicos, tendo em vista a função que esses recursos acabam assumindo em torno de um discurso falacioso de separação das formas política e social acerca do Estado. Em sua realidade, os fundos públicos acabam sendo aplicados como elementos de valorização capitalista do espaço, sendo, portanto, um elemento de dinamismo em um setor que demanda esse impulso, entretanto, são capturados pela iniciativa privada sob o pretexto da defesa nacional como um bem comum.

Ao analisar o entorno territorial estratégico de Brasil e Índia, é possível fazer certas constatações. A primeira delas é de que em ambos os casos a política nacional de defesa está atrelada a política externa do país.

Entretanto esse vínculo ocorre em maior ou menor medida, no caso indiano, essa união está presente desde sua independência em 1947. Por mais que haja correntes internas que disputam o rumo da política externa no país, há em maior parte pontos convergentes, divergindo apenas no grau de abertura e alinhamento que pode ser aplicado diante da conjuntura. Isso se deve à unidade nacional indiana, que historicamente concentra principalmente hindus naquele território estabelecendo coesão e objetivos a longo prazo orientados pela Grande Estratégia, ao passo que a Eurásia exige maior cautela e discussão devido as tensões que estão presentes na região.

Por sua vez, o caso brasileiro se manifesta de maneira diferente, uma vez que a coesão nacional sempre é posta à prova por rupturas políticas que afetam seriamente o debate sobre a defesa nacional. O Brasil apesar de contar com pessoas que se propuseram a pensar o Brasil e a sua soberania, mas foi com a criação do Ministério da Defesa em 1999 que foi dado um passo importante para a discussão da defesa nacional com intelectuais e a sociedade civil. Tal fato materializa-se nas novas políticas nacionais de defesa que prezam por estabelecer objetivos estratégicos para o Brasil se consolidar de fato como potência regional e mediadora de tensões em agendas internacionais.

Coloco que o entorno territorial estratégico brasileiro por historicamente não ser tão tensionado como na Eurásia, “permitia” com que o Brasil não se preocupasse tanto com questões relacionadas a defesa, ao passo que também a influência estadunidense se projetava na América do Sul. Quando na primeira década deste século há documentos que propõem a modernização das forças armadas, uma política de integração regional e de defesa pela UNASUL, a reafirmação sobre a soberania da Amazônia e da Amazônia Azul, o Brasil passa a estender seu raio de projeção política, traçando um projeto de alçar a um novo *status* no cenário internacional.

Dessa maneira, podemos concluir que por mais que Brasil e Índia tenham o mesmo objetivo de deixarem de ser potências regionais e se tornarem hegemônias, o entorno territorial estratégico pode ou não favorecer a reflexão e o desenvolvimento de políticas de defesa, a consolidação da base industrial de defesa e possivelmente inovações que permitam aos Estados alcançar uma autonomia estratégica.

Frente a esse contexto, aponto que o entorno territorial estratégico indiano força a Índia a calcular com maior atenção a sua Grande Estratégia de se tornar uma

potência hegemônica no mundo, incentivando o desenvolvimento de sua base industrial de defesa, bem como ações e instrumentos que possam promover a sua autonomia estratégica.

Entretanto, o entorno territorial estratégico brasileiro por tender a ser mais pacífico em comparação com o indiano, acaba colocando em desvantagem o Brasil, no intuito de criar sinergias para avançar e desenvolver de maneira mais acelerada o seu desenvolvimento, principalmente acerca das discussões sobre defesa nacional e de tecnologias dissuasivas.

## REFERÊNCIAS

- ALBALATE, D.; BEL, G.; ELIAS, G. Institutional determinants of military spending. **Journal of Comparative Economics**, v. 40, p. 379-290, 2012.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 197-?.
- ANGELL, N. **A grande ilusão**. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UnB, 2002.
- AMIN, S. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.
- AQUINO, E. T. Entorno estratégico. *In*: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ASSIS, J. de A. de; SILVA, D. L. da; ZAGUE, J. A. Armamento. *In*: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BARCELLOS, J. M. V. Trajetória do desenvolvimento indiano em perspectiva histórica. **OIKOS**, Rio de Janeiro. V. 17, n. 1, 2018a. p. 57-71.
- BARCELLOS, J. M. V. Política externa indiana para o século XXI: em busca de uma inserção internacional autônoma. **Revista Conjuntura Global**. V. 7, n. 2, 2018b.
- BATISTA JR., P. N. Mitos da “globalização”. **Estudos Avançados**. V. 12, nº. 32. São Paulo, Jan./Abr., 1998.
- BOECHAT, C. A.; PITTA, F. T.; TOLEDO, C. de A. Land grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **Geographia**. V. 19, n. 40, mai./ago., 2017.
- BRACKEN, P. **Fire in the East: the rise of asian military power and the second nuclear age**. New York: Harper Collins, 1999. p. 26-31.
- BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em:  
[https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/livrobranco.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf).  
 Acesso em: 28 jun. 2019.
- BRASIL. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016. Disponível em:

[https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd\\_end.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf). Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa (Versão submetida à aprovação do Congresso Nacional)**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 01 mar. 2021.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2016.

COSTA, W. M. da. O espaço da política. *In*: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Org.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019.

CRUZ, S. C. V. Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do Estado Indiano. *In*: Rio de Janeiro. Artigo preparado para a Conferência sobre a Índia, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e pelo Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), 2007a.

CRUZ, S. C. V. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007b.

DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FERREIRA, M. J. B. **Dinâmica da inovação e mudanças estruturais: um estudo de caso da indústria aeronáutica mundial e a inserção brasileira**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

FERREIRA, M. J. B. **Embraer: radiografia de uma operação criminosa (1)**. Outras Palavras: São Paulo, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/brasil/embraer-radiografia-de-uma-operacao-criminosa-1/>. Acesso em: 05/06/2018.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. *In*: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil, 2013.

FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALEANO, E. **O teatro do bem e do mal**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2003.

HARTLEY, K.; SANDLER, T. (Org.). **Handbook of Defense Economics**: Defense in a globalized world. Elsevier, 1995.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSON, J. A. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

IISS. **The Military Balance – 2017**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: The Internacional Institute for Strategic Studies, 2018.

IPEA. **Mapeamento da Base Industrial de Defesa**. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2016.

KEYNES, J. M. The economic consequences of peace. In: MOGGRIDGE, D. (Org.). **The collected writings of John Maynard Keynes**, v. 2. London: Macmillan and Saint Martin's Press, 1919.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESKE, A. D. C. Economia de Defesa. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACKINDER, H. O pivô geográfico da história. **The Geographical Journal**, nº.4, v. XXIII, abril 1904.

MARTIN, A. R. O “território” da geopolítica. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Org.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAMPAEY, L.; SERFATI, C. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso “guerra sem limites”? In: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. Capítulo 5, p. 223-247.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

MARX, K. **O Capital**. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESA, A. F. Sobre la naturaliza y alcance de la economia de la defensa. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**. n. 79, octubre, 2012.

MÉSZÁROS, I. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOHAN, C. R. A Índia e o equilíbrio de poder. *In*: STUENKEL, O. (Org.). **A Índia na ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**: espaço cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. A Geografia e o processo de valorização do espaço. *In*: SANTOS, M. **Novos rumos da Geografia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. P. 111-130

NASCIMENTO, A. S. do. A fome do capital e a expropriação dos bens comuns: land/green grabbing e suas relações com a reprodução do discurso neoliberal por trás do fenômeno das mudanças climáticas. **Revista Caminhos de Geografia**. Edição Especial, dez., 2020.

OCDE. **Estudo da OCDE sobre o emprego: fatos, análises, estratégias**. Paris: Relatório do Secretário-Geral, 1994.

OLIVEIRA, F. de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos**. n. 22, p. 8-28, out., 1988.

ONU. **Perspectivas da população mundial – População Total (Índia)**. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Dinâmica Populacional, 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/POP/TOT/356>>. Acesso em 28/12/2020.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSÓRIO, L. F. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PETTY, W. **Tratado dos impostos e contribuições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do departamento de Geografia (USP)**, v. 2, p. 93-101, 1983.

SANDLER, T.; HARTLEY, K. (Org.). **Handbook of Defense Economics: Defense in a globalized world**. Elsevier, 2007.

SAINT-PIERRE, H. L. “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. In: (Org.) MEI, E.; SAINT-PIERRE, H. L. **Paz e guerra: defesa e segurança entre as nações**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Cap. 1, p. 11-37.

SAINT-PIERRE, H. L.; PALACIOS JUNIOR, A. M. C. As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009-2012). **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 22-39, 2014.

SANTOS, T. Economia de Defesa e Indústria de Defesa: barreiras à política e à gestão da CT&I nos países em desenvolvimento. In: **IV Encontro Brasileiro de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (IV EBERI)**, 2017.

SAUER, S.; BORRAS JR, S. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura na “corrida na produção acadêmica” sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 11, n. 23 Jul., 12 set. 2016.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigando sobre sua natureza e suas causas**. V. 2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap.1 p. 173-187

SOUZA, J. G. Entrevista José Gilberto de Souza para De olho nos ruralistas. **Estudos Geográficos**, v. 15, n. 1, jan./jun., 2017.

SOUZA, J. G. Estado, Crise Estrutural do Capital e a Questão Agrária. **XXIV ENGA**, Dourados – MS. 2018 - (Digit.).

SOUZA, J. G. Limites do território. **Agrária**, n. 10-11, dez. 2009.

VAZ, A. C. Autonomia estratégica. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

VALLAUX, C. **Geografía social: el solo y el Estado**. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914.

WALLERSTEIN, I. M. **O sistema mundial moderno**. V. 1, 2, 3. Porto: Afrontamentos, 1974.

WOOD, E. M. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMBROS, A. A. Indústria de defesa e desenvolvimento: controvérsias teóricas e implicações em política industrial. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. n. 11, v.6, p. 136-158, Jan./Jun., 2017.

COSTA, W. M. da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. Dossiê Desafios do Pré-Sal. **Revista USP**, São Paulo, n.95, p. 9-22, set/out/nov, 2012.

DAGNINO, R. A política de defesa brasileira: nem racionalismo, nem incrementalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 70, v. 24, p. 61-74, junho, 2009.

DAGNINO, R. P. Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira? **OIKOS**. n. 9, ano VI, p. 113-137, 2008.

KALDOR, M. In Defence of New Wars. **Stability**, 2(1): 4, p. 1-16, 2013.

MAGALHÃES, D. A. M. de. **A política brasileira de exportação de armas no contexto da revitalização da base industrial de defesa**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2016.

MATOS, P. de O.; FINGOLO, J. M.; SCHNEIDER, R. A. Orçamento público e defesa nacional: uma análise do orçamento de defesa brasileiro no período de 2000 a 2016. **Revista da Escola de Guerra Naval**. n. 1, v. 23, p. 211-238, jan-abr, 2017.

MOREIRA, W. de S.; MEDEIROS, S. E. Economia de defesa e reputação em perspectiva institucionalista. In: (Org.) FUCCILLE, A.; GOLDONI, L. R. F.; ADÃO, M. C. de O. **Forças armadas e sociedade civil: atores e agendas da defesa nacional no século XXI**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2018. Cap. 20, p. 493-516.

NEIRA, M. Á. A.; GONZÁLEZ, A. M. Los determinantes del gasto en defensa en la literatura académica de los últimos cincuenta años: una revisión de las principales aportaciones y modelos. **Revista de Economía Pública**. p. 109-137, abr., 2008.

SAINT-PIERRE, H. L. La defensa brasileña y su entorno sub-regional: una prueba para su política externa. **Ciencia Política**. n. 14, p. 7-35, julio-diciembre, 2012.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

VIÑAS, A. Economía de la defensa y defensa económica: una propuesta reconceptualizadora. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)**. n. 37, enero-febrero, p. 25-47, 1984.

WILLRICH, E. A geopolítica e o entorno estratégico brasileiro (2012 e 2016). In: 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABED-USP, 2018. Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534940671\\_ARQUIVO\\_Emil\\_iWillrich-artigoenabed.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534940671_ARQUIVO_Emil_iWillrich-artigoenabed.pdf). Acesso em: 27 ago. 2019.

**ANEXO A – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019.  
(EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS)**

## Transfers of major weapons: Deals with deliveries or orders made for 1990 to 2019

**Note:** The ‘No. delivered’ and the ‘Year(s) of deliveries’ columns refer to all deliveries since the beginning of the contract. The ‘Comments’ column includes publicly reported information on the value of the deal. Information on the sources and methods used in the collection of the data, and explanations of the conventions, abbreviations and acronyms, can be found at URL <<http://www.sipri.org/contents/armstrad/sources-and-methods>>.

**Source:** SIPRI Arms Transfers Database

**Information generated:** 15 June 2020

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year delivery	of delivered	No. Comments
<b>Brazil</b>							
R: Afghanistan	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2017	2018	(6)	Financed by USA; ordered via USA from US production line
Nigeria	12	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2018			\$329 m deal; from US production line; delivery planned by 2024
Portugal	5	C-390	Transport aircraft	2019			\$920 m deal (incl 12 years support and production of components in Portugal); delivery planned 2023-2027
UAE	24	B-250	Trainer/combat aircraft	2019			AED2.3 b (\$620 m) deal; produced in UAE
United Kingdom	130	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	1985	1987-1993	(130)	\$145-150 m deal; option on 15 more not used; UK designation Tucano T-1
Afghanistan	20	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2013	2016	(20)	\$427 m 'LAS' deal (financed by USA); ordered via USA from US production line
Angola	8	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	1998	1998	(8)	
	(1)	EMB-120 Brasilia	Transport aircraft	(2006)	2007	(1)	EMB-120ER version; for VIP transport
	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2011	2013	(6)	
Argentina	1	Bell-212/UH-1N	Helicopter	2007	2007	1	Second-hand
Bolivia	15	A-122 Uirapuru	Trainer aircraft	(1991)	1992	15	Second-hand
	6	Universal	Trainer aircraft	2005	2005	6	Second-hand; gift
	4	Bell-205/UH-1H	Helicopter	2011	2012	4	Second-hand; aid; for anti-narcotics operations
Burkina Faso	(3)	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	(2010)	2011	3	
Cabo Verde	1	EMB-110 Bandeirante	Light transport ac	(1998)	1998	1	For coast guard; incl for MP

Chile	3	AS365/AS565 Panther	Helicopter	(2006)	2006	3	Second-hand; \$10 m deal (incl modernization before delivery); for SAR
	1	AS365/AS565 Panther	Helicopter	(2006)	2007	1	Second-hand
	12	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2008	2009-2010	12	\$140 m deal
	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2017	2018	6	
Colombia	2	EMB-110 Bandeirante	Light transport ac	1992	1992	2	Incl for military VIP transport; EMB-110P1A version
	14	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	1992	1992-1993	14	Incl for combat role (against ELN, EPL and FARC rebels)
	25	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2005	2006-2008	25	\$235 m deal (loan from Brazilian banks); mainly for combat role (against FARC and ELN rebels)
	(50)	SMKB	Guided bomb	(2009)	2012	(50)	
Comoros	1	L-410 Turbolet	Light transport ac	2012	2012	1	L-410UVP version; second-hand
Dominican Republic	8	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2008	2009-2010	8	Incl for combat role (anti-narcotics operations)
Ecuador	(5)	HS-748	Transport aircraft	(2006)	2006	(5)	Second-hand; aid
	18	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2008	2010-2011	18	\$220 m deal; originally 24 ordered but changed to 18
Egypt	14	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	1989	1990	(14)	\$25 m deal; assembled in Egypt
France	50	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	1991	1993-1997	(50)	\$170 m deal; EMB-312F version; option on 30 more no used
Greece	4	EMB-145AEW&C	AEW&C aircraft	1999	2008	4	Part of \$476-676 m deal (incl PS-890 Erieye radar fitted in Sweden); EMB-145H version
Guyana	2	BN-2 Islander	Light transport ac	2018	2018	2	Second-hand
India	(2)	ERJ-145	Transport aircraft	2008	2017-2019	2	Part of \$210 m deal; modified in India to AEW&C aircraft with Indian radar
Indonesia	8	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2011	2012-2014	8	
	(36)	ASTROS-2	Self-propelled MRL	2012	2014-2015	(36)	\$403 m deal; ASTROS-2 Mk-6 version
	8	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2012	2015-2016	8	
Iran	25	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	1988	1989-1991	(25)	
Lebanon	(20)	VBTP Guarani	APC	2014	2017	(20)	Part of EUR30 m deal; ordered via Italy; VBTP-MR version
	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2015	2017-2018	6	\$173 m deal; A-29B version; from US production line; for combat role
Malaysia	(10)	AV-VBL	APC	(2000)	2002	(10)	
	18	ASTROS-2	Self-propelled MRL	2001	2002	(18)	\$197 m deal
	18	ASTROS-2	Self-propelled MRL	2007	2010	18	\$300 m deal
Mali	(4)	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2015	2018	4	
Mauritania	(2)	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2011	2012	(2)	
Mexico	1	EMB-145AEW&C	AEW&C aircraft	2001	2004	1	Part of \$230-250 m deal; incl for SIGINT; mainly for anti-narcotics operations
	2	EMB-145MP	MP aircraft	2001	2004	2	Part of \$230-250 m deal; mainly for anti-narcotics operations
Mozambique	3	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	2014	2014	(3)	Second-hand; aid
Namibia	1	Imperial Marinheiro	OPV/tug	2003	2004	1	Second-hand; for use as OPV; Namibian designation Hamaambo
	1	Grajau	Patrol craft	2004	2009	1	Part of \$35 m deal
Nigeria	(75)	EE-9 Cascavel	Armoured car	(1992)	1994	(75)	
Pakistan	100	MAR-1	ARM	2008	2013-2017	(100)	BRL111 m (\$100-126 m) deal
Paraguay	6	Universal	Trainer aircraft	2005	2005	(6)	Second-hand; aid

	3	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	(2009)	2010	3	Second-hand; exchanged for 4 EMB-326GB (Xavante) trainer aircraft and 1 Boeing-707 transport aircraft
Peru	10	EMB-312 Tucano	Trainer aircraft	1991	1991	10	\$20 m deal; incl for combat role (anti-narcotics operations)
	3	EMB-110 Bandeirante	Light transport ac	1993	1993	3	
Philippines	6	EMB-314 Super Tucano	Trainer/combat ac	2017			PHP5 b (\$100 m) deal; incl for combat role; delivery planned by 2020
Qatar	(18)	ASTROS-2	Self-propelled MRL	(1991)	1992	(18)	
	(3)	Fieldguard	Fire control radar	1991	1992	(3)	For use in TECTRAN fire control system for Brazilian supplied ASTROS-2 MRL
Saudi Arabia	(76)	ASTROS-2	Self-propelled MRL	1987	1987-1992	(76)	\$500 m deal (mainly for ammunition)
United Kingdom	5	Phenom-100	Light transport ac	2016	2017-2018	(5)	Part of 'MFTS' programme; for UK company for training of UK armed forces in 'MFTS' programme
Unknown recipient(s)	(50)	SMKB	Guided bomb	(2010)	2013	(50)	Recipient is South American country (possibly Ecuador or Peru)
Uruguay	1	AS-355/AS-555 Fennec	Light helicopter	2005	2006	1	Second-hand; \$0.65 m deal; modernized before delivery; AS-355F2 version
	1	EMB-120 Brasilia	Transport aircraft	(2008)	2009	1	Uruguayan designation C-120
	15	M-41B	Light tank	(2013)	2018	15	Second-hand (deal incl 10 more for spare parts); aid; M-41C version

---

**ANEXO B – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019.  
(EXPORTAÇÕES ÍNDIANAS)**

## Transfers of major weapons: Deals with deliveries or orders made for 1990 to 2019

**Note:** The ‘No. delivered’ and the ‘Year(s) of deliveries’ columns refer to all deliveries since the beginning of the contract. The ‘Comments’ column includes publicly reported information on the value of the deal. Information on the sources and methods used in the collection of the data, and explanations of the conventions, abbreviations and acronyms, can be found at URL <<http://www.sipri.org/contents/armstrad/sources-and-methods>>.

**Source:** SIPRI Arms Transfers Database

**Information generated:** 15 June 2020

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year delivery	of delivered	No. Comments
<b>India</b>							
R: Maldives	(2)	BMP-2	IFV	(1991)	1992	2	Possibly second-hand; probably aid
	(2)	Pig	APC/APV	(1991)	1992	2	Second-hand; designation uncertain (reported as 'armoured vehicle of UK origin'); probably aid
Afghanistan	3	SA-315B Lama	Light helicopter	(2012)	2015	3	Cheetal version
	4	Mi-24D/Mi-25	Combat helicopter	2015	2015-2016	4	Second-hand; aid; Mi-25 version
Bhutan	(1)	Aditya	APC	(2003)	2004	(1)	
Ecuador	6	Dhruv	Helicopter	2008	2009	6	INR2 b (\$50 m) deal (incl 1 more for VIP transport); for SAR
Guinea-Bissau	1	SDB Mk-3	Patrol craft	(1992)	1993	1	Second-hand
Maldives	1	SDB Mk-5	Patrol craft	2006	2006	1	Second-hand (but only 4 years old); Maldivian designation Hurawee
	1	Dhruv	Helicopter	2009	2010	1	Aid
Mauritius	1	Dhruv	Helicopter	(2012)	2013	1	Loan; aid
	1	Do-228MP	MP aircraft	1989	1990	1	Aid; for coast guard
	1	SDB Mk-2	Patrol craft	1993	1993	1	Second-hand; \$3.5 m aid deal; for coast guard
	1	Do-228MP	MP aircraft	(2004)	2004	1	For coast guard
	1	Barracuda	OPV	2011	2014	1	\$60 m deal; for coast guard
Mozambique	1	Do-228MP	MP aircraft	2014	2016	1	
	2	Naidu	Patrol craft	2014	2016-2017	2	USD21 m deal; for coast guard
Myanmar	2	L&T Fast Interceptor	Patrol craft	(2019)	2019	2	Aid
	(2)	Mi-8T	Transport helicopter	(1999)	2000	(2)	Second-hand; lease

	(2)	BN-2 Islander	Light transport ac	2005	2006	2	Second-hand; aid; delivered despite UK warning delivery may affect UK arms sales to India
	(10)	Aditya	APC	(2006)	2006	(10)	Designation uncertain; possibly second-hand; aid for use against Indian Assamese rebels operating from Myanmar; status uncertain
	(10)	Light Gun 105mm	Towed gun	(2006)	2006	(10)	Probably Second-hand; aid for use against Indian Assamese rebels operating from Myanmar
	1	LW-04	Air search radar	(2006)	2013	1	For 1 Aung Zeya frigate from China
	(10)	T-55	Tank	(2006)	2006	(10)	Second-hand; aid for use against Indian Assamese rebels operating from Myanmar
	(5)	BN-2 Maritime	MP aircraft	2007	2007-2008	(5)	Second-hand; aid
	(1)	LW-04	Air search radar	(2011)	2016	1	RAWL-02 version; for For Tabinshweti corvette produced in Myanmar
	3	HMS-X	ASW sonar	2013	2015	(3)	For 1 Aung Zeya frigate from China and 2 Kyan Sit Thar frigates produced in Myanmar
	3	LW-04	Air search radar	2013	2015-2016	3	RAWL-02 Mk-2 version; for 2 Kyan Sittha frigates and 1 Tabinshwehti corvette produced in Myanmar
	(20)	Shyena	ASW torpedo	2017	2019	(10)	Part of \$38 m deal
	6	HJT-16 Kiran-1	Trainer aircraft	2018			Second-hand; aid
	(20)	53-65	AS torpedo	(2019)	2019	(20)	Second-hand; for Project-877E (Kilo) submarine
	1	Project-877E/Kilo	Submarine	(2019)	2019	1	Second-hand
Namibia	2	SA-315B Lama	Light helicopter	1994	1994	2	Part of \$5.5 m deal; Cheetah version
	2	SA-316B Alouette-3	Light helicopter	1994	1995	2	Part of \$5.5 m deal; Chetak version
	1	SA-315B Lama	Light helicopter	2009	2011	1	SA-315 Cheetah version
	2	SA-316B Alouette-3	Light helicopter	2009	2014	2	SA-316B Chetak version
Nepal	52	M-43 120mm	Mortar	(1992)	1992	(52)	Probably second-hand; designation uncertain (reported as '120mm mortar')
	2	SA-315B Lama	Light helicopter	2001	2001	2	Possibly Second-hand Cheetah version; aid against Maoist rebels
	10	SA-315B Lama	Light helicopter	(2001)	2003-2004	(10)	Lancer armed version; for police; for use against Maoist rebels
	2	SA-316B Alouette-3	Light helicopter	2001	2001	(2)	Possibly Second-hand; aid against Maoist rebels
	(3)	Casspir	APC	2002	2002	(3)	Second-hand; aid against Maoist rebels; no. could be up to 31
	100	Aditya	APC	(2003)	2004	(100)	Aid (India pays 67% of costs)
	2	Dhruv	Helicopter	(2003)	2004	2	\$12-18 m deal (incl 70% as aid); armed version
	1	Dhruv	Helicopter	2004	2005	(1)	Aid; probably armed version
	24	Aditya	APC	(2009)	2011	24	Possibly second-hand; possibly aid; designation uncertain
	1	Dhruv	Helicopter	2014	2014	1	Aid
Philippines	2	NGMMCB	Coast defence system	(2019)			Selected 2019 but not yet ordered by end-2019
	(40)	PJ-10 BrahMos	Anti-ship MI/SSM	(2019)			For NGMMCB coast defence system; selected 2019 but not yet ordered by end-2019
Seychelles	1	SDB Mk-5	Patrol craft	2004	2005	1	Second-hand (but only 3 years old); Seychelles designation Topaz
	1	Do-228MP	MP aircraft	(2012)	2013	1	Aid against Somali pirates
	1	SDB Mk-5	Patrol craft	2013	2014	1	Second-hand; aid

	1	Do-228MP	MP aircraft	2015	2018	1	Aid
	1	EL/M-2022	MP aircraft radar	2015	2018	1	For 1 Do-228 MP aircraft from India
	1	L&T Fast Interceptor	Patrol craft	(2016)	2016	1	Aid; for coast guard
Sri Lanka	(150)	Tata Diesel	Diesel engine	(1985)	1987-2006	(150)	For Unicorn and Unibuffel APC produced in Sri Lanka
	1	Sukanya	OPV	2000	2000	1	Second-hand; for use against LTTE rebels; plan for 1 more cancelled after Indian change in policy towards Sri Lanka-LTTE conflict; Sri Lankan designation Sayura
	2	Indra	Air search radar	2005	2006	2	Possibly second-hand; aid against LTTE rebels; Indra-2 version
	2	Indra	Air search radar	2007	2007	2	Possibly second-hand; aid; Indra-2 version
	1	Vikram	OPV	2007	2007	1	Second-hand; aid; Sri Lankan designation Sagara
	1	Vikram	OPV	2008	2008	1	Second-hand
	2	Samarth	OPV	2014	2017-2018	2	Sri Lankan designation Sayurala
Suriname	3	SA-316B Alouette-3	Light helicopter	(2009)	2015	3	\$15-30 m deal (financed by Indian credit); Chetak version
Viet Nam	4	L&T 35m	Patrol craft	2016			\$100 m deal; for border guard

---

**ANEXO C – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019.  
(IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS)**

## Transfers of major weapons: Deals with deliveries or orders made for 1990 to 2019

**Note:** The ‘No. delivered’ and the ‘Year(s) of deliveries’ columns refer to all deliveries since the beginning of the contract. The ‘Comments’ column includes publicly reported information on the value of the deal. Information on the sources and methods used in the collection of the data, and explanations of the conventions, abbreviations and acronyms, can be found at URL <<http://www.sipri.org/contents/armstrad/sources-and-methods>>.

**Source:** SIPRI Arms Transfers Database

**Information generated:** 15 June 2020

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year delivery	of delivered	No. Comments
<b>Austria</b>							
<b>R: Brazil</b>	1	Greif	ARV	2000	2001	1	
	17	SK-105 Kurassier	Light tank	2000	2001	17	
<b>Belgium</b>							
<b>R: Brazil</b>	87	Leopard-1A1	Tank	1995	1997-1999	(87)	Second-hand
	(40)	M-109A1 155mm	Self-propelled gun	1999	1999-2002	(40)	Second-hand but modernized before delivery; M-109A3 version
	2	BPz-2	ARV	2000	2001	2	Second-hand
<b>Canada</b>							
<b>R: Brazil</b>	(168)	PT6	Turboprop/turboshaft	(1980)	1983-1991	(168)	For 168 EMB-312 (T-27/AT-27) trainer aircraft produced in Brazil; PT-6A-25C version
	3	IRIS	AGS radar	1997	2002-2003	(3)	Part of 'SIVAM' air-surveillance network; for EMB-145RS (R-99B) AGS aircraft produced in Brazil
	8	Model-56 105mm	Towed gun	(2000)	2000	8	Second-hand
	(99)	PT6	Turboprop/turboshaft	(2001)	2003-2012	(99)	For 99 EMB-314 (ALX or A-29/AT-29) trainer/combat aircraft produced in Brazil; PT-6A-68B version
	(24)	PW100	Turboprop/turboshaft	2005	2006-2009	(24)	PW127 version for 12 C-295 transport aircraft from Spain
	6	Model-56 105mm	Towed gun	(2006)	2007	6	Second-hand
	4	PW100	Turboprop/turboshaft	2014	2017-2019	4	PW127 version for 2 C-295 transport aircraft from Spain
2	PW100	Turboprop/turboshaft	2018			PW127 version for 1 C-295 transport aircraft from Spain	

<b>Czechia</b>							
<b>R: Brazil</b>	(45)	T3C-928-90	Diesel engine	(2013)	2017-2019	(30)	For 45 ASTROS-2 Mk-6 MLR (AV-LMU) produced in Brazil (on T815-7 6x6 wheeled chassis from Czechia)
<b>Denmark</b>							
<b>R: Brazil</b>	3	Scanter-4100	Air/sea search radar	2011	2012-2013	3	For 3 VT-90M OPV from UK
<b>Finland</b>							
<b>R: Brazil</b>	2	W-12	Diesel engine	1987	1991	2	For 1 Motta support ship produced in Brazil
<b>France</b>							
<b>R: Brazil</b>	16	AS-350/AS-550 Fennec	Light helicopter	1988	1989-1990	(16)	Part of \$246m 'Avex' deal (100% offsets); armed version (with 20mm gun); Brazilian designation HB-350L1 Esquilo and HA-1
	(77)	MO-120-M65 120mm	Mortar	(1991)	1992-1993	(77)	
	8	AS-532U2 Cougar	Transport helicopter	2001	2002-2004	(8)	\$160 m deal
	2	P-400	Patrol craft	2006	2009-2010	2	\$20 m deal; NAPA-500 version; Brazilian designation Macae
	43	EC725 Super Cougar	Transport helicopter	2008	2010-2019	(36)	Part of EUR1.9 b 'H-XBR' programme; H225M version; incl 3 CSAR version; Brazilian designations H-36, HM-4, UH-15A and UH-15B; delivery planned 2010-2022
	2	P-400	Patrol craft	2009			NAPA-500 version; Brazilian designation Macae; produced in Brazil; delivery planned 2020
	4	Scorpene	Submarine	2009			Part of EUR6.8 b 'SDP' programme; SBR version; delivery planned 2020-2023
	1	SNBR	Nuclear submarine	2009			Part of EUR6.8 b 'SDP' programme; with nuclear reactor designed and produced in Brazil; delivery planned 2029
	(20)	AM-39 Exocet	Anti-ship missile	(2011)	2018-2019	(10)	AM-39 Block-2Mod-2 version; for EC-725 (AH-15B) helicopters; incl production of components in Brazil
	5	EC725 Super Cougar	Anti-ship helicopter	2012	2019	(1)	Part of EUR1.9 b 'H-XBR' programme; H225M version; Brazilian designation AH-15B and Operacio MB; delivery planned 2019-2022
	(80)	MM-40 Exocet	Anti-ship missile	(1986)	1989-1991	(80)	For Inhauma and modernized Niteroi frigates
	36	AS365/AS565 Panther	Helicopter	1988	1989-1992	(36)	Part of \$246m 'Avex' deal (100% offsets); AS-365K/565AA version; incl 10 assembled in Brazil; Brazilian designation HM-1
	(25)	AM-39 Exocet	Anti-ship missile	(1989)	1991	(25)	For SH-3D helicopters
	20	AS-350/AS-550 Fennec	Light helicopter	1992	1993-1996	(20)	\$25 m deal; AS-550A2 version; Brazilian designation HA-1
	9	AS-532SC/AS-332F	ASW helicopter	(1993)	1998-2000	(9)	Brazilian designation UH-14
	(160)	Mistral	Portable SAM	1994	1994-1997	(160)	For use with naval SADRAL and SIMBAD launchers; incl on modernized Minas Gerais aircraft carrier
	(57)	Eryx	Anti-tank missile	1995	1996	(57)	
	(100)	MILAN	Anti-tank missile	(1995)	1996-1997	(100)	
	(10)	MM-40 Exocet	Anti-ship missile	(1995)	2010	(10)	For Barroso frigate
	4	Mirage-3E	FGA aircraft	1996	1997-1999	(4)	Second-hand but modernized before delivery; incl 2 Mirage-3D

	(7)	AS-350/AS-550 Fenec	Light helicopter	(1997)	1998	7	Brazilian designation UH-12
	5	F-406 Caravan-2	Light transport ac	1998	1999-2000	(5)	\$26 m deal; incl 1 for MP
	8	AS-532U2 Cougar	Transport helicopter	2000	2001	8	\$91 m deal
	1	Clemenceau	Aircraft carrier	2000	2001	1	Second-hand; FFR80 m (\$11-12 m) deal; Brazilian designation Sao Paulo
	17	FL-12 105mm	Tank turret	(2000)	2001	17	For 17 SK-105 tanks from Austria
	12	Mirage-2000	FGA aircraft	2005	2006-2008	12	Second-hand; EUR80 m deal (incl EUR60 m for aircraft and EUR20 m for spares); modernized before delivery; interim solution after 'F-X' programme for new combat aircraft delayed; Mirage-2000C version; incl 2 Mirage-2000B
	22	R-550 Magic-2	SRAAM	2005	2005	22	Second-hand but possibly modernized before delivery; for Mirage-2000 combat aircraft
	(10)	Super-530D	BVRAAM	2005	2006-2007	10	Second-hand; for Mirage-2000 combat aircraft
	1	Foudre	AALS	2015	2015	1	Second-hand; EUR80 m (\$85 m) deal; Brazilian designation Bahia
<hr/>							
<b>Germany</b>							
<b>R: Brazil</b>	4	Type-209/1400	Submarine	1984	1989-1999	4	Incl 3 assembled in Brazil; Brazilian designation Tupi; 1-3 more planned but cancelled
	1	Type-209/1400	Submarine	1995	2005	1	Brazilian designation Tikuna
	(4)	MEKO-A100	Frigate	(2019)			BRL9.1 (\$2) billion 'CV03' or Tamandaré programme; produced in Brazil; delivery planned 2025-2028
	4	DSQS-21	ASW sonar	(1981)	1989-1994	4	For 4 Inhama frigates produced in Brazil; DSQS-21C version
	8	MTU-396	Diesel engine	1981	1989-1994	8	For 4 Inhama frigates produced in Brazil
	(600)	OM-352	Diesel engine	(1985)	1985-1990	(600)	For modernization of some 600 M-113 APC
	2	Grajau	Patrol craft	1993	1995	2	Ordered from FRG after delays in Brazilian production
	2	Grajau	Patrol craft	1994	1995-1996	2	Ordered from FRG after delays in Brazilian production
	2	MTU-1163	Diesel engine	1994	2008	2	For 1 Barroso frigate produced in Brazil
	2	Grajau	Patrol craft	1998	1999	2	Ordered from FRG after delays in Brazilian production
	(7)	BPz-2	ARV	2006	2009	7	Second-hand; part of EUR86 m deal; modernized before delivery
	4	BrPz-1 Biber	ABL	2006	2009	4	Second-hand; part of EUR86 m deal; modernized before delivery
	220	Leopard-1A5	Tank	2006	2009-2012	(220)	Second-hand but modernized before delivery; part of EUR86 m deal (incl 30 more for spares only)
	4	Leopard-1 chassis	Tank chassis	2006	2009	(4)	Second-hand; driver training version; part of EUR86 m deal; modernized before delivery
	4	PiPz-2 Dachs	AEV	2006	2009	4	Second-hand
	16	MTU-396	Diesel engine	2010			For 4 Scorpene submarines from France
	2	BPz-2	ARV	2011	2012	2	Second-hand but modernized before delivery
	(1)	BrPz-1 Biber	ABL	2011	2012	1	Second-hand but modernized before delivery
	6	MAN-280	Diesel engine	2011	2012-2013	6	For 3 VT-90M OPV from UK
	1	PiPz-2 Dachs	AEV	2011	2012	1	Second-hand
	34	Gepard	SPAAG	2013	2013-2015	(34)	Second-hand; EUR37 m deal (incl 3 more for spare parts)

	3	EC135	Light helicopter	2019	2019	(1)	EUR25 m deal; H135M version; Brazilian designation UH-17; for use in Antarctica; delivery planned 2020
<b>Israel</b>							
<b>R: Brazil</b>	(216)	UT-25/UT-30	IFV turret	(2010)	2014-2019	(60)	\$260 m deal; UT-30 version; for VBTP-MR IFV produced in Brazil
	(8)	K-6 120mm	Mortar	(1994)	1995	8	No. could be up to 85
	(400)	Python-3	SRAAM	(1996)	1998-2001	(400)	
	(200)	Python-4	BVRAAM	(2002)	2010-2015	(200)	For F-5M combat aircraft
	9	EL/M-2022	MP aircraft radar	(2005)	2011-2014	9	Part of EUR320 m 'P-X' programme for modernization of 9 P-3A ASW aircraft to P-3AM (P-3BR); EL/M-2022A(V)3 version
	(200)	Derby	BVRAAM	(2006)	2006-2010	(200)	For modernized F-5E (F-5M) combat aircraft
	10	Litening	Aircraft EO system	2006	2011-2013	(10)	Litening-3 version; for AMX and F-5M combat aircraft
	10	RecceLite	Aircraft recce system	2006	2014-2019	(7)	Part of \$50 m deal; for modernized AMX (A-1) combat aircraft
	2	EL/M-2022	MP aircraft radar	2007	2009	(2)	EL/M-2022A(V)3 version for s C295 (SC-105A) transport/SAR aircraft
	(12)	EL/M-2032	Combat ac radar	2009	2015-2019	(8)	For modernization of 12 A-4KU (AF-1) combat aircraft
	(2)	Hermes-450	UAV	2010	2011	(2)	Brazilian designation RQ-450
	2	Hermes-450	UAV	(2012)	2013	2	BRL48 m (\$25 m) deal; Brazilian designation RQ-450; assembled in Brazil
	150	Lizard	Guided bomb	2013	2014-2015	(150)	\$2.1 m deal; Lizard-2 version
	4	Air refuel system	Air refuel system	(2014)			For modernization of 4 C-1 transport aircraft to KC-2 tanker/transport aircraft
	2	EL/M-2022	MP aircraft radar	2014	2017-2019	2	EL/M-2022A(V)3 version for 2 C295 (SC-105A) transport/SAR aircraft
	1	EL/M-2022	MP aircraft radar	(2014)	2017	1	EL/M-2022A(V)3 version for 1 C295 (SC-105A) transport/SAR aircraft from Spain
	(2)	Hermes-900	UAV	2014	2014	(2)	
<b>Italy</b>							
<b>R: Brazil</b>	(14)	SCP-01 Scipio	Combat ac radar	2004	2013-2019	(9)	Designed for Brazil for modernization of 14 AMX (A-1) combat aircraft to A-1M (incl production of components in Brazil)
	(1580)	VBTP Guarani	APC	2009	2012-2019	(404)	Original BRL6 b (EUR2.5 b) deal for 2044 but in 2018 reduced to 1580; incl command post, ambulance, ARV and 120mm mortar carrier versions; delivery planned 2012-2038
	4	Orion RTN-10X	Fire control radar	(1981)	1989-1994	(4)	For 4 Inhauma frigates produced in Brazil
	(3)	PLUTO	Air/sea search radar	1984	1988-1990	(3)	Part of \$60 m deal
	18	Model-56 105mm	Towed gun	1995	1995	18	
	13	Orion RTN-30X	Fire control radar	1995	2001-2008	(13)	Part of \$112 m deal; for 1 Barroso frigate produced in Brazil and modernization of 6 Niteroi frigates
	7	RAN-20S	Air/sea search radar	1995	2001-2008	(7)	Part of \$112 m deal; for 1 Barroso frigate produced in Brazil and modernization of 6 Niteroi frigates

	6	Albatros	Naval SAM system	1996	2001-2004	(6)	For modernization of 6 Niteroi frigates
	(100)	Aspide	BVRAAM/SAM	1996	2001-2004	(100)	Part of \$49 m deal; for modernized Niteroi frigates
	(10)	Model-56 105mm	Towed gun	(1996)	1997	10	
	46	Grifo	Combat ac radar	2000	2006-2013	(46)	EUR60 m deal; for 'F-5BR' modernization programme of 46 F-5E combat aircraft to F-5M; Grifo-F version
	(2)	AW119 Koala	Light helicopter	2010	2010-2011	2	For military police; from US production line
	3	Grifo	Combat ac radar	2011	2014-2017	3	Grifo-F version; for modernization of 3 F-5F combat aircraft to F-5FM
	(36)	Skyward	AircraftIRST	(2014)			For 36 Gripen-E (Gripen-NG) combat aircraft from Sweden
	16	LMV	APV	2018	2018	16	EUR3.8 m deal; part of 'VBMT-LR' programme
	32	LMV	APV	2019			BRL68 m (\$16 m) deal; part of 'VBMT-LSR' programme; delivery planned 2020-2022
<hr/>							
<b>Jordan</b>							
<b>R: Brazil</b>	3	F-5E Tiger-2	FGA aircraft	2007	2008	(3)	Second-hand; F-5F version; 8 more delivered probably for spare parts only
<hr/>							
<b>Kuwait</b>							
<b>R: Brazil</b>	23	A-4M Skyhawk-2	FGA aircraft	1998	1998	23	Second-hand; \$72-83 m deal (incl weapons); A-4KU version; incl 3 TA-4KU version; Brazilian designation AF-1 and AF-1A
	(100)	AIM-9D Sidewinder	SRAAM	1998	1998	(100)	Second-hand; AIM-9H version for A-4KU combat aircraft
<hr/>							
<b>(multiple sellers)</b>							
<b>R: Brazil</b>	100	Meteor	BVRAAM	2019			EUR200 m deal; for Gripen-E combat aircraft
<hr/>							
<b>Netherlands</b>							
<b>R: Brazil</b>	3	M-101/33 105mm	Towed gun	1993	1997	3	Second-hand M-101A1 modernized to M-101/33 before delivery
<hr/>							
<b>Norway</b>							
<b>R: Brazil</b>	8	Penguin-2	Anti-ship missile	2008	2012	(8)	NOK140 m (\$20 m) deal; for SH-60 helicopters
	(20)	Penguin-2	Anti-ship missile	2012	2015	20	EUR33 m deal
<hr/>							
<b>Russia</b>							
<b>R: Brazil</b>	(112)	Igla/SA-18	Portable SAM	1994	1994	(112)	Deal also incl 56 launchers
	(150)	9M114 Shturm/AT-6	Anti-tank missile	(2008)	2010	(150)	For Mi-35M combat helicopters
	12	Mi-35M	Combat helicopter	2009	2010-2014	12	\$150 m deal; Brazilian designation AH-2 Sabre
	(300)	Igla-S/SA-24	Portable SAM	(2010)	2010-2012	(300)	
	(130)	Igla-S/SA-24	Portable SAM	(2014)	2015-2016	(130)	
<hr/>							
<b>Singapore</b>							
<b>R: Brazil</b>	4	Grajau	Patrol craft	1987	1993-1997	4	
	2	Grajau	Patrol craft	1996	1999-2000	2	
<hr/>							
<b>South Africa</b>							

<b>R: Brazil</b>	(12)	MB-326GB	Trainer/combat ac	2005	2006	(12)	Second-hand; Impala-1 and Impala-2 versions; up to 10 more bought for spares only
<b>Spain</b>							
<b>R: Brazil</b>	12	C-295	Transport aircraft	2005	2006-2009	(12)	EUR238 m (incl offsets) 'CL-X2' programme (part of 'Phoenix' programme); incl 2 for SAR; Brazilian designation C-105A and SC-105A
	2	C-295	Transport aircraft	2014	2017-2019	2	For SAR; Brazilian designation SC-105
	1	C-295	Transport aircraft	2018			For SAR; Brazilian designation SC-105; delivery planned 2020
<b>Sweden</b>							
<b>R: Brazil</b>	(421) 36	DS-14 Gripen-E	Diesel engine FGA aircraft	(1978) 2015	1980-1990	(421)	For modernization of M-41 tanks to M-41B and M-41C versions SEK39 b (\$5.8 b) 'F-X2' programme (offsets incl production of components and assembly in Brazil and technology transfers); Gripen-NG version; incl 8 Gripen-F version; Brazilian designation F-35E; delivery planned 2021-2024/2025
	(2)	Giraffe-40	Air search radar	(1994)	1995-1996	(2)	For use with ASTROS-2 MLR coast defence system produced in Brazil
	(100) 5	RBS-56 Bill Erieye	Anti-tank missile AEW&C system	1995 1997	1996-1997 2002-2003	(100) (5)	\$9.3 m deal \$143 m deal; part of 'SIVAM' programme; for EMB-145AEW&C (R-99A) AEW aircraft produced in Brazil
	(80) (50)	RBS-70 Mk-3 Bolide RBS-70	Portable SAM Portable SAM	2014 2018	2014-2017 2019	(80) (50)	BRL28 m or SEK80 m (\$12 m) deal (incl 16 launchers) RBS-70NG version
<b>Switzerland</b>							
<b>R: Brazil</b>	(13)	Skyguard	Fire control radar	(1983)	1985-1995	(13)	For integration in Brazilian EDT-FILA fire control systems for AA guns
	7	Piranha-3	APC	2006	2007-2008	(7)	\$8.5 m deal; incl 1 ARV version
	5	Piranha-3	APC	2007	2009	5	Piranha-3C version
	18	Piranha-3	APC	2008	2010-2014	(18)	Piranha-3C version; incl 2 command post, 1 ARV and 1 ambulance version; possibly incl production of components in Brazil
	(6)	Fieldguard-3	Fire control radar	2012	2014-2019	(6)	\$52 m deal; for use with Astros-2020 and Astros-2 Mk-3M MRL
<b>United Kingdom</b>							
<b>R: Brazil</b>	56	Spey	Turbofan	(1980)	1989-1999	(56)	Spey-807 version for 56 AMX combat aircraft produced in Brazil; probably from Italian production line
	4	AWS-4	Air/sea search radar	(1981)	1989-1994	(4)	For 4 Inhauma frigates produced in Brazil
	4	Mk-8 114mm	Naval gun	(1981)	1989-1994	(4)	For 4 Inhama frigates produced in Brazil
	(150)	Mk-24 Tigerfish	AS/ASW torpedo	(1985)	1989-1999	(150)	For Tupi submarines
	4	L-118 105mm	Towed gun	1991	1992	4	
	9	Super Lynx-100	ASW helicopter	1993	1996-1997	9	\$221 m deal incl modernization of 5 Brazilian Lynx to Super Lynx; Lynx Mk-21A version; Brazilian designation SAH-11

4	Broadsword/Type-22	Frigate	1994	1995-1997	4	Second-hand; Brazilian designation Greenhalgh
(36)	L-118 105mm	Towed gun	1994	1995-1996	36	Deal worth \$60 m incl L-16 81mm mortars; incl 18 for Marines
3	River	Minesweeper	1994	1995	3	Second-hand; Brazilian designation Do Valle; minesweeping gear removed before transfer; mainly for use as buoy tenders
(200)	Seawolf	SAM	1994	1995-1997	(200)	Second-hand; for Broadsword (Greenhalgh) frigates
4	River	Minesweeper	1997	1998	4	Second-hand; Brazilian designation Do Valle; minesweeping gear removed before transfer; mainly for use as patrol craft
(12)	L-118 105mm	Towed gun	(2000)	2002	(12)	
1	Round Table	Landing ship	2007	2007	1	Second-hand; Brazilian designation D'Avila
1	Round Table	Landing ship	2008	2009	1	Second-hand; Brazilian designation D'Avila
3	VT-90	OPV	2011	2012-2013	3	GBP133 m (USD208 m) deal (originally produced for Trinidad and Tobago but cancelled 2010)
..	Air refuel system	Air refuel system	2012			For KC-390 tanker/transport aircraft produced in Brazil
8	Seaspray	MP aircraft radar	(2013)	2015-2019	(5)	Seaspray-500E version for modernization of 8 P-95M MP aircraft
3	Tyne	Gas turbine	(2013)	2013	3	Probably second-hand
(36)	Raven ES-05	Combat ac radar	2015			For 36 Gripen-E (Gripen-NG) combat aircraft from Sweden
1	Ocean	AALS	2018	2018	1	Second-hand; GBP84 m (\$117 m) deal

### United States

#### R: Brazil

4	LM-2500	Gas turbine	(1981)	1989-1994	4	For 4 Inhama frigates produced in Brazil
5	Cessna-208 Caravan	Light transport ac	1989	1989-1990	5	Brazilian designation C-98
2	Thomaston	AALS	1989	1989-1990	2	Second-hand; lease (until bought 2001); Brazilian designation Ceara
12	AAV-7A1	APC	1991	1991	12	Second-hand; \$34 m deal; incl 1 command post and 1 ARV version; Brazilian designation CLAnf
1	LM-2500	Gas turbine	(1994)	2008	1	For 1 Barroso frigate produced in Brazil
1	Newport	Landing ship	1994	1994	1	Second-hand; lease (incl \$2 m for first 2-year lease) until bought 2000; Brazilian designation Mattoso Maia
6	SH-3H Sea King	ASW helicopter	1994	1996	6	Second-hand; \$0.9 m deal; Brazilian designation SH-3B; 2 more delivered for spares only
14	AAV-7A1	APC	1995	1997	14	\$23 m deal; incl 1 command post and 1 ARV version; Brazilian designation CLAnf
2	EDO-700	ASW sonar	(1995)	2002-2004	2	EDO-700E or EDO-701 version for modernization of 2 Niteroi frigates
7	EDO-997	ASW sonar	(1995)	2001-2008	(7)	For 1 Barroso frigate produced in Brazil and for modernization of 6 Niteroi frigates; EDO-997F version
(22)	Bell-205/UH-1H	Helicopter	1996	1996-1997	(22)	Second-hand
91	M-60A3 Patton-2	Tank	1996	1997	91	Second-hand; 5-year lease worth \$15 m
16	AE-3007	Turbofan	1997	2002-2003	(16)	For 5 EMB-145 (R-99A) AEW and 3 EMB-145RS (R-99B) AGS aircraft produced in Brazil
4	S-70/UH-60L	Helicopter	1997	1997	4	S-70A-36 version; for peacekeeping operations between Peru and Ecuador (MOMEPE); Brazilian designation HM-2

6	TPS-77	Air search radar	1997	1999-2001	(6)	For 'SIVAM' air-surveillance network
2	Metro-3/C-26	Transport aircraft	(1999)	2001	(2)	Second-hand but modernized before delivery; C-26 version
10	C-130H Hercules	Transport aircraft	2001	2001-2002	(10)	Second-hand aircraft bought back to US producer and sold to Brazil; \$66-70 m 'C-X' programme
9	P-3A Orion	ASW aircraft	2002	2011-2014	9	Second-hand; \$10 m deal (part of \$425 m 'P-X' programme incl modernization of 9 in Spain to P-3AM; 3 more for spare parts only)
(15)	Cessna-208 Caravan	Light transport ac	(2005)	2005-2008	(15)	
7	C-9	Diesel engine	2006	2007-2008	(7)	For 7 Piranha-3 APC from Switzerland
6	S-70/UH-60L	Helicopter	2006	2006-2008	6	\$180 m deal; for CSAR
5	C-9	Diesel engine	2007	2009	(5)	For 5 Piranha-3 APC from Switzerland
(30)	Mk-48 Mod-5 ADCAP	AS/ASW torpedo	(2007)	2010-2012	(30)	Part of \$58 m deal; Mk-48 Mod-6 version; for modernized Type-209-1400 (Tupi) submarines
30	C-7	Diesel engine	2008	2013-2014	(30)	For modernization of 30 M-113A1 to M-113MB1
(18)	C-9	Diesel engine	2008	2010-2014	(18)	For 18 Piranha-3 APC from Switzerland
4	S-70B/SH-60B Seahawk	ASW helicopter	2009	2012-2013	(4)	\$164 m deal; Brazilian designation MH-16
4	S-70/UH-60L	Helicopter	2009	2011	(4)	\$60 m deal
6	S-70/UH-60L	Helicopter	2009	2012	(6)	\$73 m deal
(150)	6V-53	Diesel engine	(2010)	2013-2015	(150)	For modernization of 150 M-113B to M-113BR (M-113A2 Mk-1)
9	Cessna-208 Caravan	Light transport ac	2010	2011	(9)	Brazilian designation C-98A
4	C-1 Trader	Light transport ac	2011			Second-hand; modernized to KC-2 Turbo Trader tanker/transport aircraft in USA before delivery (2-4 more delivered for spare parts); delivery planned 2021
5	APS-143(V)	MP aircraft radar	(2013)			For 5 EC725 (AH-15B) helicopters from France
32	M-109A5 155mm	Self-propelled gun	2013	2019	(32)	Second-hand M-109A5 version as aid but modernized to M-109A+BR before delivery in \$54 m deal
4	M-109A5 155mm	Self-propelled gun	2013	2015	4	Second-hand; aid; for training
2	S-70B/SH-60B Seahawk	ASW helicopter	2013	2015	2	\$87 m deal; S-70B version; Brazilian designation SH-16
(16)	T-800	Turboshaft	2014	2019	(6)	For modernization of 8 Super Lynx ASW helicopters
(56)	V2500	Turbofan	(2014)	2019	(2)	For 28 C-390 transport aircraft produced in Brazil
(236)	6V-53	Diesel engine	2015	2017-2019	(236)	For modernization of 236 M-113B to M-113BR (M-113A2 Mk-1)
23	AAV-7RAM/RS	APC	2015	2017-2018	(23)	\$118 m deal; second-hand AAV-7A1 rebuilt to AAV-7RAM/RS version; incl 2 command post and 1 ARV version; Brazilian designation CLAnf
(36)	F414	Turbofan	(2015)			For 36 Gripen-E (Gripen-NG) combat aircraft from Sweden
46	M-113	APC	2015	2016	46	Second-hand; M-113A2 version; incl 34 M-577A2 command post version; aid
4	M-88	ARV	2015	2016	4	Second-hand
1	Boeing-767	Transport aircraft	2016	2016	1	Second-hand; lease; Boeing-767-300ER version; Brazilian designation C-767
10	J52	Turbojet	(2017)	2017	10	Second-hand; spares for A-4 combat aircraft
(36)	M-109A5 155mm	Self-propelled gun	2017	2018	36	Second-hand; aid (24 more delivered for spare parts)

4	Shorts-360	Transport aircraft	2017				Second-hand; C-23B+ version; delivery planned 2021
40	M-992 FAASV	ALV	2018	2018	40		Second-hand; aid; M-992A2 version
4	Shorts-360	Transport aircraft	2018				Second-hand; C-23B+ version
6	ScanEagle	UAV	2019				Delivery planned 2020

---

**ANEXO D – TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS: ACORDOS COM ENTREGAS OU PEDIDOS FEITOS DE 1990 A 2019.  
(IMPORTAÇÕES INDIANAS)**

## Transfers of major weapons: Deals with deliveries or orders made for 1990 to 2019

**Note:** The ‘No. delivered’ and the ‘Year(s) of deliveries’ columns refer to all deliveries since the beginning of the contract. The ‘Comments’ column includes publicly reported information on the value of the deal. Information on the sources and methods used in the collection of the data, and explanations of the conventions, abbreviations and acronyms, can be found at URL <<http://www.sipri.org/contents/armstrad/sources-and-methods>>.

**Source:** SIPRI Arms Transfers Database

**Information generated:** 15 June 2020

Supplier/ recipient (R)	ordered	No. designation	Weapon description	Year(s) Weapon of order	Year delivery	of delivered	No. Comments
<b>Australia</b>							
<b>R: India</b>	11	Thornycroft 26m	Patrol craft	(2004)	2006-2011	(11)	For coast guard
	2	Thornycroft 26m	Patrol craft	(2001)	2002	2	Assembled from kits in India; for coast guard
<b>Brazil</b>							
<b>R: India</b>	(2)	ERJ-145	Transport aircraft	2008	2017-2019	2	Part of \$210 m deal; modified in India to AEW&C aircraft with Indian radar
<b>Canada</b>							
<b>R: India</b>	2	Global Express	AGS aircraft	(2011)	2015	2	Part of \$300 m deal; Global-5000 aircraft modified in Israel to AGS aircraft
	(75)	PT6	Turboprop/turboshaft	2012	2013-2015	(75)	For 75 PC-7 trainer aircraft from Switzerland
	10	PT6	Turboprop/turboshaft	(2016)			For 10 Heron-TP-XP UAV/UCAV from Israel
	(124)	PW100	Turboprop/turboshaft	(2016)			For 56 C295 transport aircraft and 6 C295MPA maritime patrol aircraft from Spain
<b>Denmark</b>							
<b>R: India</b>	31	Scanter-6000	Air/sea search radar	2017			Scanter-6002 version; incl production in India; delivery planned by 2026
<b>France</b>							

## R: India

(330)	SA-316B Alouette-3	Light helicopter	1962	1963-2003	(330)	Some 35 assembled from kits and rest produced in India as Chetak
(230)	SA-315B Lama	Light helicopter	1971	1977-2005	(230)	Most assembled/produced in India; Indian designation as Cheetah
18	12PA6	Diesel engine	(1979)	1983-1992	18	For 9 Vikram OPV produced in India
(22250)	MILAN	Anti-tank missile	(1979)	1984-2019	(22250)	MILAN-2 and MILAN-2T version; ordered from French-FRG company; most produced in India; incl for BMP-2 IFV
8	12PA6	Diesel engine	(1983)	1989-1991	8	For 4 Khukri corvettes produced in India
(30)	TRS-2215/2230	Air search radar	(1983)	1984-2000	(30)	Most produced in India as PSM-33 and PSM-33 Mk-2
14	12PA6	Diesel engine	(1987)	1989-1993	14	For 7 Sukanya OPV from South Korea; including production in India
8	12PA6	Diesel engine	(1990)	1998-2004	8	For 4 Kora corvettes produced in India
10	12PA6	Diesel engine	(1990)	1996-2008	10	For 5 Samar OPV produced in India
6	12PA6	Diesel engine	(1999)	2010-2012	6	For 3 Shivalik (Projekt-17) frigates produced in India; PA-6-STC version
6	12PA6	Diesel engine	(2004)	2007-2009	6	For 3 Shardul landing ships produced in India; 20PA-6B and 12PA-6 versions
6	20PA6	Diesel engine	(2004)	2008-2013	6	For 3 Sankalp OPV produced in India
6	Scorpene	Submarine	2005	2017-2019	2	INR207-237 b (\$3.6-4.5 b) 'Project-75' programme; Indian designation Kalvari; delivery planned 2017-2021/2022 (delayed from 2012-2017)
8	20PA6	Diesel engine	(2006)	2013-2014	8	For 4 Saryu OPV produced in India
19	GS-100	Air search radar	2009	2010-2016	(19)	Incl 13 produced in India
10	SA-315B Lama	Light helicopter	(2009)	2009-2010	(10)	Cheetal version
(49)	Mirage-2000-5	FGA aircraft	2011	2015-2019	(16)	INR109-175 b deal (\$2.3-2.6 b; offsets \$593 m); Indian Mirage-2000H rebuilt to Mirage-2000-5; incl 2 produced in France and rest in India; delivery planned 2015-2023
20	SA-315B Lama	Light helicopter	2013	2015-2016	(20)	INR3 b (\$48 m) deal; Cheetal version; produced in India
36	Rafale	FGA aircraft	2017	2019	(4)	EUR7.8 b deal (incl EUR5.2 b for aircraft and EUR710 m for armament; 50% offsets incl 20% as production of components in India; incl EUR1.8 b for spare parts and EUR710 m for weapons); incl 28 Rafale-B and 8 Rafale-C versions; delivery planned 2019-2022
8	SA-316B Alouette-3	Light helicopter	2017	2019	(2)	INR3.2 b deal; Chetak version produced in India; delivery planned 2019-2020
(1000)	R-550 Magic-1	SRAAM	(1979)	1981-1990	(1000)	For Jaguar and Sea Harrier and probably Mirage-2000 combat aircraft
8	Agave	Combat ac radar	(1982)	1986-1992	(8)	INR30 m deal; for 8 Jaguar International-IM (Maritime Jaguar) combat aircraft
(500)	R-550 Magic-2	SRAAM	(1984)	1985-1994	(500)	For Mirage-2000 and Sea Harrier and probably Jaguar combat aircraft
4	ATAS	ASW sonar	(1992)	2000-2005	4	For 1 Delhi (Project-15) destroyer and 3 Brahmaputra (Project-16A) frigates produced in India
(200)	BGL	Guided bomb	(1992)	1994-1995	(200)	BGL-1000 version
(4)	Agave	Combat ac radar	(1993)	1996-1999	(4)	For 4 Jaguar International-IM (Maritime Jaguar) combat aircraft
(10)	ATLIS	Aircraft EO system	(1993)	1994-1995	(10)	

	10	Mirage-2000	FGA aircraft	2000	2004-2005	(10)	\$312-353 m deal; Mirage-2000H version; incl 6 Mirage-2000TH; Indian designation Vajra
	16	12PA6	Diesel engine	(2003)	2014-2017	12	For 4 Kamorta (Project-28) frigates produced in India
	36	SM-39 Exocet	Anti-ship missile	2005	2017-2019	(15)	Possibly \$150 m deal; SM-39 Block-2 version; for Scorpene submarines
	493	MICA	BVRAAM	2012	2014-2019	(493)	EUR950 m deal (offsets 30%); MICA-EM and MICA-IR versions; for Mirage-2000-5 combat aircraft
	(14)	Sherpa	APV	(2012)	2013-2017	(14)	Designation uncertain
	(358)	Ardiden-1	Turboshaft	(2016)			For LCH combat helicopter produced in India; produced in India as Shakti
		Meteor	BVRAAM	(2016)			Part of EUR710 m deal; for Rafale combat aircraft; delivery planned from 2020
		MICA	BVRAAM	(2016)			Part of EUR710 m deal; for Rafale combat aircraft
		Storm Shadow/SCALP	ASM	2016			Part of EUR710 m deal; SCALP version; for Rafale combat aircraft
<hr/>							
<b>Germany</b>							
<b>R: India</b>	(22250)	MILAN	Anti-tank missile	(1979)	1984-2019	(22250)	MILAN-2 and MILAN-2T version; ordered from French-FRG company; most produced in India; incl for BMP-2 IFV
	4	Type-209/1500	Submarine	1981	1986-1994	4	Indian designation Shishumar; 2 assembled from kits in India
	28	Do-228	Light transport ac	1983	1987-2003	(28)	Do-228-201 version; incl 27 produced in India
	(56)	Do-228MP	MP aircraft	1983	1986-2011	(56)	Incl some 30-36 for coast guard
	1	Aditya	Support ship	1987	2000	1	Designed for production in India; option on 1 more not used
	12	Do-228	Light transport ac	(2007)	2009-2010	(12)	
	14	Do-228MP	MP aircraft	(2012)	2013-2016	(14)	\$280 m deal; incl for coast guard
	12	MTU-8000	Diesel engine	2012	2015-2017	12	For 6 Samarth OPV produced in India
	(16)	ACTAS	ASW sonar	(2014)	2019	(4)	For modernization of 3 Delhi (Project-15) destroyers and 3 Talwar (Project-11356) frigates and for 3 Kolkata (Project-15A) destroyers and 3 Shivalik (Project-17) and 4 Kamorta (Project-28) frigates produced in India; incl production of 10 in India
	14	Do-228	Light transport ac	(2015)	2015-2017	(14)	
	12	Do-228MP	MP aircraft	(2016)	2019	(4)	Produced in India
	14	RK-280	Diesel engine	2016			MAN-12V28/33 version; for 7 Project-17A (Nilgiri) frigates produced in India
	(125)	SUT	AS/ASW torpedo	(1981)	1986-1994	(125)	SUT Mod-1 version; for Type-209 (Shishumar) submarines
	(155)	MTU-838	Diesel engine	(2000)	2004-2014	(155)	For 124 Arjun tanks produced in India (incl spare engines)
	24	MAN V6	Diesel engine	2005	2017-2019	8	For 6 Scorpene submarines from France
	6	MTU-8000	Diesel engine	2006	2010-2013	6	MTU-20V-8000 version; for 3 Vishwast OPV produced in India
	2	MAN-8L-48	Diesel engine	2009	2011	2	For 1 Deepak support ships from Italy
	2	MAN-8L-48	Diesel engine	2009	2011	2	For 1 Deepak support ship from Italy
	(4)	BR-710	Turbofan	(2011)	2015	(4)	For 2 Global-5000 AGS aircraft from Canada and Israel
	10	MTU-8000	Diesel engine	(2016)			For 5 Samarth OPV produced in India

	(100)	MTU-881	Diesel engine	2017	2018-2019	(50)	For 100 K-9 self-propelled guns from South Korea
<b>Israel</b>							
<b>R: India</b>	2	Super Dvora	Patrol craft	1997	1998-1999	2	Super Dvora Mk-2 version
	6	Super Dvora	Patrol craft	(2003)	2003-2006	6	Super Dvora Mk-2 version
	18	SPYDER-MR	SAM system	2008	2015-2017	(18)	\$1 b 'LLQRM' programme
	(750)	Barak-8	SAM	2009	2016-2019	(400)	'MR-SAM' programme; incl for 7 Kolkata (Project-15A) destroyers and 1 Vikramaditya (Gorshkov) aircraft carrier; Indian designation Barak-2MR
	(1000)	Barak-8ER	SAM	2009			Part of USD1.6 b 'MR-SAM' programme; Indian designation Barak-2LR
	(5)	Barak-LR	SAM system	(2009)			INR170 b (\$2.5 b) deal; incl production in India; Indian designation MR-SAM
	(23)	EL/M-2084	Air search radar	2009	2011-2015	(23)	Indian designation Arudhra
	(300)	Barak-8ER	SAM	(2019)			For 4 Visakhapatnam (Project-15B) destroyers produced in India; incl production in India; selected but not yet ordered by end-2019
	4	Barak-8 VLS	Naval SAM system	(2019)			Incl production in India; for 4 Visakhapatnam (Project-15B) destroyers produced in India; selected but not yet ordered by end-2019
	(36)	Searcher	UAV	(1996)	1998-2000	(36)	Searcher-1 version
	(7)	Astra-SPX	SIGINT aircraft	1997	1997-1998	(7)	For ELINT
	(40)	Harpy	Loitering munition	1997	1999-2000	(40)	
	(170)	EL/M-2140	Ground surv radar	1998	2000-2001	(170)	
	(2)	EL/M-2032	Combat ac radar	(1999)	2004-2005	(2)	For 2 Jaguar-IM (Maritime Jaguar) combat aircraft from UK
	10	EL/M-2032	Combat ac radar	1999	1999-2005	(10)	\$16 m deal; for modernization of 10 Jaguar-M combat aircraft
	3	EL/M-2238 STAR	Air search radar	(1999)	2010-2012	3	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India
	32	Searcher	UAV	(1999)	2001	(32)	Part of \$300 m deal; Searcher-2 version; bought after experiences in 1999 fighting with Pakistan
	200	Barak-1	SAM	2000	2003-2004	(200)	\$55-63 m deal; for modernized Viraat aircraft carrier and Godavari frigate
	(7)	Barak-1 VLS	Naval SAM system	2000	2002-2005	(7)	INR11.6b (\$250 m) deal; for modernization of 1 Viraat aircraft carrier, 2 Kashin (Project-61 or Rajput) destroyers and 1 Godavari (Project-16) frigate and for 3 Brahmaputra (Project-16A) frigates produced in India
	(25)	EL/M-2022	MP aircraft radar	(2000)	2001-2011	(25)	For 25 Do-228MP MP aircraft from FRG; fitted up to 4 years after aircraft delivered
	9	EL/M-2221 STGR	Fire control radar	2000	2002-2005	(9)	For modernization of 1 Viraat aircraft carrier, 2 Project-61 (Kashin or Rajput) destroyers and 1 Godavari (Project-16) frigate and for 3 Brahmaputra frigates produced in India; for use with Barak-1 SAM system
	(12)	Heron	UAV	2000	2001-2002	(12)	Possibly \$90 m deal

180	M-46S 155mm	Towed gun	2000	2001-2006	(180)	INR2.1 b (\$48 m) 'Project Karan'; Indian M-46 130mm rebuilt to M-46S 155mm
7	M-58 160mm	Mortar	(2000)	2000	7	
30	AGM-142A/Popeye-1	ASM	2001	2004-2006	(30)	INR2.7 b (\$63 m) deal; for Mirage-2000 combat aircraft; Indian designation Crystal Maze
6	Air refuel system	Air refuel system	2001	2003-2004	(6)	For 6 Il-78 tanker aircraft from Uzbekistan
2	EL/M-2080 Green Pine	Air search radar	2001	2002	2	For use with Indian anti-ballistic missile system
(30)	Searcher	UAV	(2001)	2002-2003	(30)	Searcher-2 version
2	EL/M-2083 APR	Air search radar	2002	2007-2008	2	\$145 m deal
(2)	EL/M-2238 STAR	Air search radar	(2002)	2006-2007	(2)	For modernization of 2 Kashin-2 (Rajput) destroyers
(250)	Griffin	Guided bomb	(2002)	2002-2006	(250)	
(8)	Searcher	UAV	2002	2003	(8)	Searcher-2 version
3	Barak-1 VLS	Naval SAM system	(2003)	2005-2006	(3)	For modernization of 3 Delhi (Project-15) destroyers (replacing cancelled Trishul)
6	EL/M-2221 STGR	Fire control radar	(2003)	2005-2006	(6)	For modernization of 3 Delhi (Project-15) destroyers; for use with Barak SAM
(18)	Heron	UAV	2003	2005-2006	(18)	
4	Heron	MP UAV	2003	2005	(4)	
2	Barak-1 VLS	Naval SAM system	(2004)	2004-2005	(2)	\$58 m or \$100 m deal; for modernization of 2 Godavari (Project-16) frigates
8	EL/M-2022	MP aircraft radar	2004	2004-2008	(8)	For modernization of 8 Tu-142 ASW aircraft
3	EL/M-2075 Phalcon	AEW&C system	2004	2009-2011	3	Part of \$1.1 b deal (incl \$350 m advance payment); for 3 A-50EhI AEW&C aircraft from Uzbekistan (ordered via Russia and fitted with AEW&C system in Israel)
2	EL/M-2221 STGR	Fire control radar	(2004)	2004-2005	(2)	For modernization of 2 Godavari (Project-16) frigates; for use with Barak-1 SAM system
(8)	Litening	Aircraft EO system	2004	2007-2009	(8)	\$137 m deal; Litening-3 version; for Su-30 combat aircraft
20	Derby	BVRAAM	2005	2008-2011	(20)	\$25 m deal; for modernized Sea Harrier combat aircraft
(9)	EL/M-2032	Combat ac radar	2005	2008-2011	(9)	Part INR4.8-6.4 b (\$110-137 m) deal; for modernization of 9 Sea Harrier combat aircraft
(10)	EL/M-20600	AGS radar	2005	2007-2008	(10)	
(100)	Python-4	BVRAAM	(2005)	2007	(100)	
3	EL/M-2248 MF-STAR	Multifunction radar	2006	2014-2016	3	\$200 m deal; for 3 Kolkata (Project-15A) destroyers produced in India
(16)	Heron	UAV	2006	2006-2007	(16)	Possibly \$200-266 m deal
3	Barak-1 VLS	Naval SAM system	(2007)	2010-2012	3	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India
(20)	EL/M-2032	Combat ac radar	(2007)	2016-2019	(13)	For 20 Tejas (LCA) Mk-1 combat aircraft produced in India
1	EL/M-2070	AGS radar	(2007)	2009	1	For RISAT-2 reconnaissance satellite produced in India
6	EL/M-2221 STGR	Fire control radar	(2007)	2010-2012	6	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India; for use with Barak-1 SAM system
..	Litening	Aircraft EO system	2007			Litening-4I version; for Tejas (LCA) combat aircraft
(750)	Derby	BVRAAM	(2008)	2015-2017	(750)	For SPYDER SAM systems

(750)	Python-5	BVRAAM	2008	2015-2017	(750)	For SPYDER SAM system; possibly incl production of components in India
(100)	SPICE	Guided bomb	(2008)	2009	(100)	
5	Barak-8 VLS	Naval SAM system	(2009)	2014-2016	3	For 3 Kolkata (Project-15A) destroyers and 1 Vikrant (IAC) aircraft carrier produced in India and for modernization of 1 Vikramaditya (Gorshkov) aircraft carrier
(2)	EL/M-2083 APR	Air search radar	2009	2012	(2)	\$57 m deal; for use on aerostat for coastal surveillance; bought in reaction to 2008 terrorist attack in Mumbai
6	EL/M-2221 STGR	Fire control radar	(2009)	2014-2016	6	For 3 Kolkata (Project-15A) destroyers produced in India
(250)	Griffin	Guided bomb	2009	2012-2013	(250)	
(50)	Harop	Loitering munition	(2009)	2013-2014	(50)	\$100 m deal
(16)	Heron	UAV	(2009)	2012-2013	(16)	INR11.2 b (\$239 m) deal
(30)	AGM-142A/Popeye-1	ASM	(2010)	2013-2014	(30)	\$60 m deal; Indian designation Crystal Maze
(4)	EL/M-2221 STGR	Fire control radar	(2010)	2014-2017	3	For 4 Kamorta (Project-28) frigates produced in India
2	Heron	MP UAV	2010	2011	(2)	Part of INR7 b (\$152 m) deal
2	Searcher	UAV	(2010)	2011	(2)	Searcher-2 version
2	MARS2	AGS/SIGINT system	2011	2015	2	For 2 Global-5000 AGS aircraft from Canada; designation uncertain
(60)	EL/M-2052	Combat ac radar	2012			For modernization of 60 Jaguar combat aircraft
500	NG-LGB	Guided bomb	2012	2014-2015	(500)	\$100 m deal; designation uncertain
4	EL/M-2248 MF-STAR	Multifunction radar	(2013)			For 4 Visakhapatnam (Project-15B) destroyers produced in India
(8)	EL/M-2221 STGR	Fire control radar	(2014)			For 4 Visakhapatnam (Project-15B) destroyers produced in India
1	EL/M-2248 MF-STAR	Multifunction radar	(2015)			For 1 Vikrant aircraft carrier produced in India
(10)	EL/M-20600	AGS radar	(2016)	2018-2019	(10)	Recipient possibly India; EL/M-2060P version
4	EL/M-2083 APR	Air search radar	(2016)	2019	(1)	
10	Heron-TP	Armed UAV	(2016)			\$400 m deal; Heron-TP-XP version; status uncertain
131	Barak-1	SAM	(2017)			INR4.6 b (\$72 m) deal; selected but not yet ordered by end-2019
	Barak-8	SAM	(2017)			Incl production in India; for Barak-LR SAM (MR-SAM) system; Indian designation Barak-2MR
(36)	Litening	Aircraft EO system	(2017)			Litening-4I version; for Rafale combat aircraft
2	EL/M-2075 Phalcon	AEW&C system	(2018)			For 2 A-50EhI AEW&C aircraft from Russia; selected but not yet ordered by end-2019
(100)	SPICE	Guided bomb	2019	2019	(100)	INR3 b (\$43 m) deal; SPICE-2000 version
260	Spike-MR/LR	Anti-tank missile	2019			Spike-LR version; deal incl 12 launchers
<b>Italy</b>						
<b>R: India</b>						
6	TMX	Fire control radar	(2001)	2010-2012	6	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India; Indian designation Shikari
4	Super Rapid 76mm	Naval gun	(2003)	2014-2017	3	For 4 Kamorta (Project-28) frigates produced in India
4	Super Rapid 76mm	Naval gun	(2006)	2013-2014	4	For 4 Saryu OPV produced in India; probably produced in India
3	Super Rapid 76mm	Naval gun	(2009)	2014-2016	3	For 3 Kolkata (Project-15A) destroyers produced in India
(4)	Super Rapid 76mm	Naval gun	(2010)			For 1 Vikrant (IAC or Project-71) aircraft carrier produced in India

	5	Super Rapid 76mm	Naval gun	(2011)			For 5 Shachi (Project-21) OPV produced in India	
	6	Compact 76mm	Naval gun	(1990)	2000-2005	6	For 3 Brahmaputra (Project-16A) frigates and 3 Kora (Project-25A) corvettes produced in India	
	5 (125)	Super Rapid 76mm A244 324mm	Naval gun ASW torpedo	(1990) (1993)	1996-2008 2000-2007	5 (125)	For 5 Samar OPV from South Korea; possibly incl production in India For Brahmaputra (Project-16A) and Shivalik (Project-17) frigates; possibly produced in India as NST-58	
	3	RAN-30X	Air search radar	(1993)	2000-2005	3	For 3 Brahmaputra (Project-16A) frigates produced in India	
	2	Super Rapid 76mm	Naval gun	(1998)	2002	2	For 2 Project-1241E (Tarantul; Veer) FAC from Russia	
	3	Super Rapid 76mm	Naval gun	(2001)	2010-2012	3	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India	
	3	Super Rapid 76mm	Naval gun	(2001)	2003-2005	(3)	For modernization of 3 Godavari (Project-16) frigates	
	1	Deepak	Support ship	2008	2011	1	EUR139 m or EUR200 m deal	
	1	Deepak	Support ship	2009	2011	1		
	1	RAN-40L	Air search radar	(2011)			For Vikrant (IAC or Project-71) aircraft carrier produced in India	
	13	127/64LW	Naval gun	(2015)			For 7 Shivalik frigates and 6 Delhi destroyers produced in India; status uncertain after India blacklist producer	
<hr/>								
<b>Kazakhstan</b>								
<b>R:</b>	India	(15)	53-65	AS torpedo	(1993)	1997-2001	(15)	For Delhi (Project-15) destroyers
<hr/>								
<b>Kyrgyzstan</b>								
<b>R:</b>	India	(15)	Mi-24P/Mi-35P	Combat helicopter	(1994)	1995	15	Second-hand; designation uncertain
		19	MiG-21PFM	Fighter aircraft	2003	2003	(19)	Ex-Kyrgyz; MiG-21UM trainer version
		(36)	SET-65 Yenot-2	ASW torpedo	(2006)	2006-2007	(36)	Probably for Delhi (Project-15) destroyers and Talwar frigates; possibly assembled or produced in India
		(14)	SET-65 Yenot-2	ASW torpedo	(2011)	2015-2017	(14)	Possibly assembled or produced in India
<hr/>								
<b>Netherlands</b>								
<b>R:</b>	India	(252)	Flycatcher	Fire control radar	(1987)	1988-1999	(252)	Incl 212 produced in India; Indian designation PIW-519; for use with L/70 40mm AA guns
		4	LW-04	Air search radar	(1987)	1995-2001	(4)	For 2 Delhi (Project-15) destroyers and 1 Brahmaputra (Project-16A) frigates produced in India; Indian designation RAWL-02 Mk-2
		4	DA-05	Air search radar	(1989)	1995-2005	(4)	For modernization of 1 Viraat aircraft-carrier and for 3 Brahmaputra (Project-16A) frigates produced in India; Indian designation RAWS, RAWS-03 or PFN-513
		5	LW-08	Air search radar	(1989)	1997-2005	(5)	For modernization of 1 Viraat aircraft carrier and for 1 Delhi (Project-15) destroyer and 2 Brahmaputra (Project-16A) frigates produced in India and 1 land-based training center; Indian designation RAWL-02 Mk-3 or PLN-517
		(12)	ZW-06	Sea search radar	(1989)	1997-2012	(12)	For modernization of 1 Viraat aircraft carrier and for 3 Delhi (Project-15) destroyers and 3 Brahmaputra (Project-16A) and 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India; Indian designation Rashmi
		(20)	Reporter	Air search radar	1996	1998-2001	(20)	

	3	DA-08	Air search radar	1999	2000-2005	3	For 3 Brahmaputra (Project-16A) frigates produced in India; Indian designation RAWS-03
	7	LW-08	Air search radar	(2006)	2014-2016	3	For 3 Kolkata (Project-15A) and 4 Visakhapatnam (Project-15B) destroyers produced in India; Indian designation RAWL-02 Mk-3
	3	LW-08	Air search radar	2008	2009-2010	(3)	For modernization of 3 Godavari (Project-16) frigates; Indian designation RAWL-02 Mk-3
<b>Norway</b>							
<b>R: India</b>		NASAMS-2	SAM system	(2019)			\$1 b deal; selected 2018 but not yet ordered by end-2019
<b>Poland</b>							
<b>R: India</b>	80	WZT-3M	ARV	2002	2002-2004	(80)	\$60-75 m deal; 40 assembled from kits in India; Indian designation ARV-3
	228	WZT-3M	ARV	2004	2006-2007	(228)	\$202 m deal (18-40% of components produced in India)
	(8)	WZT-3M	ARV	(2012)	2013	(8)	
	(1)	TS-11 Iskra	Trainer aircraft	(1998)	1998	(1)	Second-hand
	12	TS-11 Iskra	Trainer aircraft	1999	1999	12	Second-hand; \$5.1 m deal
	8	TS-11 Iskra	Trainer aircraft	1999	2000	(8)	Second-hand
	44	WZT-3M	ARV	1999	2000-2001	(44)	\$31-32 m deal; Indian designation ARV-3
<b>Russia</b>							
<b>R: India</b>	(600)	T-72M1	Tank	(1980)	1992-2001	(600)	Indian designation Ajeya; ordered from Soviet Union and produced under Russian licence after break-up of Soviet Union
	(900)	9M111 Fagot/AT-4	Anti-tank missile	1983	1992-1994	(900)	Ordered from Soviet Union and produced under Russian licence after break-up of Soviet Union
	(54)	MiG-27K	FGA aircraft	1983	1992-1997	(54)	MiG-27ML version; Indian designation Bahadur; ordered from Soviet Union and delivered from Russian after break-up of Soviet Union
	(1300)	BMP-2	IFV	(1985)	1992-2003	(1300)	Ordered from Soviet Union and produced under Russian licence after break-up of Soviet Union; Indian designation Sarath
	7	Project-1241/Tarantul	FAC	1987	1992-2001	7	Indian designation Vibhuti or Veer; ordered from Soviet Union and delivered from Russia after break-up of Soviet Union
	(25000)	9M113 Konkurs/AT-5	Anti-tank missile	(1988)	1992-2016	(25000)	For BMP-2 IFV; ordered from Soviet Union and produced under Russian licence after break-up of Soviet Union; incl 9M113M version from 2003
	8	A-215 Grad-M 122mm	Naval MRL	(1992)	1997-2009	8	For 4 Magar and Shardul landing ships produced in India
	9	Garpun/Plank Shave	Air search radar	(1998)	2000-2016	9	For 3 Kolkata (Project-15A) destroyers and 3 Brahmaputra (Project-16A) and 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India; for use with SS-N-25 missiles; Indian designation Aparna
	(400)	PJ-10 BrahMos	Anti-ship MI/SSM	(1998)	2006-2019	(185)	Officially joint venture for development but mainly using Russian technology from Yakhont (SS-N-26) anti-ship missile; incl for NGMMCB coast defence systems

(426)	PJ-10 BrahMos	SSM	1998	2006-2019	(310)	Officially joint venture for development but mainly using Russian technology from Yakhont (SS-N-26) anti-ship missile
140	Su-30MK	FGA aircraft	(2001)	2005-2019	(132)	\$3-5.4 b deal; Su-30 MKI version; produced in India; delivery planned by 2020
6	RBU-6000	ASW MRL	(2003)	2014-2016	6	For 3 Kolkata (Project-15A) destroyers produced in India
8	RBU-6000	ASW MRL	(2003)	2014-2017	6	For 4 Kamorta (Project-28) frigates produced in India
28	BM-9A52 Smerch	Self-propelled MRL	2005	2007-2008	28	Incl production of components in India; originally more planned but reduced after Russia refused technology transfers
123	BMP-2	IFV	2006	2007-2008	(123)	\$90 m deal; BMP-2K version
300	T-90S	Tank	2006	2009-2018	(300)	
(14)	BM-9A52 Smerch	Self-propelled MRL	2007	2009	14	Incl production of components in india
(63)	MiG-29SMT/Fulcrum-F	FGA aircraft	2008	2012-2019	(26)	\$850-965 m deal; Indian MiG-29 rebuilt to MiG-29UPG (MiG-29SMT)
(300)	YaMZ-238	Diesel engine	(2009)	2011-2013	(300)	For 300 Casspir-6 APC (MPV) from South Africa
(216)	PJ-10 BrahMos-A	ASM	(2012)			Officially joint venture for development but mainly using Russian technology from Yakhont (SS-N-26) anti-ship missile; for Su-30 combat aircraft; deliver planned from 2020
25000	9M119 Svir/AT-11	Anti-tank missile	2013	2014-2019	(7500)	INR30 b (\$474 m) deal; for T-90 and possibly T-72 tanks; incl 15000 produced in India; planned from 2006 but delayed several years due to problems with production in India; Indian designation Invar
236	T-90S	Tank	(2013)			INR60 b deal; produced in India
149	BMP-2	IFV	(2017)			INR9.2 b (\$141 m) deal; selected 2015 but not yet ordered by end-2019
(200)	Ka-226T Sergei	Light helicopter	(2017)			'RSH' (ex-'LUH') programme; incl 140 produced in India; selected but contract not yet signed by end-2019
4	Talwar	Frigate	2018			Incl 2 produced in India; delivery planned 2023-2026
4331	9M113 Konkurs/AT-5	Anti-tank missile	2019			INR8.3 b deal; Konkurs-M version; produced in India
5175	Igla-S/SA-24	Portable SAM	(2019)			\$1.5 b (INR108 b) or INR270 b 'VSHORAD' programme; incl assembly and production in India; selected 2018 but possibly not yet ordered by end-2019
464	T-90S	Tank	2019			INR200b (\$2.8 b) deal (incl up to 80% produced in India); delivery planned by 2024
(250)	Strela-2/SA-7	Portable SAM	(1981)	1992-1994	(250)	Incl SA-N-5 naval version; probably ordered from Soviet Union and delivered from Russia after break-up of Soviet Union
3	Fregat-MA/Half Plate	Air/sea search radar	(1983)	1997-2001	3	For 3 Delhi (Project-15) destroyers produced in India; ordered from Soviet Union and delivered from Russia after break-up of Soviet Union
(40)	P-15M/SS-N-2C	Anti-ship missile	(1983)	1992-1997	(40)	For Tarantul-1 (Vibuthi) FAC; probably ordered from Soviet Union and delivered from Russia after break-up of Soviet Union; P-27/SS-N-2D version

3	AK-100 100mm	Naval gun	(1986)	1997-2001	3	For 3 Delhi (Project-15) destroyers produced in India; ordered from Soviet Union and delivered from Russia after break-up of Soviet Union
3	MR-114/Kite Screech	Fire control radar	(1986)	1997-2001	3	For 3 Delhi (Project-15) destroyers produced in India; ordered from Soviet Union and delivered from Russia after break-up of Soviet Union
18	MR-90/Front Dome	Fire control radar	(1986)	1997-2001	(18)	For 3 Delhi (Project-15) destroyers produced in India; for use with SA-N-7 SAM; ordered from Soviet Union and delivered from Russia after break-up of Soviet Union
6	RBU-6000	ASW MRL	1986	1997-2001	6	For 3 Delhi (Project-15) destroyers produced in India
1	AK-176 76mm	Naval gun	(1990)	1998	1	For 1 Kora (Project-25A) corvette produced in India
20	AK-630 30mm	Naval gun	(1990)	1998-2005	20	For 3 Brahmaputra (Project-16A) frigates and 4 Kora (Project-25A) corvettes produced in India
4	Cross Dome	Air search radar	(1992)	1998-2004	4	For 4 Kora (Project-25A) corvettes produced in India
(400)	Kh-35 Uran/SS-N-25	Anti-ship missile	(1992)	1998-2004	(400)	For Delhi (Project-15) and modernized Kashin-2 (Rajput) destroyers, Brahmaputra (Project-16A) frigates, Kora (Project-25A) corvettes and Tarantul-1 (Vibhuti) FAC
7	MR-123/Bass Tilt	Fire control radar	(1992)	1997-2001	7	For 3 Delhi (Project-15) destroyers and 1 Kora (Project-25A) corvette produced in India
(500)	Strela-3/SA-14	Portable SAM	(1992)	1995-1997	(350)	SA-N-8 naval version for use on Pauk Class patrol craft and Kilo Class submarines
80	9M33/SA-8	SAM	1993	1994	80	
(225)	9M38/SA-11	SAM	(1993)	1997-2001	(225)	9M38M1 (SA-N-7) version; for Delhi (Project-15) destroyers
7	Garpun/Plank Shave	Air search radar	(1993)	1997-2004	7	For 3 Delhi (Project-15) destroyers and 4 Kora (Project-25A) corvettes produced in India; for use with SS-N-25 missiles
(321)	M-46 130mm	Towed gun	(1993)	1994-1995	321	Second-hand
35	V-46	Diesel engine	1993	1995	35	For 35 VT-72B ARV from Slovakia; possibly from Slovakian or Polish production line
10	MiG-29S	FGA aircraft	1994	1995	10	\$220 m deal; MiG-29SE version, incl 2 MiG-29UB
78	V-46	Diesel engine	(1994)	1996-1997	(78)	For 78 VT-72B ARV from Slovakia; possibly from Slovakian or Polish production line
(800)	9M114 Shturm/AT-6	Anti-tank missile	(1995)	1998-1999	(800)	For Mi-24 (Mi-25 and Mi-35) helicopters
1	Fedko	Tanker	1995	1996	1	Indian designation Jyoti
(500)	Kh-25/AS-10	ARM	(1995)	1995-2004	(500)	Kh-25MLT version; probably for MiG-23BN and MiG-27 combat aircraft
(11)	MiG-21PFM	Fighter aircraft	1995	1995-2000	11	Second-hand; MiG-21UM version
(200)	R-27/AA-10	BVRAAM	(1995)	1995	(200)	For MiG-29 combat aircraft
(200)	R-73/AA-11	SRAAM	1995	1996	(200)	For MiG-29S combat aircraft
(24)	2S6M Tunguska	Mobile AD system	(1996)	1997-1999	(24)	No. could be up to 50
(400)	9M311/SA-19	SAM	(1996)	1997-1999	(400)	For 2S6 AD systems

125	Kopyo	Combat ac radar	1996	2001-2006	(125)	Part of \$428-630 m deal for modernization of 125 MiG-21bis combat aircraft to MiG-21UPG Bison (MiG-21I or MiG-21-93); option on 50 more not used
(4000)	R-73/AA-11	SRAAM	(1996)	1997-2015	(4000)	Part of \$1.55-1.8 b deal; originally planned to be modified to Su-30MKI version after delivery but exchanged for new Su-30MKI
18	Su-30K	FGA aircraft	1996	1997-1999	18	
22	Su-30MK	FGA aircraft	1996	2002-2003	22	Part of \$1.55-1.8 b deal; Su-30MKI version
(50)	53-65	AS torpedo	(1997)	1997-2003	(50)	For Kilo (Sindhughosh) submarines and Talwar frigates
(300)	9M311/SA-19	SAM	(1997)	2003	(300)	9M311 (SA-N-11) version for Kashtan CIWS systems on 3 Talwar frigates
(200)	Kh-31A1/AS-17	Anti-ship missile/ARM	(1997)	2000-2007	(200)	Kh-31P and possibly Kh-31A version; for Su-30MK/MKI and probably for modernized MiG-23 and MiG-27 combat aircraft
2	Project-877E/Kilo	Submarine	1997	1997-2000	2	Incl 1 originally built for Russia but sold to India before completion; Indian designation Sindhughosh
3	Talwar	Frigate	1997	2003-2004	3	INR35 b (\$0.8-1 b) deal; ordered due to problems with Indian production of major warships; delivery 2 years delayed due to financial problems of producer and technical problems with systems on the ships
(40)	TEST-71	AS/ASW torpedo	(1997)	1997-2000	(40)	For Project-636 (Kilo or Sindhughosh) submarines
(150)	3M-54 Klub/SS-N-27	Anti-ship MI/SSM	(1998)	2001-2008	(150)	For Talwar and Shivalik (Project-17) frigates, Kolkata (Project-15A) destroyers and Project-877 submarines; incl 3M-14E land-attack version
(1000)	KAB-500/1500	Guided Bomb	(1998)	1998-2007	(1000)	KAB-500L and KAB-1500L versions
10	Su-30MK	FGA aircraft	1998	2004	10	Su-30MKI version; ordered while still being developed
3	Fregat/Top Plate	Air search radar	(1999)	2010-2012	3	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India
4	Ka-31	AEW helicopter	1999	2003	4	\$92 m deal
(100)	Kh-59ME Ovod/AS-18	ASM	(1999)	2001-2002	(100)	INR1.51 billion (\$31 million) deal
1000	Krasnopol-M	Guided shell	1999	2000-2001	(1000)	
12	MR-90/Front Dome	Fire control radar	(1999)	2010-2012	12	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India
6	RBU-6000	ASW MRL	1999	2010-2012	6	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India
(1000)	RVV-AE/AA-12 Adder	BVRAAM	(1999)	1999-2002	(1000)	For Su-30MKI, MiG-21UPG (modernized MiG-21bis) and probably for modernized MiG-29 and possibly for modernized MiG-27ML combat aircraft
86	V-46	Diesel engine	1999	2000-2002	(86)	For 42 VT-72B ARV from Slovakia and 44 WZT-3 ARV from Poland; possibly from Polish production line
(1500)	9A1472 Vikhr/AT-16	Anti-tank missile	(2000)	2002-2004	(1500)	For Mi-17 helicopters
(125)	9M317/SA-17 Grizzly	SAM	(2000)	2003	(125)	9M317 (SA-N-12) version; for Talwar frigates
(144)	9M38/SA-11	SAM	(2000)	2008	144	9M38M1 (SA-N-7) version; for Shivalik (Project-17) frigates
40	Mi-8MT/Mi-17	Transport helicopter	2000	2000-2001	(40)	\$170 m deal; Mi-17-1V version; modified in India to combat helicopter
(14)	2S6M Tunguska	Mobile AD system	(2001)	2002	(14)	INR6 b deal

(225)	9M311/SA-19	SAM	(2001)	2002	(225)	For 2S6 AD systems
24	D-30	Turbofan	2001	2003-2004	(24)	For 6 Il-78 tanker aircraft from Uzbekistan
(2250)	Igla/SA-18	Portable SAM	2001	2001-2003	(2250)	\$32-50 m deal
3	Il-38SD	ASW aircraft	2001	2008	3	Indian Il-38 rebuilt to Il-38SD
5	Ka-31	AEW helicopter	2001	2003-2004	5	\$108 m deal
(30)	Kh-35 Uran/SS-N-25	Anti-ship missile	(2001)	2008-2009	(30)	For Il-38SD ASW aircraft; status uncertain
310	T-90S	Tank	2001	2001-2006	(310)	\$600-700 m deal (incl 55% advance payment); reaction on Pakistani acquisition of 320 T-80UB tanks; 186 assembled from kits in India
2000	Krasnopol-M	Guided shell	2002	2002-2003	(2000)	INR3.75 billion (\$77 million) deal
250	V-46	Diesel engine	(2002)	2004-2008	(250)	For modernization of 250 T-72M1 tanks
12	AK-630 30mm	Naval gun	(2003)	2014-2016	12	For 3 Kolkata (Project-15A) destroyers produced in India
8	AK-630 30mm	Naval gun	(2003)	2014-2017	6	For 4 Kamorta (Project-28) frigates produced in India
(3000)	Kornet/AT-14	Anti-tank missile	(2003)	2003-2006	(3000)	INR1.5 b deal (incl over 250 launchers); Kornet-E version
6	Mi-8MT/Mi-17	Transport helicopter	2003	2003-2004	6	For border guard; for use in Jammu and Kashmir; Mi-17 version
1	Gorshkov	Aircraft carrier	2004	2013	1	\$2.3 b deal (originally \$625-750 m deal but increased); second-hand but rebuilt to conventional take off/landing (CTOL) carrier; Indian designation Vikramaditya; delivery delayed from 2008 to 2013
1	Project-971I/Akula	Nuclear submarine	(2004)	2012	1	\$650 m 10-year lease; Indian designation Chakra
(12)	PS-90A	Turbofan	2004	2009-2011	(12)	For 3 A-50EhI AEW&C aircraft from Uzbekistan
(28)	2S6M Tunguska	Mobile AD system	(2005)	2008-2009	(28)	\$400 m deal
(300)	9M311/SA-19	SAM	(2005)	2012-2013	(300)	9M311 (SA-N-11) version; for Kashtan CIWS on 3 Talwar (Project-1135) frigates
(450)	9M311/SA-19	SAM	(2005)	2008-2009	(450)	For 2S6 AD systems
2	Il-38	ASW aircraft	2005	2010	2	Second-hand but modernized to Il-38SD version before delivery
16	MiG-29SMT/Fulcrum-F	FGA aircraft	2005	2010-2011	(16)	\$252-740 m deal; MiG-29K version; incl 4 MiG-29KUB; for use on Gorshkov (Vikramaditya) aircraft carrier
(6)	NK-12	Turboprop	2005	2007	(6)	For modernization of 8 Tu-142 ASW aircraft
28	3M-54 Klub/SS-N-27	Anti-ship MI/SSM	2006	2008-2009	(28)	INR8.44 b (\$182 m) deal; 3M14 land-attack version; for modernized Project-877 submarines
(100)	9M317/SA-17 Grizzly	SAM	(2006)	2012-2013	(100)	9M317 (SA-N-12) version; for Talwar frigates
16	AK-630 30mm	Naval gun	(2006)	2012-2014	(16)	For 4 Saryu OPV produced in India and 2 Deepak support ships from Italy
40	RVV-AE/AA-12 Adder	BVRAAM	2006	2012	(40)	\$22 m deal; for MiG-29K combat aircraft
3	Talwar	Frigate	2006	2012-2013	3	INS55 b (\$1.2-1.9 b) deal; ordered due to problems with Indian production of major warships
18	Su-30MK	FGA aircraft	2007	2007-2008	18	Su-30MKI version; exchanged for 18 Indian Su-30K (replacing original planned modernization of Su-30K to Su-30MKI)
40	Su-30MK	FGA aircraft	2007	2009-2012	(40)	\$1.5-1.6 b deal; Su-30MKI version; incl 20 assembled from kits in India
347	T-90S	Tank	2007	2008-2012	(347)	INR49 b (\$1.2 b) deal; incl 223 assembled in India
(250)	Igla-S/SA-24	Portable SAM	2008	2008-2012	(250)	\$26 m deal

	80	Mi-8MT/Mi-17	Transport helicopter	2008	2011-2013	(80)	\$1.3 b deal (offsets \$504 m); Mi-17V-5 armed version
	5	Ka-31	AEW helicopter	(2009)	2013	5	INR9.5 b (\$198 m) deal
	29	MiG-29SMT/Fulcrum-F	FGA aircraft	2010	2012-2016	29	\$1.2-1.5 b deal; incl 25 MiG-29K and 4 MiG-29KUB version; for use on aircraft carrier
	10	AK-630 30mm	Naval gun	(2011)			For 5 Shachi (Project-21) OPV produced in India
(100)		KAB-500/1500	Guided Bomb	(2011)	2013-2014	(100)	Probably KAB-500 version
(50)		Kh-35 Uran/SS-N-25	Anti-ship missile	(2011)	2012	(50)	For MiG-29K and/or Tu-22M3 combat aircraft; Kh-35A (AS-20) version
(500)		RVV-AE/AA-12 Adder	BVRAAM	(2011)	2012-2013	(500)	Probably \$463 m deal
10000		9M113 Konkurs/AT-5	Anti-tank missile	2012	2013-2017	(10000)	INR12 b (\$225 m) deal
(740)		AL-31	Turbofan	2012	2013-2019	(480)	For modernization of Su-30MKI combat aircraft and spare engines; delivery planned 2013-2022
	42	Su-30MK	FGA aircraft	2012	2013-2017	(42)	\$1.6 b deal; assembled in India from kits; Su-30MKI version
	16	AK-630 30mm	Naval gun	(2013)			For 4 Project-15B (Visakhapatnam) destroyers produced in India
	68	Mi-8MT/Mi-17	Transport helicopter	(2013)	2014-2016	(68)	\$1.5 b deal; Mi-17-V5 version; incl 9 for coast guard
(250)		YaMZ-238	Diesel engine	2016	2017-2019	(172)	For 250 Casspir-6 (MPV) APC from South Africa
(650)		48N6/SA-10	SAM	(2017)			Part of INR390 b (\$5 b) for S-400 SAM systems
(20)		S-400/SA-21	SAM system	2018			INR390 b (\$5.4 b) deal; delivery planned 2020-2025
(500)		9M114 Shturm/AT-6	Anti-tank missile	2019	2019	(500)	INR2 b (\$29 m) deal; for Mi-35 helicopters
(2)		A-50EhI	AEW&C aircraft	(2019)			Fitted with Israeli Phalcon AEW system in Israel; selected but contract not yet signed by end-2019
(6)		Ka-31	AEW helicopter	(2019)			Selected 2019 but not yet ordered by end-2019
1		Project-971I/Akula	Nuclear submarine	2019			\$3 b deal; lease; delivery planned 2022-2025
(300)		R-27/AA-10	BVRAAM	2019			R-27R1, R-27ER1, R-27T1 and R-27ET1 versions; for Su-30MKI and MiG-29M combat aircraft
(300)		R-73/AA-11	SRAAM	2019			For modernized MiG-21 combat aircraft
(400)		RVV-AE/AA-12 Adder	BVRAAM	2019			For modernized MiG-21 combat aircraft
<b>Singapore</b>							
<b>R: India</b>	6	Tara Bai	Patrol craft	1986	1987-1990	6	SGD30 m deal; incl 4 produced in India; for coast guard
<b>Slovakia</b>							
<b>R: India</b>	35	VT-72B	ARV	1993	1995	35	\$32 m deal; probably incl 25 assembled from kits in India
	78	VT-72B	ARV	(1994)	1996-1997	(78)	Ordered after planned Indian production given up due to problems with producing T-72M chassis
	42	VT-72B	ARV	1999	2001-2002	(42)	\$30 m deal
<b>South Africa</b>							
<b>R: India</b>	(300)	Casspir-6	APC	(2009)	2011-2013	(300)	MPV-I version; incl production of components and final assembly in India
	250	Casspir-6	APC	2016	2017-2019	(172)	MPV-I version; incl production of components and final assembly in India

	90	Casspir	APC	1998	1999	90	\$12 m deal; Second-hand vehicles; rebuilt before delivery; for army and police units in Kashmir
	75	Casspir	APC	2000	2001	75	Second-hand vehicles rebuilt before delivery
<b>South Korea</b>							
<b>R: India</b>	7	Sukhanya	OPV	1987	1989-1993	7	Incl 4 produced in India
	100	K-9 Thunder 155mm	Self-propelled gun	2017	2018-2019	(50)	INR42 b (\$646-700 m) deal (incl production in India); K-9 Vajra-T version; probably option on 50 more; delivery planned 2018-2020
<b>Soviet Union</b>							
<b>R: India</b>	(300)	9M111 Fagot/AT-4	Anti-tank missile	1983	1990-1991	(300)	For BMP-2 IFV; more from Russia after break-up of Soviet Union
	(111)	MiG-27K	FGA aircraft	1983	1984-1991	(111)	MiG-27ML version; Indian designation Bahadur; more delivered from Russia after break-up of Soviet Union
	(700)	BMP-2	IFV	1984	1987-1991	(700)	Most produced in India; Indian designation as Sarath; more from Russia after break-up of Soviet Union
	(400)	T-72M1	Tank	(1985)	1987-1991	(400)	Incl assembly from kits
	6	Project-1241/Tarantul	FAC	1987	1987-1991	6	1 produced in India; Indian designation Vibhuti or Veer; more from Russia after break-up of Soviet Union
	(1000)	9M113 Konkurs/AT-5	Anti-tank missile	(1988)	1989-1991	(1000)	For BMP-2 IFV; more from Russia after break-up of Soviet Union
	(2500)	Strela-2/SA-7	Portable SAM	(1974)	1975-1991	(2500)	Incl SA-N-5 naval version; probably more delivered from Russia after break-up of Soviet Union
	(175)	P-15M/SS-N-2C	Anti-ship missile	(1976)	1977-1991	(175)	For Kashin-2 (Rajput) destroyers, Godavari (Project-16) frigates, Khukri (Project-25) and Nanuchka-2 (Durg) corvettes and Tarantul-1 (Veer and Vibuthi) FAC
	(3000)	9M33/SA-8	SAM	(1982)	1984-1990	(3000)	
	(100)	Osa/SA-8	Mobile SAM system	(1982)	1984-1990	(100)	For Kilo (Sindhughosh) submarines
	(150)	53-65	AS torpedo	(1983)	1986-1990	(150)	For Kilo (Sindhughosh) submarines
	4	AK-176 76mm	Naval gun	(1983)	1989-1991	4	For 4 Khukri (Project-25) corvettes produced in India
	8	AK-630 30mm	Naval gun	(1983)	1989-1991	8	For 4 Khukri (Project-25) corvettes produced in India
	4	Cross Dome	Air search radar	(1983)	1989-1991	(4)	For 4 Khukri (Project-25) corvettes produced in India
	4	Garpun/Plank Shave	Air search radar	(1983)	1989-1991	(4)	For 4 Khukri (Project-25) corvettes produced in India
	4	MR-123/Bass Tilt	Fire control radar	1983	1989-1991	(4)	For 4 Khukri (Project-25) corvettes produced in India
	4	Project-1241/Pauk	Patrol craft	1983	1989-1991	4	Type-1241PE (Pauk-2) version; Indian designation Abhay; delivery delayed due to Indian lack of funds
	(2000)	R-60/AA-8	SRAAM	(1983)	1983-1990	(2000)	For MiG-21bis, MiG-23M, MiG-29 and MiG-27M combat aircraft
	(150)	TEST-71	AS/ASW torpedo	(1983)	1986-1990	(150)	For Kilo (Sindhughosh) submarines
	8	Project-877E/Kilo	Submarine	(1984)	1986-1991	8	Type-877EM version; Indian designation Sindhughosh
	20	An-32	Transport aircraft	1985	1989-1991	20	An-32B version; Indian designation Sutlej
	(50)	APR-2	ASW torpedo	(1985)	1986-1990	(50)	For Ka-28 ASW helicopters
	(18)	Ka-27PL	ASW helicopter	(1985)	1985-1990	(18)	Ka-28 version
	48	RD-33	Turbofan	1986	1986-1990	(48)	Spares for MiG-29 combat aircraft

	(40)	SET-65 Yenot-2	ASW torpedo	(1987)	1989-1991	(40)	For Pauk-2 (Abhay) FAC
	(10)	ST-68/Tin Shield	Air search radar	(1988)	1989-1991	(10)	
	(100)	Kh-25/AS-10	ARM	(1989)	1990-1991	(100)	Probably for MiG-23BN and MiG-27 combat aircraft
	20	MiG-29	Fighter aircraft	1989	1990	20	MiG-29B version; Indian designation Baaz
	(2500)	Igla-1/SA-16	Portable SAM	(1990)	1990-1991	(2500)	
<b>Spain</b>							
<b>R: India</b>	56	C-295	Transport aircraft	(2016)			'Medium Tactical Aircraft' (MTA) or 'Light Tactical Transport Procurement' (LTTP) programme (incl 40 assembled or produced in India); C295W version; selected 2015 but not yet ordered by end-2019
	6	C-295MPA	MP aircraft	(2017)			For coast guard; produced in India; selected 2017 but not yet ordered by end-2019
<b>Sweden</b>							
<b>R: India</b>	410	FH-77 155mm	Towed gun	1986	1986-1991	(410)	\$1.6 b deal; planned production of more in India cancelled
<b>Switzerland</b>							
<b>R: India</b>	75	PC-7 Turbo Trainer	Trainer aircraft	2012	2013-2015	(75)	PC-7 Mk-2 version; incl assembly from kits in India
<b>Ukraine</b>							
<b>R: India</b>	12	DT-59	Gas turbine	(1986)	1997-2001	12	For 3 Delhi destroyers produced in India; probably ordered from Soviet Union and delivered by Ukraine after break-up of Soviet Union
	14	DR-76	Gas turbine	1990	1992-2002	14	For 7 Tarantul (Veer) FAC from Russia
	12	DR-77	Gas turbine	1990	1992-2002	12	For 6 Tarantul (Veer) FAC from Russia
	(1)	ST-68/Tin Shield	Air search radar	(1994)	1995	(1)	
	(8)	MiG-21PFM	Fighter aircraft	(1996)	1997-2000	8	Second-hand; MiG-21UM version
	(436)	R-27/AA-10	BVRAAM	(1996)	1997-2004	(436)	For Su-30MKI combat aircraft; R-27ER (AA-10C) and R-27ET (AA-10D) version
	8	DS-71	Gas turbine	1997	2002-2004	8	For 3 Talwar frigates and 1 Tarantul (Veer) FAC from Russia
	6	DT-59	Gas turbine	1997	2003-2004	6	For 3 Talwar frigates from Russia
	6	MiG-23MS	Fighter aircraft	2002	2004	6	Second-hand; MiG-23UB version
	12	DT-59	Gas turbine	(2003)	2014-2016	12	For 3 Kolkata (Project-15A) destroyers produced in India
	8	MiG-21PFM	Fighter aircraft	2003	2003	(8)	Second-hand; MiG-21UM version
	6	DS-71	Gas turbine	2006	2012-2013	6	Part of probably \$30 m deal; for 3 Talwar frigates from Russia
	6	DT-59	Gas turbine	2006	2012-2013	6	Part of probably \$30 m deal; for 3 Talwar frigates from Russia
	(208)	AI-20	Turboprop	2009	2011-2018	(110)	AI-20D-5M version for modernization of 104 An-32 transport aircraft to An-32RE version
	(360)	R-27/AA-10	BVRAAM	2012	2013	(360)	\$246 m deal
	16	DT-59	Gas turbine	2013			For 4 Visakhapatnam (Project-15B) destroyers produced in India
	8	DS-71	Gas turbine	(2018)			For 4 Talwar (Project-11356) frigates from Russia

	8	DT-59	Gas turbine	(2018)		For 4 Talwar (Project-11356) frigates from Russia
<b>United Kingdom</b>						
<b>R: India</b>	(31)	Jaguar-S	FGA aircraft	1982	1988-1992	(31) Jaguar International-IS version; incl 8 Jaguar-IM (Maritime Jaguar); Indian designation Shamsher
	1	Magar	Landing ship	1985	1997	1
	(24)	Cymbeline	Arty locating radar	(1988)	1989-1994	(24) Indian designation MUFAR
	15	Jaguar-S	FGA aircraft	1993	1995-1999	(15) Jaguar International-IS version; possibly incl 4 Jaguar-IM (Maritime Jaguar); Indian designation Shamsher
	17	Jaguar-S	FGA aircraft	1999	2004-2005	17 Jaguar-B version; for night-attack role; possibly incl 2 Jaguar-IM (Maritime Jaguar); Indian designation Shamsher
	66	Hawk-100	Trainer/combat ac	2004	2007-2012	(66) GBP1.1 b (\$2 b) 'Advanced Jet Trainer' (AJT) programme (incl \$1.6 b for aircraft); incl 8 assembled and 42 produced in India; Hawk-132 version
	20	Jaguar-S	FGA aircraft	2006	2007-2009	(20) Jaguar International-IS version; Indian designation Shamsher
	57	Hawk-100	Trainer/combat ac	2010	2013-2016	(57) GBP700-735 m (\$1.1 b) deal; Hawk-132 version
	(384)	ASRAAM	BVRAAM/SRAAM	2014	2017	(384) GBP250 m deal (30% offsets incl production of components in India); Indian designation NGCCM
	20	Sea King HAS-5	ASW helicopter	1983	1989-1990	(20) Part of \$900 m deal; Sea King Mk-42B version
	10	Sea Harrier FRS-1	Fighter aircraft	1985	1989-1991	(10) \$230 m deal; Sea Harrier FRS-51 version; incl 1 Harrier T-60; for use on aircraft carriers
	16	CET	AEV	1986	1988-1990	(15) Incl 9 Second-hand, but probably never used
	8	Sea Harrier FRS-1	Fighter aircraft	1986	1991-1992	8 \$250 m deal; Sea Harrier FRS-51 version; incl 1 Harrier T-60; for use on aircraft carriers
	(30)	Super Marec	MP aircraft radar	(1986)	1987-1997	(30) For 30 Do-228MP MP aircraft from FRG
	1	Leander	Frigate	1995	1995	1 Second-hand; most radars and armament removed before delivery; for use as training ship; Indian designation Krishna
	2	Harrier GR-1/AV-8A	FGA aircraft	1997	2002	2 Second-hand; \$24 m deal; Harrier T-4 version modernized to Harrier T-4(I) before delivery
	145	UFH/M-777 155mm	Towed gun	2016	2018-2019	(18) \$736 m deal; ordered via USA from US production line; incl 120 assembled in India; delivery planned 2018-2021
<b>United States</b>						
<b>R: India</b>	4	LM-2500	Gas turbine	(2003)		For 1 Vikrant (IAC or Project-71) aircraft carrier produced in India; from Italian production line
	14	LM-2500	Gas turbine	(2017)		For 7 Project-17A (Nilgiri) frigates produced in India; possibly from Italian production line
	(112)	TPE-331	Turboprop	1983	1986-2011	(112) For 56 Do-228 MP aircraft from FRG; incl production in India
	8	P-8A Poseidon	ASW aircraft	2009	2012-2015	8 \$2 b deal (offsets 30% incl production of components in India); P-8I version
	(28)	TPE-331	Turboprop	(2012)	2013-2016	(28) For 14 Do-228MP MP aircraft from FRG

6	C-130J-30 Hercules	Transport aircraft	2013	2017	6	Probably \$1.1 b deal (30% offsets including production in India of components for all future C-130J); for special forces
22	AH-64E Apache Guardian	Combat helicopter	2015	2019	12	\$1.2-1.4 b deal (incl production of components in India; part of \$2.4 b deal); delivery planned 2019-2020
(68)	TPE-331	Turboprop	(2015)			For 68 HTT-40 trainer aircraft produced in India; incl production in India
4	P-8A Poseidon	ASW aircraft	2016			\$1 b deal; delivery planned 2020-2021
6	AH-64E Apache Guardian	Combat helicopter	(2017)			\$800 m deal; incl production of components in India; selected 2017 but not yet ordered end-2019
2	TPQ-37 Firefinder	Arty locating radar	(1990)	1992	(2)	\$22 m deal
315	Paveway	Guided bomb	(1993)	1994	(315)	Paveway-2 version
6	LM-2500	Gas turbine	(1999)	2010-2012	6	For 3 Shivalik (Project-17) frigates produced in India; possibly from Italian production line
8	TPQ-37 Firefinder	Arty locating radar	2002	2006	8	Part of \$142-200 m deal; originally planned for 1998 but embargoed by USA after Indian nuclear tests in 1998; AN/TPQ-37(V)3 version
4	TPQ-37 Firefinder	Arty locating radar	2003	2006-2007	4	Part of \$142-200 m deal; AN/TPQ-37(V)3 version
1	Austin	AALS	2006	2007	1	Second-hand; INR2.2 b (\$48 m) deal (incl modernization); Indian designation Jalashwa
6	S-61/H-3A Sea King	Transport helicopter	2006	2007	(6)	Second-hand; \$39 m deal; UH-3H version
24	F404	Turbofan	2007	2016-2019	(13)	\$100 m deal; F404-IN20 version for 20 Tejas Mk-1 (LCA) combat aircraft produced in India
(4)	AE-3007	Turbofan	2008	2017-2019	4	For 2 ERJ-145 transport aircraft from Brazil modified in India to AEW&C aircraft
6	C-130J-30 Hercules	Transport aircraft	2008	2010-2011	6	\$962 m deal (incl \$596 m for aircraft and rest for special equipment; 30% offsets incl production in India of components for all future C-130J); for special forces
512	CBU-97 SFW	Guided bomb	2010	2013-2017	(512)	\$258-311 m deal; CBU-105 version
(20)	RGM-84L Harpoon-2	Anti-ship MI/SSM	2010	2013	(20)	\$170 m deal; AGM-84L version for Jaguar combat aircraft
10	C-17A Globemaster-3	Heavy transport ac	2011	2013-2014	10	\$4.1 b deal (offsets \$1.1 b)
(32)	Mk-54 MAKO	ASW torpedo	(2011)	2013-2016	(32)	\$86 m deal; for P-8I ASW aircraft
99	F414	Turbofan	(2012)			\$800-900 m deal (incl 81 produced in India); for Tejas Mk-1A (LCA) combat aircraft produced in India; most assembled in India; selected but not yet ordered by end-2019
(21)	RGM-84L Harpoon-2	Anti-ship MI/SSM	2012	2014	21	\$200 m deal; AGM-84L version for P-8I ASW aircraft
(245)	FIM-92 Stinger	Portable SAM	(2013)	2019	(100)	FIM-92 Block-1 version for AH-64 combat helicopters
(542)	AGM-114K HELLFIRE	Anti-tank missile	2015	2019	(200)	AGM-114R-3 version; for AH-64 combat helicopters
(812)	AGM-114L HELLFIRE	Anti-tank missile	2015	2019	(500)	AGM-114L-3 version; for AH-64 combat helicopters
15	CH-47F Chinook	Transport helicopter	2015	2019	(10)	\$1 b deal (part of \$2.4 b deal); CH-47F(I) version; delivery planned 2019-2023
(6)	T-700	Turboshaft	(2015)	2019	(3)	Spares for AH-64 combat helicopters
12	APG-78 Longbow	Combat heli radar	2016	2019	(4)	For AH-64E combat helicopters

12	RGM-84L Harpoon-2	Anti-ship MI/SSM	2016	2018	12	Part of £82 m deal; UGM-84L version for Type-209 submarines
(24)	TPE-331	Turboprop	(2016)	2019	(8)	For 12 Do-228 MP aircraft from FRG
1	C-17A Globemaster-3	Heavy transport ac	2017	2019	1	\$262 m deal
1	C-130J-30 Hercules	Transport aircraft	(2018)	2019	1	
	AIM-120D AMRAAM	BVRAAM	(2019)			For NASAMS SAM systems from Norway
24	MH-60R Seahawk	ASW helicopter	(2019)			\$2.6 b 'N-MRH' programme; selected 2019 but not yet ordered by end-2020
	MPQ-64 Sentinel	Air search radar	(2019)			For use with NASAMS SAM system from Norway
6	P-8A Poseidon	ASW aircraft	(2019)			Selected but contract not yet signed by end-20219
<hr/>						
<b>Uzbekistan</b>						
<b>R: India</b>						
6	Il-78M	Tanker/transport ac	2001	2003-2004	(6)	\$150 m deal; Il-78MK version
3	A-50EhI	AEW&C aircraft	2004	2009-2011	3	Part of \$1.1 b deal (incl \$350 m advance payment); ordered via Israel and Russia; fitted with Israeli Phalcon AEW system in Israel
<hr/>						